Conforme registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 27 de março de 2026

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS
Washington, D.C. 20549

Formulário 20-F

RELATÓRIO ANUAL, DE ACORDO COM A SEÇÃO 13 OU 15(d) DA *SECURITIES EXCHANGE ACT* DE 1934

Para o exercício encerrado em: 31 de dezembro de 2025
Número de registro na Comissão: 001-15030

VALE S.A.

(Denominação social exata da Companhia sob Registro, conforme especificado em seu ato constitutivo)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de constituição ou organização)

Marcelo Feriozzi Bacci, Vice-Presidente Executivo de Finanças e de Relações com Investidores
Telefone: +55 21 3485 5000
Praia de Botafogo 186 – salas 901, 1101, 1601 (parte), 1701 e 1801 – Botafogo
22250-145 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
(Endereço da sede)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados, de acordo com a Seção 12(b) da Lei:

Título de cada classe	Símbolo(s) de Negociação	Nome de cada bolsa onde os valores mobiliários são registrados
Ações ordinárias da Vale, sem valor nominal por ação		Bolsa de Valores de Nova York*
American Depositary Shares (evidenciadas pelos *American Depositary Receipts*), cada uma representando uma ação ordinária da Vale	VALE	Bolsa de Valores de Nova York
3,750% em Notas Garantidas com vencimento em 2030, emitidas pela Vale Overseas	VALE/30	Bolsa de Valores de Nova York
6,125% em Notas Garantidas com vencimento em 2033, emitidas pela Vale Overseas	VALE/33	Bolsa de Valores de Nova York
8,250% em Notas Garantidas com vencimento em 2034, emitidas pela Vale Overseas	VALE/34	Bolsa de Valores de Nova York
6,875% em Notas Garantidas com vencimento em 2036, emitidas pela Vale Overseas	VALE/36	Bolsa de Valores de Nova York
6,875% em Notas Garantidas com vencimento em 2039, emitidas pela Vale Overseas	VALE39	Bolsa de Valores de Nova York
6,400% em Notas Garantidas com vencimento em 2054, emitidas pela Vale Overseas	VALE/54	Bolsa de Valores de Nova York
5,625% em Notas com vencimento em 2042, emitidas pela Vale S.A	VALE42	Bolsa de Valores de Nova York

*Ações não listadas para negociação, mas somente em relação ao registro das American Depositary Shares, de acordo com as exigências da New York Stock Exchange.

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados, de acordo com a Seção 12(g) da Lei: Nenhum
Valores Mobiliários para os quais há obrigação de relatório, de acordo com a Seção 15(d) da Lei: Nenhum
O número de ações em circulação de cada classe de ação da Vale em 31 de dezembro de 2025 era de:
4.268.780.141 Ações Ordinárias, sem valor nominal por ação
12 Golden Shares, sem valor nominal por ação

Indicar se o autor do registro é um emitente experiente, conforme definido no Regulamento 405 da *Securities Act*.
Sim ☐ Não ☒

Caso este relatório seja um relatório anual ou um relatório de transição, indicar se o autor do registro não é obrigado a registrar os relatórios nos termos da Seção 13 ou 15(d) da *Securities Exchange Act* de 1934.
Sim ☐ Não ☒

Indicar se o autor do registro (1) registrou todos os relatórios necessários, de acordo com a Seção 13 ou 15(d) da *Securities Exchange Act* de 1934 durante os 12 meses antecedentes (ou por um período mais curto no qual o autor do registro teve que registrar tais relatórios) e (2) foi submetido a tais exigências a respeito dos registros nos últimos 90 dias.
Sim ☒ Não ☐

Indique com uma marca de seleção se o autor do registro enviou eletronicamente todos os arquivos de dados interativos que devem ser enviados de acordo com a Regra 405 do Regulamento S-T (§232.405 deste capítulo) durante os 12 meses anteriores (ou por um período mais curto que o autor do registro foi solicitado para enviar esses arquivos).
Sim ☒ Não ☐

Indique com uma marca de seleção se o autor do registro é uma registrante antecipada grande, uma registrante antecipada, uma registrante não antecipada ou uma companhia emergente. Veja as definições de "autor do registro antecipado grande", "autor do registro antecipado" e "companhia emergente" na Regra 12b-2 da Lei de Mercado de Capitais.
Grande arquivador acelerado ☒ Autor do registro antecipado ☐ Autor do registro não antecipado ☐ Companhia emergente ☐

Se uma companhia emergente prepara suas demonstrações financeiras de acordo com o princípios GAAP dos EUA, indique se o autor do registro optou por não usar o período de transição estendido para cumprir com padrões contábeis novos ou revisados previstos de acordo com a Seção 13(a). da Lei de Mercado de Capitais. ☐

Indique com uma marca de seleção se o registrante apresentou um relatório e atestado da avaliação de sua administração sobre a eficácia de seu controle interno sobre relatórios financeiros de acordo com a Seção 404(b) da Lei Sarbanes-Oxley (15 U.S.C. 7262(b)) pela firma de contabilidade pública registrada que preparou ou emitiu seu relatório de auditoria. ☒

Se os valores mobiliários forem registrados de acordo com a Seção 12(b) da Lei, indique com uma marca de seleção se as demonstrações financeiras do autor do registro incluídas no arquivamento refletem a correção de um erro nas demonstrações financeiras emitidas anteriormente. ☐

Indique com uma marca de seleção se alguma dessas correções de erro são reformulações que exigiram uma análise de recuperação da remuneração baseada em incentivos recebida por qualquer um dos diretores executivos do autor do registro durante o período de recuperação relevante de acordo com §240.10D-1(b). ☐

Indicar qual o regime contábil utilizado pelo autor do registro para elaboração das demonstrações financeiras incluídas neste registro:
Princípios GAAP dos EUA ☐ Normas Internacionais de Relatório Financeiro, conforme emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade ☒ Outros ☐

Caso tenha indicado a opção "Outros" na pergunta anterior, indicar qual item da demonstração contábil o autor do registro decidiu seguir.Item 17 ☐ Item 18 ☐

Se este for um relatório anual, indicar se o autor do registro é uma companhia "shell" (sociedade que foi incorporada, mas não registra ativos ou operações significativas), (conforme definido na Norma 12b-2 da Lei de Mercado de Capitais).Sim ☐ Não ☒

ÍNDICE

I. PANORAMA **5**

Panorama dos Negócios 6

Declarações prospectivas 18

Fatores de Risco 19

Gestão de Riscos 37

II. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA **42**

Segmentos de Negócios 42

Reservas e Recursos 102

Assuntos Regulatórios 121

III. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E **132**

Panorama 132

Resultados das Operações 136

Liquidez e recursos de capital 145

IV. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E NEGOCIAÇÃO **149**

Acionistas Majoritários 149

Transações entre Partes Relacionadas 150

Remuneração aos acionistas 152

Mercados de Negociação 153

Ações Depositárias 154

Aquisição de Valores Mobiliários pelo emissor e pelas subsidiárias 156

V. ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS **157**

Administração 157

Remuneração da Administração 169

Empregados 175

VI. INFORMAÇÕES ADICIONAIS **177**

Processos Judiciais 177

Estatuto Social 190

Debêntures participativas 199

Controles de câmbio e outras limitações que afetam os detentores de valores mobiliários 200

Tributação 202

Controles e Procedimentos 211

Governança Corporativa 213

Política de *Insider Trading* 217

Segurança Cibernética 218

Código de Conduta 221

Auditor(es) Independente(s) 222

Informações registradas junto aos Reguladores de Valores Mobiliários 223

Anexos 224

Glossário 225

Assinaturas 229

GUIA DE REFERÊNCIA CRUZADA DO FORMULÁRIO 20-F

Item	Legenda do Formulário 20-F	Local neste relatório	Página
1	**Identidade dos membros do conselho, membros do Comitê**		
	1A Membros do conselho e do Comitê Executivo	Não se aplica	–
	1B Conselheiros	Não se aplica	–
	1C Auditores	Não se aplica	–
2	Estatísticas de oferta e cronograma previsto	Não se aplica	–
3	**Principais informações**		
	3A [Reservado]	–	–
	3B Capitalização e endividamento	Não se aplica	–
	3C Razões da oferta e uso dos recursos	Não se aplica	–
	3D Fatores de risco	Fatores de Risco	19
4	**Informações sobre a Companhia**		
	4A Histórico e desenvolvimento da companhia	Panorama dos negócios; Informações registradas junto aos reguladores de valores mobiliários; Liquidez e Recursos de Capital—Usos de Fundos—Despesas de Capital	6; 223; 145
	4B Panorama dos negócios	Panorama dos Negócios;Segmentos de Negócios; Reservas e Recursos; Assuntos Regulatórios	6; 42; 102; 121
	4C Estrutura organizacional	Anexo 8	–
	4D Ativo imobilizado	Segmento de Negócios; Assuntos Regulatórios; Liquidez e Recursos de Capital—Usos de Fundos—Despesas de Capital	42; 121; 145
4A	Comentários não solucionados dos funcionários	Nenhum	–
5	**Análise e perspectivas operacionais e financeiras**		
	5A Resultados operacionais	Resultados das Operações	136
	5B Liquidez e recursos de capital	Liquidez e recursos de capital	145
	5C Pesquisa e desenvolvimento, patentes e licenças, etc.	Segmento de Negócios	42
	5D Informações sobre as tendências	Resultados das Operações	136
	5E Estimativas contábeis críticas	Não se aplica	–
6	**Membros do conselho, Comitê Executivo e funcionários**		–
	6A Membros do conselho e Comitê Executivo	Administração	157
	6B Remuneração	Remuneração da Administração	152
	6C Práticas do conselho	Administração—Conselho de Administração	157
	6D Empregados	Funcionários	175
	6E Titularidade das Ações	Acionistas majoritários;Funcionários — Remuneração baseada no desempenho	149; 175
	6F Divulgação da ação de um autor do registro para recuperar a remuneração concedida erroneamente	Não se aplica	–
7	**Acionistas majoritários e transações entre partes**		
	7A Acionistas majoritários	Acionistas Majoritários	149
	7B Transações entre partes relacionadas	Transações entre Partes Relacionadas	150
	7C Participações de peritos e advogados	Não se aplica	–
8	**Informações financeiras**		
	8A Resultados consolidados e outras informações financeiras	Demonstrações Financeiras Consolidadas	F-1
		Remuneração aos acionistas	152
		Processos Judiciais	177
	8B Mudanças significativas	Resultados das Operações	136
9	**A oferta e a listagem**		
	9A Detalhes da oferta e da listagem	Mercados de Negociação	153
	9B Plano de distribuição	Não se aplica	–
	9C Mercados	Mercados de Negociação	153
	9D Acionistas vendedores	Não se aplica	–
	9E Diluição	Não se aplica	–
	9F Despesas com emissão	Não se aplica	–
10	**Informações adicionais**		

Item	Legenda do Formulário 20-F	Local neste relatório	Página
	10A Capital social	Estatuto Social – Ações Ordinárias e Golden Shares	190
	10B Atos Constitutivos e Estatuto Social	Estatuto Social	190
	10C Contratos relevantes	Segmentos de Negócios; Resultados das Operações; Transações entre Partes Relacionadas	42; 136; 150
	10D Controles cambiais	Controles de câmbio e outras limitações que afetam os detentores de valores mobiliários	200
	10E Tributação	Tributação	202
	10F Dividendos e agentes de pagamento	Não se aplica	–
	10G Declarações de especialistas	Reservas e Recursos	102
	10H Documentos divulgados	Informações registradas junto aos Reguladores de Valores	223
	10I Informações subsidiárias	Não se aplica	–
	10J Relatório anual aos detentores de valores mobiliários	Não se aplica	–
11	**Divulgações quantitativas e qualitativas sobre o risco de mercado**	Gestão de Riscos—Risco de Mercado	37
12	**Descrição de títulos que não sejam títulos de valores**		
	12A Títulos de dívida	Não se aplica	–
	12B Direitos e garantias	Não se aplica	–
	12C Outros títulos	Não se aplica	–
	12D *American Depositary Shares*	Ações Depositárias	154
13	**Inadimplências, dividendos vencidos e mora**	Não se aplica	–
14	**Modificações relevantes nos direitos dos titulares de valores mobiliários e no uso dos recursos**	Não se aplica	–
15	**Controles e procedimentos**	Controles e Procedimentos	211
16	**[Reservado]**	**–**	–
16A	**Especialista financeiro do Comitê de Auditoria**	Administração — Comitê de Auditoria e Riscos	164
16B	**Código de ética**	Código de Conduta	221
16C	**Auditor(es) Independente(s)**	Auditor(es) Independente(s)	222
16D	**Isenções das normas de listagem para comitês de auditoria**	Administração — Comitê de Auditoria e Riscos; Governança corporativa	164; 213
16E	**Aquisição de valores mobiliários pelo emitente e pelas Affiliated Purchasers**	Aquisição de valores mobiliários pelo emitente e pelas subsidiárias	156
16F	**Mudança nos auditores independentes do autor do registro**	Não se aplica	–
16G	**Governança corporativa**	Governança Corporativa	213
16H	**Divulgação sobre segurança nas minas**	Não se aplica	–
16I	**Divulgação Sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções**	Não se aplica	–
16J	**Políticas de negociação com informações privilegiadas**	Política de *Insider Trading*	217
16K	**Segurança cibernética**	Segurança Cibernética	218
17	**Demonstrações financeiras**	Não se aplica	–
18	**Demonstrações financeiras**	Demonstrações Financeiras Consolidadas	F-1
19	**Anexos**	Anexos	224

I. PANORAMA

A Vale S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil e constituída em 11 de janeiro de 1943, existente segundo as leis da República Federativa do Brasil por prazo indeterminado. Sua sede está localizada na Praia de Botafogo 186 – salas 901, 1101, 1601 (parte), 1701 e 1801 – Botafogo, 22250-145 Rio de Janeiro, RJ, Brasil e seu número de telefone é 55-21-3485-5000.

Neste relatório, as menções a "Vale" são referentes à Vale S.A. Menções a "nós" ou à "Companhia", referem-se à Vale e às suas subsidiárias consolidadas, exceto se o contexto de outra forma o exigir. As menções às nossas "ADS" ou "American Depositary Shares" incluem tanto as nossas "American Depositary Shares" ordinárias (nossas "ADS ordinárias"), cada qual representando uma ação ordinária da Vale. As American Depositary Shares são representadas pelos American Depositary Receipts (ADRs) emitidos pelo depositário.

Somos uma das maiores companhias de mineração e metais do mundo, com base na capitalização de mercado, e um dos maiores produtores mundiais de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. Também produzimos cobre. Nossos concentrados de níquel e cobre contêm subprodutos, como metais do grupo platina (PGM), ouro, prata e cobalto. Participamos da exploração mineral greenfield em cinco países. No Brasil e em outras regiões do mundo, operamos grandes sistemas logísticos incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às nossas operações de mineração. Além disso, possuímos centros de distribuição para dar suporte à entrega de minério de ferro ao redor do mundo. Também temos investimentos em negócios de energia através de joint ventures e consórcios.

Exceto se de outra forma especificado, usamos as unidades métricas. As menções ao "real", "reais" ou "R$" são referências à moeda oficial do Brasil, o real (singular) ou reais (plural). As menções a "dólares US" ou "US$" são referências a dólar americano. As menções a "€" são referentes ao Euro.

Panorama dos Negócios

RESUMO OPERACIONAL

A imagem a seguir descreve os países onde temos operações de mineração, segregados por segmento.

A tabela a seguir apresenta a composição do total de nossas receitas operacionais líquidas atribuíveis a cada uma de nossas linhas de negócios.

	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2025		**2024**		**2023**	
	em US$ milhões	*% do total*	*em US$ milhões*	*% do total*	*em US$ milhões*	*% do total*
Soluções de Minério de Ferro						
Minério de ferro	25.010	65,1	24.805	65,2	27.760	66,4
Pelotas de minério de ferro	4.396	11,4	5.921	15,6	5.803	13,9
Outros produtos ferrosos e serviços de logística	724	1,9	718	1,9	516	1,2
Soluções de Minério de Ferro – total	30.130	78,5	31.444	82,6	34.079	81,6
Vale Metais Básicos						
Níquel	4.291	11,2	3.666	9,6	5.193	12,4
Cobre	3.753	9,8	2.805	7,4	2.376	5,7
Outros metais básicos	229	0,6	141	0,4	–	–
Vale Metais Básicos – total	8.273	21,5	6.612	17,4	7.569	18,1
Outros	–	–	–	–	136	0,3
Receita de vendas, líquida	**38.403**	**100,0**	**38.056**	**100,0**	**41.784**	**100,0**

SOBRE A VALE

Nosso negócio é organizado em dois segmentos: "Soluções de Minério de Ferro" e "Vale Metais Básicos".

Soluções de Minério de Ferro

O segmento de Soluções de Minério de Ferro compreende a extração de minério de ferro, a produção de pelotas e briquetes, bem como sistemas logísticos de grande escala e centros de distribuição integrados às suas operações de mineração, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos.

Minério de ferro. Operamos três sistemas no Brasil para a produção e distribuição de minério de ferro:

- *Sistema Norte*: Sistema totalmente integrado com três complexos de mineração, uma ferrovia e um terminal marítimo.
- *Sistema Sudeste*: Sistema totalmente integrado com três complexos de mineração, uma ferrovia e terminais marítimos.
- *Sistema Sul*: Composto por dois complexos minerários e terminais marítimos.

Pelotas de minério de ferro e outros serviços e produtos ferrosos, além de serviços de logística. Possuímos um portfólio diversificado de aglomerados, que inclui tanto pelotas quanto briquetes. Operamos em oito plantas de pelotização no Brasil e duas em Omã dedicadas à produção de pelotas, além de duas fábricas de briquetagem no Brasil para a produção de briquetes.

Vale Metais Básicos

O segmento Vale Metais Básicos é operado por nossa subsidiária Vale Base Metals Limited e suas controladas (VBM), e compreende a produção de níquel, cobre e seus respectivos subprodutos.

Níquel. Nossas principais operações são conduzidas pela Vale Canada Limited (Vale Canada), que opera minas e plantas de processamento no Canadá e no Brasil, além de instalações de refino de níquel no Reino Unido e no Japão. Também detemos participações em operações de níquel na Indonésia.

Cobre. No Brasil, produzimos concentrados de cobre nas operações de Sossego e Salobo, localizadas em Carajás, no estado do Pará. No Canadá, produzimos concentrados e catodos de cobre associados às operações de níquel em Sudbury (Ontário) e Voisey's Bay (Newfoundland e Labrador), por meio da Vale Canada.

Outros metais básicos. O minério extraído em Sudbury gera cobalto, metais do grupo da platina (PGMs), prata e ouro como subprodutos, que são processados nas instalações de refino em Port Colborne (Ontário). No Canadá, também produzimos cobalto refinado em Long Harbour (Newfoundland e Labrador). As operações de cobre em Sossego e Salobo também produzem prata e ouro como subprodutos. Além disso, possuímos contratos de streaming relacionados a subprodutos de níquel e cobre.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

Somos um dos líderes globais em mineração e temos a ambição de liderar a criação de valor no setor de forma ética e sustentável. Estamos focados em alavancar nossos portfólios de minério de ferro, cobre e níquel, nos quais detemos vantagens competitivas substanciais, e fortalecer uma base de ativos eficiente e resiliente.

No negócio de minério de ferro, buscamos ser o maior produtor global, liderando a descarbonização da indústria siderúrgica, com custos competitivos e flexibilidade centrada no cliente. No negócio de cobre, estamos posicionados para

dobrar nossa produção até 2035, utilizando níveis de 2024 como ano base. No negócio de níquel, estamos preservando nossa vantagem geográfica atendendo a mercados estratégicos, especialmente nas Américas e na Europa, operando de forma competitiva e resiliente.

Para alcançar isso, contamos com a excelência operacional, a segurança e a inovação como alavancas essenciais que sustentam nossa estratégia e orientam nossas ações. Estamos aprimorando a eficiência em termos de custos e CAPEX, garantindo operações estáveis e competitivas, reforçando nossa cultura de segurança preventiva para atingir padrões de segurança líderes do setor e acelerando a adoção de tecnologias que reduzem os impactos ambientais e aumentam a produtividade, como inteligência artificial, briquetagem e mineração circular. Essas alavancas são essenciais para transformar oportunidades em resultados e garantir um crescimento sustentável a longo prazo.

Portfólio Superior

Construímos um portfólio de minério de ferro resiliente e competitivo, que combina qualidade e flexibilidade para oferecer desempenho em qualquer cenário de mercado. Essa estratégia alavanca nossos ativos únicos e não replicáveis, apoiados por uma sofisticada cadeia de suprimentos global, e garante uma resposta rápida às mudanças na demanda. Também estamos focados nas necessidades dos clientes, fornecendo soluções técnicas personalizadas e garantindo um fornecimento estável e contínuo.

Estamos acelerando o crescimento orgânico do cobre, especialmente na região de Carajás, aproveitando as sinergias de infraestrutura existentes e uma dotação mineral única. Em linha com os planos estratégicos de longo prazo da companhia, a produção de cobre deverá aumentar para 700.000 toneladas por ano até 2035, apoiada por uma sólida carteira de projetos de cobre em Carajás. Esses ativos se destacam por seus altos teores, subprodutos de ouro, localizações geográficas favoráveis e acessíveis e proximidade com infraestrutura bem estabelecida, incluindo portos e ferrovias. No negócio de níquel, estamos priorizando a eficiência operacional e mantendo a flexibilidade para aproveitar as oportunidades estratégicas.

Para sustentar nossa posição, nos apoiamos em alavancas-chave em todos os negócios:

- Excelência operacional e segurança, garantindo eficiência e estabilidade.
- Alocação de capital disciplinada, priorizando os projetos de maior retorno.
- Licenciamento ágil e responsável, proporcionando previsibilidade.
- Execução rigorosa de projetos, reduzindo riscos e acelerando a implementação.

Parceiro confiável

Reconhecemos a importância de fortalecer nossos relacionamentos com a sociedade, as comunidades, as autoridades e todas as partes interessadas, com base na transparência e no respeito. Nós promovemos um diálogo aberto e transparente e colaboramos diretamente com as partes interessadas para garantir o alinhamento de metas e ações que fortaleçam o empoderamento das comunidades e o desenvolvimento socioeconômico local.

Estamos comprometidos em promovendo impactos positivos para as pessoas e a natureza, buscando continuamente reduzir nossos impactos operacionais. Para isso, trabalhamos colaborativamente com as comunidades locais, em particular os povos indígenas e as comunidades tradicionais, e apoiamos os esforços de conservação, especialmente na Floresta Amazônica.

Ao promover uma cultura de transparência, pretendemos fortalecer nossa posição como um parceiro responsável e confiável na indústria de mineração.

Evolução Cultural

Nossa evolução cultural é essencial para sustentar nossa estratégia e ambição. Construímos uma cultura baseada em segurança como um valor inegociável, garantindo que cada decisão e operação seja guiada pela preservação da vida. Estamos fortalecendo nossa cultura de prevenção e avançando a redução de lesões de alto potencial e eventos críticos, com foco contínuo na eliminação de riscos graves e no progresso para um ambiente cada vez mais seguro, reconhecendo que trata-se de uma jornada contínua.

Com uma cultura orientada pela segurança, inovação e valorização das pessoas, criamos as condições para evoluir de forma responsável, antecipar tendências e acelerar a transformação, assegurando ambientes cada vez mais seguros e apoiando nossa ambição de longo prazo.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS EM NOSSOS NEGÓCIOS

Resumimos abaixo os principais eventos em nossos negócios desde o início de 2025.

Programa Novo Carajás. Em fevereiro de 2025, lançamos o Programa Novo Carajás. Este programa tem como foco a otimização da nossa produção de minério de ferro e a aceleração do crescimento da produção de cobre na região de Carajás, uma província rica em minerais e crucial para a descarbonização global e a transição energética. O programa inclui investimentos estratégicos em desenvolvimentos de projetos, tecnologia, práticas de saúde e segurança, e iniciativas de sustentabilidade, alavancando nossa escala operacional para fortalecer o desempenho de longo prazo na região.

Desinvestimento da Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança"). Em setembro de 2025, concluímos a venda de uma participação de 70% da Aliança Energia para a Global Infrastructure Partners ("GIP") por um valor de US$871 milhões, composto por uma entrada de caixa de US$ 1.006 milhões, líquida e de uma redução de US$ 135 milhões no investimento remanescente na Aliança Energia, em decorrência de um empréstimo assumido pela investida no contexto da transação. A transação incluiu os ativos da usina solar Sol do Cerrado e da usina hidrelétrica Risoleta Neves, ambas localizadas em Minas Gerais, bem como outras seis usinas hidrelétricas no mesmo estado e três parques eólicos nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Como resultado, a Aliança Energia tornou-se uma associada e reconhecemos uma perda agregada de US$206 milhões em nossas demonstrações de resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Formação de um novo consórcio para o Cinturão de Níquel de Thompson. Em fevereiro de 2026, a VBM firmou um acordo com a Exiro Minerals Corporation, a Orion Resources Partners e o Canada Growth Fund para estabelecer um novo consórcio de proprietários para o Cinturão de Níquel de Thompson, em Manitoba, Canadá. De acordo com o acordo, os parceiros formarão uma nova empresa na qual a Exiro, com a Orion e o Canada Growth Fund deterão, em conjunto, uma participação de 81,1%, e a VBM manterá uma participação minoritária de 18,9%. O consórcio também se comprometeu a investir até US$200 milhões para apoiar o desenvolvimento futuro da mineração de níquel na região. Além disso, a VBM firmou um contrato de fornecimento para o concentrado de níquel produzido na Usina de Thompson, mantendo sua posição estratégica como a principal produtora de níquel do Canadá. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento das condições habituais de fechamento, incluindo aprovações regulatórias e governamentais, e espera-se que ocorra até o final de 2026.

NOSSO FRAMEWORK AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ESG)

Temos uma estratégia de integrar totalmente a sustentabilidade em nosso negócio através de um planejamento sistemático, priorizando a gestão de impactos e riscos e estabelecendo um legado social, econômico e ambiental positivo nas regiões onde operamos. Nossas práticas ESG estão em constante evolução. Estamos em um setor de recursos naturais, o que torna ainda mais importante que atuemos como operadores responsáveis, protegendo o clima e a natureza, ao mesmo tempo que unimos as pessoas. Para integrar efetivamente a sustentabilidade em nossas práticas de gestão de negócios, estabelecemos um conjunto de metas ESG que orientam nossas prioridades de investimento e processos decisórios. Nossos compromissos com investidores socialmente responsáveis e partes interessadas ESG incluem webinars, roadshows e um site dedicado, o Portal ESG da Vale (https://www.vale.com/esg).). As informações em nosso Portal ESG,

incluindo nosso relatório anual sobre questões ESG e o Databook de ESG, não são incorporadas por referência neste relatório anual no Formulário 20-F.

- Somos uma das primeiras empresas a adotar voluntariamente o padrão internacional emitido pelo Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB) para preparar e divulgar informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas e divulgamos nosso primeiro relatório sob o padrão internacional do ISSB em junho de 2025, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

- Divulgamos regularmente nosso desempenho em sustentabilidade por meio de nosso Portal ESG e nosso relatório anual sobre questões ESG, de acordo com os Padrões da Global Reporting Initiative (GRI). Nosso relatório anual sobre questões ESG e nosso Databook de ESG, publicados anualmente, também incluem indicadores do Sustainability Accounting Standards Board, agora parte da International Financial Reporting Standards Foundation, da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), das principais métricas do Fórum Econômico Mundial e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU).

- Como membro ativo e comprometido do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), dedicamo-nos a implementar os Princípios de Mineração e as Expectativas de Desempenho do ICMM, apoiando iniciativas como a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas para a transparência das receitas minerais. Apoiamos e participamos da implementação do GISTM, um esforço para melhorar a segurança em todas as fases do ciclo de vida das instalações de armazenamento de rejeitos, com foco no engajamento significativo com as comunidades.

Nesta seção, resumimos algumas de nossas iniciativas ESG. Esta seção contém declarações que constituem declarações prospectivas. Ressaltamos que as declarações prospectivas não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas. Para obter informações sobre fatores que poderiam fazer com que nossos resultados reais sejam diferentes das expectativas refletidas nas declarações prospectivas, consulte *Panorama - Declarações Prospectivas - Fatores de Risco*.

Iniciativas Ambientais

Estamos integrando nossa estratégia de sustentabilidade em nossos negócios para minimizar os impactos socioambientais das operações e atender às demandas das partes interessadas, com base nos tópicos, metas e ações relevantes, conforme resumido abaixo. Informações adicionais estão disponíveis em nosso Portal ESG.

Mudanças climáticas. Alinhamos nossos objetivos ao Acordo de Paris e, voluntariamente, estabelecemos as seguintes metas relacionadas ao clima: reduzir as emissões absolutas de gases de efeito estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2 (baseadas no mercado) em 33% até 2030, utilizando 2017 como ano base, e alcançar emissões líquidas zero para esses escopos até 2050. Para o Escopo 3, a meta é uma redução líquida de 15% nas emissões de GEE até 2035, com base nos níveis de 2018. Estamos empenhados em alcançar esses objetivos por meio do desenvolvimento de novos produtos, soluções baseadas na natureza (NbS), uso de energia renovável e parcerias estratégicas com clientes e fornecedores. Desde 2020, investimos US$1,7 bilhão na redução das emissões de GEE, com US$251,6 milhões investidos em 2025. Entre as várias iniciativas previstas para 2025, destacam-se: as novas fases de testes com caminhões elétricos de 72 toneladas, iniciadas em 2022, bem como as destinadas à utilização de combustíveis renováveis nas frotas operacionais; as parcerias estabelecidas para o desenvolvimento de locomotivas e caminhões com tecnologia de combustível duplo, com potencial para reduzir as emissões através da mistura de etanol e gasóleo; o início de testes de campo para a utilização de misturas de biodiesel B30 e B50 em caminhões de transporte, que têm o potencial de reduzir as emissões em até 35% em comparação com o gasóleo atualmente consumido por nós no Brasil; e a parceria entre a Vale e a Petrobras, que realizou um teste em Singapura utilizando o biobunker VLS B24, um combustível marítimo composto por 24% de biodiesel de segunda geração produzido a partir de óleo alimentar usado. Para além destes avanços, as ferrovias Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) alcançaram o seu melhor desempenho em eficiência energética dos últimos dez anos, com uma redução anual de 11 milhões de litros no consumo de gasóleo, correspondendo a aproximadamente 28 mil toneladas de CO_2e. Estes resultados decorrem da implementação contínua de um conjunto de medidas operacionais destinadas a aumentar a eficiência energética e a otimizar o consumo de combustível.

Energia. Planejamos atingir 100% de fornecimento de energia renovável globalmente até 2030, aumentando o uso de eletricidade renovável em nossas operações por meio de parcerias estratégicas para novas soluções energéticas. No Brasil, atingimos 100% de fornecimento de energia renovável em 2023, dois anos antes do previsto. Também investimos em inovações tecnológicas, como o projeto Smart Mine, que utiliza inteligência artificial para otimizar a operação de caminhões fora de estrada. A solução determina a velocidade ideal para cada seção da mina e orienta os motoristas em tempo real, reduzindo o consumo de diesel, aumentando a eficiência energética e melhorando a produtividade. Essa iniciativa faz parte de nossa estratégia de descarbonização e modernização das operações. Nossos planos também incluem a expansão de tecnologias de otimização de processos, o aumento da eletrificação de ativos e a continuidade dos investimentos em energia renovável.

Outras Iniciativas Ambientais

Biodiversidade. Como parte dos nossos planos para contribuir para um futuro positivo para a natureza, também definimos uma Meta Florestal para recuperar e proteger 500.000 hectares além das nossas fronteiras operacionais. Protegemos e restauramos florestas por meio de medidas de compensação, iniciativas voluntárias e parcerias. Em 2025, em relação à nossa Meta Florestal, recuperamos mais de 25.000 hectares e mantivemos a proteção de mais de 200.000 hectares.

Resíduos. Em 2025, 81% da nossa produção não gerou rejeitos que foram depositados em barragens, em consonância com a nossa estratégia de alcançar um futuro positivo para a natureza através de iniciativas de circularidade. Estamos a implementar iniciativas como a estratégia de mistura, filtração de resíduos e a empilhagem a seco, a expansão do Sistema Norte, o projeto Capanema e a conversão da Unidade 1 para processamento a umidade natural. Além disso, investimos em iniciativas sustentáveis, como a produção de areia a partir de rejeitos de minério de ferro, utilizada na construção civil. A nossa subsidiária, Agera, destinou cerca de 3,8 milhões de toneladas de areia desde a sua constituição, em 2023.

Emissões atmosféricas. Nosso objetivo é reduzir nossas emissões de material particulado e óxidos de enxofre em 16% e de óxidos de nitrogênio em 10% até 2030. Planejamos atingir essa meta por meio de iniciativas em várias frentes, com planejamento estratégico de baixo carbono, incentivando o desenvolvimento de tecnologias específicas que contribuam para a redução dessas emissões, utilizando biocombustíveis e aumentando a eficiência operacional.

Social

Ambição social. Estamos avançando em nosso compromisso de ajudar a tirar 500.000 pessoas da extrema pobreza. Em 2025, aproximadamente 60.000 pessoas estiveram envolvidas em iniciativas, principalmente nos estados do Pará e do Maranhão no Brasil. Além disso, estamos comprometidos em garantir que todas as comunidades indígenas vizinhas às nossas operações recebam apoio técnico para desenvolver e implementar seus planos para alcançar os direitos estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). Em 2025, o povo Ka'apor, da Terra Indígena Alto Turiaçu, elaborou seu Plano de Vida, e o povo Tupiniquim, da Terra Indígena Comboios, elaborou seu Protocolo de Consulta. Este ano, também foi iniciado um curso de capacitação para o Povo Indígena Guajajara, que atua como guardiões da floresta, das Terras Indígenas Rio Pindaré e Caru. Essas são ações estruturantes construídas coletivamente e alinhadas aos direitos indígenas na UNDRIP. Também começamos a nos engajar com o povo Awá, recentemente contatado, das Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu, desenvolvendo diretrizes metodológicas com o suporte de especialistas. A proposta recebeu feedback positivo da Frente de Proteção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e de líderes indígenas. No total, cinco das onze comunidades indígenas com as quais mantemos relações no Brasil estão engajadas na implementação de suas iniciativas para garantir seus direitos.

Governança

Governança corporativa. Mantemos uma estrutura de governança corporativa alinhada às melhores práticas globais, visando assegurar a qualidade e a consistência do seu processo de tomada de decisões. Ao longo de 2025, continuamos a avançar e aprimorar nossas práticas de governança corporativa por meio de iniciativas voltadas para o fortalecimento do

desempenho de nossos órgãos de governança, incluindo a implementação de programas de integração focados na integração e no compartilhamento de conhecimento.

Gerenciamento de riscos. Temos cinco comitês executivos de risco que assessoram nossa administração no mapeamento e monitoramento de riscos por meio de nosso sistema integrado de gerenciamento de riscos. Além disso, também temos um comitê consultivo do Conselho de Administração – o Comitê de Auditoria e Riscos, que assessora o Conselho de Administração em nossa estratégia de gerenciamento de riscos. Essa abordagem integrada fortalece nossa capacidade de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de forma responsável e sustentável.

Remuneração: Nossos programas de remuneração estão alinhados com a estratégia de negócios e com o objetivo de sermos uma empresa mais segura e sustentável. Para isso, temos determinadas metas de desempenho vinculadas a critérios ESG.

ESFORÇOS DE REPARAÇÃO E REMEDIAÇÃO

Esforços de reparação e remediação de Brumadinho e Acordos Definitivos

Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento de uma barragem de rejeitos em nossa mina Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, estado de Minas Gerais. O rompimento da barragem liberou um fluxo de rejeitos que atingiu nossa área administrativa na mina Córrego do Feijão e partes das comunidades de Córrego do Feijão e Parque da Cachoeira localizadas em Brumadinho, além do Rio Paraopeba. O rompimento da barragem resultou em 270 fatalidades, incluindo duas mulheres grávidas e duas vítimas que ainda estão desaparecidas e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Jamais esqueceremos Brumadinho. Reafirmamos nosso respeito pelas vítimas e suas famílias, priorizando a reparação justa e mais rápida de Brumadinho. À medida que avançamos em nosso caminho para tornar nosso negócio melhor, comprometidos a valorizar as pessoas, a segurança e a reparação, continuamos firmes em nosso compromisso de nos tornarmos uma das companhias de mineração mais seguras e confiáveis do mundo.

Acordo judicial para Reparação Integral. Em 2021, celebramos o Acordo Judicial para Reparação Integral com diversos órgãos públicos, no qual concordamos em implementar diversos projetos de reparação socioeconômica e socioambiental.

- O valor econômico estimado do Acordo Judicial para Reparação Integral é de R$37,7 bilhões, que inclui: (i) R$6,3 bilhões em desembolsos realizados antes da data do acordo e com escopo similar ao do mesmo; (ii) R$19,9 bilhões em desembolsos necessários para a implementação de projetos e a serem gerenciados pelas autoridades; (iii) um teto de R$6,4 bilhões em custos estimados dos projetos de reparação socioeconômica a serem implementados diretamente por nós; e (iv) R$5 bilhões em custos estimados para determinados projetos de recuperação ambiental (Plano de Reparação Ambiental) a serem implementados por nós, que não estão sujeitos a um teto.

- O Acordo Judicial para Reparação Integral resolve a maioria das demandas formuladas em determinadas ações civis públicas nas quais as autoridades públicas buscaram indenizações e uma ampla gama de medidas cautelares contra nós em conexão com o rompimento da barragem de Brumadinho.

- Já realizamos desembolsos referentes a 81% do valor atualizado dos compromissos estabelecidos no Acordo Judicial para Reparação Integral. Em 31 de dezembro de 2025, havíamos incorrido em R$6,8 bilhões em obras de infraestrutura e ações de reparação ambiental e socioeconômica, e cumprido 95% de nossas obrigações de pagamento, no valor total de R$21,3 bilhões, e 51% de nossas obrigações de execução de determinadas ações, correspondentes a R$13,7 bilhões (esses valores incluem R$6,3 bilhões em desembolsos realizados antes da data de assinatura do acordo).

Outros acordos relacionados ao rompimento da barragem em Brumadinho. Estamos comprometidos em promover a reparação e remediação céleres para os afetados pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Isso inclui a resolução de processos judiciais relacionados. Nossos principais acordos de conciliação com órgãos públicos estão destacados a seguir.

- *Acordo de conciliação preliminar de abril de 2019 com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:* Em abril de 2019, celebramos um acordo com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais para estabelecer o framework para os acordos de conciliação para pedidos de indenização por danos materiais e outros danos econômicos e danos morais. Em dezembro de 2025, tínhamos chegado a acordos com mais de 15.040 indivíduos, totalizando aproximadamente R$2,8 bilhões, considerando Brumadinho e territórios evacuados.

- *Acordos de conciliação com o Ministério Público do Trabalho e com Sindicatos de Trabalhadores:* Em julho de 2019, firmamos um acordo de conciliação com o Ministério Público do Trabalho para indenizar os familiares das vítimas fatais do rompimento da barragem. Em março de 2020, firmamos um acordo de conciliação com os sindicatos para indenizar os funcionários sobreviventes e os trabalhadores da Mina Córrego do Feijão e da Mina Jangada. Em julho de 2021, celebramos um acordo em que nos comprometemos a indenizar o núcleo familiar de empregados falecidos, com a extinção de seus contratos de trabalho. Em dezembro de 2025, havíamos chegado a acordos com mais de 2.510 indivíduos, totalizando aproximadamente R$1,1 bilhão. Em 30 de abril de 2025, foi ratificado pelo tribunal do trabalho um acordo que estabelece o pagamento de indenizações por danos morais a 270 vítimas mortais e a dois fetos, no valor de R$1,0 milhão cada. O acordo ascende a um total de R$299,2 milhões, incluindo os honorários dos advogados. Este acordo abrange todos os trabalhadores falecidos e, uma vez aceite os seus termos, tanto as ações coletivas como as individuais ficam encerradas.

- *Acordo com Povos Indígenas:* Firmamos dois acordos envolvendo Povos Indígenas em 2022 para indenizar o Povo Indígena da Vila Katurãma e o grupo liderado por Dona Eline Pataxó. Esses acordos foram integralmente pagos. Em 2023, firmamos outro acordo abrangente de indenização com o Povo Indígena Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe de Tronco Gervasio e Antônia. Atualmente, aguardamos a sentença definitiva para concluir os pagamentos. Em 2025, firmamos outro acordo abrangente de indenização com os povos indígenas Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe da aldeia de Naô Xohã, aceito pela maioria dos membros do grupo. As negociações com o restante do grupo da aldeia de Naô Xohã estão em andamento e ainda são objeto de duas Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública Federal, referentes tanto à reparação coletiva quanto à indenização individual. Continuamos a cumprir a decisão judicial que determinou a realocação temporária de famílias da Vila Naô Xohã. Até o final de 2025, a maior parte do grupo abrangido pela Ação Pública Civil havia chegado a acordos e as negociações com os demais grupos indígenas ainda estão em andamento.

- *Acordo com as Comunidades Quilombolas*: Com relação às quatro comunidades quilombolas em Brumadinho impactadas pelo rompimento da barragem, definimos medidas para a reparação de danos coletivos difusos, vinculadas aos Estudos de Impacto e Avaliação de Danos do Componente Quilombola. Todas as etapas desse processo devem envolver a participação ativa da comunidade e são supervisionadas pela Fundação Cultural Palmares, instituição responsável pela proteção dos direitos dessas comunidades, por uma assessoria técnica independente e pela Defensoria Pública Federal. Essas medidas devem ser negociadas com as partes envolvidas no âmbito do Acordo Judicial para Reparação Integral. No caso das três comunidades quilombolas na bacia do rio Paraopeba, as reuniões de feedback sobre a fase 1 da ERSHRE (Avaliação de Risco à Saúde Humana e Avaliação de Risco Ecológico) estão agendadas para 2026.

Outros acordos de conciliação. Celebramos outros acordos de conciliação com órgãos públicos, além de acordos de conciliação individuais. Essas medidas incluem apoio a serviços municipais, pagamentos emergenciais a povos indígenas, medidas específicas de reparação, auditorias externas e revisões da integridade estrutural dos ativos, medidas para reforçar estruturas e suspensão de operações. Para obter mais informações sobre acordos judiciais, processos e investigações relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho, consulte *Informações Adicionais — Processos Judiciais*.

Outros esforços de reparação e remediação. Implementamos importantes iniciativas para restaurar e revitalizar o território diretamente impactado, especialmente a comunidade do Córrego do Feijão. Revitalizamos a praça central e construímos o mercado comunitário e centro cultural para promover encontros e oportunidades para a comunidade. Outros projetos planejados incluem um campo de futebol, um parque ecológico, uma escola, uma capela, um cemitério e uma mata com trilhas para atividades recreativas. Também apoiamos 478 associações locais e pequenos negócios, direta e indiretamente, beneficiando mais de 20.000 pessoas. Além disso, mais de 570 estruturas de abastecimento de água foram implementadas, atendendo potencialmente mais de 5 milhões de pessoas por meio de ações de saneamento nas bacias Velhas, Doce e Paraopeba.

Em janeiro de 2026, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais anunciou publicamente o fim das buscas pelas duas vítimas ainda não identificadas. Segundo o departamento, mais de 11 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram inspecionados. O processo continua agora com a Polícia Civil, que segue realizando o trabalho de identificação por meio de perícia forense nos achados que ainda estão sob análise.

Esforços de reparação, remediação e Acordos definitivos relacionados à barragem de rejeitos da Samarco

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos do Fundão de propriedade da nossa joint venture Samarco se rompeu, liberando rejeitos a jusante, inundando certas comunidades e causando impactos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do Rio Doce. A ruptura resultou em 19 mortes e causou danos materiais e ambientais às áreas afetadas. A Samarco é uma joint venture de propriedade igual entre nós e a BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP Brasil).

Acordo Definitivo. Em outubro de 2024, nós, juntamente com a Samarco e a BHP Brasil, firmamos um acordo de conciliação referente ao processo de reparação e indenização decorrente do rompimento da barragem de Fundão, resultante de um processo de mediação conduzido pelo Tribunal de Justiça da 6ª Região (TRF-6). O acordo foi assinado pelas três empresas, pelo governo federal, pelos governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pelas Procuradorias Públicas Federal e Estadual, pelas Defensorias Públicas Federal e Estadual dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e por outras autoridades governamentais federais e estaduais, (Acordo Definitivo). Em novembro de 2024, o STF ratificou o Acordo Definitivo. Para informações adicionais, consulte a nota explicativa 26 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O Acordo Definitivo, estimado em R$170 bilhões substituiu todos os acordos anteriores e abrange tanto os desembolsos feitos antes de sua ratificação quanto os novos compromissos financeiros, que serão pagos ao longo de 20 anos em ações de remediação e compensação. Além disso, prevê iniciativas a serem implementadas pela Samarco, com desembolsos ocorrendo principalmente nos três anos seguintes à ratificação. De 2015 até 31 de dezembro de 2025, um total de R$73,1 bilhões foi desembolsado, incluindo R$38 bilhões que já haviam sido investidos até setembro de 2024 em medidas de remediação e compensação antes do Acordo Definitivo.

Em conformidade com o Acordo Definitivo, a Fundação Renova foi liquidada em novembro de 2025, em conformidade com o prazo de 12 meses para a conclusão da transição de direitos e obrigações para a Samarco. A Samarco tornou-se a principal responsável pelo cumprimento dessas obrigações, bem como pela transição de alguns programas da Fundação Renova. Como acionistas da Samarco, a BHP e nós nos comprometemos, cada um, a pagar até 50% de qualquer valor que a Samarco não consiga financiar como devedora principal, proporcionalmente às nossas participações acionárias na companhia. Nossa provisão registrada para essas obrigações é de US$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2025 e inclui estimativas da capacidade financeira da Samarco para cumprir as obrigações estabelecidas no Acordo Definitivo. A capacidade da Samarco de cumprir as obrigações de reparação está sujeita a um limite máximo de US$1 bilhão, válido de 2024 a 2030, conforme estabelecido no Plano de Reorganização Judicial (Plano JR). Para obter mais informações sobre a Samarco, consulte a seção *Informações sobre a Companhia-Segmentos de Negócios-Outros Investimentos-Samarco*.

Remuneração

Até 31 de outubro de 2024, data em que o Acordo Definitivo foi alcançado, a Fundação Renova havia pago R$18,12 bilhões por meio dos Programas de Indenização por Danos Gerais (PIM-DG), Danos por Água (PIM-DA), Sistema Simplificado de Indenização e Auxílio Financeiro Emergencial (AFE). A indenização às vítimas foi paga por meio de aproximadamente 447.300 acordos.

Entre novembro de 2024 e dezembro de 2025, a Samarco pagou mais R$16,7 bilhões em indenizações e auxílio financeiro, por meio de aproximadamente 335.100 novos acordos de indenização. Ademais, aproximadamente 6.900 membros de comunidades indígenas e tradicionais foram indenizados pelo Auxílio Emergencial de Subsistência (ASE).

O Acordo Definitivo estabelece uma resolução definitiva da indenização individual para as modalidades existentes e os critérios estabelecidos para indenização. A Samarco também implementou o Programa de Indenização Definitiva (PID), concebido como uma última oportunidade de indenização para aqueles que ainda não haviam sido contemplados por

programas de indenização anteriores. Até 31 de dezembro de 2025, 301.500 acordos e R$11,1 bilhões em pagamentos de indenização haviam sido realizados no âmbito do PID.

O Povo Indígena Krenak de Itueta e Resplendor, localizado no estado de Minas Gerais, optou por não aderir ao Acordo Definitivo, tendo sido realizadas negociações específicas com esse grupo. Em dezembro de 2025, foi celebrado um acordo no valor de R$ 1,6 bilhão com o grupo, o qual foi posteriormente homologado pelo respectivo Juízo Federal em março de 2026. Em razão disso, o montante anteriormente destinado a esse grupo no âmbito do Acordo Definitivo (aproximadamente R$ 720 milhões) deixou de ser devido pela Samarco, por nós e pela BHP.

Reassentamentos

O Acordo Definitivo prevê a conclusão dos reassentamentos nos distritos de Novo Bento Rodrigues e Paracatu. Antes da execução do Acordo Definitivo, 86% dos reassentamentos haviam sido concluídos. A Samarco está coordenando a conclusão dos casos restantes. O processo de reassentamento envolve participação ativa das comunidades e assessores técnicos, seguindo altos padrões de excelência no reassentamento comunitário. O acordo prevê a manutenção dessas estruturas por cinco anos a partir da entrega das chaves, mediante a assinatura do termo de quitação, ou até a transferência definitiva da propriedade, com o registro do imóvel em nome da unidade familiar. Em dezembro de 2025, aproximadamente 99% dos casos de reassentamento haviam sido concluídos.

Recuperação Ambiental

As demais ações de recuperação ambiental na área impactada do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, e no litoral norte do Espírito Santo, na bacia do Rio Doce, serão concluídas diretamente pela Samarco. O Acordo Definitivo estabelece marcos de entrega e objetivos específicos para cada uma dessas ações, entre os quais, o reflorestamento de 50.000 hectares, a conclusão da recuperação de 5.000 nascentes e a restauração das margens e do ambiente aquático nos locais indicados no Acordo Definitivo.

Além dessas ações diretas da Samarco, o Acordo Definitivo estabelece iniciativas para promover a melhoria da qualidade ambiental da Bacia do Rio Doce, que serão realizadas pelas autoridades públicas, em consonância com as políticas públicas, como a melhoria do saneamento básico para os municípios afetados, além de outras medidas que visam à melhoria da qualidade da água do Rio Doce.

A Samarco realizou estudos na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (UHE Candonga) para avaliar alternativas de viabilidade econômica, social e ambiental para a remoção de até 9,15 milhões de m³ de sedimentos depositados no reservatório. As alternativas de remoção já foram formalmente submetidas ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dando o primeiro passo no processo de licenciamento ambiental. Além disso, a Samarco realizou estudos sobre a gestão de áreas contaminadas e das substâncias descritas no acordo, visando o monitoramento da qualidade ambiental.

Informações sobre o processo de reparação em conexão com o Acordo Definitivo podem ser encontradas no site da Samarco, através do link: www.samarco.com/reparacao/. As informações no website da Samarco não são incorporadas por referência neste relatório anual no Formulário 20-F.

Outros Acordos de Conciliação Relacionados a Barragens de Rejeitos

Também firmamos acordos com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, relativos a outras barragens, a saber, B3/B4, Pontal, Vargem Grande, Forquilha I, II, III e IV e barragens do Grupo. Para mais informações, consulte *Informações Adicionais — Processos Legais.*

Segurança de Barragens e Rejeitos

Implementamos diversas iniciativas para aprimorar nosso processo de gestão de rejeitos e barragens e melhorar a segurança das barragens.

Descaracterização de barragens a montante. Nossa principal iniciativa é a descaracterização de todas as nossas estruturas a montante no Brasil, incluindo barragens, diques e pilhas drenadas no Brasil. O termo "descaracterização" significa reintegrar funcionalmente a estrutura e seu conteúdo ao meio ambiente, de modo que a estrutura não sirva mais ao seu propósito principal de atuar como contenção de rejeitos, sedimentos ou água. Descaracterizamos 19 das 30 barragens a montante que possuíamos em 2019. Em 2025, gastamos um total de US$378 milhões em atividades relacionadas à descaracterização de estruturas/barragens a montante. Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos uma provisão de US$2.097 milhões reconhecida em nosso balanço para a descaracterização de estruturas a montante. Disposições adicionais poderão ser reconhecidas como resultado de ajustes nos projetos de descaracterização.

Em 2025, concluímos a descaracterização da barragem Grupo, no município de Ouro Preto, e da barragem Campo Grande, no município de Mariana (sujeita à avaliação final pelas autoridades competentes), ambas localizadas no estado de Minas Gerais, resultando na descaracterização de 19 das 30 estruturas a montante. Desde 2019, foram descaracterizadas, no âmbito do nosso plano de descaracterização, as seguintes estruturas: barragem Grupo e barragem Campo Grande, os diques 1A e 1B do Sistema Conceição, a barragem Área IX (sujeita à avaliação final pelas autoridades competentes), a barragem B3/B4 da Mina Mar Azul, o Dique 2 do Sistema Pontal, os Diques 3 e 4 do Sistema Pontal, o Dique Auxiliar do B5 MAC, a barragem Baixo João Pereira, a barragem Ipoema, a barragem Pondes de Rejeitos, a barragem Fernandinho, o Dique 5 do Sistema Pontal, a barragem Rio do Peixe, os diques Kalunga 2 e Kalunga 3 e a barragem 8B.

O processo de descaracterização é importante para a redução do risco a longo prazo das instalações de rejeitos a montante, mas os trabalhos podem impactar a estabilidade geotécnica de certas instalações de rejeitos a montante a curto prazo, aumentando o risco de colapso dessas estruturas, especialmente durante as primeiras fases desse processo. Para mitigar esse risco, evacuamos as zonas a jusante das barragens críticas, para as quais barragens de reserva foram implementadas exclusivamente para conter os rejeitos em caso de rompimento. Para mitigar o risco de fatalidades, consideramos alternativas para realizar as obras nessas barragens críticas com equipamentos operados remotamente, cujo projeto está sendo revisado com níveis adequados de redundância.

Entre 2020 e 2021, concluímos a construção de três barragens de reserva no Estado de Minas Gerais: (i) uma para a barragem Sul Superior em Gongo Soco; (ii) uma para as barragens Forquilha I, Forquilha II, Forquilha III, Forquilha IV e Grupo em Ouro Preto; e (iii) uma para a barragem B3/B4 em Nova Lima, que foi removida em 2024 após a conclusão da descaracterização da barragem. Em 2022, concluímos a construção da barragem de reserva de Coqueirinho, para o Sistema Pontal, em Itabira. Em 2025, concluímos a implementação da barragem de reserva ECJ2, que permitirá a descaracterização dos diques Minervino e Cordão Nova Vista, também para o Sistema Pontal, em Itabira.

Também operamos barragens de rejeitos no Canadá, incluindo barragens a montante. Essas barragens a montante não fazem parte do nosso programa de descaracterização e não há razões técnicas ou regulatórias para fazê-lo. Todas as nossas barragens no Canadá foram construídas de acordo com os documentos de orientação de engenharia emitidos pela Canadian Dam Association. As barragens legadas anteriores a esta orientação estão sendo atualizadas de acordo por meio de um programa abrangente de reabilitação de barragens e reforço de pés de talude.

Melhorias nas condições de segurança de nossas barragens.

Em 2020, 35 barragens em nosso portfólio foram classificadas em algum nível de emergência (o sistema de níveis de emergência é definido pela legislação brasileira (Resolução ANM 95/2022). No final de 2025, esse número foi reduzido para nove estruturas, quatro no nível 2 e cinco no nível 1 (o menor nível de risco desta classificação) – e atingimos nossa meta de eliminar todas as barragens no nível de emergência 3 (o nível mais alto de risco nessa classificação).

Monitoramento e medidas cautelares. Todas as nossas barragens são monitorizadas rotineiramente e estão sujeitas à supervisão das autoridades públicas competentes. Além disso, as nossas principais estruturas também são monitorizadas continuamente por três Centros de Monitoramento Geotécnico, que utilizam tecnologias avançadas como satélites e inteligência artificial.

Os regulamentos brasileiros exigem certificações de estabilidade semestrais (Declaração de Condição de Estabilidade ou DCE) de um especialista independente para cada uma de nossas barragens cobertas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Caso não possamos cumprir os requisitos de segurança necessários para a emissão da DCE de uma determinada barragem, precisaremos tomar certas ações emergenciais com base no Plano de Ação de Emergência para Barragem de Mineração para tal barragem, que podem incluir a suspensão das operações correlatas, a evacuação do entorno da barragem e a remoção de comunidades.

A melhoria nas condições de segurança de nossas estruturas reflete os esforços que a empresa vem realizando, implementando medidas como o novo sistema de gestão para nossas instalações de armazenamento de rejeitos, impulsionado pelas lições aprendidas com o rompimento da barragem em Brumadinho e pelas melhores práticas e padrões internacionais, conforme definido na Norma Global da Indústria para Gestão de Rejeitos (GISTM). Informações adicionais sobre a situação dos DCEs e níveis emergenciais de nossas estruturas estão disponíveis em nosso Portal ESG, em https://www.vale.com/esg. As informações em nosso website não são incorporadas por referência neste relatório anual no Formulário 20-F.

Compromisso com o Padrão Global da Indústria sobre Gestão de Rejeitos (GISTM). Nós, juntamente com todos os membros do ICMM, estamos comprometidos com o GISTM. Em agosto de 2025, havíamos implementado o GISTM em todas as nossas 50 Instalações de Armazenamento de Rejeitos, cumprindo os prazos estabelecidos para o setor.

Declarações Prospectivas

Este relatório anual contém declarações que poderão constituir declarações prospectivas. Muitas das declarações prospectivas podem ser identificadas pelo uso de palavras com conotação de futuro, tais como "prever", "acreditar", "poderia", "esperar", "deve", "pode", "vai", "planejar", "pretender", "estimar", "objetivar", "ambicionar" e "potencial", dentre outras. Essas declarações aparecem em inúmeros lugares e incluem declarações sobre a nossa intenção, crença ou expectativas atuais a respeito:

- das tendências nos preços das commodities e da oferta e demanda por commodities;
- do impacto futuro da concorrência e regulamentação;
- da exploração de reservas e recursos minerais e desenvolvimento de instalações de mineração;
- da exaustão de minas e reservas e recursos minerais;
- do impacto do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho em 2019, o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 2015 e as medidas de remediação relacionadas em nossas operações, fluxos de caixa e situação financeira;
- a implementação do nosso plano de descaracterização de barragens;
- o resultado das várias investigações regulamentares, governamentais, tratamentos fiscais incertos e procedimentos legais nos quais estamos envolvidos;
- impacto das tarifas, barreiras comerciais e outras restrições impostas ao comércio global;
- o impacto da guerra em curso na Ucrânia e no Oriente Médio e seu impacto na economia global, incluindo as sanções econômicas, que são altamente incertos e difíceis de prever;
- da nossa direção e operações futuras;
- da implementação de nossa estratégia financeira e planos de investimentos;
- do pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio;
- cumprimento dos compromissos financeiros;
- das tendências do setor, incluindo a direção dos preços e níveis esperados de oferta e demanda;
- da implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo nosso potencial participação em operações de aquisição, desinvestimento ou joint venture ou outras oportunidades de investimento;
- nossa capacidade de cumprir nossas metas e compromissos ASG;
- a implementação de novas tecnologias para mitigar riscos operacionais e alcançar nossos compromissos e metas ESG;
- de outros fatores ou tendências que afetam nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais; e
- dos fatores discutidos em *Panorama — Fatores de risco*.

Ressaltamos que as declarações prospectivas não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem diferir consideravelmente daqueles contidos nas declarações prospectivas, como resultado de inúmeros fatores. Esses riscos e incertezas incluem fatores relativos a (i) questões econômicas, políticas e sociais nos países em que operamos, (ii) a economia global, (iii) preços de commodities, (iv) mercados financeiro e de capitais, (v) negócios de mineração e metais, que são de natureza cíclica e sua dependência da produção industrial global, que também é cíclica, (vi) regulação e tributação, (vii) incidentes operacionais ou acidentes, e (viii) o alto grau de competição global em os mercados em que operamos. Para obter informações adicionais sobre fatores que podem fazer com que nossos resultados reais sejam diferentes das expectativas refletidas nas declarações prospectivas, consulte *Panorama — Fatores de risco*. As declarações prospectivas são válidas apenas na data em que forem feitas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizá-las à luz de novas informações ou desdobramentos futuros. Todas as declarações prospectivas atribuídas à Companhia ou a uma pessoa que aja em nosso nome são expressamente limitadas em sua totalidade por esta declaração de precaução, não devendo o leitor fiar-se demasiadamente em nenhuma declaração prospectiva.

Fatores de Risco

Nossos negócios, operações e resultados financeiros estão sujeitos a diversos riscos e incertezas, incluindo, entre outros, aqueles descritos abaixo e em outras partes deste relatório anual, o que pode prejudicar nossos negócios, nossa reputação, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais, e afetar o preço de negociação de nossos títulos. Riscos e incertezas adicionais que não são atualmente conhecidos por nós ou que atualmente não acreditamos que não sejam relevantes também podem prejudicar nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

RISCOS GEOTÉCNICOS

O rompimento de uma barragem ou outra estrutura geotécnica pode causar danos graves, incluindo danos pessoais, patrimoniais e ambientais.

Possuímos um número significativo de barragens, minas a céu aberto, aterros sanitários e outros tipos de estruturas geotécnicas. Algumas dessas instalações de armazenagem de rejeitos foram construídas com o método de levantamento "a montante", o que pode apresentar maiores riscos de estabilidade riscos de estabilidade, principalmente relacionados à liquefação. Algumas de nossas joint ventures e investidas, incluindo a Samarco, também possuem barragens e estruturas similares, incluindo estruturas construídas usando o método de alteamento a montante.

- O rompimento de qualquer uma dessas estruturas geotécnicas ou vazamentos dessas estruturas podem causar perda de vidas e graves danos pessoais, patrimoniais e ambientais, bem como impacto social negativo, podendo ter efeitos adversos em nossos negócios e reputação, conforme evidenciado pelas consequências do rompimento da barragem em Brumadinho e da barragem da Samarco em Mariana.
- A evacuação das zonas a jusante das barragens críticas, a construção de barreiras físicas (barragens de apoio) para conter os rejeitos em caso de ruptura e outras medidas de segurança que tomamos podem não ser suficientes para evitar danos e impactos nas comunidades.
- O processo de descaracterização é extremamente complexo, e o cronograma para sua conclusão depende de estudos técnicos específicos para cada estrutura. As obras relacionadas ao processo de descaracterização podem impactar o comportamento geotécnico de algumas instalações de rejeitos a montante, o que pode aumentar o risco de rompimento dessas estruturas.

Até a presente data, concluímos aproximadamente 63% do nosso plano de descaracterização. A eliminação de 100% das barragens no programa de descaracterização está prevista para ser alcançada até 2035, dadas as características técnicas das barragens, como os volumes de rejeitos contidos. A implementação do plano de descaracterização exigirá gastos significativos, e o processo de descaracterização pode levar muito tempo. Também possuímos e operamos barragens elevadas a montante fora do Brasil, as quais não fazem parte do atual programa de descaracterização.

O rompimento da nossa barragem em Brumadinho em 2019 e o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana em 2015 causaram fatalidades e graves danos pessoais, materiais e ambientais. Todas as consequências ambientais do rompimento das barragens em Brumadinho e Mariana permanecem incertas, e danos adicionais podem ser identificados no futuro. Como resultado, esses eventos afetaram adversamente e podem continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa posição financeira, nossas operações e nossa reputação. Para mais detalhes, ver *Panorama — Panorama dos Negócios — Esforços de Reparação e Remediação.*

RISCOS OPERACIONAIS

Problemas operacionais podem afetar negativa e significativamente nossos negócios e o nosso desempenho financeiro.

Problemas e falhas operacionais podem ter um impacto negativo significativo em nossos negócios, produtividade, desempenho financeiro e estratégico. Nossos negócios estão sujeitos a vários riscos que podem afetar adversamente os resultados de nossas operações, tais como:

- Condições climáticas extremas e eventos de força maior, que podem causar interrupções operacionais e ter um impacto significativo na continuidade das atividades.
- Condições adversas de mineração, que podem limitar ou atrasar a produção esperada e o cumprimento das especificações acordadas com os clientes, podendo resultar em revisões contratuais e ajustes de preços.
- Acidentes de trabalho ou de processo envolvendo nossos próprios funcionários ou contratados em nossas instalações industriais e outras infraestruturas críticas, com potencial para interromper as operações e causar impactos significativos.
- Interrupções ou atrasos em nossa cadeia de suprimentos e/ou transporte de nossos produtos, inclusive como resultado de falhas ou atrasos em modais logísticos essenciais, como ferrovias, rodovias, portos e embarcações, que podem comprometer a entrega de produtos e nossas operações.
- Ocorrência de doenças, epidemias, pandemias ou surtos contagiosos nas regiões onde operamos, representando riscos à saúde e segurança dos funcionários e podendo resultar em ausências, limitações operacionais e a necessidade de medidas extraordinárias.
- Conflitos trabalhistas, que podem levar a paralisações temporárias das atividades ou restrições significativas às operações.
- Alterações nas condições de mercado ou no framework regulatório, que podem alterar a viabilidade econômica de operações específicas, tornando-as desalinhadas com a estratégia empresarial.
- Atrasos ou falhas na obtenção ou renovação de autorizações e licenças necessárias à continuidade das atividades, bem como aumentos inesperados nos custos associados a esses procedimentos.
- Interrupções, falhas ou indisponibilidade de sistemas ou serviços críticos de tecnologias de informação, seja por acidentes, falhas sistémicas ou atos maliciosos, que podem afetar as operações, a segurança da informação e a tomada de decisão.
- Nossos negócios podem ser adversamente afetados pela falha ou indisponibilidade de certos ativos ou infraestrutura críticos.

Contamos com certos ativos e infraestrutura críticos para produzir e transportar nossos produtos para nossos clientes. Esses ativos críticos incluem minas, instalações industriais, portos, ferrovias, estradas e pontes. A falha ou indisponibilidade de qualquer ativo crítico, seja resultante de eventos naturais ou problemas operacionais, pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

Substancialmente toda a nossa produção de minério de ferro do Sistema Norte é transportada de Carajás, no estado brasileiro do Pará, para o porto de Ponta da Madeira, no estado brasileiro do Maranhão, através da ferrovia Carajás (EFC). Qualquer interrupção da estrada de ferro Carajás ou do porto de Ponta da Madeira pode impactar significativamente nossa capacidade de vender nossa produção do Sistema Norte. Com relação à ferrovia Carajás, existe um risco particular de interrupção na ponte sobre o Rio Tocantins, na qual os trens circulam em uma única linha ferroviária. No porto de Ponta da Madeira, existe um risco particular de interrupção no canal de acesso de São Marcos, um canal de águas profundas que fornece acesso ao porto. Além disso, qualquer falha ou interrupção de nossa correia transportadora de longa distância (TCLD) usada para transportar nossa produção de minério de ferro da mina S11D para a planta de beneficiamento, pode afetar negativamente nossas operações na mina S11D.

Nosso negócio está sujeito a eventos de saúde, segurança e meio ambiente.

Nossa empresa está sujeita a eventos relacionados a saúde, segurança e meio ambiente. A viabilidade de nossos negócios está intrinsecamente ligada à integridade do meio ambiente e ao bem-estar dos trabalhadores e das comunidades vizinhas às nossas atividades e operações. Nossas atividades envolvem o uso, manuseio, armazenamento, descarte e eliminação de substâncias não perigosas e perigosas, bem como o uso de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, resultando em riscos e potenciais impactos adversos sobre as pessoas e o meio ambiente, como incêndios, explosões, vazamentos de gases tóxicos, derramamentos ou infiltrações de poluentes ou outros materiais perigosos, deslizamentos de rochas, incidentes em barragens e falhas em outras estruturas operacionais. Esses eventos podem causar alterações diretas e indiretas na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos.

Em termos de riscos à segurança, as operações podem envolver perigos relacionados a equipamentos móveis, veículos, equipamentos industriais e outras infraestruturas críticas, que podem resultar em acidentes potencialmente fatais. Tais eventos podem ocorrer devido a deficiências na identificação, avaliação ou controle desses riscos. A materialização desses riscos pode gerar impactos ambientais, sociais e de direitos humanos, danos ou destruição de minas ou instalações de produção, lesões, doenças e fatalidades envolvendo funcionários, contratados e/ou membros da comunidade próximos às nossas operações, bem como perdas e responsabilidades financeiras e legais.

Nossos negócios podem ser afetados de maneira adversa por regulamentos sociais, culturais, ambientais e de saúde e segurança, incluindo regulamentações relativas às mudanças climáticas.

Quase todos os aspectos de nossas atividades, produtos e serviços associados a projetos e operações de capital, incluindo atividades de fechamento de minas em todo o mundo estão sujeitos a regulamentações sociais, ambientais e de saúde e segurança, que podem nos expor a maiores responsabilidades ou custos. Esses regulamentos exigem que tenhamos licenças, permissões e autorizações ambientais para nossas operações e projetos, e realizemos avaliações de impacto ambiental e social, incluindo identificação e análise de riscos, a fim de obter aprovação para nossos projetos e permissão para iniciar a construção e continuar operando. Alterações significativas nas operações existentes também estão sujeitas a essas exigências.

Em virtude de nossas autorizações, licenças e permissões, podemos estar sujeitos a restrições relacionadas à operação e manutenção de barragens, proteção de comunidades, incluindo Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e outras comunidades tradicionais, proteção de cavernas, biodiversidade (ecossistemas, fauna e flora), mudanças climáticas, entre outras, o que pode nos obrigar a limitar ou modificar nossos planos de mineração, impactando nossos volumes de produção, custos, reservas e recursos. Para obter mais informações sobre nossas concessões de lavra e outros direitos semelhantes, consulte *Informações sobre a Companhia—Assuntos Regulatórios*. Dificuldades na obtenção ou renovação de licenças podem levar a atrasos na construção, aumentos de custos e podem adversamente impactar em nossos volumes de produção. Os regulamentos sociais, ambientais e de saúde e segurança também impõem normas, procedimentos, monitoramento e controles operacionais sobre atividades relacionadas à pesquisa mineral, mineração, beneficiamento, atividades de pelotização, serviços ferroviários e marítimos, portos, descaracterização, descomissionamento, atividades de fechamento de minas, distribuição e comercialização dos nossos produtos. Tal regulação pode acarretar custos e responsabilidades significativos. Litígios e incertezas legais e regulatórias relacionados a esses ou outros assuntos relacionados podem afetar adversamente nossa condição financeira ou causar danos à nossa reputação.

As regulamentações sociais, ambientais e de saúde e segurança em muitos países em que operamos tornaram-se mais rígidas nos últimos anos, e é possível que mais regulamentações ou aplicações mais rigorosa das regulamentações existentes nos afetem negativamente ao impor restrições a nossas atividades, produtos e ativos, criando novos requisitos para a emissão ou renovação de licenças ambientais e autorizações trabalhistas, resultando em atrasos no licenciamento e na operação, aumentando nossos custos ou exigindo que participemos de esforços dispendiosos de recuperação. Todos esses fatores podem afetar nossas práticas e resultar em aumento de custos ou despesas, obrigar-nos a novos dispêndios de capital, restringir ou suspender operações, amortizar ativos ou reservas e recursos.

Outro aspecto que pode interferir nos negócios direta ou indiretamente é o cenário político e social nos territórios onde atuamos. Para uma discussão sobre as regras relativas ao licenciamento e operação de barragens após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, vide *Informações sobre a Companhia — Questões Regulatórias — Regulamentação Brasileira de Barragens de Mineração*. Para obter uma discussão sobre as regras relativas à proteção de cavernas no Brasil, que podem exigir que limitemos ou modifiquemos nossos planos de mineração de tempos em tempos, consulte *Informações sobre a Companhia—Assuntos regulatórios*. Para uma discussão das políticas nacionais e regulamentações internacionais relacionadas às mudanças climáticas, que podem afetar uma série de nossos negócios em vários países, consulte *Informações sobre a Companhia — Assuntos Regulatórios — Regulamentações Ambientais.*

Conflitos trabalhistas podem eventualmente interromper nossas operações.

Um número substancial de nossos funcionários, e alguns dos funcionários de nossos subcontratados, são sindicalizados e regidos por acordos coletivos ou outros contratos de trabalho que exigem renegociação regular. Greves ou outras interrupções trabalhistas em qualquer uma de nossas operações podem afetar negativamente a eficiência operacional, atrasar a conclusão do projeto e aumentar os custos do projeto. Para mais informações sobre relações trabalhistas, consulte a seção *Administração e Empregados – Empregados*. Além disso, nossas operações podem ser impactadas por disputas trabalhistas que afetam fornecedores terceirizados que nos fornecem bens ou serviços essenciais.

Nossas operações podem ser afetadas de forma adversa e relevante por pandemias, epidemias ou surtos de doenças.

As interrupções causadas por pandemias, epidemias ou surtos de doenças, podem afetar adversamente nossa condição financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa e posição competitiva, particularmente no que se refere ao aumento dos custos e atrasos e interrupções na cadeia de suprimentos. Medidas tomadas pelas autoridades públicas em resposta a tais eventos também podem impactar nossos negócios, inclusive mediante restrições às nossas operações, bloqueios, paralisações, redução de inspeções, autuações e autorizações, entre outras dificuldades. Não podemos prever quando e se tais eventos ocorrerão e evoluirão, nem seu escopo e duração e, portanto, não podemos estimar o impacto potencial em nossa condição financeira, resultados de operações, fluxos de caixa e posição competitiva.

Podemos não ter cobertura de seguro adequada para alguns riscos.

Nossos negócios estão geralmente sujeitos a vários riscos e perigos, que podem afetar pessoas, ativos e o meio ambiente. O seguro que mantemos contra riscos típicos em nossos negócios pode não fornecer cobertura adequada. O seguro contra alguns riscos (incluindo responsabilidades por danos ambientais, danos resultantes de rompimentos de barragens, derramamentos ou vazamento de substâncias perigosas e interrupção de certas atividades comerciais) pode não estar disponível a um custo razoável, ou de forma alguma. Mesmo quando disponível, podemos nos autoassegurar se determinarmos que isso nos trará um custo-benefício maior. Como resultado, acidentes ou outros acontecimentos negativos envolvendo nossas instalações de mineração, produção ou transporte podem não ser cobertos por seguros e podem ter um efeito adverso relevante em nossas operações.

RISCOS FINANCEIROS

Fluxos de caixa menores, resultante da redução de preços de nossos produtos, podem afetar adversamente nossas classificações de crédito e o custo e a disponibilidade de financiamento.

Um declínio nos preços de nossos produtos podem afetar adversamente nossos fluxos de caixa futuros, nossas classificações de crédito e nossa capacidade de garantir financiamento a taxas atrativas. Também pode afetar negativamente nossa capacidade de financiar nossos investimentos de capital, incluindo os desembolsos necessários para remediar e compensar os danos resultantes da ruptura da barragem em Brumadinho e Mariana, e fornecer as garantias financeiras necessárias para obter licenças em determinadas jurisdições, pagar dividendos e cumprir as avenças financeiras em alguns de nossos instrumentos de dívida de longo prazo. Consulte *Análise e perspectivas operacionais e financeiras — Liquidez e Recursos de Capital.*

Os preços de nossos produtos estão sujeitos a volatilidade, o que pode afetar negativamente nossos negócios.

Os preços globais dos metais estão sujeitos a flutuações significativas e são afetados por muitos fatores, incluindo condições macroeconômicas e políticas globais reais e esperadas, fatores regionais e setoriais, níveis de oferta e demanda, disponibilidade e custo de substitutos, níveis de estoque, desenvolvimentos tecnológicos, questões regulatórias e de comércio internacional, investimentos por fundos de commodities e outros, além de ações dos participantes nos mercados de commodities. A conservação de preços de mercado baixos para os produtos que vendemos pode resultar na suspensão de alguns de nossos projetos e operações, na redução de nossas reservas minerais e recursos, redução do valor recuperável (incluindo goodwill), na perda de valor do ativo, podendo afetar negativamente nossos fluxos de caixa, nossa situação financeira e os resultados das nossas operações. O preço dos nossos produtos pode estar sujeito a volatilidade em 2026, caso haja um crescimento mais lento da economia global.

A demanda por nossos produtos de minério de ferro e níquel depende da demanda global por aço. O minério de ferro e pelotas, que juntamente contabilizaram 76,6% de nossa receita operacional líquida de 2025, são utilizados para produção de aço carbono. O níquel, responsável por 11,2% de nossa receita operacional líquida de 2025, é utilizado principalmente para produzir aço inoxidável e ligas de aço. Os preços dos diferentes tipos de aço e o desempenho da indústria siderúrgica global são altamente cíclicos e voláteis, e esses ciclos econômicos na indústria siderúrgica afetam a demanda e os preços dos nossos produtos. Além disso, a integração vertical a montante das indústrias siderúrgicas e de aço inoxidável e o uso de sucata podem reduzir o comércio transoceânico global de minério de ferro e níquel primário. A demanda por cobre é afetada pela demanda por fio de cobre, e um declínio sustentado na indústria da construção ou na tendência de transição energética poderia ter um impacto adverso em nossos negócios de cobre. Os produtos de cobre representaram 9,8% da nossa receita operacional líquida em 2025.

Somos afetados principalmente por movimentos nos preços do minério de ferro. Por exemplo, uma redução de preço de US$1 por unidade de tonelada métrica seca (tms), no preço médio do minério de ferro, teria reduzido nossa receita operacional do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em aproximadamente US$290 milhões. Os preços médios do minério de ferro sofreram alterações significativas nos últimos cinco anos: US$159,5 por tonelada métrica seca em 2021, US$120,1 por tonelada métrica seca em 2022, US$119,7 por tonelada métrica seca em 2023 e US$109,4 por tonelada métrica seca em 2024 e US$102,3 por tonelada métrica seca em 2025, de acordo com a média da taxa de referência (62% Fe CFR China). Consulte *Análise e perspectivas operacionais e financeiras – Panorama – Principais fatores que afetam os preços.*

Variações nas taxas de câmbio das moedas em que realizamos nossas operações podem afetar negativamente nossa condição financeira e os resultados operacionais.

Uma parte substancial de nossa receita, recebíveis comerciais e de nossa dívida é expressa em dólares americanos, e considerando que a nossa moeda funcional é o real brasileiro, variações nas taxas de câmbio podem resultar em (i) perdas ou ganhos em nossa dívida líquida expressa em dólar americano e nas contas a receber, além de (ii) perdas ou ganhos no valor de mercado sobre nossos derivativos cambiais utilizados para estabilizar nosso fluxo de caixa em dólares americanos. Em 2025, tivemos ganhos cambiais líquidas de US$366 milhões, comparados a perdas cambiais líquidas de US$83 milhões em 2024. Além disso, os valores inconstantes do real, do dólar canadense, do yuan chinês e de outras moedas em relação ao dólar americano afeta nossos resultados, uma vez que uma porção relevante de nossos custos dos produtos vendidos é expressa em outras moedas que não o dólar americano, principalmente o real (47,6% em 2025) e o dólar canadense (3,2% em 2025), ao passo que nossa receita é expressa principalmente em dólar americano. As flutuações cambiais devem continuar afetando nosso lucro financeiro, nossas despesas e a geração de fluxo de caixa.

Em 30 de janeiro de 2026, a taxa de câmbio comercial do dólar americano divulgada pelo Banco Central do Brasil era de R$5,2301 por US$1,00, o que representa uma queda de 4,9% em comparação com a taxa de câmbio de R$5,5024 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2025. A volatilidade significativa nos preços das moedas pode resultar em instabilidade nos mercados cambiais e limitar nossa capacidade de transferir ou converter determinadas moedas em dólares americanos ou outras moedas para cumprir nossas obrigações de maneira tempestiva. Os bancos centrais e os governos dos países nos

quais operamos podem instituir políticas cambiais restritivas no futuro e a cobrança de impostos sobre operações cambiais.

Os custos mais elevados de energia, escassez de energia ou custos de frete podem afetar de maneira negativa nossos negócios.

Os custos de óleo combustível, gasolina e eletricidade são um componente significativo de nosso custo de produção, representando 7,0% do nosso custo total dos produtos vendidos em 2025. Para atendermos nossa demanda por energia, dependemos das seguintes fontes: derivados de petróleo, que representaram 33,9% do total das necessidades energéticas em 2025, energia elétrica 31,3%, gás natural 17,9%, carvão 12,0% e outras fontes de energia 4,9%.

Os custos com energia elétrica representaram 2,4% de nosso custo total dos produtos vendidos em 2025. Caso não consigamos garantir acesso seguro à energia elétrica a preços aceitáveis, podemos ser obrigados a reduzir a produção ou podemos experimentar maiores custos de produção, ambos podendo afetar de maneira negativa nossos resultados operacionais. Enfrentamos o risco de escassez de energia nos países em que mantemos operações e projetos, devido ao estresse da infraestrutura, alta demanda ou às condições climáticas, como enchentes ou secas. A escassez futura e os esforços governamentais para responder ou evitar a escassez podem causar um impacto adverso no custo ou no fornecimento de energia elétrica em nossas operações.

Os custos de frete são um componente significativo de nosso custo de produção, representando 20,0% do nosso custo total dos produtos vendidos em 2025. Para atender às nossas necessidades de frete, contamos com uma frota de navios dedicados, que nos protegem da maior parte da volatilidade do mercado de fretes, e com navios fretados no mercado spot.

RISCOS DE PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO

Nossos projetos estão sujeitos a riscos que podem resultar em aumento nos custos ou atraso em sua implementação.

Estamos investindo para manter e aumentar ainda mais nossa produção e capacidade logística. Analisamos regularmente a viabilidade econômica de nossos projetos, bem como os fatores de mercado. Em decorrência dessa análise, poderemos decidir adiar, suspender ou cancelar a execução de determinados projetos. Nossos projetos também estão sujeitos a riscos que podem afetar negativamente nossas perspectivas de crescimento e lucratividade, incluindo os seguintes:

- Podemos não ser capazes de obter financiamento com taxas atrativas.
- Podemos não conseguir obter ou renovar os contratos de arrendamento, autorizações e licenças necessários.
- Podemos enfrentar escassez de mão de obra qualificada.
- Podemos enfrentar limitações no acesso à infraestrutura, água e energia elétrica.
- Nossos fornecedores e empreiteiras podem não cumprir suas obrigações contratuais.
- Podemos enfrentar problemas como projeto e engenharia inadequados, má execução, atrasos no comissionamento, uma aceleração mais lenta do projeto ou falha em atingir os resultados projetados.
- Podemos enfrentar grandes contratempos na cadeia de abastecimento de equipamentos especializados, serviços e tecnologias em estágio inicial.
- Podemos vivenciar mudanças adversas nas condições de mercado ou regulamentações.

As concessões, autorizações, licenças e permissões estão sujeitas a vencimento, à limitação ou renovação e a vários outros riscos e incertezas.

Nossas operações dependem de autorizações, concessões e licenças de órgãos reguladores governamentais e outras autoridades dos países em que operamos. Estamos sujeitos, em muitas jurisdições, a leis e regulamentos passíveis de mudança a qualquer momento, e tais mudanças nas leis e regulamentos podem exigir modificações em nossas tecnologias e operações, resultando em despesas de capital inesperadas. Também estamos expostos a riscos políticos em nosso relacionamento com as autoridades governamentais e regulatórias que emitem essas autorizações, concessões e licenças.

Algumas de nossas concessões de lavra estão sujeitas a datas de vencimento fixas e só podem ser renovadas por um número limitado de vezes, por um período limitado. Além das concessões minerárias, é possível que tenhamos de obter várias autorizações, licenças e alvarás de órgãos públicos e agências reguladoras em relação ao planejamento, manutenção, operação e fechamento de nossas minas e infraestrutura logística associada, que podem estar sujeitas a datas de vencimento fixas ou a uma revisão ou renovação periódica. Não há garantia de que tais renovações serão concedidas quando solicitadas e não há garantia de que novas condições não serão impostas para a renovação. As taxas para as concessões minerárias podem aumentar substancialmente com o passar do tempo desde a emissão original de cada licença de exploração individual. Caso isso aconteça, os custos para se obter ou renovar nossas concessões minerárias podem tornar nossos objetivos comerciais inviáveis. Dessa forma, precisamos avaliar continuamente o potencial mineral de cada concessão minerária, especialmente na época de renovação, a fim de determinar se os custos de manutenção das concessões se justificam pelos resultados das operações até o momento e, assim, poderemos optar por deixar que algumas concessões expirem. Pode não haver nenhuma garantia de que tais concessões serão obtidas em termos favoráveis à Companhia ou, de modo geral, nenhuma garantia para as nossas metas de exploração ou mineração almejadas.

Em diversas jurisdições em que temos projetos de exploração, é possível que sejamos obrigados a devolver ao estado uma determinada porção da área coberta pela licença de exploração como condição para renovarmos a licença ou obtermos uma concessão de lavra. Essa obrigação pode levar a uma perda substancial de parte da jazida mineral originalmente identificada em nossos estudos de viabilidade.

Também estamos sujeitos a leis, regulamentos e atos de autoridades relacionados a barragens, cavernas, biodiversidade (fauna, flora e ecossistemas), povos indígenas e comunidades tradicionais, que podem limitar ou modificar nossos planos de mineração, impactar nossos volumes de produção, custos, reservas e recursos. Para obter mais informações a respeito das concessões de lavra e outros direitos similares, consulte a seção *Informações sobre a Companhia – Assuntos Regulatórios*.

Nossas estimativas de reservas e recursos minerais podem diferir significativamente do volume de materiais que somos realmente capazes de recuperar e podemos não ser capazes de repor nossas reservas minerais.

Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de quantidades de recursos minerais e reservas minerais ao projetar taxas futuras potenciais de produção mineral, incluindo fatores fora de nosso controle. A redução em nossos recursos minerais e reservas minerais pode afetar nossa produção futura e geração de caixa, impactar as taxas de depreciação e amortização e resultar em baixas de ativos, o que pode ter um efeito adverso em nosso desempenho financeiro.

Abaixo estão os principais riscos relacionados aos nossos recursos minerais e reservas minerais:

- Relatórios e estimativas da vida útil da mina envolvem estimar depósitos de minerais que não podem ser medidos de maneira exata, e a precisão de qualquer estimativa é uma função da qualidade dos dados disponíveis, engenharia, preços de mercado dos minerais e metais, regulamentos mais rigorosos, estimativas de custos, investimentos, análise geotécnica, interpretação geológica e julgamento. Não é possível garantir que o volume de minério indicado será recuperado ou que será recuperado nos índices que prevemos. Revisamos nossas estimativas de recursos e reservas minerais de tempos em tempos à luz de informações atualizadas e mudanças no framework regulatório (incluindo condições impostas por leis e regulamentos ambientais), que podem resultar em uma redução de nossos recursos e reservas minerais reportados. Consulte *Informações sobre a Companhia—Reservas e Recursos* e—Assuntos *Regulatórios*.

- Dificuldades ou incapacidade de obter licenças para novas operações, estruturas ou atividades de apoio (como instalações de armazenamento de estéreis e rejeitos), ou para renovar nossas licenças existentes, podem causar uma redução de nossos recursos minerais que poderiam ser convertidos em reservas minerais.

- Depois que os depósitos minerais são descobertos, pode levar vários anos, desde as fases iniciais da sondagem, até a produção ser possível, durante a qual a viabilidade econômica da produção pode mudar. Se um projeto provar não ser economicamente viável no momento em que formos capazes de explorá-lo, podemos incorrer em perdas substanciais e sermos obrigados a fazer baixas contábeis ou, pelo menos, rebaixar suas reservas minerais para categorias de recursos minerais. Além disso, possíveis mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos e outros processos tecnológicos que surjam durante a vida de um projeto podem resultar em atrasos e custos excedentes que podem tornar o projeto inviável economicamente no momento do relatório.

- Estamos envolvidos na exploração mineral, que é de natureza altamente incerta, envolve muitos riscos e, muitas vezes, é improdutiva. Nossos programas exploratórios, que envolvem dispêndios significativos, podem não resultar na definição de recursos minerais adequados para expansão ou substituição de reservas minerais depletadas pela produção atual. Se não desenvolvermos novos recursos e reservas minerais, não seremos capazes de sustentar nosso atual nível de produção além da vida útil remanescente de nossas minas existentes.

- As reservas são exauridas gradativamente no curso normal de uma determinada operação de lavra a céu aberto ou subterrânea. À medida que a lavra avança, as distâncias do britador primário e dos depósitos de estéril se tornam maiores, as cavas se tornam mais íngremes, as minas podem mudar da condição de céu aberto para subterrânea e as operações subterrâneas se tornam mais profundas. Além disso, para alguns tipos de depósitos, o teor da mineralização diminui e a dureza aumenta em profundidades maiores. Como resultado, ao longo do tempo, geralmente sofremos um aumento nos custos de extração por unidade em cada mina, ou talvez precisemos fazer investimentos adicionais, inclusive uma adaptação ou construção das usinas de beneficiamento e expansão ou construção de barragens de rejeitos. Muitas de nossas minas vêm sendo operadas por longos períodos, e é provável que soframos aumento de custos de extração por unidade no futuro nessas operações em especial.

RISCOS DE GERENCIAMENTO DE TALENTOS

Nosso desempenho e capacidade de atingir nossas ambições e manter nossa posição competitiva dependem de nossa cultura e nossa capacidade de atrair, desenvolver e reter pessoal qualificados e experientes.

Desde 2019, promovemos uma transformação da nossa cultura, que acreditamos ser fundamental para a concretização da nossa estratégia de negócio e das nossas ambições. Nossa capacidade de atrair, desenvolver e reter profissionais experientes e talentosos também depende dessa transformação cultural. Se não conseguirmos atingir nossas metas de transformação cultural e de atrair, desenvolver e reter talentos, nossa reputação, desempenho e posição competitiva poderão ser afetados negativamente.

RISCOS DE SUSTENTABILIDADE

Desastres naturais podem causar sérios danos às nossas operações e projetos nos países em que operamos e podem ter um impacto negativo em nossas vendas aos países afetados por tais desastres.

Desastres naturais podem afetar adversamente nossas operações, projetos e pessoas nos países onde operamos e podem causar uma contração nas vendas para países afetados negativamente devido, entre outros fatores, a falta de energia e dano de instalações industriais e infraestruturas.

As mudanças climáticas podem impactar a frequência e a intensidade de eventos extremos e alterar os padrões climáticos atuais. Avaliamos a exposição ao aumento da incidência e intensidade de descargas atmosféricas, mudanças nos padrões de precipitação, temperaturas mais altas, inundações, secas, escassez de água e elevação do nível do mar em ativos como portos, ferrovias, instalações de mineração e plantas de processamento. Áreas com menor integridade ecológica (por exemplo, áreas com cobertura vegetal natural reduzida) são mais suscetíveis a esses riscos devido à menor resiliência ambiental e proteção natural contra condições climáticas extremas.

Devido à complexidade e às incertezas do processo de avaliação de risco físico, pode haver riscos adicionais que não são conhecidos ou avaliados atualmente e que podem afetar negativamente nossas operações e projetos. Nos últimos anos, ocasionalmente constatamos que eventos de força maior causados por eventos severos afetaram nossas atividades de mineração e logística.

A transição para uma economia de baixo carbono pode acarretar extensas mudanças políticas, legais, tecnológicas e de mercado para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados às mudanças climáticas.

Como uma empresa global de mineração, estamos expostos a diversos riscos na transição para uma economia de baixo carbono em nossas operações, cadeia de abastecimento e indústrias downstream. Esses riscos podem decorrer do nosso compromisso com a redução das emissões de GEE a curto, médio e longo prazo, o que exige que façamos investimentos significativos e incorramos em despesas consideráveis, bem como da nossa capacidade de adaptação durante a transição econômica necessária para limitar o aquecimento global.

Como parte das cadeias de valor globais e com a evolução das políticas em torno da ação climática, enfrentamos incertezas e potenciais desalinhamentos entre governos nacionais e regionais e ações setoriais. Estamos expostos a encargos financeiros significativos para cumprir e nos adaptar a novas regulamentações e padrões. Além disso, compartilhamos publicamente diversas iniciativas e metas ESG, o que nos sujeita a um escrutínio maior por parte de nossos investidores, reguladores e do público em geral. Fatores fora do nosso controle podem nos impedir de atingir essas metas. Nossa incapacidade de progredir nessas áreas em tempo hábil, ou revisões de nossas iniciativas e metas, pode afetar negativamente nossos negócios, nosso acesso a capital e nossa reputação.

Nossas atividades podem enfrentar problemas com as comunidades.

Nossas atividades podem resultar em incômodos às comunidades e em impactos adversos aos direitos humanos, apesar dos esforços de prevenção, mitigação, compensação e remediação. Podem surgir divergências com movimentos sociais e comunidades, sejam elas locais, tradicionais (como comunidades quilombolas) ou Povos Indígenas, localizadas nas proximidades de nossas operações, em razão de disputas fundiárias, impactos socioambientais, conflitos relacionados ao uso de recursos naturais, reclamações não adequadamente tratadas e/ou falta de consenso em relação a compromissos ou ações de movimentos sociais organizados. Tais circunstâncias podem resultar em ocupações de terras, interrupções das operações, atrasos na implementação de projetos, disputas judiciais e outras consequências adversas. Falhas nas negociações com partes interessadas no âmbito do processo de obtenção das licenças operacionais necessárias, da construção de relações baseadas na confiança com as comunidades locais, da obtenção de acesso consensual à terra e da implementação e operação de nossas atividades, bem como dificuldades na gestão eficaz desses processos e questões, podem impactar adversamente nossos negócios e nossas operações. Consulte *Informações sobre a Companhia – Assuntos Regulatórios* e *Informações Adicionais – Processos judiciais.*

RISCOS ESTRATÉGICOS

As tensões geopolíticas, políticas comerciais adversárias e hostilidades militares, incluindo os conflitos em curso entre a Rússia e a Ucrânia e no Oriente Médio, bem como tarifas, sanções internacionais e interrupções nas cadeias de suprimentos regionais ou globais resultantes dessas tensões, podem impactar negativamente nossos negócios de forma significativa.

Nosso negócio está sujeito a fatores de risco externos relacionados às nossas operações globais e ao perfil global de nossa carteira de clientes e cadeias de suprimentos. Esses fatores podem ter impactos relevantes em nossa produção e vendas, resultar em custos e despesas adicionais e, eventualmente, impactar adversamente nossas condições financeiras ou resultados operacionais.

Qualquer escalada adicional dos conflitos em curso, incluindo as recentes escaladas no Oriente Médio, ou qualquer novo conflito, sanções, restrições comerciais ou tensões diplomáticas, especialmente em relação aos países onde operamos, poderá ter impactos que podem afetar negativamente os nossos negócios. Esses impactos podem incluir a interrupção dos fluxos de comércio internacional, volatilidade extrema dos preços de mercado (afetando particularmente o setor de energia), incluindo aumentos nos preços do petróleo e dos combustíveis, e potenciais efeitos nas rotas de navegação regionais e globais. Além disso, os preços dos seguros marítimos e de transporte marítimo podem ser afetados e podemos enfrentar incertezas regulatórias e contratuais.

Nossos negócios estão expostos à ciclicidade da atividade econômica global e exigem investimentos de capital significativos.

Como uma companhia de mineração, somos um fornecedor de matéria-prima industrial. A produção industrial é cíclica e volátil, o que afeta a demanda por minerais e metais. Ao mesmo tempo, o investimento em mineração requer uma quantidade substancial de recursos para repor reservas e recursos, expandir e manter a capacidade de produção, construir infraestrutura, preservar o meio ambiente, prevenir fatalidades e riscos ocupacionais e minimizar impactos sociais. A suscetibilidade à produção industrial, juntamente com a necessidade de investimentos de capital de longo prazo significativos, são fontes importantes de risco para o nosso desempenho financeiro e as perspectivas de crescimento.

Podemos não ser capazes de ajustar o volume de produção de maneira oportuna ou econômica em resposta a mudanças na demanda. Uma menor utilização da capacidade nos períodos de demanda fraca pode nos expor a custos mais elevados de produção por unidade, uma vez que uma parte significativa de nossa estrutura de custos está fixada no curto prazo, devido a intensidade de capital das operações de mineração. Além disso, esforços para reduzir custos nos períodos de demanda fraca podem ser limitados por regulamentações trabalhistas ou acordos coletivos de trabalho ou por acordos

anteriores com o governo. Por outro lado, durante os períodos de alta demanda, nossa capacidade de aumentar rapidamente a produção é limitada, o que pode nos impossibilitar de atender à demanda por nossos produtos. Podemos não conseguir concluir expansões e projetos novos a tempo de aproveitar a crescente demanda por minério de ferro, níquel ou outros produtos. Quando a demanda excede nossa capacidade de produção, podemos atender ao excesso de demanda dos clientes comprando finos de minério de ferro, pelotas de minério de ferro ou níquel de terceiros que beneficiam e revendem, o que aumentaria nossos custos e reduziria nossas margens operacionais. Caso não sejamos capazes de atender ao excesso de demanda dos clientes dessa forma, podemos perder clientes. Além disso, operar próximo à capacidade plena pode nos expor a custos mais elevados, inclusive taxas de sobre-estadia (*demurrage*) devido a restrições na capacidade dos nossos sistemas logísticos.

Os desdobramentos econômicos adversos na China podem causar um impacto negativo em nossa receita, fluxo de caixa e lucratividade.

A China tem sido o principal impulsionador da demanda global por minerais e metais nas últimas décadas. Em 2025, a demanda chinesa representou 76% da demanda global transoceânica por minério de ferro, 64% da demanda global por níquel e 57% da demanda global por cobre. O percentual de nossas receitas operacionais líquidas atribuíveis às vendas aos clientes na China foi de 51% em 2025. Portanto, qualquer contração do crescimento econômico da China ou mudança em seu perfil econômico, ou mudanças nas tarifas ou no ambiente político ou de sanções globalmente podem resultar em menor demanda por nossos produtos, levando a menores receitas, fluxo de caixa e lucratividade. O baixo desempenho nos setores imobiliário e de infraestrutura da China, o maior consumidor de aço carbono na China, também afetaria negativamente nossos resultados.

O desenvolvimento de tecnologias de baixa emissão de carbono que reduzam ou dispensem o uso de minérios de alta qualidade podem aumentar a demanda por minério de ferro de baixo teor e impactar o valor de nossos produtos de minério de ferro.

A descarbonização requer a redução das emissões de CO_2. Novas tecnologias no setor de ferro e aço estão sendo desenvolvidas para reduzir e entregar emissões zero. Devido às suas características, essas tecnologias podem demandar uma variedade de teores de minério de ferro de acordo com cada processo. As tecnologias que permitem o uso competitivo de minérios de ferro de baixo teor podem reduzir o valor relativo em uso de nosso portfólio de alto teor e têm um impacto negativo na demanda e na remuneração dos nossos produtos de minério de ferro. Continuamos a monitorar tecnologias disruptivas e tendências de mercado para entregar respostas de abastecimento adequada.

Nosso negócio pode ser adversamente afetado pelo desempenho de nossas contrapartes, contratados, parceiros de joint venture ou joint ventures que não controlamos.

Clientes, fornecedores, empreiteiras, instituições financeiras, parceiros em joint ventures e outros terceiros podem deixar de cumprir os contratos e obrigações existentes, podendo causar um impacto desfavorável em nossas operações e resultados financeiros. A capacidade de esses terceiros cumprirem suas obrigações pode ser afetada adversamente em tempos de estresse financeiro e desaceleração da economia.

Partes importantes de nossos negócios de minério de ferro, pelotização, níquel, cobre, energia e outros negócios são mantidas por meio de joint ventures. Isso pode reduzir nosso grau de controle, bem como nossa capacidade de identificar e gerenciar riscos. Nossas projeções e planos para essas joint ventures e consórcios pressupõem que nossos parceiros cumprirão suas obrigações de fazer aportes de capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecer pessoal de gestão qualificado e competente. Se quaisquer de nossos parceiros não cumprirem seus compromissos, a joint venture ou consórcio afetado poderá não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios, ou é possível que tenhamos de aumentar o nível do nosso investimento para colocar em prática esses planos.

Alguns de nossos investimentos são controlados por parceiros ou têm uma administração separada e independente. Esses investimentos podem não atender totalmente às nossas normas, controles e procedimentos, incluindo as nossas normas de saúde, segurança, meio ambiente e direitos humanos. A falha de qualquer um de nossos contratados, parceiros ou joint ventures em adotar padrões, controles e procedimentos adequados pode levar a custos mais altos, redução da produção ou incidentes ou acidentes ambientais e de recursos humanos, judiciais, de saúde e segurança, que podem afetar adversamente nossos resultados e reputação.

RISCOS CIBERNÉTICOS

Ataques cibernéticos e outras ameaças cibernéticas podem afetar adversamente nossos negócios e nossa reputação.

Estamos expostos a uma vasta gama de ameaças à cibersegurança, incluindo ataques comuns do setor, como ransomware e fraude digital, bem como esforços mais sofisticados e coordenados conhecidos como ameaças persistentes avançadas. Estas e outras ameaças podem resultar na divulgação ou roubo de informações confidenciais, perda da integridade dos dados, apropriação indébita de fundos e interrupções nas nossas operações comerciais, afetando a nossa capacidade de divulgar resultados financeiros. Os agentes de ameaças estão utilizando cada vez mais a inteligência artificial para acelerar e ampliar os ciberataques, incluindo tentativas mais sofisticadas de engenharia social e intrusões direcionadas em ambientes de TI-OT (Tecnologia da Informação-Tecnologia Operacional) críticos para as nossas operações de mineração. Essas ameaças habilitadas por IA podem aumentar o risco de interrupções operacionais, comprometimento de dados, impactos na segurança e consequências regulatórias ou financeiras. Embora continuemos a fortalecer os controles, a evolução das capacidades de ataque impulsionadas por IA pode exceder nossa capacidade de detecção e resposta.

Já fomos e podemos ser no futuro alvo de tentativas de obter acesso não autorizado à tecnologia da informação e à tecnologia operacional por agentes de ameaças externos e maliciosos. A conduta inadequada de nossos funcionários ou de outras pessoas que trabalham em nosso nome e que têm acesso ao nosso ambiente digital existente e a informações confidenciais também pode afetar negativamente nossos negócios. A interrupção de controles críticos de segurança cibernética, seja causada por obsolescência, falhas técnicas, negligência, acidente ou ataques cibernéticos, pode prejudicar nossa reputação e ter um efeito adverso material em nosso desempenho operacional, lucros e condição financeira.

Estamos sujeitos a leis e regulamentos relativos à proteção de dados e privacidade de dados pessoais, incluindo, entre outros, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira e a Lei de Proteção de Informações Pessoais (PIPL) da China. Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em processos ou ações contra nós, a imposição de multas ou penalidades ou danos à nossa reputação, o que pode ter um efeito adverso sobre nós e nossos negócios, reputação e resultados operacionais. Para obter informações sobre nossa gerenciamento de riscos, estratégia e governança de cibersegurança, consulte *Informações Adicionais — Segurança Cibernética e Gestão de Riscos — Riscos Cibernéticos*.

RISCOS LEGAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E OUTROS RISCOS REGULATÓRIOS

Processos judiciais e investigações podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Estamos envolvidos em processos judiciais nos quais as partes contrárias buscaram liminares para suspender algumas de nossas operações ou reivindicaram valores substanciais contra nós. De acordo com a legislação brasileira, uma ampla gama de condutas que podem ser consideradas como violação das leis ambientais, trabalhistas ou tributárias brasileiras podem ser consideradas infrações penais. Assim sendo, nossos diretores, funcionários e, em certos casos, nós e nossas subsidiárias estamos sujeitos a investigações e processos criminais e podemos estar sujeitos a futuros processos em conexão com denúncias de violação de leis ambientais, trabalhistas, de direitos humanos ou tributárias.

Defender-nos nesses processos judiciais pode ser caro e demorado. Possíveis consequências de resultados adversos em alguns processos judiciais incluem suspensão de operações, pagamento de valores significativos, desencadeamento de

remediação de credores e danos à nossa reputação, que podem ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais ou situação financeira. Para obter mais informações, consulte *Informações Adicionais — Processos Judiciais*.

Continuamos a figurar como réus em diversos processos judiciais e investigações relacionados aos rompimentos das barragens de Brumadinho e Mariana, incluindo investigações criminais no Brasil, ações relativas a valores mobiliários nos Estados Unidos e ações coletivas no Reino Unido e nos Países Baixos. Procedimentos e investigações adicionais poderão ser instaurados no futuro. Além disso, embora tenhamos celebrado acordos de reparação, tais acordos não estabelecem limite máximo para nossas obrigações indenizatórias, e os mecanismos previstos para indenizações individuais ou coletivas não impedem que indivíduos ou grupos busquem medidas alternativas. Em novembro de 2024, celebramos o Acordo Definitivo, nos termos do qual a Samarco permanece como a principal responsável pelo cumprimento das obrigações de reparação e financeiras, bem como pela transição de determinados programas anteriormente administrados pela Fundação Renova. Caso a Samarco deixe de financiar suas obrigações nos termos do acordo, nós (na qualidade de acionistas da Samarco) seremos obrigados a contribuir para o financiamento dessas obrigações de forma proporcional à nossa participação societária na empresa. Autoridades fiscais ou outros credores da Samarco poderão tentar cobrar de nós valores devidos pela Samarco, caso esta não consiga cumprir suas obrigações ou não seja capaz de honrar suas dívidas. Consulte Panorama *— Panorama dos Negócios — Esforços de Reparação e Remediação — Esforços de Reparação, Remediação e Acordos Definitivos relacionados à barragem de rejeitos da Samarco e Informações Adicionais — Processos Judiciais.*

Nossos processos de governança, controles internos e conformidade podem falhar na prevenção de violações de padrões legais, de contabilidade, regulatórios, éticos ou de governança.

Operamos em um ambiente global e nossas atividades se espalham por inúmeras jurisdições e por complexos frameworks regulatórios com um aumento das atividades de fiscalização em todo o mundo. Somos obrigados a cumprir uma ampla gama de leis e regulamentos nos países onde operamos ou fazemos negócios, incluindo anticorrupção, sanções internacionais, combate à lavagem de dinheiro, proteção de dados, privacidade de dados pessoais, bem como leis e regulamentos relacionados. Nossos processos de governança e conformidade, que incluem a revisão dos controles internos sobre relatórios financeiros, podem não identificar ou prevenir violações futuras de padrões legais, regulatórios, contábeis, de governança ou éticos. No passado, estivemos sujeitos e poderemos estar sujeitos no futuro a violações de nosso código de conduta, políticas anticorrupção, políticas de direitos humanos ou outras políticas internas, ou violações de protocolos de conduta comercial e casos de comportamento fraudulento, práticas corruptas e desonestidade por parte de nossos funcionários, contratados ou outros agentes. Esse risco é potencializado pelo fato de termos um grande número de contratos com fornecedores locais e estrangeiros, bem como pela distribuição geográfica de nossas operações e pela grande variedade de contrapartes envolvidas em nossos negócios. O descumprimento das leis aplicáveis e outras normas de nossa parte pode nos sujeitar a investigações pelas autoridades, litígios, multas, perda de licenças de operação, devolução de lucros, dissolução involuntária e danos à reputação.

Mudanças nas políticas governamentais, nacionalismo de recursos, incluindo a imposição de novos impostos ou royalties sobre atividades de mineração, tarifas e outras restrições ao comércio global.

A mineração está sujeita à regulação governamental, incluindo impostos e royalties, o que pode causar um impacto financeiro importante sobre nossas operações. Nos países onde operamos, incluindo o Brasil, estamos expostos a probabilidades variáveis de potencial renegociação, anulação, cancelamento ou modificação obrigatória de contratos e licenças existentes, alterações nas leis, regulamentos e políticas locais, bem como auditorias e reavaliações. Também podemos enfrentar riscos relacionados à expropriação ou nacionalização de bens, controles cambiais e exigências de propriedade de capital relacionadas às atividades de mineração. Também estamos expostos a novos tributos ou aumentos das alíquotas de impostos e royalties existentes, reduções de isenções e benefícios fiscais, renegociação de acordos de estabilização fiscal ou mudanças na base de cálculo de modo desfavorável para nós. Os governos que se comprometeram a estabelecer uma tributação ou um ambiente regulador estável podem alterar ou encurtar a duração desses compromissos. Também enfrentamos o risco de termos de nos submeter à competência de um foro ou tribunal arbitral estrangeiros, ou termos de fazer cumprir uma decisão judicial contra uma nação soberana dentro de seu próprio território. Consulte *Informações sobre a Companhia – Assuntos Regulatórios – Royalties e outros impostos sobre atividades de mineração.*

Também somos obrigados atender às exigências internas de beneficiamento em certos países nos quais operamos, tais como as normas locais de beneficiamento, impostos de exportação ou restrições ou encargos sobre minérios não processados. A imposição ou aumento de tais exigências, impostos ou encargos pode aumentar significativamente o perfil de risco e os custos das operações nessas jurisdições. A Companhia e o setor de mineração estão sujeitos a uma tendência de aumento do nacionalismo dos recursos em determinados países onde operamos, podendo resultar em restrições em nossas operações, aumento da tributação ou até mesmo expropriações e nacionalizações.

A continuidade da volatilidade na política comercial global, bem como outros eventos no comércio internacional, podem impactar direta ou indiretamente nossos negócios. Como um fornecedor de minério de ferro, níquel e outras matérias-primas para a indústria siderúrgica global integrada e para outros setores consumidores de metal, como produção de baterias e outros usos finais industriais especificados, estamos sujeitos a risco adicional de imposição de direitos, tarifas, controles de importação e exportação e outras barreiras comerciais que afetam nossos produtos e os produtos que nossos clientes produzem. O impacto geral desses desenvolvimentos é difícil de prever, mas pode afetar negativamente nossos custos, nossos investimentos, a demanda e o preço de nossos produtos e os produtos de nossos clientes. O comércio mundial está sujeito a uma tendência crescente de aumento das barreiras comerciais, o que poderia exacerbar a volatilidade dos preços das commodities e, por sua vez, resultar em instabilidade nos preços de nossos produtos.

Mudanças nas políticas fiscais e nas leis tributárias brasileiras podem ter um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados e nos investimentos em nossos títulos.

O sistema tributário brasileiro é altamente complexo, com múltiplas camadas de tributos federais, estaduais e municipais, regras sobrepostas e frequentes alterações legislativas e regulatórias. Essa complexidade gera significativa incerteza e aumenta o risco de autuações fiscais relevantes por parte das autoridades tributárias brasileiras. O governo brasileiro tem implementado com frequência e pode continuar a implementar mudanças em suas políticas fiscais, incluindo, mas não se limitando a alíquotas, taxas, encargos setoriais e a cobrança de contribuições temporárias. Mudanças nas leis tributárias e na interpretação das leis tributárias pelo fisco brasileiro podem ocorrer e podem resultar em aumentos de impostos e revogação de isenções fiscais. Além disso, considerando a complexidade do sistema tributário e a imprevisibilidade das mudanças nas políticas fiscais, poderemos estar sujeitos a disputas e autuações fiscais significativas, cujo desfecho é inerentemente incerto.

Com a recente aprovação da reforma tributária no Brasil, um novo modelo de tributação sobre o consumo passará por um período de testes e transição a partir de 2026. A implementação completa do sistema tributário reformado está prevista para 2033. Durante esse período, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o Imposto Seletivo (IS) entrarão em vigor. O IS, que incidirá sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e minério de ferro foi incluído nessa lista de produtos sujeitos a essa taxação. Como a base de cálculo e a alíquota do IS ainda não foram definidas, não podemos estimar o impacto efetivo sobre a carga tributária total de nossas operações.

Em novembro de 2025, a Lei nº 15.270/2025 foi promulgada no Brasil, introduzindo alterações nas regras do imposto de renda do país. O objetivo declarado desta legislação é reduzir a carga tributária sobre indivíduos de baixa renda, ao mesmo tempo que aumenta a tributação sobre pessoas de alta renda e dividendos. Alterações no regime tributário brasileiro decorrentes dessa lei ou de legislações futuras podem aumentar ainda mais nossos custos tributários ou afetar negativamente nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para mais detalhes, consulte *Informações Adicionais – Tributação – Considerações Tributárias Brasileiras*.

As condições políticas, econômicas e sociais nos países em que temos projetos de operações, clientes ou fornecedores podem impactar adversamente nossos negócios.

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado de maneira negativa pelas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais em países nos quais temos operações ou projetos significativos. Em muitas dessas jurisdições, estamos expostos a diversos riscos, como instabilidade política, movimentos políticos protecionistas ou por maior integração vertical das cadeias de valor, suborno, ataques cibernéticos, extorsão, corrupção, roubo, sabotagem, sequestro, conflitos civis, violações dos direitos humanos, atos de guerra, atividades de guerrilha, pirataria em rotas marítimas internacionais e terrorismo. Esses problemas podem afetar adversamente as condições econômicas e outras condições sob as quais operamos de diversas maneiras, prejudicando significativamente nossos negócios.

No Brasil, onde uma parte significativa de nossas operações está concentrada, as políticas econômicas do governo federal podem ter efeitos importantes sobre as companhias brasileiras, incluindo nós, e sobre as condições de mercado e preços dos títulos de companhias brasileiras. Nossa condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados, por exemplo, pelos seguintes fatores e pela resposta do governo federal brasileiro a esses fatores:

- movimentos e volatilidade da taxa de câmbio.
- inflação e altas taxas de juros.
- financiamento do déficit em conta corrente.
- liquidez dos mercados internos de capitais e empréstimo.
- política tributária.
- reforma previdenciária, tributária e outras reformas.
- instabilidade política resultante de denúncias de corrupção envolvendo partidos políticos, mandatários eleitos e outras autoridades públicas.
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

Historicamente, a situação política do País tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas têm afetado a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica, redução das classificações de crédito do governo brasileiro e emitentes brasileiros, e em uma maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. A instabilidade política pode agravar as incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade dos títulos de emitentes brasileiros. Os futuros acontecimentos econômicos, sociais e políticos no Brasil podem prejudicar nossos negócios, nossa condição financeira ou os resultados das operações, ou fazer com que o valor de mercado de nossos títulos diminua.

OUTROS RISCOS APLICÁVEIS A NOSSOS INVESTIDORES

O governo brasileiro tem certos direitos de veto.

O governo brasileiro detém todas as 12 golden shares da Vale, que lhe conferem poder de veto limitado sobre determinadas ações da Companhia, tais como alterações em sua denominação social, localização de sua sede ou objeto social no que se refere às atividades minerárias. Para obter uma descrição detalhada dos poderes de veto do governo brasileiro, consulte *Informações adicionais – Estatuto Social – Ações ordinárias e Golden Shares*.

Estamos expostos a uma influência significativa de acionistas ou grupos de acionistas.

Desde 2020, não temos um grupo de controle com direito a voto que possa garantir permanentemente a maioria dos votos em nossa assembleia geral de acionistas ou o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração. Não obstante, estamos expostos a uma influência significativa de alguns acionistas ou grupos de acionistas. Também podemos estar expostos a outras formas de ativismo acionário, com grupos de acionistas buscando nos levar a tomar medidas que podem não ser consistentes com nossa estratégia de negócios. Isso pode nos obrigar a incorrer em despesas significativas e exigir tempo e atenção significativos de nossa administração e Conselho de Administração, o que pode interferir em nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócios e afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Pode ser difícil aos investidores cumprir qualquer decisão judicial emitida fora do Brasil contra a companhia ou quaisquer de nossas associadas.

Somos uma companhia brasileira, e a maioria de nossos diretores, executivos e membros do conselho residem no Brasil. A maioria de nossos ativos e os ativos de nossos diretores, executivos e membros do conselho provavelmente está localizada em jurisdições diferentes das jurisdições de nossos investidores estrangeiros. Pode não ser possível aos investidores fora do Brasil realizar a citação dentro de suas jurisdições contra a companhia ou nossos diretores ou membros do conselho residentes fora de suas jurisdições. Além disso, uma sentença estrangeira conclusiva pode ser executada no judiciário brasileiro sem um novo exame do mérito, apenas se previamente homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e a homologação só será concedida se a sentença estrangeira: (i) atender a todas as formalidades exigidas para sua exigibilidade nos termos da lei do país onde foi proferida; (ii) tiver sido proferida por um juízo competente após a devida citação do réu, conforme exigido na lei aplicável; (iii) não for passível de recurso; (iv) não entrar em conflito com uma decisão terminativa e irrecorrível proferida por um órgão jurisdicional brasileiro; (v) tiver sido autenticada por um consulado brasileiro no país onde foi proferida ou estiver devidamente apostilada de acordo com a Convenção para Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros e acompanhada de uma tradução juramentada para o português, a menos que esse procedimento tenha sido isentado por um tratado internacional assinado pelo Brasil; (vi) não abranja matérias de competência exclusiva do judiciário brasileiro; e (vii) não for contrária à soberania nacional brasileira, às políticas públicas ou bons costumes. Portanto, os investidores podem não obter sentença favorável em processos judiciais contra a Companhia ou contra os nossos conselheiros e diretores, em julgamentos no poder judiciário de seus foros de origem baseados nas leis de tais foros.

Se os detentores de ADRs trocarem as ADS por ações subjacentes, correm o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior.

O custodiante das ações subjacentes às nossas ADS mantém um registro junto ao Banco Central do Brasil, permitindo que o custodiante remeta dólares americanos para fora do Brasil para pagamentos de dividendos e outras distribuições relacionadas às ações subjacentes às nossas ADS ou mediante a alienação das ações subjacentes. Se o detentor de uma ADR trocar suas ADS pelas ações subjacentes, ele terá o direito de contar com o registro de custodiante por apenas cinco dias úteis a partir da data da troca. Posteriormente, um detentor de ADR pode não ser capaz de obter e remeter moeda estrangeira ao exterior mediante a alienação ou distribuição relativa às ações subjacentes, a menos que obtenha seu próprio registro de acordo com a regulamentação aplicável. Para mais informações, consulte a seção *Informações Adicionais – Controles Cambiais e Outras Limitações que Afetam os Portadores de Valores Mobiliários*. Se o detentor de ADRs tentar obter seu registro, ele pode incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de solicitação, o que pode atrasar o recebimento de dividendos e outras distribuições relativas às ações subjacentes ou ao retorno do capital em tempo hábil.

O registro do custodiante ou qualquer registro obtido poderia ser afetado por futuras mudanças legislativas, e restrições adicionais aplicáveis aos titulares de ADR, a alienação das ações subjacentes ou a repatriação dos rendimentos da alienação e tributação de dividendos poderiam ser impostos no futuro.

Os detentores de ADRs podem não ter todos os direitos dos nossos acionistas e podem não ser capazes de exercer direitos de voto ou de preferência em relação às ações subjacentes às suas ADS.

Os detentores de ADRs podem não ter os mesmos direitos que são atribuídos aos nossos acionistas pela legislação brasileira ou por nosso estatuto social, e os direitos dos detentores de ADRs podem estar sujeitos a certas limitações previstas no contrato de depósito ou pelos intermediários de valores mobiliários por meio dos quais os detentores de ADRs detêm seus valores mobiliários.

Os detentores de ADRs não têm os direitos dos acionistas. Eles têm apenas os direitos contratuais estabelecidos no acordo de depósito. Os detentores de ADRs não têm permissão para participar das assembleias gerais, podendo apenas votar fornecendo instruções ao depositário. Na prática, a capacidade de um detentor de ADRs instruir o depositário sobre como votar dependerá do prazo e dos procedimentos para fornecer instruções ao depositário, seja diretamente ou através do sistema de compensação e custódia do titular. No que se refere a ADS para as quais não forem recebidas instruções, o depositário pode, sujeito a certas limitações, outorgar uma procuração a alguém designado pela Companhia.

A capacidade dos detentores de ADR de exercer seus direitos de preferência não é assegurada, especialmente se a lei aplicável na jurisdição do detentor (por exemplo, a Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) exigir que uma declaração de registro seja efetivada ou uma isenção de registro esteja disponível em relação a esses direitos, como no caso dos Estados Unidos. Não somos obrigados a estender a oferta de direitos de preferência aos detentores de ADRs, a apresentar uma declaração de registro nos Estados Unidos, ou a fazer qualquer outro registro em qualquer outra jurisdição, a respeito dos direitos de preferência, ou a tomar medidas que possam ser necessárias para disponibilizar isenções do registro, e não podemos garantir aos detentores que realizaremos qualquer declaração de registro ou tomaremos tais medidas.

As proteções legais para detentores de nossos valores mobiliários diferem de uma jurisdição para outra e podem ser inconsistentes, não familiares ou menos efetivas em relação às expectativas dos investidores.

Somos uma companhia global com valores mobiliários negociados em vários mercados e com investidores localizados em inúmeros países. O regime jurídico de proteção dos investidores varia em todo o mundo, algumas vezes de modo substancial, e os investidores em nossos valores mobiliários devem reconhecer que as proteções e tutelas disponíveis a eles podem ser diferentes daquelas a que estão acostumados em seus mercados de origem. Estamos sujeitos à legislação sobre valores mobiliários em vários países, que têm normas, supervisão e práticas de execução diversas. A única lei de Sociedades Anônimas aplicável à nossa matriz é a lei brasileira, com suas normas e procedimentos jurídicos específicos e substantivos. Estamos sujeitos às normas de governança corporativa em diversas jurisdições nas quais nossos valores mobiliários estão listados, porém, como um emitente privado estrangeiro, não somos obrigados a seguir muitas das normas de governança corporativa aplicadas aos emitentes domésticos nos Estados Unidos com valores mobiliários listados na Bolsa de Valores de Nova York e não estamos sujeitos às normas de procuração dos EUA.

Gestão de Riscos

Nosso gerenciamento de riscos é baseado na nossa Política e Norma de Gerenciamento de Riscos, que define as metodologias, diretrizes, estratégia de resposta, governança e responsabilidades para lidar com riscos presentes e emergentes identificados em toda empresa. Nossa Política e Norma de Gerenciamento de Riscos têm como objetivo promover uma cultura de gestão de riscos, apoiar o planejamento estratégico e a sustentabilidade do nosso negócio, otimizar a alocação de capital baseado nos riscos mapeados, definir tratamento de risco alinhado com a priorização de risco, mensurar e monitorar riscos de forma consolidada, avaliar o impacto de novos investimentos, aquisições e desinvestimentos em nosso mapa de riscos, bem como mapear riscos atuais e emergentes, visando à identificação oportuna de soluções para mitigar impactos negativos sobre nossos objetivos de negócio.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE RISCOS

Nosso modelo de governança de gerenciamento de riscos visa garantir transparência, responsabilidade e alinhamento estratégico, e é baseado no conceito de Linhas de Defesa, que busca fortalecer a governança, definir funções e responsabilidades e otimizar os fluxos de comunicação para a tomada de decisões.

Nosso Conselho de Administração estabelece diretrizes, monitora indicadores e garante que os processos relacionados a riscos, controles internos, integridade e conformidade sejam eficazes. Esse trabalho é apoiado pelo Comitê de Auditoria e Riscos (CARE), que supervisiona a evolução das exposições e promove a integração entre a gerenciamento de riscos e a auditoria interna, visando garantir a consistência no planejamento, monitoramento e mitigação. Também temos um Comitê de Conduta e Integridade, estabelecido pelo Conselho de Administração para promover o Programa de Ética e Compliance e a adesão ao nosso Código de Conduta. Para mais informações, consulte *Administração e Empregados — Administração — Comitê de Auditoria e Riscos e Administração e Empregados — Administração — Outros Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração*.

Nosso Departamento de Auditoria e Conformidade é composto por Auditoria Interna, Integridade Corporativa e o Canal de Denúncias, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é supervisionado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

- A Auditoria Interna fornece conforto independente por meio de auditorias, inspeções, testes de controle e investigações, avaliando a eficácia do gerenciamento de riscos, dos controles internos e da conformidade. Também incorpora a Matriz de Riscos ao Plano de Auditoria Interna, abrangendo temas de risco prioritários em ciclos regulares e reportando riscos emergentes e reportando resultados de auditoria à Alta Administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos. Além disso, a função avalia a eficácia das iniciativas de comunicação e adesão às políticas, em conformidade com as Normas Globais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo Instituto de Auditores Internos (IIA). A função de nossa Auditoria Interna foi avaliada pelo IIA como estando em conformidade com essas normas.
- Nosso Canal de Integridade Corporativa e Denúncias supervisiona nosso Programa de Ética e Conformidade,
- O Canal de Denúncias garante a confidencialidade e a proteção dos denunciantes, permitindo investigações independentes e sem retaliação.

Nosso Comitê Executivo é responsável por implementar as diretrizes estratégicas, fomentar uma cultura de gerenciamento de riscos e garantir recursos adequados para prevenção e mitigação. Este trabalho é apoiado pelos cinco Comitês Executivos de Riscos, que monitoram continuamente os riscos e providenciam suporte técnico em suas respectivas áreas de especialização: (i) Operacional, (ii) Geotécnico, (iii) Estratégico, Financeiro e Cibernético; (iv) Sustentabilidade e Comunicação; e (v) Conformidade e Relações Institucionais.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nossa abordagem para a gestão de nossos principais riscos é apresentada, em alto nível, a seguir. Essas medidas foram elaboradas para mitigar, monitorar e gerenciar os riscos mais significativos para o nosso negócio; entretanto, não têm caráter exaustivo, e riscos e incertezas adicionais, sejam eles conhecidos ou desconhecidos, existentes ou potencialmente emergentes, também podem impactar nossas operações, posição financeira e resultados operacionais.

Riscos Geotécnicos

Gerenciamos os riscos geotécnicos por meio de uma abordagem estruturada, devidamente integrada à nossa gestão de riscos corporativos. Essa abordagem estruturada envolve a adoção de sistemas, normas e processos para a gestão de riscos geotécnicos, alinhados às melhores práticas internacionais, incluindo, entre outros, a criação de um Comitê de Riscos Geotécnicos dedicado, que reporta ao Comitê Executivo, o *Global Industry Standard on Tailings Management* (GISTM), o Sistema de Gestão de Barragens e Rejeitos (*Tailings and Dams Management System* – TDMS), com a atuação do *Engineer of Record* (EoR) e dos Comitês Independentes de Revisão de Barragens e Rejeitos (*Independent Tailings Review Boards* – ITRB), o Sistema de Gestão de Controle de Maciços (*Ground Control Management System* – GCMS) e o Programa de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (*Hazard Identification and Risk Assessment Program* – HIRA). Também contamos com uma iniciativa estratégica voltada a assegurar a conformidade com o GISTM por meio de um processo contínuo de melhoria. O programa estabelece um sistema robusto para identificar, controlar e endereçar potenciais lacunas, assegurando que todas as práticas estejam alinhadas aos mais elevados padrões de segurança e sustentabilidade. Informações adicionais sobre a jornada de implementação do GISTM estão disponíveis em nosso Portal ESG, em https://www.vale.com/esg. As informações constantes em nosso website não são incorporadas por referência a este relatório anual no Formulário 20-F.

Riscos Operacionais

Nossa abordagem para o gerenciamento de riscos operacionais visa abordar sistematicamente possíveis falhas e incertezas no processo de produção. As principais iniciativas incluem a implementação de elementos de Gerenciamento de Segurança de Processos (PSM), como o programa de Identificação de Perigos e Análise de Riscos (HIRA), Gerenciamento de Mudanças (MOC) e Revisão de Segurança Pré-Operacional (PSSR), integrados ao Sistema de Produção da Vale (VPS), e programas de treinamento em segurança de processos e análise de riscos de processos. Outras iniciativas incluem o sistema de Permissão de Trabalho Seguro (PTS), Padrões Técnicos de Integridade de Ativos (PNR), Análise de Riscos de Tarefas (ART) e Requisitos de Atividades Críticas (RAC).

Também promovemos programas comportamentais para líderes e equipes, gestão de saúde, segurança e meio ambiente para contratados e diretrizes corporativas para gerenciamento de conduta por meio das "regras de ouro".

Riscos Financeiros

Para divulgação quantitativa e qualitativa sobre riscos financeiros e de mercado, consulte a nota 20 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Risco de Mercado

Estamos expostos a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar nossa estabilidade financeira e o fluxo de caixa. Uma avaliação do impacto potencial da exposição consolidada ao risco de mercado é realizada periodicamente para subsidiar a tomada de decisão quanto à estratégia de gerenciamento de risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, inclusive derivativos. O portfólio de instrumentos financeiros é monitorado mensalmente, nos capacitando a avaliar adequadamente os resultados financeiros e seus impactos no fluxo de caixa e a garantir a aderência entre as estratégias implantadas e os objetivos propostos.

Considerando a natureza dos nossos negócios e operações, os principais fatores de risco de mercado aos quais estamos expostos são:

- **Preços de produtos e custos de insumos.** Estamos expostos a riscos de mercados associados a volatilidades nos preços das commodities. Podemos aprovar programas de mitigação de riscos em situações como as seguintes: (i) em que exista o risco de dificuldades financeiras; (ii) acolher atividades comerciais e necessidades específicas de nossos segmentos de negócios; (iii) garantir uma geração de valor e/ou caixa mínimo; e (iv) proteger contra o aumento de determinados itens de custo, como óleo combustível usado em fretamento de cargas. Esses programas incluem predominantemente operações a termo, contratos futuros e opções.

- **Taxas de câmbio.** Nossos fluxos de caixa também estão expostos à volatilidade de várias moedas em relação ao dólar americano e das taxas de juros em empréstimos e financiamentos. Embora a maior parte dos preços de nossos produtos seja indexada ao dólar norte-americano, a maioria de nossos investimentos e outros desembolsos, e uma porção relevante de nossos custos, são indexados a outras moedas que não o dólar norte-americano, principalmente ao real brasileiro e ao dólar canadense. Nós também temos instrumentos de débito expressos em moedas diferentes do dólar americano, principalmente em reais brasileiros. Podemos usar swaps e operações a termo para converter em dólares americanos uma parcela das saídas de caixa desses títulos de dívida e de alguns outros ativos e passivos expressos em outras moedas que não dólares norte-americanos.

- **Taxa de juros.** Nossa dívida com taxa flutuante consiste principalmente em empréstimos, incluindo pré-pagamentos de exportação, empréstimos com bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, a dívida com taxa flutuante em dólares dos Estados Unidos está sujeita a alterações na SOFR (Secured Overnight Financing Rate). Além disso, podemos usar swaps e operações a termo para converter a taxa de juros de certos instrumentos de dívida indexados à SOFR e outras taxas flutuantes em taxa de juros fixa.

Riscos de Crédito

Nossa estrutura de gestão de risco de crédito avalia e gerencia o risco de crédito de contrapartes por meio de ratings internos de crédito e limites de crédito, determinados com base em metodologia quantitativa própria, fundamentada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como em informações qualitativas relacionadas à posição estratégica da contraparte e ao histórico de relacionamento comercial. Estratégias de mitigação de riscos também podem ser utilizadas para o gerenciamento do risco de crédito, incluindo, entre outras, a antecipação de recebíveis sem recurso, instrumentos de seguro, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, hipotecas.

Temos uma carteira diversificada geograficamente de contas a receber, com Ásia, Europa e Brasil, regiões com exposição mais significativa. Conforme a região, diferentes garantias podem ser utilizadas para aumentar a qualidade de crédito dos recebíveis. Monitoramos periodicamente a exposição das contrapartes em portfólio e bloqueamos vendas adicionais a clientes em inadimplência.

Para aplicações financeiras e instrumentos derivativos, são aprovados limites de crédito para cada contraparte a que temos exposição de crédito. Controlamos a diversificação da carteira e monitoramos diferentes indicadores de solvência e liquidez de nossas diferentes contrapartes que foram liberadas para negociação.

Riscos Estratégicos

Gerenciamos os riscos estratégicos por meio do monitoramento contínuo das tendências de mercado e geopolíticas, revisões estruturadas de portfólio e projetos, governança reforçada de parcerias e avaliação de mudanças tecnológicas e competitivas para apoiar a tomada de decisões estratégicas e a resiliência.

Riscos de Planejamento de Produção

Gerenciamos os riscos de planejamento de produção por meio de processos estruturados de licenciamento e permissão, avaliação contínua das reservas minerais, planejamento de longo prazo para capacidade de rejeitos e estéreis, gestão logística integrada e programas para aprimorar a confiabilidade da cadeia de suprimentos e da infraestrutura. Revisões contínuas de governança e análises de cenários ajudam a garantir o alinhamento entre os planos de produção, as capacidades operacionais e os requisitos regulatórios.

Riscos de Gerenciamento de Talentos

Para alcançar nossas ambições e manter a competitividade, estamos buscando ativamente uma transformação cultural em nossa empresa. Nosso foco é gerenciar os riscos relacionados à nossa agenda de pessoas, com prioridades que incluem atração, desenvolvimento, retenção e planejamento de sucessão para posições críticas, tudo visando aprimorar o desempenho organizacional. Diversidade e inclusão são pilares estratégicos do ambiente de trabalho que buscamos criar. A implementação dessas medidas fortalecerá nossa reputação como uma empresa confiável e sustentável.

Risco de Sustentabilidade, incluindo riscos de mudanças climáticas, natureza, sociais e de direitos humanos

Mudanças Climáticas

Seguimos as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD), que foram totalmente incorporadas à IFRS S2 Divulgações Relacionadas ao Clima.

Para mais informações, consulte *https://www.vale.com/esg/climate*. As informações em nosso website não são incorporadas por referência neste relatório anual no Formulário 20-F.

Natureza

Como membro do Fórum TNFD desde 2022 e pioneiros na adoção da TNFD. Nós utilizamos a abordagem LEAP (Localizar, Avaliar, Analisar, Preparar), com foco em nossas operações atualmente ativas no Brasil. Em 2025, publicamos um relatório alinhado às recomendações de divulgação da TNFD em nosso Databook de ESG. Também expandimos a aplicação da abordagem LEAP às nossas operações diretas fora do Brasil e avançamos no processo de engajamento com nossos fornecedores prioritários de biodiversidade e água por meio de três workshops. Para obter mais informações, consulte https://vale.com/esg/biodiversity e nossos Relatórios TNFD (https://vale.com/documents/d/guest/val-relantnfd2023-en-140624-mg; https://valebasemetals.com/wp-content/uploads/2025/11/ValeBaseMetals_TNFDReport_R5_110725.pdf). As informações em nosso site, incluindo nossos Relatórios TNFD, não são incorporadas por referência neste relatório anual no Formulário 20-F.

Riscos Sociais e de Direitos Humanos

O gerenciamento de riscos sociais envolve a identificação dos potenciais impactos de nossas operações nas comunidades vizinhas, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como o mapeamento de partes interessadas críticas. O gerenciamento de riscos de direitos humanos concentra-se na análise de questões relevantes, como discriminação, assédio, más condições de trabalho, escravidão moderna, trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes, impactos nas comunidades e violações de direitos humanos relacionadas às nossas atividades ou cadeia de valor. Em 2025, continuamos a aprimorar a gerenciamento de riscos sociais e de direitos humanos, participando de avaliações multidisciplinares. Continuamos a monitorar os controles de risco e a realizar inspeções e diligências prévias, com foco em riscos que possam afetar funcionários, contratados, comunidades, sua segurança, meios de subsistência e direitos humanos. Além disso, realizamos diligências prévias independentes em direitos humanos em nossas operações, projetos

críticos e fornecedores. As conclusões são incorporadas a planos corretivos, que são monitorados. Mantemos canais de ouvidoria e de denúncias, nos idiomas locais, para receber e tratar as demandas das partes interessadas.

Riscos Cibernéticos

Empregamos diversas medidas para gerenciar os riscos cibernéticos, implementando políticas e padrões abrangentes de segurança da informação, implantando tecnologias avançadas de proteção de segurança e detectando e monitorando continuamente as ameaças. Nossa abordagem inclui testes de procedimentos de resposta e recuperação para garantir a preparação. Além disso, promovemos uma cultura de conscientização sobre segurança cibernética por meio de um programa de treinamento que abrange tópicos como phishing por e-mail, classificação de informações e outras práticas recomendadas em segurança da informação. Para obter mais informações sobre nossas medidas para proteger, detectar e responder a eventos cibernéticos, consulte *Informações Adicionais — Segurança Cibernética*.

Riscos Legais, Políticos, Econômicos, Sociais e Outros Riscos Regulatórios

Alterações em leis e regulamentos; Riscos Regulatórios e Institucionais

Monitoramos continuamente o desenvolvimento de políticas públicas, mudanças regulatórias e legais e riscos geopolíticos que podem impactar nossos negócios. Tais mudanças podem impor novos requisitos de licenciamento, aumentar as obrigações ambientais e sociais, modificar regimes tributários, restringir o uso da infraestrutura logística e elevar nossos custos operacionais ou de capital.

Nossas diretrizes corporativas para a gestão de riscos regulatórios incluem, entre outros aspectos, o monitoramento de cenários, tendências e/ou mudanças nas dinâmicas geopolíticas, em questões regulatórias e na formulação de políticas públicas que afetem nossos negócios, em conjunto com nossas diversas áreas técnicas; nosso Código de Conduta, a Política Global Anticorrupção e demais políticas internas; o engajamento responsável e transparente com stakeholders institucionais; e a revisão periódica dos processos de tomada de decisão, de modo a assegurar a observância das autoridades competentes.

Conformidade Legal e Regulatória

Estamos comprometidos com o cumprimento dos requisitos legais e regulatórios para manter a integridade corporativa e mitigar riscos potenciais. Nossas principais diretrizes e controles incluem, entre outros, desenvolver e implementar políticas de conformidade detalhadas que definam claramente as obrigações legais e regulamentares relevantes para a organização e estabelecer controles internos, procedimentos, sessões de treinamento e programas de conscientização para os funcionários, a fim de garantir a conformidade com os padrões legais e regulamentares.

Risco de Corrupção

Gerenciamos o risco de corrupção por meio do nosso Programa de Ética e Compliance, que inclui regras anticorrupção previstas em nosso Código de Conduta e na Política Global Anticorrupção, bem como em outros documentos internos. As principais regras incluem, entre outras, a proibição de contribuições e envolvimento político em nome da Vale; pagamentos de facilitação; despesas socioambientais e institucionais externas realizadas ou oferecidas com o objetivo de obter vantagem indevida; oferta ou recebimento de brindes, viagens e hospitalidades a agentes públicos para obter ou conceder vantagem indevida; e pagamentos a terceiros sem a devida diligência adequada, além da obrigatoriedade de cláusulas anticorrupção nos contratos e da exigência de aprovações para a contratação de funcionários ou administradores com vínculos com agentes públicos.

Nossa equipe de Integridade Corporativa avalia continuamente os riscos para identificar áreas mais expostas ao risco de corrupção e adapta as ações de acordo com os níveis específicos de risco identificados. Também oferecemos treinamentos regulares e especializados sobre as regras anticorrupção.

II. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

Segmentos de Negócios

Os nossos principais segmentos de negócios consistem em mineração e serviços de logística relacionados. Esta seção apresenta informações sobre operações, produção, vendas e concorrência, organizada da seguinte maneira:

1. Soluções de Minério de Ferro

1.1. Minério de ferro e aglomerados de minério de ferro
- 1.1.1 Propriedades do minério de ferro
- 1.1.2 Produção de minério de ferro
- 1.1.3 Divulgação de propriedade individual
  - 1.1.3.1 Serra Norte
  - 1.1.3.2 Serra Sul
- 1.1.4 Operações de aglomerados de minério de ferro
  - 1.1.4.1 Operações de pelotas de minério de ferro
  - 1.1.4.2 Produção de pelotas de minério de ferro
  - 1.1.4.3 Operações de briquetes de minério de ferro
- 1.1.5 Estratégia de minério de ferro
- 1.1.6 Clientes, vendas e comercialização
- 1.1.7 Concorrência

1.2. Ativos de logística e energia para apoiar as operações de Soluções de Siderurgia
- 1.2.1 Ferrovias
- 1.2.2 Portos e terminais marítimos
- 1.2.3 Energia

2. Vale Metais Básicos

2.1 Níquel
- 2.1.1 Propriedades
- 2.1.2 Produção
- 2.1.3 Divulgação de propriedade individual
  - 2.1.3.1 Sudbury
- 2.1.4 Estratégia de níquel
- 2.1.5 Clientes e vendas
- 2.1.6 Concorrência

2.2 Cobre
- 2.2.1 Propriedades
- 2.2.2 Produção
- 2.2.3 Divulgação de propriedade individual
  - 2.2.3.1 Salobo
- 2.2.4 Estratégia de cobre
- 2.2.5 Clientes e vendas
- 2.2.6 Concorrência

2.3 PGMs e outros metais preciosos

2.4 Cobalto

2.5 Ativos de logística e energia em apoio às operações da Vale Metais Básicos
- 2.5.1 Portos
- 2.5.2 Energia

3. Outros Investimentos

3.1 Anglo American Minério de Ferro Brasil

3.2 PT Vale Indonesia Tbk (PTVI)

3.3 Samarco

3.4 Outros investimentos

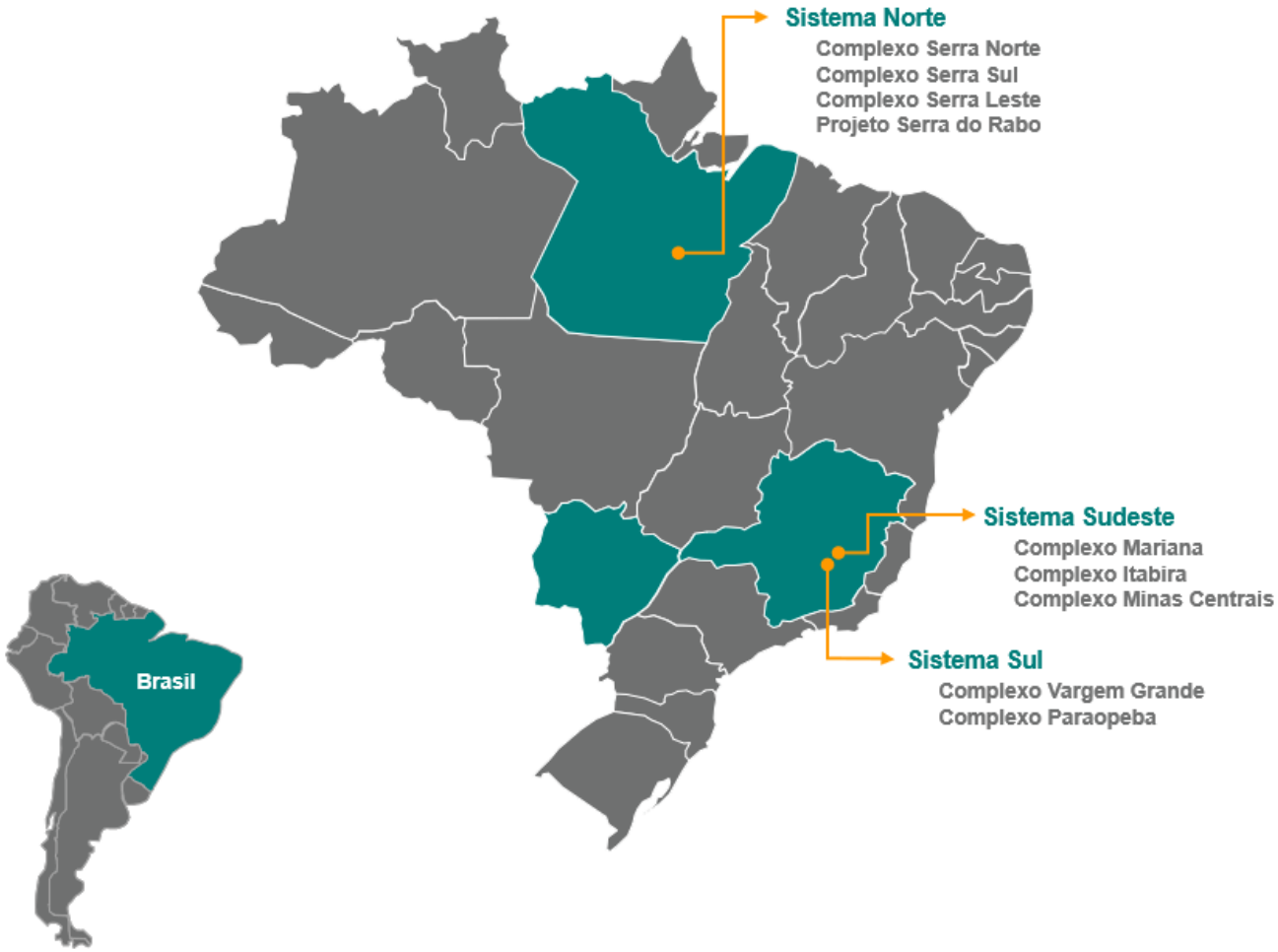
1. SOLUÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO

Nosso negócio de Soluções em Minério de Ferro inclui mineração de minério de ferro e produção de aglomerados de minério de ferro. Cada uma dessas operações é descrita abaixo.

1.1 Minério de ferro e aglomerados de minério de ferro

1.1.1 Propriedades do minério de ferro

Conduzimos nossos negócios de minério de ferro no Brasil principalmente no nível da controladora. Nossas minas, todas a céu aberto, e as operações associadas a elas concentram-se em três sistemas: o Sistema Sudeste, o Sistema Sul e o Sistema Norte, cada um com capacidade de transporte e remessa própria. Um resumo de nossos recursos e reservas de minério de ferro é fornecido em Informações sobre a Companhia—Reservas e Recursos. Além das propriedades descritas abaixo, temos outras atividades de exploração e propriedades não operacionais, principalmente no entorno de nossas operações descritas nesta seção.



OPERAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO

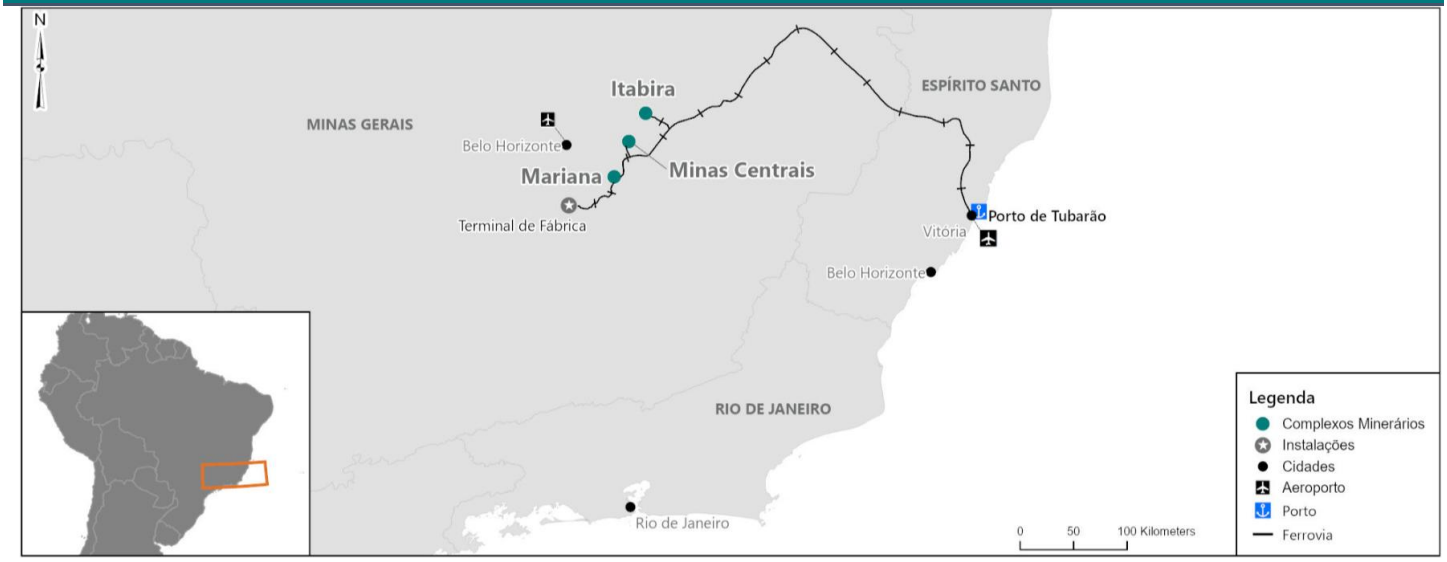
SISTEMA NORTE

Participação	100%
Localização	Carajás, Estado do Pará, Brasil
Operador	Vale S.A.
Complexos minerários	Três complexos de mineração e um projeto mineral em área inexplorada: - Serra Norte (três principais áreas de lavra e três usinas de beneficiamento). - Serra Sul (uma área principal de lavra e uma usina de beneficiamento). - Serra Leste (uma área de lavra e uma usina de beneficiamento). - Projeto mineral Serra do Rabo.
Títulos minerários[1]	Concessões de lavra sem prazo de validade. Área: Serra Norte: 30.000 ha, Serra Leste: 9.915 ha e Serra Sul: 98.910 ha, que inclui o projeto mineral Serra do Rabo.
Fase/ Operações	Os três complexos seguintes encontram-se em fase de produção: Serra Norte está em operação desde 1984, Serra Sul desde 2016 e Serra Leste desde 2014. O projeto mineral Serra do Rabo encontra-se na Fase de Exploração – Estudo técnico FEL 2 (Pré-viabilidade) em andamento.
Condição das principais permissões	Já obtivemos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações. Estamos em processo de obtenção ou renovação de (i) certas licenças ambientais, incluindo licenças relativas a aprovações do buffer de proteção para cavernas e lagoas e (ii) aprovação de zonas de lavra em áreas com plano de manejo ambiental. Para informações sobre licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito a cavernas, consulte Informações sobre a *Companhia— Assuntos regulatórios—Regulamentação ambiental—Proteção de cavernas*. Mais detalhes sobre os riscos específicos de licenciamento e autorizações para Serra Sul e Serra Norte podem ser encontrados na seção de riscos do respectivo Resumo do Relatório Técnico.
Tipos de minas e estilos de mineralização	Operações de lavra a céu aberto com minério de alto teor de hematita (teor de ferro em torno de 66%) para Serra Norte, Serra Sul e Serra Leste. Em Serra Leste também existe uma menor quantidade de material Itabirítico (teor de ferro de 35-60%). Em Serra Norte também é empregado o método de dragar na barragem do Gelado com rejeitos de minério de ferro (teor em torno de 63%). O projeto Serra do Rabo consiste em minério de hematita de alta qualidade, projetado para ser extraído pelo método de mineração a céu aberto.

Instalações e infraestrutura associadas	*Plantas de processamento:* Em Serra Norte, duas das plantas de beneficiamento aplicam o processo de beneficiamento por umidade natural, com etapas de britagem e peneiramento. Outra planta aplica tanto o processo de umidade natural quanto o processamento úmido em linhas distintas. Esta planta está conectada às instalações que recebem minério da barragem de rejeitos do Gelado. O processo de beneficiamento úmido consiste em operações de classificação, incluindo britagem, peneiramento, hidrociclone, concentrador magnético e filtração. A produção deste local consiste em alimentação para sinterização, alimentação para pelotização e minério granulado. Serra Leste e Serra Sul aplicam o processo de beneficiamento por umidade natural com britagem e peneiramento. Serra Sul e Serra Leste produzem apenas *sinter feed*. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de estéril e rejeitos em Serra Norte e estruturas de disposição de estéril em Serra Sul e Serra Leste. *Logística:* O minério de ferro é transportado pela Estrada de Ferro de Carajás (EFC) até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão. O minério de ferro de Serra Leste é transportado por caminhões do local da mina até a ferrovia EFC. O minério de Serra Sul é embarcado por meio de um ramal ferroviário de 101 quilômetros até a ferrovia EFC. *Energia:* Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida por meio de contratos de compra de energia, quando aplicável. Esperamos que o projeto Serra do Rabo utilize a expansão da infraestrutura já disponível na região.

(1) Área com reservas e recursos associados.

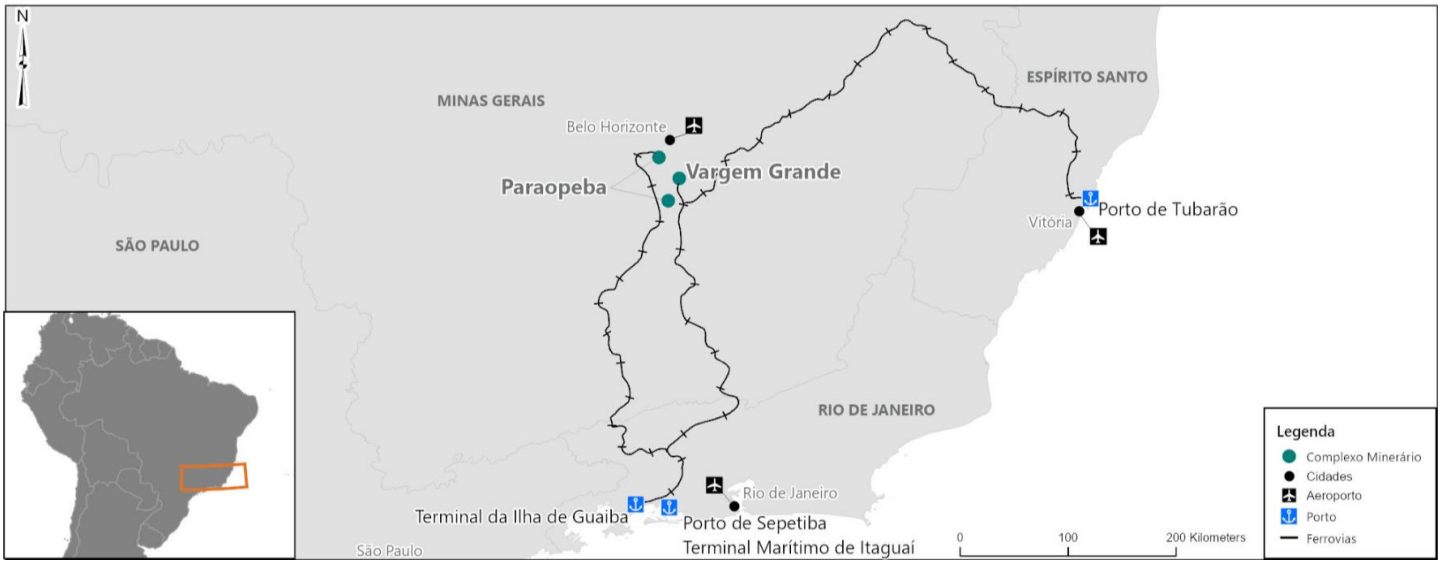
SISTEMA SUDESTE



Participação	100%,
Localização	Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil
Operador	Vale S.A.
Complexos minerários	Três complexos de mineração: – Itabira (duas minas, com três grandes usinas de beneficiamento). – Minas Centrais (duas minas, com duas usinas principais de beneficiamento e uma usina secundária). – Mariana (quatro minas, com quatro grandes plantas de beneficiamento).
Títulos minerários(1)	A maioria das concessões de lavra sem prazo de validade. Área envolvida: Itabira: 8.344 ha, Minas Centrais: 10.428 ha e Mariana: 9.687 ha.
Fase/ Operações	Todos os complexos estão em fase de produção. Itabira está em operação desde 1957, Minas Centrais desde 1994 e Mariana desde 1976.
Condições das principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações. Estamos em processo de obtenção ou renovação de (i) certas licenças ambientais, incluindo licenças relacionadas à aprovação de zonas de proteção para cavernas e barragens e (ii) licença para instalações de armazenamento de estéril e rejeitos. Para informações sobre licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito a cavernas, consulte *Informações sobre a Companhia—Assuntos Regulatórios—Regulamentações Ambientais—Proteção de Cavernas* e *Informações sobre a Companhia—Assuntos Regulatórios—Regulamentação Brasileira de Barragens de Mineração.*
Tipos de minas e estilos de mineralização	Operações de lavra a céu aberto com altas proporções de minério itabirítico em relação ao tipo de minério hematítico. O minério itabirítico apresenta um teor de ferro entre 35% e 60%. Parte do minério é concentrada para atingir o teor necessário para embarque e parte é embarcada e misturada na Ásia com o minério de alto teor do nosso Sistema Norte.
Instalações e infraestrutura associadas	*Plantas de processamento*: Geralmente processamos o ROM por meio de britagem padrão, seguida das fases de classificação e concentração, produzindo sinter feed, minério granulado e pellet feed nas usinas de beneficiamento localizadas junto aos complexos de mineração. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de estéril e rejeitos em todos os complexos. Tratamento de areia e estruturas logísticas no Complexo Minas Centrais. *Logística:* A ferrovia EFVM liga essas minas ao porto de Tubarão. *Energia:* Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida por meio de contratos de compra de energia, quando aplicável.

(1) Área com reservas e recursos associados.

SISTEMA SUL



Participação	100%
Localização	Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil
Operador	Vale S.A.
Complexos de mineração	Dois complexos de mineração: – Vargem Grande (cinco minas e cinco grandes usinas de beneficiamento). – Paraopeba (cinco minas e três grandes usinas de beneficiamento).
Títulos minerários[1]	A maioria das concessões de lavra sem prazo de validade. Área envolvida: Vargem Grande: 6.507 ha, Paraopeba: 9.361 ha.
Fase/ Operações	Todos os complexos estão em fase de produção. Vargem Grande funciona desde 1942 e Paraopeba desde 2003.
Condição das principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações. Estamos em processo de obtenção ou renovação de (i) certas licenças ambientais, incluindo licenças relacionadas a aprovações de zonas de proteção para cavernas e barragens e (ii) licenças para instalações de armazenamento de estéril e rejeitos. Para informações sobre licenciamento ambiental, principalmente no que diz respeito a cavernas, consulte *Informações sobre a Companhia—Assuntos Regulatórios—Regulamentações Ambientais—Proteção de Cavernas* e *Informações sobre a Companhia—Assuntos Regulatórios—Regulamentação Brasileira de Barragens de Mineração.*
Tipos de minas e estilos de mineralização	Operações de lavra a céu aberto com altas proporções de minério itabirítico em relação ao tipo de minério hematítico. O minério itabirítico apresenta um teor de ferro entre 35% e 60%. Parte do minério é concentrada para atingir o teor necessário para embarque e parte é embarcada e misturada na Ásia com o minério de alto teor do nosso Sistema Norte.
Instalações e infraestrutura associadas	*Plantas de processamento:* Geralmente processamos o minério bruto (*run-of-mine*) por meio de etapas padrão de britagem, classificação e concentração, produzindo *sinter feed*, minério granulado e pellet feed nas usinas de beneficiamento localizadas nos complexos de mineração. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de estéril e rejeitos em todos os complexos. *Logística:* A MRS transporta nossos produtos de minério de ferro das minas para os nossos terminais marítimos da Ilha Guaíba e Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. A ferrovia EFVM conecta algumas minas ao porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo. *Energia:* Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida por meio de contratos de compra de energia, quando aplicável.

[1] Área com reservas e recursos associados.

1.1.2 Produção de minério de ferro

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa produção de minério de ferro.

		Produção no exercício findo em 31 de dezembro (milhões de toneladas métricas)			Recuperação do processo 2025[2] (%)
Mina/Usina	**Tipo**	**2025[1]**	**2024[1]**	**2023[1]**	
Sistema Sudeste					
Itabira	A céu aberto	25,2	29,8	29,2	50,8
Minas Centrais	A céu aberto	30,2	23,3	22,1	61,2
Mariana	A céu aberto	28,4	24,9	25,7	86,2
Sistema Sudeste – total		83,7	78,1	77,0	66,6
Sistema Sul					
Vargem Grande	A céu aberto	36,0	33,7	36,7	70,3
Paraopeba	A céu aberto	15,0	14,5	11,5	80,0
Sistema Sul – total		51,0	48,2	48,2	73,2
Sistema Norte					
Serra Norte	A céu aberto	78,1	87,6	91,3	98,6
Serra Leste	A céu aberto	6,0	5,1	5,7	100,0
Serra Sul	A céu aberto	86,0	83,0	75,0	100,0
Sistema Norte – total		170,2	175,7	172,0	99,3
Produção própria		304,9	302,0	297,2	85,9
Compras de terceiros		31,2	25,7	24,0	
Total		336,1	327,7	321,2	**85,9**

[1] Os números de produção incluem compras de minério de terceiros, minério bruto e alimentação para plantas de pelotização.
[2] Percentual do ROM (minério bruto) recuperado no processo de beneficiamento. Os valores de recuperação do processo não incluem compras de minério de terceiros.

1.1.3 Divulgação de propriedade individual

Consideramos os Complexos Serra Norte e Serra Sul como propriedades relevantes, para fins do Item 1300 do Regulamento S-K (S-K 1300).

Não houve mudanças relevantes nas reservas ou recursos divulgados ou nas premissas e informações relevantes desde o último resumo do relatório técnico arquivado para Serra Sul. Com relação às operações de Serra Norte, houve mudanças materiais nas reservas e recursos relatados e estamos preenchendo um resumo atualizado do relatório técnico como Anexo 96.1 deste relatório anual.

1.1.3.1 Serra Norte

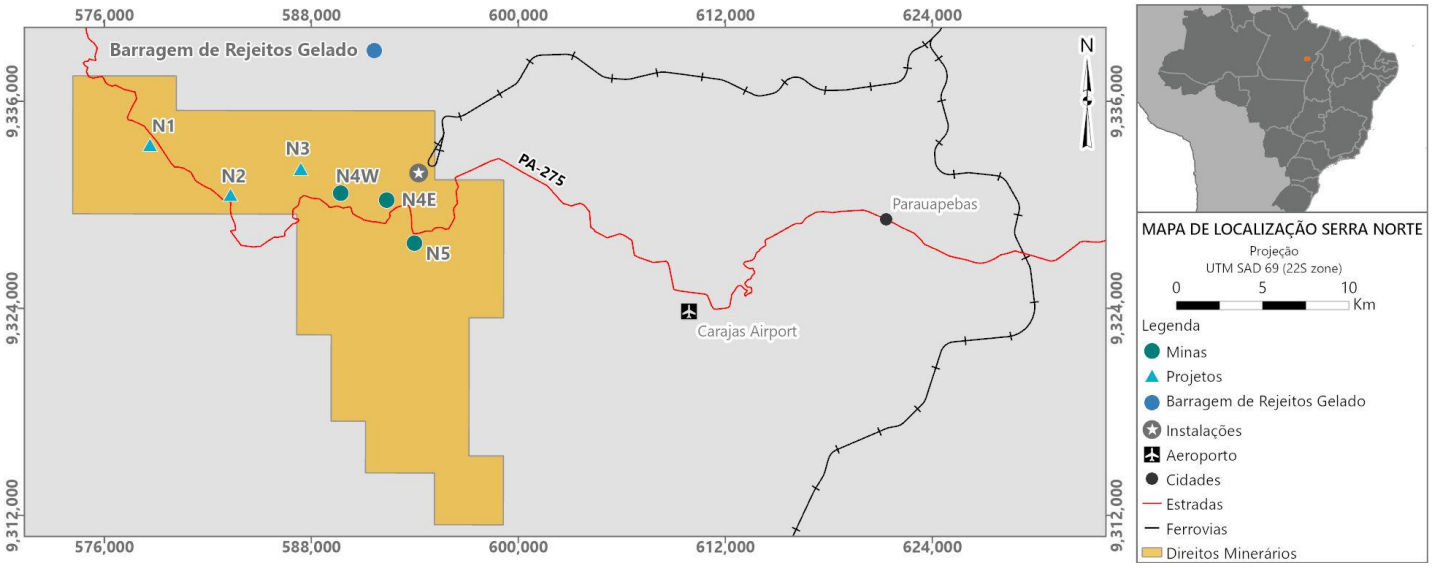
Descrição da Propriedade

O complexo de mineração Serra Norte é uma propriedade em fase de produção, pertencente ao nosso Sistema Norte, localizada no município de Parauapebas, estado do Pará, na região Norte do Brasil. A propriedade consiste em cinco corpos de minério N1, N2, N3 (projetos), N4, N5 (minas operacionais) e barragem de rejeitos do Gelado. A propriedade tem coordenadas aproximadas 587.140E, 9.331.790N usando o sistema de coordenadas UTM SAD 69 (Universal Transverse Mercator – Datum Sul-Americano 1969). As coordenadas do ponto de massa central das minas da Serra Norte são apresentadas a seguir:

Coordenadas centrais das minas da Serra Norte UTM South American Datum (SAD69)

Mina	Situação	UTM L	UTM N
N4	Operacional	590.140	9.329.567
N5	Operacional	596.410	9.328.668
N1	Não-operacional	579.891	9.333.075
N2	Não-operacional	583.351	9.330.472
N3	Não-operacional	587.140	9.331.790
Barragem de Rejeitos do Gelado	Operacional	591.584	9.338.906

A propriedade pode ser acessada por voos regulares entre a vila de Carajás e as cidades de Marabá, Belém, Belo Horizonte e Brasília, além das rodovias pavimentadas PA-275, PA-150 e PA-70. Há também uma ferrovia ligando Carajás ao porto de Ponta da Madeira, na cidade de São Luís.



Infraestrutura

Vários serviços estão disponíveis aproximadamente 50 km a leste do complexo em Parauapebas (com uma população estimada de 267.836, estimada em 2022). Uma gama maior de serviços gerais está disponível na capital do estado, Belém, localizada a aproximadamente 770 km a nordeste. A energia elétrica é fornecida através do sistema nacional de produção e transmissão de eletricidade do Brasil. Poços artesianos fornecem uma fonte de água que é usada para controle de poeira, lavagem de pisos e equipamentos. Uma estação de tratamento no local trata a água do poço para uso potável. A água de reuso de processo é proveniente das barragens Gelado e Pera. A infraestrutura do complexo inclui uma instalação de disposição de rejeitos, três plantas de processamento, estoques de reserva de minério, área de disposição de estéril, oficinas de manutenção, um laboratório de análises químicas, escritórios administrativos e uma clínica. O pessoal reside principalmente no centro urbano de Carajás e na cidade de Parauapebas.

Geologia e Mineralização

As principais jazidas de minério de ferro de Carajás estão associadas a planaltos elevados de topo plano, definidos ao longo de dois principais alinhamentos morfológicos correspondentes à Serra Norte e à Serra Sul. Esses alinhamentos formam os flancos da estrutura do Sinclinal de Carajás. O complexo Serra Norte corresponde ao flanco invertido do Sinclinal de Carajás. A mineralização ocorre principalmente como produto do enriquecimento supergênico, desenvolvido sobre jaspilitos (BIF – Formação Ferrífera Bandada – intercalada com basaltos), gerando um minério de alto teor composto por hematita friável, hematita compacta e hematita manganífera. Os principais controles estruturais são falhas e dobras que favoreceram o espessamento das BIFs dos níveis de jaspilito, por duplicação e eficiência de processos supergênicos através do tombamento e fraturamento dessas rochas. A mineralização inclui também os rejeitos depositados na barragem do Gelado.

Exploração

A exploração ocorre na propriedade desde o final da década de 1960 e inclui mapeamento geológico, sondagem, amostragem de campo para controle de minério e geofísica. Investimos continuamente na exploração mineral com o objetivo de expandir nossos recursos minerais e reservas minerais e atingir um nível adequado de confiança na estimativa de recursos que suporta nossos planos de lavra.

Direitos minerários

Possuímos concessão de lavra para as operações em Serra Norte, sob Direito Minerário ANM nº 813.682/1969, que abrange uma área de 30.000,00 ha, sem prazo de vencimento. Este direito minerário faz parte de um grupo de concessões denominado “Grupamento Mineiro” (número 852.145/1976), que inclui concessões de minera da região de Carajás, como concessões de lavra das operações de Serra Sul e Serra Leste. Para a operação da mina da Barragem de Rejeitos do Gelado, o Plano de Avaliação Econômica (PAE) foi aprovado pela ANM.

Direitos de superfície

Os direitos de superfície são independentes dos direitos minerários no Brasil. A Serra Norte está localizada inteiramente dentro da Floresta Nacional de Carajás e a Barragem de Rejeitos Gelado está localizada dentro da Floresta Nacional de Carajás e da Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado, portanto, essas áreas pertencem ao Governo Federal. Possuímos as licenças e autorizações necessárias do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para operar nessas áreas. Não existem pagamentos associados a direitos de superfície.

Planos de lavra atuais, planejados e futuros

A lavra em Serra Norte é feita por métodos tradicionais a céu aberto. O minério é transportado por caminhões fora de estrada para instalações de britagem primária estrategicamente posicionadas, e o estéril é transportado para áreas de disposição de estéril. Uma operação de dragagem foi iniciada na barragem de rejeitos do Gelado para recuperar minério de ferro de alta qualidade. A Planta 1 possui processo de beneficiamento misto (55% via úmida e 45% beneficiamento a umidade natural), enquanto as Plantas 2 e 3 possuem processo 100% beneficiamento a umidade natural. O processo úmido da Planta 1 consiste nas etapas de britagem, peneiramento, classificação, concentração magnética, espessamento e filtração, enquanto o processamento por umidade natural de todas as plantas consiste apenas nas etapas de

peneiramento e britagem. As capacidades instaladas são de 85,0 Mtpa para a Planta 1, 40 Mtpa para a Planta 2 e 20 Mtpa para a Planta 3. Uma planta adicional com capacidade instalada de 14 Mtpa foi projetada para processar os rejeitos da barragem do Gelado. O material, após ser dragado, é espessado e bombeado para o circuito úmido da Planta 1.

O plano atual de vida útil da mina vai de 2025 a 2045. O plano da mina envolve a abertura de novas áreas de lavra para extração nos corpos minerais N1, N2 e N3. Além disso, a Planta 1 está passando por uma conversão para processamento a seco 100% natural, que deve ser concluído entre 2026 e 2027.

Detalhes e modernização de ativos

As minas de Serra Norte estão em operação desde 1984 e estão sendo expandidas lateralmente e em profundidade, com a lavra simultânea de mais corpos minerais. Consequentemente, a distância média de transporte está aumentando. Foram implementados britadores para minério bruto (ROM) nas cavas com esteiras transportadoras, para reduzir a distância de transporte. Além disso, reduzimos nossos custos implementando o projeto Trolley e aumentando o uso de caminhões autônomos. Também há projetos em estudo para implantação de britadores semimóveis com correias transportadoras para o estéril. Em regiões onde há necessidade de controle de vibração no desmonte de rochas, são utilizados mineradores contínuos.

Valor contábil total da propriedade

O valor contábil do complexo de mineração Serra Norte e suas instalações e equipamentos associados era de US$3.323 milhões em 31 de dezembro de 2025, sem incluir ativos de infraestrutura compartilhados, como portos e ferrovias.

Histórico da Operadora

O Complexo de Carajás passa por trabalhos de exploração desde 1922. Em julho de 1967, a United States Steel iniciou um programa de exploração na região em busca de depósitos de manganês, resultando nos primeiros levantamentos de campo de Serra Norte (localizações N1, N2, N3, N4 e N5), bem como nas proximidades da Serra Sul. As atividades de exploração e avaliação continuaram e, em 1977, adquirimos uma participação acionária na United States Steel ("USS") e assumimos o trabalho no projeto. A construção começou em 1979, com as operações na mina N4E começando em 1984. A produção na mina N4W começou em 1994.

Ônus e requisitos de licenciamento

Possuímos uma licença de operação que autoriza a exploração dos depósitos de minério N4 e N5, incluindo atividades de exploração, mineração e processamento. A licença é válida até fevereiro de 2035.

Não existem ônus materiais para as Operações Serra Norte.

Recursos minerais

O banco de dados utilizado para a modelagem geológica e para estimar os teores é composto por análises químicas de Fe, SiO2, P, Al2O3, Mn, CaO, TiO2, MgO e perda por ignição (LOI). Esses elementos foram analisados em diferentes frações de distribuição granulométrica.

Os modelos geológicos (N1, N2, N3, N4 e N5) foram criados utilizando modelagem implícita, diferenciando os domínios litológicos com base na continuidade química, granulométrica e/ou mineralógica.

A interpolação de teores utiliza métodos de estimativa multivariada por Co-Krigagem Ordinária baseada em Modelos de Correlação Intrínseca (MCI). A estimativa é atribuída aos domínios litológicos utilizando o princípio de limite rígido, o que significa que blocos pertencentes a um domínio podem ser estimados apenas com amostras do mesmo domínio. As estimativas de blocos foram validadas utilizando técnicas de validação padrão da indústria.

A classificação dos blocos foi atribuída de acordo com a metodologia do Índice de Risco, que combina a continuidade do corpo de minério e o erro de estimativa. Posteriormente, essa classificação automatizada foi comparada com um método de classificação geométrica regular para melhor avaliar a classificação.

Os recursos minerais foram delimitados dentro de uma cava conceitual otimizada. Os limites da cava resultante foram avaliados quanto à razoabilidade, considerando premissas econômicas, critérios geotécnicos de inclinação baseados na litologia, bem como restrições ambientais e de infraestrutura, incluindo a localização das instalações de processamento e áreas de armazenamento de rejeitos.

O modelo geológico da barragem de rejeitos de Gelado foi desenvolvido utilizando superfícies em wireframe de minério e estéril criadas a partir do banco de dados de furos de sondagem e da superfície topográfica. A estimativa de teor foi realizada utilizando o método do inverso do quadrado da distância (IDS) e krigagem ordinária (OK) para todas as variáveis (Fe, Al_2O_3, LOI, Mn, P e SiO_2). A abordagem de estimativa de recursos considera o espaçamento entre os furos de sondagem, a confiança na interpretação dos rejeitos, a representatividade dos dados de ensaio disponíveis e os parâmetros de desempenho de estimativa/qualidade.

Para uma discussão sobre as mudanças em relação ao exercício fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia — Reservas e Recursos*. Todas as divulgações de recursos minerais são exclusivas das reservas minerais.

Serra Norte – Resumo dos Recursos Minerais de Minério de Ferro em 31 de dezembro de 2025 [1][2]

	2025[3]		2024[3]			
Categoria	**Tonelagem**	**Teor**	**Tonelagem**	**Teor**	**Teor de corte**	**Recuperação metalúrgica [5]**
Medido	846,4	66,5	694,3	66,6	N/A[4]	97,3 %
Indicado	505,1	65,9	598,6	66,1		
Medido + Indicado	1.351,5	66,3	1.292,8	66,4		
Inferido	302,7	66,2	425,3	66,4		

[1] As perspectivas de extração econômica dos recursos minerais (minas N4W, N4E e N5, operação da barragem de rejeitos do Gelado e projetos N1, N2 e N3) foram determinadas com base em um preço de longo prazo de US$92,3/dmt para um teor de ferro de 62%.
[2] Os recursos são relatados em uma base 100%, visto que as operações são integralmente de nossa propriedade.
[3] A tonelagem é expressa em milhões de toneladas métricas, incluindo 7,8% de umidade e teor de ferro seco (%Fe), exceto para o minério da barragem de rejeitos do Gelado, que é apresentado em base seca. O ponto de referência utilizado é a tonelagem in situ, exceto para a barragem de rejeitos do Gelado.
[4] O teor de corte econômico não foi aplicado, pois é inferior aos valores estimados na porção mineralizada do modelo de blocos.
[5] A recuperação metalúrgica do material in situ é de 100% e a do material da barragem de rejeitos do Gelado é de aproximadamente 50%. A tonelagem da barragem de rejeitos do Gelado representa 5,6% dos recursos minerais de Serra Norte.
[6] Os números foram arredondados.

Reservas minerais

As reservas minerais foram estimadas utilizando os recursos minerais medidos e indicados como base para a conversão em categorias provadas e prováveis.

A otimização da cava para gerar a estrutura de cava economicamente viável foi baseada no algoritmo padrão da indústria Lerch-Grossman. Não foi aplicado um teor de corte econômico à reserva mineral, pois o teor médio do recurso é de 66% de Fe.

As reservas minerais divulgadas para Serra Norte incluem a barragem de rejeitos Gelado. Esse material consiste em rejeitos acumulados desde o início das operações em Serra Norte. As reservas são recuperadas economicamente principalmente por meio de atividades de dragagem.

As estimativas de custos de capital e operacionais foram preparadas com base no desempenho operacional recente e no orçamento operacional atual. As curvas de preços foram consolidadas por nossa equipe de marketing, com base em um modelo de preço de mercado que utiliza o consenso de preços dos analistas do banco e inclui considerações sobre as

preferências dos clientes, oferta e demanda de minério de ferro transoceânico, bônus e penalidades por componentes deletérios.

Para uma discussão sobre as mudanças em relação ao ano fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia — Reservas e Recursos*.

Serra Norte – Resumo das Reservas Minerais de Ferro em 31 de dezembro de 2025 [1][2][6]

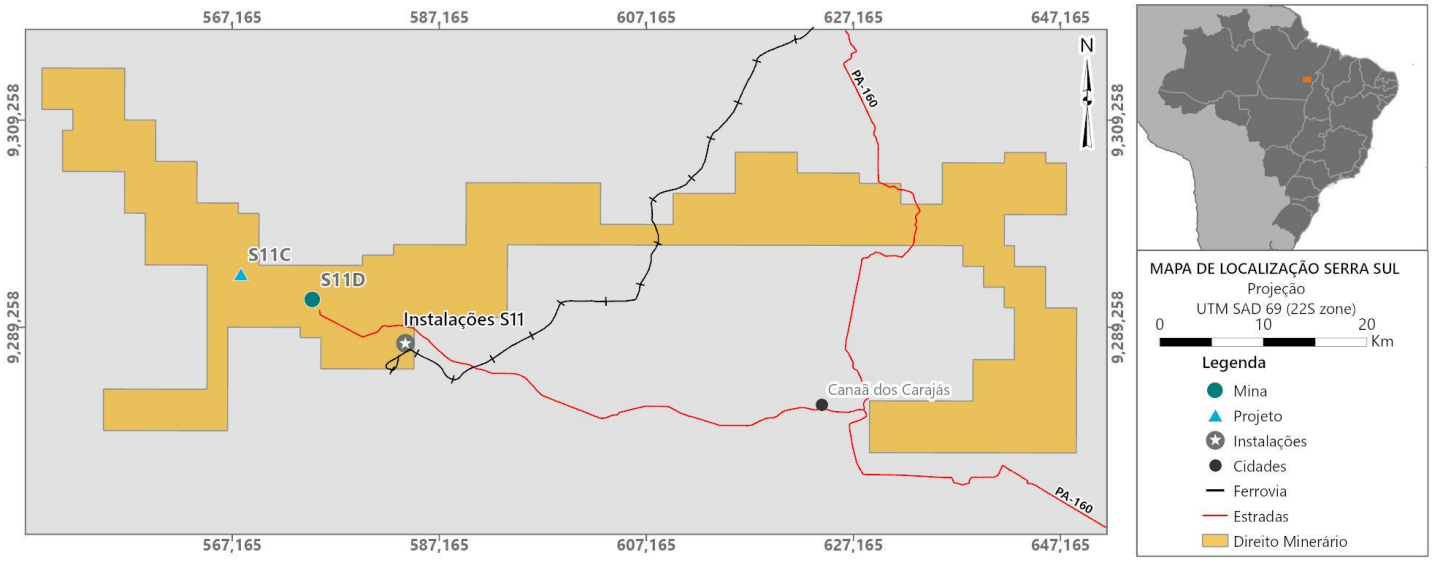
Categoria	2025[3]		2024[3]		Teor de corte	Recuperação metalúrgica [5]
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor		
Provada	374,0	65,0	292,4	65,4	N/A[4]	96,7 %
Provável	1.138,3	64,5	1.275,5	64,7		
Total	**1.512,3**	**64,6**	**1.567,9**	**64,8**		

[1] A viabilidade econômica das reservas minerais (minas N4W, N4E e N5, operação da barragem de rejeitos de Gelado e projetos N1, N2 e N3) foi determinada com base na curva de preços, sendo o preço de longo prazo de US$84,3/dmt para um teor de ferro de 62%.
[2] As reservas são apresentadas em base de 100%, visto que as operações são integralmente de nossa propriedade.
[3] A tonelagem é expressa em milhões de toneladas métricas, incluindo 7,5% de umidade e teor de ferro seco (%Fe), exceto para o material da barragem de rejeitos do Gelado, que é apresentado em base seca. O ponto de referência utilizado é o volume in situ em toneladas métricas, exceto para o material da barragem de rejeitos do Gelado.
[4] O teor de corte econômico não foi aplicado, pois é inferior aos valores estimados na porção mineralizada do bloco.
[5] A recuperação metalúrgica para o material in situ é de 100% e para o material da barragem de rejeitos do Gelado é de aproximadamente 50%. A tonelagem da barragem de rejeitos do Gelado representa 6,4% das reservas minerais de Serra Norte.
[6] Os números foram arredondados.

1.1.3.2 Serra Sul

Descrição da Propriedade

O complexo minerário Serra Sul é uma propriedade em fase de produção, integrante do nosso Sistema Norte, localizada no município de Canaã dos Carajás, estado do Pará, região Norte do Brasil nas coordenadas 574.671 E, 9.291.735 N usando o SAD69. A propriedade consiste na jazida S11, subdividida subdividido em A, B, C e D. As atuais operações estão na mina S11D e as reservas e recursos minerais estão definidas apenas para as jazidas C e D. O acesso à propriedade é feito pelo aeroporto de Carajás sentido Canaã dos Carajás pelas rodovias estaduais PA-275 e PA-160, com 83 km. A produção de minério é transportada pela ferrovia do sudeste do Pará, onde se conecta à Estrada de Ferro Carajás e ao terminal portuário de Ponta da Madeira, em São Luís, no Estado do Maranhão.



Infraestrutura

A cidade mais próxima do complexo minerário é Canaã dos Carajás (localizada a 50 km das operações, com uma população estimada em 77.079 habitantes, em 2022). A energia elétrica é fornecida às minas através do sistema nacional de produção e transmissão de eletricidade do Brasil. A água é proveniente de poços permitidos e captações de água em todo o local e é usada para fins industriais e domésticos. A infraestrutura do complexo inclui a mina a céu aberto, área para disposição de estéril, usina de beneficiamento, oficina de manutenção completa, laboratório de análises químicas e controle de qualidade, escritórios e um ambulatório. Como a usina é um processamento a seco 100% natural, uma instalação de disposição de rejeitos não é necessária para a Serra Sul. O pessoal reside principalmente no centro urbano de Canaã dos Carajás.

Geologia e Mineralização

As principais jazidas de minério de ferro de Carajás estão associadas a planaltos elevados de topo plano, definidos ao longo de dois principais alinhamentos morfológicos correspondentes à Serra Norte e à Serra Sul. Esses alinhamentos formam os flancos da estrutura do Sinclinal de Carajás. O complexo Serra Sul corresponde ao domínio do flanco normal do Sinclinal de Carajás. A mineralização da Serra Sul é formada principalmente pela alteração do enriquecimento supergênico sobre jaspilitos (BIF – Formação Ferrífera Bandada – intercalada com basaltos), gerando um minério de alto teor composto por hematita friável, hematita compacta e hematita manganífera que ocorrem em uma camada tabular sub-horizontal. Os principais controles estruturais são dobras e falhas que são responsáveis pelo espessamento dos níveis de jaspilito da BIF, por duplicação e pela eficiência de processos supergênicos através do tombamento e fraturamento dessas rochas.

Exploração

A exploração ocorre na propriedade desde o final da década de 1960 e inclui mapeamento geológico, sondagem, amostragem de campo para controle de minério e geofísica. Investimos continuamente na exploração mineral com o objetivo de expandir nossos recursos minerais e reservas minerais e atingir um nível adequado de confiança na estimativa de recursos que suporta nossos planos de lavra.

Direitos minerários

Possuímos concessão de lavra para as operações de Serra Sul, sob o Direito Minerário ANM nº 813.684/1969, que cobre uma área de 98.910,42 ha. Esse direito minerário faz parte de um grupo de concessões denominado "Grupamento Mineiro" (número 852.145/1976), que inclui concessões de minera da região de Carajás, como concessões de lavra das operações da Serra Norte e Serra Leste. Em 2021, decidimos renunciar aos nossos direitos minerários em terras indígenas no Brasil. Para tanto, protocolamos pedido de redução de área referente ao direito minerário nº 813.684/1969, reduzindo sua área de 100.000,00 ha para 98.910,42 ha. Essa redução de área entrará em vigor a partir da publicação da aprovação da ANM no Diário Oficial da União.

Direitos de Superfície

Os direitos de superfície são independentes dos direitos minerários no Brasil. Serra Sul está localizada inteiramente dentro da Floresta Nacional de Carajás, portanto, essa superfície pertence ao Governo Federal do Brasil. Temos as licenças e autorizações necessárias do IBAMA e do ICMBIO para operar nessas áreas. Não existem pagamentos associados a direitos de superfície.

Planos de lavra atuais, planejados e futuros

A mineração em Serra Sul é realizada por meio de mineração a céu aberto. São quatro sistemas móveis de britagem que trabalham em conjunto com correias transportadoras que se movem ao longo das bancadas à medida que a frente de lavra avança em zonas favoráveis. Onde os sistemas de correias transportadoras não são viáveis, a mina utiliza métodos tradicionais de caminhão-pá para extração de minério e rejeitos. A planta de processamento e lavra em Serra Sul tem uma capacidade nominal anual de 90 Mtpa. Atualmente, estamos trabalhando em projetos para aumentar essa capacidade para 120 milhões de toneladas por ano. Áreas adicionais de lavra estão sendo avaliadas em Serra Sul para manter e expandir a capacidade de produção do complexo.

Detalhes e modernização de ativos

A mina S11 está em operação desde 2016 e desde que o projeto foi concebido havia a premissa de ter um impacto ambiental mínimo em áreas de mata virgem. As pilhas de estéril também estão localizadas fora da área de mata e possuem sistema aspersor para disposição de estéreis. Um programa robusto de substituição de equipamentos e infraestrutura garante que as recomendações do fabricante do equipamento para a vida útil do ativo sejam seguidas e que as peças principais sejam substituídas quando necessário. Terminada a vida útil do equipamento, planejamos e investimos em equipamentos atualizados.

Valor contábil total da propriedade

O valor contábil do complexo de mineração Serra Sul e suas instalações e equipamentos associados era de US$6.047 milhões em 31 de dezembro de 2025, não incluindo ativos de infraestrutura compartilhados, como portos e ferrovias.

Histórico da Operadora

Os levantamentos geológicos na Serra dos Carajás, onde está localizado o Sistema Norte, começaram em 1922, mas as primeiras citações sobre a ocorrência de formações ferríferas datam de 1933. Em julho de 1967, a United States Steel iniciou um programa de exploração na região para procurar depósitos de manganês, resultando nos primeiros levantamentos de campo em Serra Sul, bem como na vizinha Serra Norte. As atividades de exploração e avaliação continuaram e, em 1977, adquirimos uma participação acionária na United States Steel e assumimos o trabalho no projeto. Em 1979, teve início a construção do complexo, integrando mina, ferrovia e porto do Projeto Ferro Carajás (Sistema Norte) e após 6 anos foi concluída a ferrovia São Luís – Carajás. A produção de minério de ferro começou em 1984 no complexo Serra Norte, enquanto o complexo Serra Sul iniciou a operação da mina em 2016.

Ônus e requisitos de licenciamento

Possuímos licença de operação para lavra, expansões, beneficiamento e infraestrutura. A licença de operação é válida até 9 de dezembro de 2026.

Não existem ônus materiais para as Operações Serra Sul.

Recursos minerais

Para uma discussão sobre as mudanças em relação ao exercício fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia — Reservas e Recursos*. Não consideramos essa alteração substancial. Todas as divulgações de recursos minerais são exclusivas das reservas minerais.

Serra Sul – Resumo dos Recursos Minerais de Minério de Ferro em 31 de dezembro de 2025 [1][2][5]

Categoria	2025[3]		2024[3]		Teor de corte	Recuperação metalúrgica
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor		
Medido	443,3	65,5	516,2	66,1	N/A[4]	100 %
Indicado	261,1	64,4	380,9	64,8		
Medido + Indicado	704,4	65,1	897,1	65,6		
Inferido	100,6	64,6	115,6	64,6		

[1] As perspectivas de recursos minerais da extração econômica dos corpos de minério S11C e S11D foram determinadas com base em um preço de longo prazo de US$92,3/dmt para 62% de teor de ferro.
[2] Recursos reportados na base de 100%, pois as operações são de nossa inteira responsabilidade.
[3] Tonelagem declarada em milhões de toneladas métricas, incluindo 6,7% de umidade e teor de %Fe seco. O ponto de referência utilizado são as toneladas métricas in situ.
[4] O teor de corte econômico não foi aplicado, pois é inferior aos valores estimados na porção mineralizada do modelo de blocos.
[5] Os números foram arredondados.

Reservas minerais

Para uma análise das alterações em relação ao exercício fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia – Reservas e Recursos*. Não consideramos essa alteração substancial.

Serra Sul – Resumo das Reservas Minerais de Minério de Ferro em 31 de dezembro de 2025 [1][2][5]

Categoria	2025[3]		2024[3]		Teor de corte	Recuperação metalúrgica
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor		
Provada	1.416,1	65,5	1.401,6	65,8	N/A[4]	100 %
Provável	2.189,0	65,2	2.000,0	65,2		
Total	**3.605,1**	**65,3**	**3.401,6**	**65,4**		

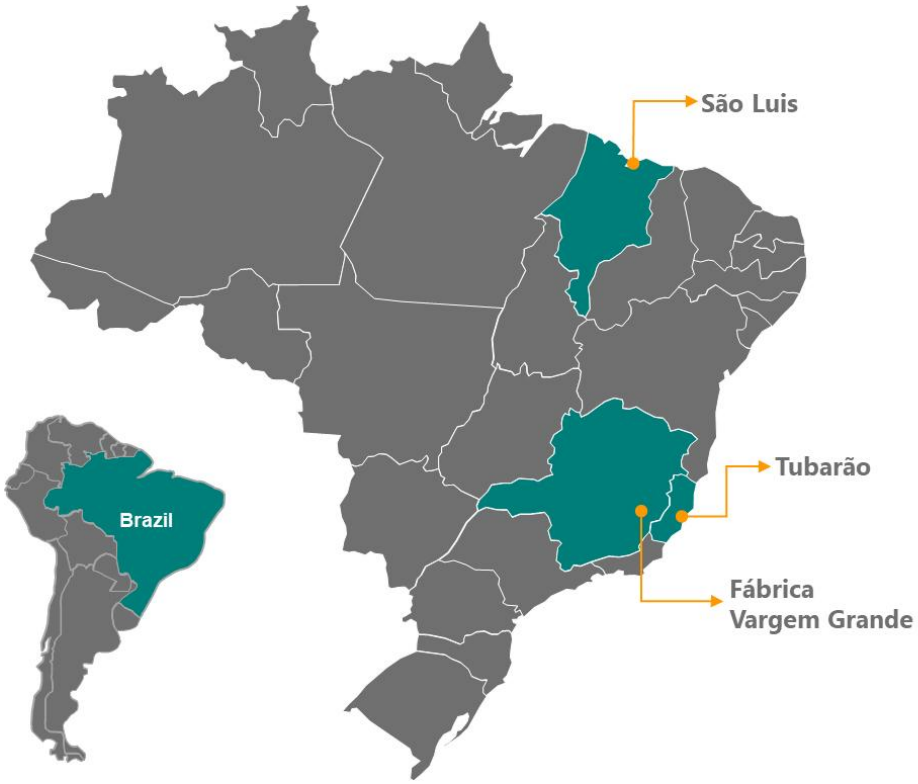
[1] A viabilidade econômica da reserva mineral dos corpos de minério S11C e S11D foi determinada com base na curva de preços, sendo o preço de longo prazo de US$84,3/dmt para um teor de ferro de 62%.
[2] Reservas reportadas em uma base de 100%, já que as operações são de nossa total propriedade.
[3] Tonelagem declarada em milhões de toneladas métricas, incluindo 6,8% de teor de umidade e teor de %Fe seco. O ponto de referência utilizado são as toneladas métricas in situ.
[4] O teor de corte econômico não foi aplicado, pois é inferior aos valores estimados na porção mineralizada do modelo de blocos.
[5] Os números foram arredondados.

1.1.4 Operações de aglomerado de minério de ferro

1.1.4.1 Operações de pelotas de minério de ferro

Produzimos pelotas de minério de ferro no Brasil e em Omã, diretamente e por intermédio de joint ventures, conforme apresentado na tabela abaixo. Nossa capacidade nominal total estimada é de 58,8 Mtpa, incluindo a capacidade total de nossas usinas de pelotização em Omã, nossas joint ventures e Tubarão, Fábrica, Vargem Grande e São Luis, mas não incluindo a capacidade das usinas de nossa joint venture Samarco.

OPERAÇÕES DE PELOTAS DE MINÉRIO DE FERRO



	TUBARÃO	FÁBRICA	VARGEM GRANDE	SÃO LUIS
Participação[1]	– Vale Tubarão VIII (100% da Vale) – Itabrasco (50,9% da Vale) – Hispanobras (50,9% da Vale) – Kobrasco (50% da Vale) – Duas plantas da Nibrasco (51% da Vale)	100% de propriedade da Vale	100% de propriedade da Vale	100% de propriedade da Vale
Localização	Estado do Espírito Santo, Brasil	Estado de Minas Gerais, Brasil	Estado de Minas Gerais, Brasil	Estado do Maranhão, Brasil
Operador	Vale S.A.	Vale S.A.	Vale S.A.	Vale S.A.
Capacidade (Mtpa)	30,8[2]	4,5	7,0	7,5
Operações	Uma usina de pelotização própria (Tubarão VIII) e cinco usinas arrendadas (Itabrasco, Hispanobras, Kobrasco e duas usinas da Nibrasco). Essas usinas recebem minério de ferro principalmente de nossas minas do Sistema Sudeste	Parte do Sistema Sul. Recebe minério de ferro do complexo de Paraopeba e compra de terceiros. Desde fevereiro de 2019, as operações de Fabrica estão suspensas.	Parte do Sistema Sul. Recebe minério de ferro do complexo de Vargem Grande.	Parte do Sistema Norte. Recebe minério de ferro das minas de Carajás.
Energia	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida através de contratos de compra de energia, quando aplicável.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida através de contratos de compra de energia, quando aplicável.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida através de contratos de compra de energia, quando aplicável.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida através de contratos de compra de energia, quando aplicável.
Logística	A produção é enviada aos clientes através do nosso terminal marítimo de Tubarão.	A produção é em sua maioria transportada pela MRS e EFVM.	A produção é, em sua maioria, transportada pela MRS.	A produção é enviada aos clientes através do nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira.

[1] O arrendamento operacional da usina de pelotização Hispanobras expira em dezembro de 2026, da usina de pelotização Itabrasco em junho de 2027, da usina de pelotização Nibrasco em dezembro de 2028 e da usina de pelotização Kobrasco em 2033.
[2] Nossas licenças operacionais ambientais para as usinas de pelotização de Tubarão preveem uma capacidade de 36,2 Mtpa.

OMÃ

	VALE OMAN PELLETIZING COMPANY LLC (VOPC)
Participação	Participação de 100%
Localização	Sohar, Omã
Operador	Vale S.A.
Capacidade (Mtpa)	9,0
Operações	Nosso complexo industrial compreende duas fábricas de pelotas com capacidade nominal total de 9,0 milhões de toneladas por ano. A usina de pelotização é integrada ao nosso centro de distribuição com capacidade nominal de 40,0 Mtpa. A usina de Omã é fornecida por minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais através do porto de Tubarão e por minério de ferro de Carajás através do terminal marítimo de Ponta da Madeira.

1.1.4.2 Produção de pelotas de minério de ferro

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa principal produção de pelotas de minério de ferro.

	Produção no exercício findo em 31 de dezembro (milhões de toneladas métricas)		
Operadora	**2025**	**2024**	**2023**
Pelotas de alto-forno	16,1	18,9	19,4
Pelotas de redução direta	15,2	18,0	17,1
Total[1]	**31,4**	**36,9**	**36,5**

[1] Esses números correspondem a 100% da produção de nossas usinas de pelotização em Omã, Vargem Grande, São Luis e Tubarão, considerando as cinco usinas de pelotização que arrendamos no Brasil, e não são ajustados para refletir nossa propriedade.

1.1.4.3 Operações de briquetes de minério de ferro

Estamos reformulando nosso portfólio de aglomerados com foco em soluções de baixo carbono para o setor siderúrgico. Em dezembro de 2023, inauguramos nossa primeira planta industrial de briquetagem com capacidade de 2 Mtpa em Tubarão e, em setembro de 2024, iniciamos a operação de uma planta móvel de briquetagem, com finalidade de P&D e capacidade de 0,2 Ktpa no mesmo local. Essas plantas nos permitirão expandir nossos testes e executar programas de validação mais longos com nossos clientes para briquetes de alto-forno.

1.1.5 Estratégia de minério de ferro

Nossas principais prioridades para Soluções de Minério de Ferro são recuperar a produção e a flexibilidade operacional, construir soluções sustentáveis e otimizar nosso portifólio de produtos através do aumento do suprimento de produtos de alta qualidade.

Recuperação da produção e flexibilidade operacional

Nossa meta é alcançar uma produção total variando de 335 a 345 Mtpa até 2026. No Sistema Norte, nosso plano é aumentar volumes de alta qualidade com novos ativos de baixo custo, acelerando e abrindo novas frentes de mineração e melhorar o desempenho dos ativos. No Sistema Sudeste, estamos desenvolvendo soluções para aumentar a produção de pellet feed, desenvolvendo instalações de filtragem de rejeitos e empilhamento a seco.

Outro objetivo importante é aumentar nossa flexibilidade criando reservas de capacidade nas operações. Estamos buscando isso através de iniciativas que incluem: (i) a expansão do Sistema Norte através da abertura de novas frentes de mineração e da obtenção de novas licenças, como o projeto S11D+20, (ii) o desenvolvimento do projeto Capanema no Sistema Sudeste, que foi comissionado em 2024, (iii) a liberação da capacidade no complexo Vargem Grande e (iv) o desenvolvimento de outros projetos.

Construção de soluções sustentáveis

Continuamos a investir em soluções para reduzir nossa dependência de novas barragens e alteamentos. Em 2025, atingimos uma participação aproximada de 68.5% de produção a processamento a seco, em comparação com 40% em 2014. Assim que atingirmos uma capacidade de 360 milhões de toneladas por ano, meta prevista para 20230, e concluirmos a implementação de outros projetos relacionados, incluindo o aumento da produção no início do projeto Capanema e as instalações de concentração a seco, esperamos que apenas cerca de 15% da nossa produção seja baseada na disposição de rejeitos em barragens construídas em uma única etapa ou elevadas pelo método da linha central ou a jusante.

Para processar os rejeitos do beneficiamento úmida, estamos investindo em sistemas de filtragem de rejeitos para permitir a redução do descarte de rejeitos em barragens e também operar certas minas e usinas sem o uso de barragens de rejeitos. Anunciamos um investimento estimado de US$3.056 milhões entre 2018 e 2034 em alguns de nossos sites, incluindo o Complexo de Vargem Grande, Complexo de Itabira e Brucutu, a serem operados com sistemas de filtragem de rejeitos e descarte de rejeitos de empilhamento a seco, que consiste na filtragem e empilhamento de rejeitos parcialmente desidratados, reduzindo nossa dependência de barragens de rejeitos. Em 2025, investimos US$112 milhões em um sistema de filtração de rejeitos e em um sistema de disposição de rejeitos a seco.

Em 2023, criamos a Agera, uma subsidiária para desenvolver e expandir nosso negócio de areia sustentável. Processamos e destinamos a areia produzida a partir de rejeitos resultantes de nossas operações de minério de ferro no estado de Minas Gerais. Este produto iniciou sua produção em 2021, após sete anos de pesquisa, e serve como uma alternativa à areia extraída do meio ambiente. Desde o seu início, aproximadamente 3,8 milhões de toneladas foram fornecidas ao setor da construção civil, como na composição de concreto, argamassa e pavimentação.

Otimização do portifólio de produtos através do aumento de produtos de maior qualidade e do desenvolvimento de soluções inovadoras para a descarbonização da indústria siderúrgica

No negócio de minério de ferro, continuaremos a promover o Brazilian Blend Fines (BRBF), um produto padrão com teor de sílica (SiO_2) limitado a 5% e menos alumina (1,5%), que oferece alto desempenho em qualquer tipo de operação de sinterização. Produzimos BRBF misturando finos dos minérios de Carajás e dos minérios de Sul e Sudeste, que são minérios complementares para nossa estratégia de mistura. O BRBF é produzida em nosso Terminal Marítimo Teluk Rubiah na Malásia e em 16 (dezesseis) portos na China. Esse processo reduz o tempo necessário para se chegar aos mercados asiáticos e aumenta a nossa capilaridade de distribuição por permitir o uso de embarcações menores. Nossa estratégia de blendagem também permite o uso de minério de ferro com menor teor de ferro dos Sistemas Sul e Sudeste, permitindo planos de mineração mais eficientes e aumentando o uso de métodos de processamento a seco, que por sua vez reduzem

os investimentos, prolongam a vida útil de nossas minas, reduzem uso de barragens e redução do consumo de água em nossas operações: uma flexibilidade fundamental para enfrentar os desafios de curto prazo.

Continuamos a melhorar nosso portfólio para fornecer soluções aos nossos clientes e nos adaptar às possíveis demandas do mercado. A demanda por aço crescerá constantemente ao longo dos anos com base nas regiões emergentes e nas megatendências atuais. A descarbonização criará uma segmentação de mercado com maior apetite por produtos de alta qualidade que podem gerar emissões de CO_2 mais baixas. Nossa estratégia visa acelerar a implementação de Soluções de Minério de Ferro inovadoras para atender a demanda mais rigorosa das siderúrgicas. Nossa estratégia visa acelerar a implementação de soluções inovadoras de ferro para atender a demanda mais rigorosa das siderúrgicas. Nosso objetivo é aumentar a produção de produtos aglomerados – briquetes e pelotas –, garantindo o fornecimento de produtos de alta qualidade ao mercado. Os briquetes de minério de ferro fazem parte do nosso portfólio de Soluções de Minério de Ferro, resultado de uma tecnologia inovadora desenvolvida internamente ao longo de 18 anos de pesquisa e patenteada por nós. Os briquetes de minério de ferro são a alternativa aglomerada de baixa temperatura e baixo CO_2 aos aglomerados, pelotas e sinter. Podem proporcionar redução de até 10% nas emissões de gases de efeito estufa na cadeia produtiva da siderurgia, enquanto a baixa temperatura (aproximadamente 250°C) necessária para seu processo produtivo permite até 80% menos emissão de CO_2 quando comparada às rotas de aglomeração tradicional (aproximadamente 1300°C). O briquete teve seu desempenho comprovado por diversos testes industriais realizados desde 2019 em diferentes clientes, apresentando excelentes resultados. Também se conecta com a economia circular, já que a produção de ligantes pode utilizar como matéria-prima a areia de nossos rejeitos de mineração.

1.1.6 Clientes, vendas e comercialização

A demanda por minério de ferro é impulsionada principalmente pela produção de aço. A China, como maior produtor mundial de aço, influencia significativamente essa procura. Existem vários tipos de produtos de minério de ferro comercializáveis, como granulados, finos, concentrados de minério de ferro, pelotas e briquetes. Cada produto difere no teor de ferro, níveis de impurezas, umidade e propriedades físicas.

Fornecemos todas as nossas pelotas de minério de ferro e minério de ferro para a indústria siderúrgica. Os níveis existentes e esperados de demanda por produtos siderúrgicos afetam a demanda por nosso minério de ferro e pelotas. A demanda por produtos siderúrgicos é influenciada por diversos fatores, como a produção industrial global, a construção civil e os gastos com infraestrutura. Para obter mais informações sobre demanda e preços, consulte *Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras – Panorama – Principais Fatores que Afetam os Preços*.

Em 2025, a China respondeu por 63% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas de minério de ferro, e a Ásia, como um todo, respondeu por 80%, o Brasil por 11%, a Europa por 4%, seguida do Oriente Médio e África, com 2 %, e outros com 3%. Nossos dez maiores clientes adquiriram, juntos, 114,0 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas de nossa produção, representando 43% dos nossos volumes de venda de minério de ferro e pelotas em 2025 e 35,8% de nossa receita total de minério de ferro e pelotas. Em 2025 e 2024, nenhum cliente representou individualmente 10% ou mais da nossa receita. Em 2023, um cliente representou individualmente 10% da nossa receita.

De nossa produção de pelotas em 2025, 51,3% foram pelotas de alto-forno e 48,7% foram pelotas de redução direta. O alto-forno e a redução direta são tecnologias diferentes empregadas por usinas siderúrgicas para produzir aço, cada qual usando diferentes tipos de pelotas. Em 2025, os mercados brasileiro e asiático (sobretudo Japão) foram os principais mercados para nossas pelotas de alto-forno, enquanto o Oriente Médio e a Europa foram os principais mercados para nossas pelotas de redução direta.

Investimentos no serviço de atendimento ao cliente, a fim de melhorar nossa competitividade. Trabalhamos junto com nossos clientes para entender seus objetivos e fornecer a eles as soluções em minério de ferro que atendam às suas necessidades específicas. Por meio de nossa experiência em processos de mineração, aglomeração e fabricação de ferro, buscamos as soluções técnicas que possibilitem um equilíbrio entre o melhor uso de nossos ativos de mineração de classe mundial e a satisfação de nossos clientes. Acreditamos que nossa capacidade de fornecer aos clientes soluções de minério

de ferro completas e a qualidade de nossos produtos são vantagens muito importantes que nos ajudam a melhorar nossa competitividade em relação aos concorrentes que podem estar mais convenientemente localizados geograficamente. Além de oferecer assistência técnica aos nossos clientes, temos escritórios em St.Prex (Suíça), Tóquio (Japão), Cingapura, Dubai (EAU), Xangai, Pequim e Qingdao (China), que dão suporte às vendas globais da Vale International. Esses escritórios também nos permitem manter um contato mais próximo com nossos clientes, monitorar suas necessidades e o desempenho de nossos contratos, além de garantir que nossos clientes recebam os produtos em tempo hábil.

Vendemos minério de ferro e pelotas em diferentes arranjos, incluindo contratos de longo prazo com clientes e em regime *spot*, por meio de licitações e plataformas de negociação. Nossa precificação está geralmente ligada aos índices de preços de mercado e utiliza uma variedade de mecanismos, inclusive preços *spot* atuais e preços médios durante períodos específicos. Nos casos em que os produtos sejam precificados antes que o preço final seja determinável no momento da entrega, reconhecemos a venda com base em um preço provisório com um ajuste subsequente que reflita o preço final.

Em 2025, estruturamos operações de hedge para mitigar parte de nossa exposição total em 2025 e 2026 aos preços do bunker utilizado no frete marítimo, em linha com as necessidades logísticas associadas às nossas vendas FOB e CFR, tanto no mercado internacional quanto no doméstico.

1.1.7 Concorrência

O mercado global de minério de ferro e pelotas é extremamente competitivo. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade e variedade dos produtos oferecidos, confiabilidade, custos operacionais e custos de transporte.

Ásia. Nossos principais concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem subsidiárias e coligadas da BHP Group Limited (BHP), Rio Tinto Ltd. (Rio Tinto) e Fortescue Metals Group Ltd.

- Somos competitivos no mercado asiático por dois motivos. (1) Em primeiro lugar, as empresas siderúrgicas geralmente procuram obter os tipos (ou *blends*) de minério de ferro e pelotas de minério de ferro que podem produzir o produto final pretendido da maneira mais econômica e eficiente. Nosso minério de ferro tem baixos níveis de impurezas e outras propriedades que costumam resultar em custos mais baixos de beneficiamento. Por exemplo, além de seu alto teor, o teor de alumina do nosso minério de ferro é muito baixo em comparação com os minérios australianos, reduzindo o consumo de coque e aumentando a produtividade nos altos-fornos, o que é particularmente importante em períodos de alta demanda e restrições ambientais. Quando a demanda do mercado é forte, o nosso diferencial de qualidade geralmente se sobressai junto aos clientes. (2) Em segundo lugar, as empresas siderúrgicas geralmente desenvolvem relacionamentos de vendas com base em um fornecimento confiável de uma mistura específica de minério de ferro e pelotas de minério de ferro. Nossa propriedade e operação das instalações de logística dos Sistemas Norte e Sudeste nos ajudam a garantir que os produtos sejam entregues no prazo e a um custo relativamente baixo.

- Contamos com contratos de fretamento de longo prazo para garantirmos capacidade de transporte e aumentarmos nossa capacidade de oferta de nossos produtos no mercado asiático a preços competitivos, pelo regime CFR, apesar dos custos mais altos do transporte, comparados aos dos produtores australianos.

- Para apoiar a estratégia comercial do nosso negócio de minério de ferro, operamos dois centros de distribuição, um na Malásia e um em Omã, e temos contratos de longo prazo com 22 portos na China, que também servem como centros de distribuição.

- Lançamos, em 2015, os "Finos Mistos Brasileiros" (BRBF), um produto de alta qualidade resultante da mistura de finos de Carajás, que contêm uma maior concentração de ferro e uma menor concentração de sílica no minério, com finos provenientes dos Sistemas Sul e Sudeste, que contêm uma menor concentração de ferro no minério. Em agosto de 2018, o Metal Bulletin lançou um novo índice, o índice de baixo teor de alumina de 62% Fe, baseado em nosso BRBF. Durante 2025, o índice de baixa alumina de 62% Fe foi negociado com um prêmio de US$0,77 por dmt sobre o índice de 62% Fe. A mistura resultante proporciona forte desempenho em qualquer tipo de operação de sinterização. É produzido em nosso Terminal Marítimo Teluk Rubiah na Malásia e nos dezessete centros de distribuição na China, o que reduz o tempo de chegada aos mercados asiáticos e aumenta nossa capilaridade de distribuição.

Europa. Nossos principais concorrentes no mercado europeu são a Luossavaara Kiirunavaara AB ("LKAB"), a ArcelorMittal Mines Canada Inc., a Iron Ore Company of Canada ("IOC"), uma subsidiária da Rio Tinto., a Kumba Iron Ore Limited e a Société Nationale Industrielle et Miniére. Somos competitivos no mercado europeu pelas mesmas razões que o somos na Ásia, e devido à proximidade de nossas instalações portuárias aos clientes europeus.

Brasil. O mercado brasileiro de minério de ferro também é competitivo e inclui vários pequenos produtores de minério de ferro. Algumas siderúrgicas, incluindo Gerdau S.A., Companhia Siderúrgica Nacional, Vallourec Tubos do Brasil S.A., Usiminas e Arcelor-Mittal, também possuem operações de mineração de minério de ferro. Embora o preço tenha relevância, qualidade e confiabilidade são também importantes fatores competitivos. Acreditamos que nossos sistemas integrados de transporte, minério de alta qualidade e serviços técnicos nos tornam um forte concorrente no mercado brasileiro. Com relação às pelotas, nossos principais concorrentes são LKAB, Iron Ore Company of Canada, Ferrexp Plc, Arcelor-Mittal Mines Canada, Samarco e Bahrain Steel.

1.2 Ativos de logística e energia para apoiar as operações de Soluções de Minério de Ferro

1.2.1 Ferrovias

Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM. A ferrovia EFVM liga nossas minas do Sistema Sudeste na região do Quadrilátero Ferrífero, no estado brasileiro de Minas Gerais, ao porto de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo.

- Operamos esta ferrovia de 905 quilômetros por meio de um contrato de concessão, que foi recentemente renovado e expirará em 2057. Para mais informações sobre o contrato de concessão, *ver Informações sobre a Companhia — Assuntos Regulatórios — Regularização de Outras Atividades*

- A EFVM consiste em duas linhas que se estendem por 584 km, permitindo deslocamentos contínuos em direções opostas, e um ramal de linha única de 304 km. Há indústrias manufatureiras nesta área e importantes regiões agrícolas também podem ser alcançadas por ela.

- VLI S.A. A (VLI) tem direitos de compra da capacidade de transporte ferroviário em nossa linha da EFVM.

- Em 2025, a estrada de ferro EFVM transportou 96.716 mil toneladas métricas de minério de ferro e 19.673 mil toneladas métricas de outras cargas. A ferrovia EFVM também transportou aproximadamente 864.870 mil passageiros em 2025. Em 2025, tínhamos uma frota de 315 locomotivas e 14.116 vagões na EFVM, que eram operados por nós e terceirizadas.

Estrada de Ferro Carajás – EFC. A estrada de ferro EFC liga nossas minas do Sistema Norte na região de Carajás, no Pará, ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão.

- Operamos a ferrovia EFC sob um contrato de concessão, que foi recentemente renovado e expirará em 2057. Para mais informações sobre o contrato de concessão, ver Informações sobre a Companhia — Assuntos Regulatórios — Regularização de Outras Atividades

- A EFC se estende por 892 km desde as nossas minas de Carajás até nosso complexo do terminal marítimo de Ponta da Madeira. A principal carga é minério de ferro, transportado principalmente para a companhia. Indústrias e importantes regiões agrícolas também estão localizadas nesta área, e a EFC também dá acesso ao Porto de Itaqui (São Luís/MA), uma infraestrutura pública.

- A VLI tem direitos de compra da capacidade de transporte ferroviário em nossa linha da EFC.

- Em 2025, a ferrovia EFC transportou 175.773 mil toneladas métricas de minério de ferro e 17.411 mil toneladas métricas de outras cargas. A EFC também transportou 419 mil passageiros em 2025. A EFC apoia o maior trem, em termos de capacidade, da América Latina, que mede aproximadamente 3,4 quilômetros, pesa aproximadamente 41,5 mil toneladas brutas quando carregado e possui 330 vagões. Em 2025, tínhamos uma frota de 295 locomotivas e 21.732 vagões, que eram operados pela Vale e terceirizadas.

As principais cargas das ferrovias EFVM e EFC são:

- Minério de ferro, pelotas e minério de manganês, transportados para a companhia e para os nossos clientes;

- Aço, carvão, ferro-gusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para clientes com siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia;
- Produtos agrícolas, tais como grãos e farelo de soja e fertilizantes; e
- Outras cargas em geral, como celulose, combustíveis e produtos químicos.

Cobramos preços de mercado para o frete aos clientes, inclusive pelotas de minério de ferro procedentes de joint ventures e outras companhias nas quais não temos uma participação acionária de 100%. Os preços de mercado variam de acordo com a distância percorrida, o tipo de produto transportado e outros critérios, sujeitos a limites de preço estabelecidos nos contratos de concessão relevantes, e são regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

1.2.2 Portos e terminais marítimos

Brasil

Operamos portos e terminais marítimos principalmente para completar a entrega de nosso minério de ferro e pelotas de minério de ferro a navios graneleiros que atendem o mercado transoceânico. Para obter mais informações, consulte *Informações sobre a Companhia—Soluções de Minério de Ferro—Minério de Ferro e Aglomerados de Minério de Ferro—Operações de Minério de Ferro e Aglomerados de Minério de Ferro*. Também usamos nosso porto e nossos terminais para movimentar cargas de clientes.

Portos de Tubarão e Praia Mole. O porto de Tubarão, que ocupa uma área de cerca de 18 km², fica no estado do Espírito Santo e tem o terminal privado marítimo de minério de ferro e os terminais de carga geral (Terminal de Granéis Líquidos e o Terminal de Produtos Diversos).

- O terminal marítimo de minério de ferro dispõe de dois píeres. A partir desse terminal no porto de Tubarão, exportamos principalmente minério de ferro produzido em nosso Sistema Sudeste. O terminal marítimo de minério de ferro possui um pátio de armazenamento com capacidade para 2,9 milhões de toneladas métricas. Em 2025, embarcamos 80,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas nesse terminal.
- O Píer I pode manter dois navios atracados ao mesmo tempo, um de até 170.000 toneladas de peso bruto (DWT), no bordo sul, e outro de até 210.000 DWT, no bordo norte. No Píer I, há dois carregadores de navio capazes de carregar até 13.500 toneladas métricas por hora cada.
- O Píer II pode atender a uma embarcação de até 405.000 DWT de cada vez, limitado a calado de 23 metros. No Píer II, há dois carregadores de navios capazes de funcionar alternadamente e carregar, cada um, até 16.000 toneladas métricas por hora continuamente.
- O Terminal de Produtos Diversos movimentou 5,9 milhões de toneladas métricas de grãos e fertilizantes em 2025. A VLI tem o direito de comprar a capacidade do Terminal de Produtos Diversos, mediante acordo conosco sobre o volume.
- O Terminal de Granéis Líquidos movimentou 0,7 milhão de toneladas métricas de combustível em 2025. A VLI tem o direito de compra da capacidade do Terminal de Granéis Líquidos, mediante acordo conosco sobre o volume.
- O porto de Praia Mole também está localizado no estado brasileiro do Espírito Santo. O Terminal de Praia Mole é sobretudo um terminal de carvão e movimentou, em 2025, 10,2 milhões de toneladas métricas de carvão e outras cargas associadas. A VLI tem o direito de comprar a capacidade do terminal de Praia Mole, mediante acordo conosco sobre o volume.

Operamos os portos de Tubarão e Praia Mole nos termos de um contrato de autorização válido até 2039, prorrogável por períodos sucessivos, regulamentado e supervisionado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. Nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira fica no estado brasileiro do Maranhão.

- O Píer I pode acomodar navios de até 420.000 DWT e possui uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas métricas por hora. O Píer III, que possui dois berços e três carregadores de navios, pode acomodar embarcações de até 330.000 DWT no berço sul e 180.000 DWT no berço norte (ou uma embarcação de até 210.000 DWT no berço sul e uma embarcação de até 180.000 DWT no berço norte simultaneamente), sujeito às condições da maré e com uma taxa máxima de carregamento de 8.000 toneladas métricas por hora em cada carregador de navios. Um dos carregadores de navios é dedicado ao berço sul (P3 Sul), outro ao berço norte (P3 Norte) e o terceiro pode operar em ambos os berços conforme necessário.

- O Píer IV (berço sul) é capaz de acomodar navios de até 420.000 DWT e tem dois carregadores de navios que funcionam alternadamente com uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas por hora.

- Em 2018, recebemos das autoridades fiscais brasileiras, a autorização alfandegária para as operações do Píer IV (berço norte). As cargas embarcadas através de nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira consistem na produção de minério de ferro e pelotas do Sistema Norte. O Píer IV (berço norte) é capaz de acomodar navios de até 420.000 DWT e tem dois carregadores de navios que funcionam alternadamente com uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas métricas por hora.

- Em 2025, 172,4 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas foram embarcadas pelo terminal. O terminal marítimo da Ponta da Madeira possui um pátio de armazenagem com uma capacidade estática de 5,4 milhões de toneladas métricas durante a época das chuvas e de 6,2 milhões de toneladas métricas durante a época da seca.

- Operamos o terminal marítimo da Ponta da Madeira nos termos de um contrato de autorização válido até 2039, prorrogável por períodos sucessivos, regulado e supervisionado pela ANTAQ.

***Terminal marítimo de Itaguaí – Cia. Portuária Baía de Sepetiba* (CPBS).** A partir desse terminal, exportamos principalmente minério de ferro proveniente do nosso Sistema Sul. A CPBS é uma subsidiária da Vale que opera um terminal arrendado da Cia Docas do Rio de Janeiro no Porto de Itaguaí, no município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. O terminal está arrendado da Companhia Docas do Rio de Janeiro até 2026, com uma proposta de prorrogação por mais 25 anos, atualmente em análise pelo Ministério dos Portos e Aeroportos, órgão regulador federal, Autoridade Portuária e TCU. O terminal marítimo de Itaguaí tem um cais que permite carregar embarcações de até 17,8 metros de calado e até 200.000 DWT de capacidade. Em 2025, o terminal carregou 16,7 milhões de toneladas métricas de minério de ferro.

Terminal Marítimo da Ilha Guaíba. A partir desse terminal exportamos principalmente minério de ferro proveniente do nosso Sistema Sul. Operamos o terminal em Mangaratiba, na Ilha Guaíba, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal de minério de ferro tem um píer, com dois berços, que permite o carregamento de navios de até 350.000 DWT. Em 2025, o terminal carregou 31,3 milhões de toneladas métricas de minério de ferro. Operamos o terminal marítimo da Ilha Guaíba sob um contrato de autorização até 2039, prorrogável por períodos sucessivos, regulamentado e supervisionado pela ANTAQ.

Omã. A Vale Oman Distribution Center LLC faz parte do Complexo Industrial de Omã e opera um centro de mistura e distribuição em Sohar, Sultanato de Omã. O terminal marítimo dispõe de um grande cais de águas profundas, uma plataforma de 600 metros de comprimento ligada à costa através de um cavalete com 700 metros de comprimento, sendo integrado a um pátio de armazenamento com capacidade de transferência para movimentação de 40 Mtpa de minério de ferro e pelotas de minério de ferro ao ano. Em 2025, o terminal marítimo descarregou 12,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e carregou 11,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro.

Malásia. O Terminal Marítimo Teluk Rubiah ("TRMT") fica no estado malaio de Perak e tem um cais com dois ancoradouros que permite a descarga de navios com uma capacidade de aproximadamente 400.000 DWT e a carga de navios com uma capacidade de até 220.000 DWT. Em 2025, o terminal descarregou 19,3 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e carregou 19,2 milhões de toneladas métricas de minério de ferro.

Transporte marítimo – Transporte marítimo de minério de ferro e pelotas

Em 2025, embarcamos aproximadamente 306 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas em transações nas quais éramos responsáveis pelo transporte. Embarcamos uma grande quantidade dos nossos produtos de minério de ferr por meio de contratos de afretamento de longo prazo com fretadores de imensos graneleiros de minério (VLOCs). Os navios utilizados nos termos destes contratos de afretamento reduzem o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa, transportando uma grande quantidade de carga numa única viagem, reduzindo a nossa pegada de carbono e oferecendo custos de transporte mais baixos. A maioria dessas embarcações são eficientes e modernos navios Valemax (400.000 DWT) e Guaibamax (325.000 DWT), que transportaram aproximadamente 148 milhões de toneladas métricas de produtos de minério de ferro em 2025. Essas embarcações também nos ajudam a mitigar grande parte da volatilidade do mercado spot de navios capesize.

Considerando o regulamento da International Maritime Organization (IMO) que limita as emissões globais de enxofre a 0,5%, que entrou em vigor em janeiro de 2020, negociamos a instalação de lavadores na maioria das embarcações empregadas em contratos de afretamento duradouros. Esses lavadores permitem que tais embarcações continuem abastecendo óleo combustível com alto teor de enxofre, cumprindo a nova regulamentação. Desde 2021, 97% das embarcações empregadas sob nossos contratos de longo prazo de afretamento são equipadas com lavagem.

1.2.3 Energia

Temos nossos investimentos de energia com base nas necessidades energéticas atuais e projetadas de nossas operações, com o objetivo de reduzir nossos custos de energia, minimizar o risco de escassez de energia e atender nossas necessidades de consumo por meio de fontes renováveis.

Para nós, a gestão e o fornecimento eficaz de energia são prioridades, dadas as incertezas associadas às mudanças no ambiente regulatório e os riscos de aumento nas tarifas. Em 2025, nossa capacidade instalada, ajustada por nossas participações em investimentos em joint ventures e consórcios no Brasil, foi de 1,6 GW. Utilizamos a eletricidade produzida por esses ativos para nossas necessidades de consumo interno.

Em setembro de 2025, transferimos os ativos de geração de energia da usina solar Sol do Cerrado e da usina hidrelétrica Risoleta Neves, entre outros ativos de energia, pelo montante de US$871 milhões, composto por uma entrada de caixa de US$1.006 milhões, líquida de US$135 milhões referentes a um empréstimo assumido pelo adquirente no contexto da transação. Como resultado da transação, deixamos de deter o controle da Aliança Energia e reconhecemos uma perda de US$206 milhões na demonstração do resultado, registrada como 'Impairment e resultado na alienação de ativos não circulantes, líquido'. Nossa participação remanescente na Aliança passou a ser contabilizada como investimento em coligada, pelo método de equivalência patrimonial. Para mais informações, ver a nota 12 às nossas demonstrações financeiras consolidadas e a seção *Panorama dos Negócios — Mudanças Significativas em Nossos Negócios*.

Essa operação garante um volume estratégico de geração de energia para manter nossa matriz energética a custos competitivos, que é 100% baseada em fontes renováveis no Brasil. Como resultado desta transação, a Aliança Energia passou a consolidar integralmente os ativos energéticos do parque solar Sol do Cerrado (681 MW) e do Consórcio Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves – 140 MW), ambos localizados em Minas Gerais. Adicionalmente, a Aliança Energia possui (diretamente ou através de participações em outros consórcios) outras seis usinas hidrelétricas no mesmo estado: Igarapava (210 MW), Porto Estrela (112 MW), Funil (180 MW), Aimorés (330 MW), Capim Branco I (243 MW) e Capim Branco II (211 MW); dois parques eólicos no Estado do Ceará (Santo Inácio – 99 MW e Gravier – 71 MW); e um parque eólico no Rio Grande do Norte (Acauã – 109 MW). Considerados em conjunto, os ativos da Aliança Energia possuem 2,2 GW de capacidade instalada e média de 990 MW de energia assegurada. Parte significativa dessa energia é alocada para suprir nossas operações por meio de contratos de compra de energia assinados com a Aliança Energia.

Também temos uma joint venture com a Cemig Geração e Transmissão S.A. na Aliança Norte Energia Participações S.A. (Aliança Norte). A Aliança Norte possui participação de 9% na Norte Energia S.A. (Norte Energia), uma empresa constituída para desenvolver e operar a Usina Hidrelétrica Belo Monte (11.233 MW), no estado do Pará, que iniciou suas operações em abril de 2016. Nossa participação indireta no projeto Belo Monte concede a nós, Salobo Metais S.A. e Mineração Onça Puma

S.A. o direito de adquirir até 9% da eletricidade gerada pela usina, contratada por meio de um contrato de compra de energia de longo prazo com a Norte Energia.

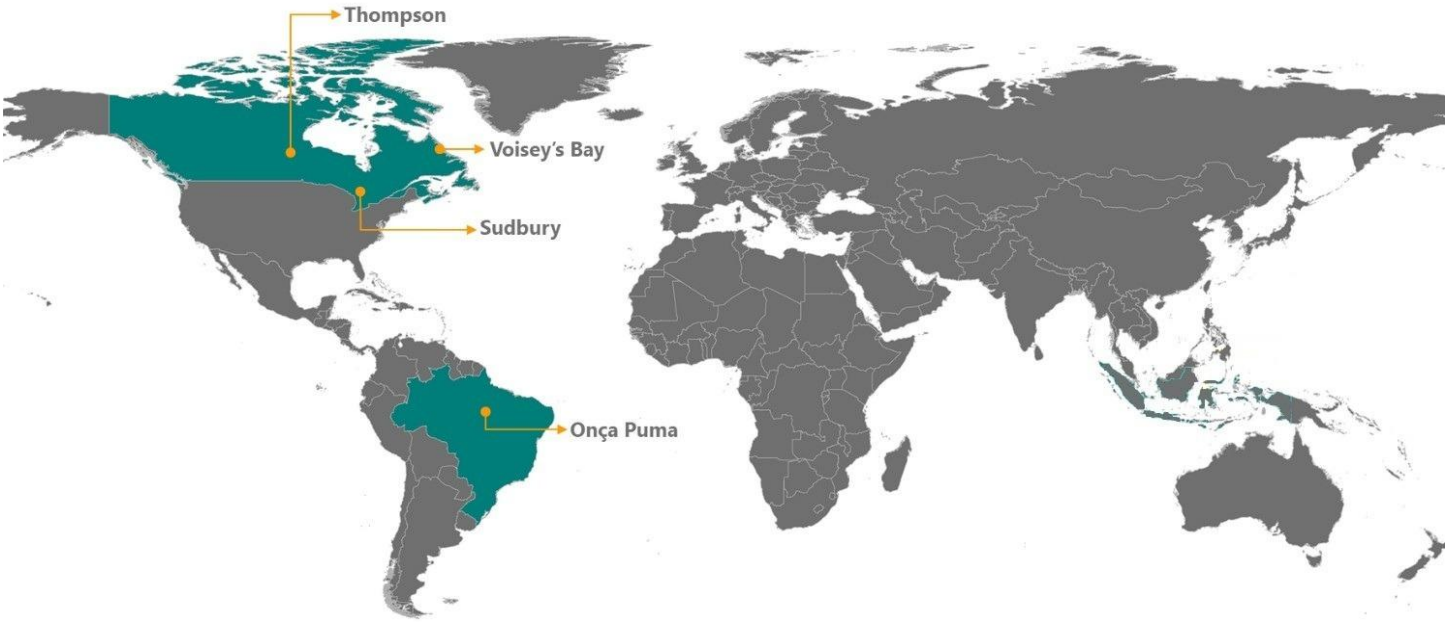
Por fim, detemos uma participação direta de 8,8% no Consórcio Machadinho (1.140 MW), localizado no sul do Brasil, e uma participação direta de 30% no Consórcio Estreito Energia (1.087 MW), no norte do Brasil.

2. VALE METAIS BÁSICOS

2.1 Níquel

2.1.1 Propriedades

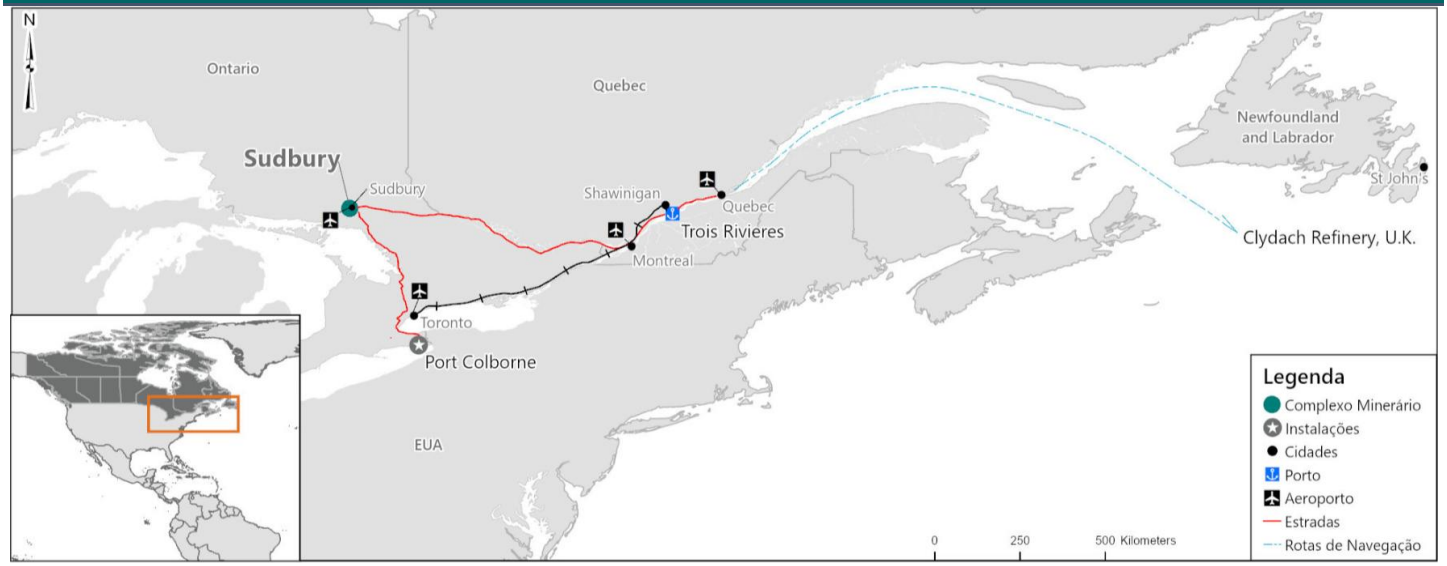
Conduzimos nossas operações integradas de níquel em escala global. As principais operações de mineração controladas por nós são descritas e apresentadas nas tabelas abaixo[1].



(1) Esse mapa inclui apenas operações de mineração de níquel, refinarias estão descritas em uma seção posterior.

OPERAÇÕES E PROJETOS DE NÍQUEL

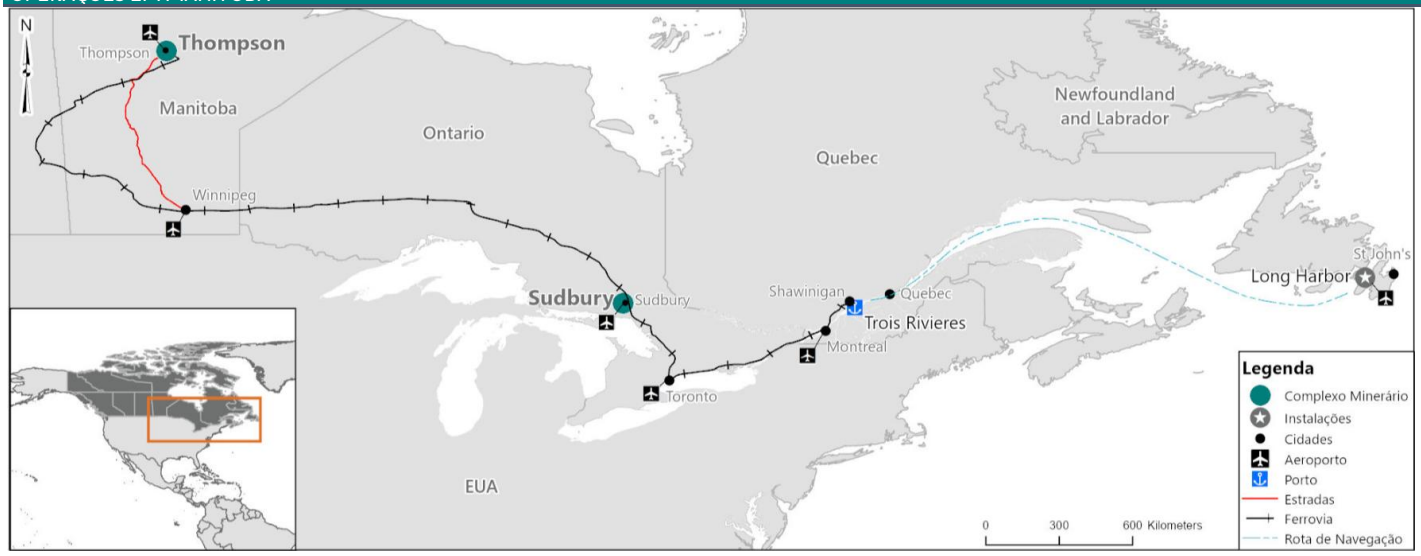
OPERAÇÕES EM ONTARIO
SUDBURY



Participação acionária	100% de propriedade da VBM. Detemos 90% da VBM, e a Manara Minerals Investment Company (Manara Minerals) detém os 10% restantes.
Localização	Ontario, Canadá.
Operadora	Vale Canada Limited.
Títulos minerários[1]	– Direitos minerários patenteados sem prazo de validade. – Os arrendamentos minerários expiram entre 2026 e 2045. – Concessão de lavra com prazos renováveis. Podemos continuar operando durante o processo de renovação. Área: 9.062 ha.
Fase/ Operações	Fase de produção desde 1885. Operações integradas de mineração subterrânea/a céu aberto, moagem, fundição e refino.
Condições das principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações.
Tipos de minas e estilos de mineralização	Níquel e cobre. Principalmente operações de minas subterrâneas com corpos de minério de níquel sulfetado que também contêm cobre, cobalto, PGMs, ouro e prata.
Instalações e infraestrutura associadas	*Plantas de processamento:* Instalações de moagem, fundição e refino. Em Ontário, também processamos minérios externos de terceiros e de nossa operação em Manitoba. O níquel refinado é produzido pela Copper Cliff Nickel Refinery (CCNR) e enviado para a refinaria Port Colborne Refinery (PCR). Além de produzir níquel refinado em Sudbury, embarcamos um produto intermediário de óxido de níquel para nossa refinaria de níquel em Clydach, País de Gales, Reino Unido, para produzir níquel refinado. Resíduos intermediários do CCNR também são enviados para PCR para posterior tratamento e produção de cobalto e metais preciosos (PGM, ouro e prata). O concentrado de cobre produzido pela Ontario Mill é vendido diretamente ao mercado. *Outras instalações:* Estação de tratamento de água, usina de ácido, instalações de estéreis e rejeitos. *Logística:* As plantas estão localizadas na rodovia Trans-Canadá e nas duas principais ferrovias que atravessam a área de Sudbury. Os produtos refinados são entregues ao mercado norte-americano por caminhão e trem. Para clientes no exterior, os produtos são carregados em contêineres e viajam intermodalmente (caminhão/ferrovia/navio de containers) através de portos canadenses (Quebec, Trois-Rivières) material a granel (concentrado de cobre) é vendido diretamente ao mercado e enviado a granel via porto canadense (Quebec, Trois-Rivières). *Energia:* Fornecida pela rede elétrica provincial de Ontário e produzido diretamente pela Vale Canada via geração hidrelétrica.

[1] Área com reservas e recursos associados.

OPERAÇÕES EM MANITOBA



Participação acionária	100% de propriedade da VBM. Nós detemos 90% da VBM, e a Manara Minerals detém os 10% restantes.
Localização	Thompson, Manitoba, Canadá.
Operadora	Vale Canada Limited.
Títulos minerários[1]	Contratos de arrendamento mineral com vencimento entre 2034 e 2045, com direito a renovações adicionais por períodos de 21 anos. Área: 17.511 ha
Fase/ Operações	Fase de produção desde 1961. Operações integradas de lavra subterrânea e moagem.
Condições das principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações.
Tipos de minas e estilos de mineralização	Níquel. Principalmente operações de lavra subterrânea com corpos de minério de sulfeto de níquel, que também contêm cobre, PGMs e cobalto.
Instalações e infraestrutura associadas	O concentrado de níquel é enviado de Thompson para ser processado nas operações integradas de Sudbury e/ou na refinaria de Long-Harbour, dependendo da demanda e capacidade. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de resíduos e estéreis. *Logística:* De Thompson, o concentrado de níquel pode ser transportado por caminhão ou trem para Winnipeg (Manitoba), ou diretamente para Sudbury (Ontário) ou Trois-Rivieres, (Quebec). De Trois-Rivieres, o concentrado é armazenado no porto e embarcado em um navio para a Long Harbour Refinery (Newfoundland & Labrador). *Energia:* Energia hidrelétrica fornecida pela concessionária provincial de Manitoba.

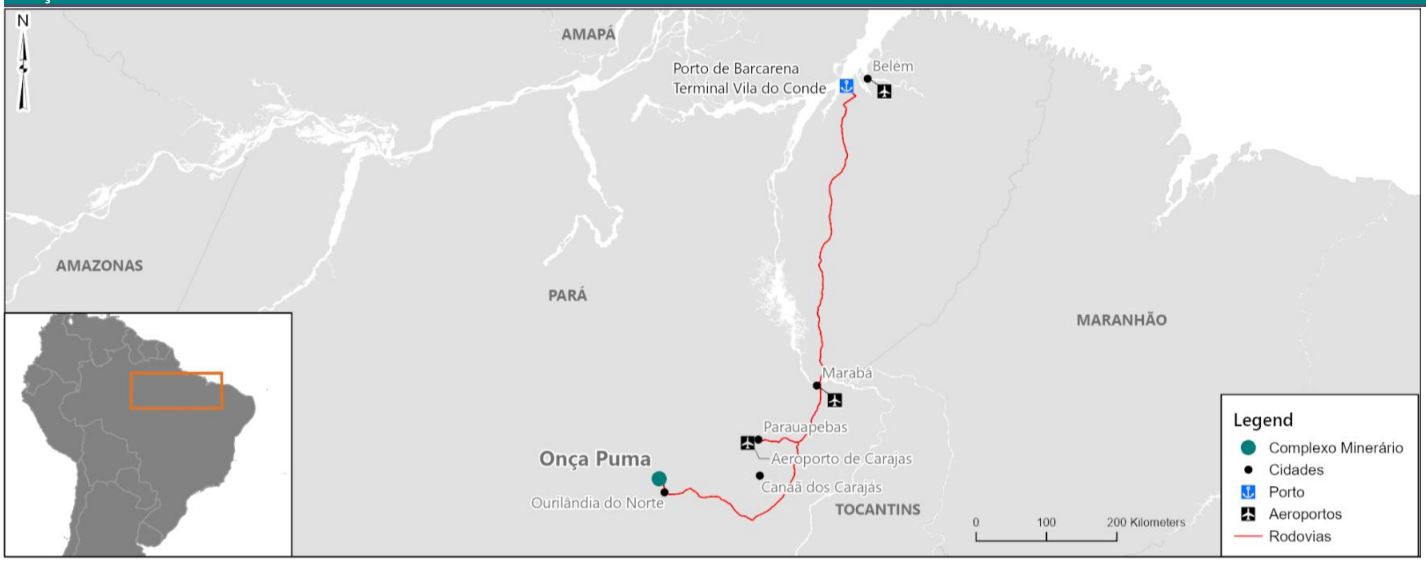
(1) Área com recursos associados.

OPERAÇÕES NEWFOUNDLAND E LABRADOR

Participação acionária	100% de propriedade da VBM. Nós detemos 90% da VBM, e a Manara Minerals detém os 10% restantes.
Localização	Newfoundland e Labrador, Canadá.
Operadora	Vale Newfoundland & Labrador Limited, que é de propriedade integral da Vale Canada Limited.
Tituloss minerários(1)	O arrendamento mineral termina em 2027, com direito a renovações posteriores por períodos de dez anos. Área: 1.599 ha.
Fase/ Operações	Fase de produção desde 2005. Operação integrada de mineração e beneficiamento em Voisey's Bay, produzindo concentrados de níquel e cobre. Além disso, está integrada à Refinaria de Long Harbour (em operação desde 2014).
Condições das principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações.
Tipos de minas e estilos de mineralização	Níquel e cobre. Operações de mineração a céu aberto e subterrânea com depósitos de minério de sulfeto de níquel-cobre, que também contêm cobalto.
Instalações e infraestrutura associadas	*Usina de processamento:* O concentrado de níquel de Voisey's Bay (Labrador) é refinado em Long Harbour (Newfoundland) para produzir pelotas de níquel acabadas, bem como produtos associados de cobre e cobalto. Desde o segundo semestre de 2021, Long Harbour também começou a beneficiar feeds adicionais de Thompson, Manitoba. Também pode consumir feeds de terceiros e CNR. O Concentrado de Cobre produzido em Voisey's Bay (Labrador) é vendido diretamente ao mercado. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de estéreis e rejeitos. *Logística:* Os concentrados de cobre e níquel de Voisey's Bay são transportados para o porto por caminhões de transporte e, em seguida, enviados por navios graneleiros para mercados no exterior (cobre) ou para nossas instalações de Long Harbour (níquel) para processamento posterior. O concentrado Thompson é enviado para Long Harbour por trem e navio. *Energia:* A energia em Voisey's Bay é 100% fornecida por geradores a diesel da Vale. A energia na refinaria de Long Harbour é fornecida pela companhia de serviços públicos provincial de Newfoundland e Labrador.

[1] Área com reservas e recursos associados.

OPERAÇÕES NO BRASIL
ONÇA PUMA



Participação acionária	100% de propriedade da VBM. Nós detemos 90% da VBM, e a Manara Minerals detém os
Localização	Pará, Brasil
Operadora	Mineração Onça Puma S.A.
Títulos minerários[1]	Concessões de lavra sem data de validade, pedidos de concessão de lavra e alvará de pesquisa com relatório final de exploração. Área: 35.211 ha.
Fase/ Operações	Estágio de produção desde 2010. Duas minas principais a céu aberto (Onça e Puma), depósitos satélites (Puma W, Guepardo e Mundial) e uma operação de fundição que produz ferroníquel de alta qualidade para aplicação na indústria de aço inoxidável.
Condições das principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações.
Tipos de mina e estilos de mineralização	Depósito laterítico de níquel, mineração a céu aberto.
Instalações e infraestrutura associadas	*Planta de processamento:* A operação produz liga de ferroníquel por meio de um processo de forno elétrico rotativo. Atualmente, estamos operando duas linhas com um segundo novo forno elétrico que entrou em operação no final de setembro de 2025. Cada forno de queima elétrico possui um forno rotativo. A capacidade média de produção total da fábrica é de 40.000 toneladas métricas por ano. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de estéreis e escória. *Logística:* O ferro-níquel é transportado por caminhão até o terminal marítimo de Vila do Conde, no estado brasileiro do Pará e exportado em contêineres oceânicos. *Energia:* Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida por meio de contratos de compra de energia, quando aplicável.

[1] Área com reservas e recursos associados.

REFINARIAS DE NÍQUEL, COBALTO E METAIS PRECIOSOS

Long Harbour, Port Colborne e Copper Cliff são descritos como parte do resumo das operações canadenses acima.

	CLYDACH	MATSUSAKA
Participação	100% de propriedade da VBM. Nós detemos 90% da VBM e a Manara detém 10% da VBM.	A VBM detém 87,2% das ações e a Sumitomo detém as ações restantes. Nós detemos 90% da VBM e a Manara detém 10% da VBM.
Localização	Clydach, País de Gales (Reino Unido)	Matsusaka, Japão.
Operador	Vale Europe Limited	Vale Japan Limited
Capacidade	Refinaria autônoma de níquel (produtora de níquel refinado), com capacidade nominal de 40.000 toneladas métricas por ano.	Refinaria autônoma de níquel (produtora de níquel intermediário e refinado), com capacidade nominal de 60.000 toneladas métricas por ano para produtos intermediários de níquel (para capacidade de produto refinado de níquel, a capacidade estimada é de 30.000 mt).
Operações	Processa um produto intermediário de níquel, óxido de níquel, fornecido por nossas operações de Sudbury e Matsuzaka para produzir níquel refinado sob a forma de pós e pelotas.	Produz produtos intermediários para beneficiamento adicional em nossas refinarias no Reino Unido e no Canadá, e produtos refinados de níquel usando fosco de níquel proveniente da PTVI.
Energia	Fornecida por meio da rede elétrica nacional.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.
Logística	Transportados para o cliente final no Reino Unido e na Europa continental por caminhão. Os produtos para clientes estrangeiros são transportados por caminhão até os portos de Southampton e Liverpool e embarcados por contêineres oceânicos.	Os produtos são transportados por caminhão em estradas públicas para clientes no Japão. Para clientes no exterior, os produtos são carregados em contêineres na usina e enviados pelos portos de Yokkaichi e Nagoya.

2.1.2 Produção

A tabela a seguir apresenta nossa produção anual de mina por mina em operação e os teores percentuais médios de níquel e cobre. Observamos que: (i) a produção da mina em Sorowako Mine representa o produto da estação de peneiramento de PTVI entregue à usina de beneficiamento e não inclui perdas de níquel devido à secagem e fundição; (ii) para nossas operações em Sudbury, Manitoba e Voisey's Bay, a produção e os teores médios representam a produção bruta (run-of-mine) de minério entregue dessas operações às respectivas plantas e não incluem ajustes devido ao beneficiamento, fundição ou refino; (iii) para nossa operação de Onça Puma no Brasil, a produção e o teor médio representam a produção bruta (run-of-mine) não contabilizando as perdas devido à beneficiamento. Em 2024, alienamos uma parte de nossa participação na PTVI para cumprir as obrigações de alienação da Indonésia, garantindo uma extensão da licença de mineração da PTVI para além de 2025. Em julho de 2024, nossa participação na PTVI diminuiu de 44,34% para 33,9%. Nossa participação efetiva é de 90% das porcentagens apresentadas. Consequentemente, desconsolidamos a produção da PTVI e paramos de divulgar a produção da mina após junho de 2024. No entanto, a produção final da fonte de minério da PTVI em todas as nossas outras localizações continua a ser incluída para além de junho de 2024.

	2025[1]			2024[1]			2023[1]		
		Teor			Teor			Teor	
	Produção	Cu	Ni	Produção	Cu	Ni	Produção	Cu	Ni
Sudbury, Ontário									
Copper Cliff	1.080	1,3	0,9	1.019	1,6	1,1	985	1,3	1,1
Creighton	717	2,0	2,3	491	2,0	2,5	406	2,2	2,9
Garson	817	1,0	1,1	791	1,1	1,2	650	1,0	1,0
Coleman	787	2,1	1,3	875	1,8	1,2	863	2,5	1,4
Stobie	957	0,3	0,3	115	0,3	0,3	0	0,0	0,0
Totten	589	1,3	1,0	558	1,5	1,1	518	1,9	1,3
Ontário - total	4.947	1,3	1,1	3.849	1,6	1,3	3.422	1,8	1,4
Manitoba									
Thompson	757	0,1	1,8	723	0,1	1,7	682	0,1	1,9
Voisey's Bay									
Ovoid+Discovery Hill	385	0,9	1,0	728	0,8	1,0	1.360	0,5	0,8
Reid Brook+Eastern Deeps	2.091	0,9	2,2	1.071	0,8	2,0	400	0,8	1,9
Indonésia									
Sorowako[2]				3.054	0	1,2	5.762	0	1,2
Brasil									
Onça Puma	1.848	0,0	2,1	750	0	1,6	1.247	0	1,8

[1] A produção é expressa em milhares de toneladas métricas. O teor é em porcentagem de cobre ou níquel, respectivamente.
[2] Estes valores representam 100% da produção e não foram ajustados para refletir a nossa participação acionária.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossa produção de níquel, incluindo níquel refinado por meio de nossas instalações e intermediários designados para venda. Os números abaixo são reportados em uma base de níquel contido.

Mina	Tipo	Produção acabada por fonte de minério para o exercício findo em 31 de dezembro de		
		(mil toneladas métricas com níquel contido)		
		2025	2024	2023
Sudbury	A céu aberto/subterrânea	35,3	36,2	38,2
Thompson	Subterrânea	12,0	10,1	7,9
Voisey's Bay[1]	A céu aberto/subterrânea	33,1	19,4	13,5
Sorowako[2][3]	A céu aberto	54,7	66,4	64,1
Onça Puma	A céu aberto	26,1	14,0	17,0
Externo[4]	–	16,0	13,8	24,2
Total[5]		177,2	159,9	164,9

[1] O minério de Voisey's Bay é processado em nossa Refinaria de Long Harbour.
[2] Esses números representam 100% da produção e não foram ajustados para refletir nossa participação acionária.
[3] Em 2024, alienamos uma parte de nossa participação na PTVI para cumprir as obrigações de desinvestimento da Indonésia, garantindo uma extensão da licença de mineração da PTVI para além de 2025. Em julho de 2024, nossa participação na PTVI diminuiu de 44,34% para 33,9%. Nossa participação efetiva é de 90% das porcentagens apresentadas. Consequentemente, desconsolidamos a produção da PTVI e paramos de divulgar a produção da mina após junho de 2024. No entanto, a produção final da fonte de minério da PTVI em todas as nossas outras instalações continua a ser incluída após junho de 2024.
[4] Níquel acabado processado em nossas instalações utilizando recursos adquiridos de terceiros.
[5] Esses números não incluem processamento de feeds (tolling of feeds) para terceiros.

2.1.3 Divulgação de propriedade individual

Consideramos Sudbury uma propriedade material, para fins da S-K 1300. Houve alterações materiais nas reservas e recursos relatados e estamos apresentando um resumo atualizado do relatório técnico como Anexo 96.3 a este relatório anual.

2.1.3.1 Sudbury

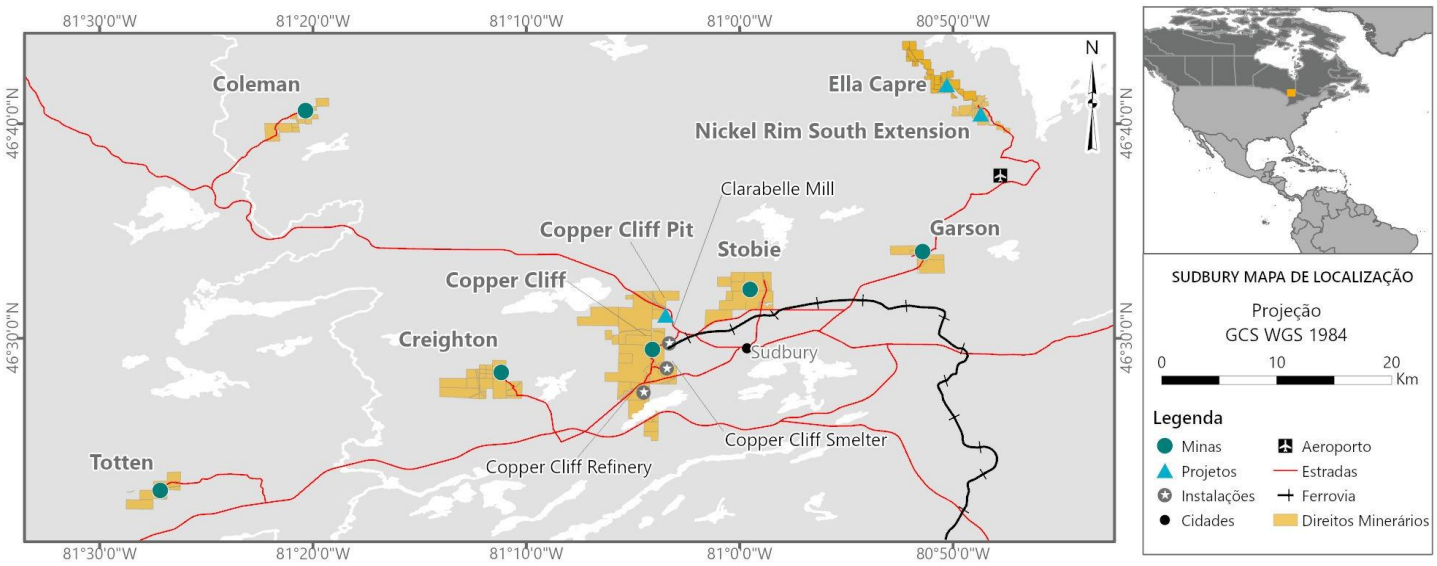
Descrição da Propriedade

A propriedade Sudbury fica na Grande Cidade de Sudbury, que fica a aproximadamente 330 km ao norte-nordeste da cidade de Toronto, na província de Ontário, conforme ilustrado abaixo. Nossas operações em Sudbury consistem em:

- Minas subterrâneas em fase de produção (Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson, Totten), uma mina a céu aberto em operação (Stobie), além de depósitos em fase de exploração e não produtivos (por exemplo, Nickel Rim South Extension (antigamente Victor), Copper Cliff Pit e Ella Capre);
- As capacidades de processamento e refino são uma combinação de instalações em Sudbury (Clarabelle Mill, Copper Cliff Smelter e Nickel Refinery) e Port Colborne, Ontário (Port Colborne Nickel Refinery), localizada a cerca de 160 km de Toronto, Ontário.

A tabela a seguir mostra as localizações do ponto de massa central das Operações de Sudbury no datum WGS 1984.

Mina	Latitude (norte)	Longitude (oeste)
Coleman	46°40'37.0	81°20'21.2
Copper Cliff	46°29'29.0	81°04'05.0
Creighton	46°28'23.7	81°04'05.0
Garson	46°34'02.9	80°51'26.4
Copper Cliff Pit	46°31'05.4	81°03'30.2
Stobie	46°32'15.3	80°59'31.1
Totten	46°22'55.2	81°27'09.8
Extensão Sul de Nickel Rim (antigamente Victor)	46°40'26.8	80°48'44.2
Ella Capre	46°41'49.0	80°50'18.0



Infraestrutura

As operações de Sudbury possuem atualmente toda a infraestrutura para dar suporte às atividades de lavra e beneficiamento.

Nossas operações em Sudbury têm uma história de 120 anos de mineração na região e possuímos uma força de trabalho altamente qualificada e treinada, bem como fornecedores locais sofisticados de bens e serviços para apoiar nossas operações de mina. Várias rotas de transporte acessam a área de Sudbury, incluindo transporte aéreo, ferroviário e de veículos. O acesso às várias minas e depósitos minerais é feito através de um sistema de estradas municipais numeradas e estradas operadas por nós.

A energia elétrica para as operações em Sudbury é proveniente principalmente da rede elétrica, em aproximadamente 70%, considerando que uma parte da demanda é atendida por nossas usinas hidrelétricas. Em Sudbury, toda a energia conectada à rede e geração hidrelétrica é distribuída para minas e usinas de beneficiamento por meio de nossa rede de distribuição elétrica, composta por linhas de distribuição de energia de 69 kV, subestações, transformadores, disjuntores, desconexões e outros equipamentos elétricos. Este sistema de distribuição é próprio, operado e mantido por nós. Consumimos 100% de nossa geração hidrelétrica autogerada e produzida. As instalações hidrelétricas têm uma capacidade nominal de 55 MWh.

A água utilizada para o processamento na usina de Clarabelle Mill é proveniente da água reciclada do complexo de rejeitos. As minas dependem da captação de água do rio Vermilion, que nos pertence e é operado por nós. A captação bombeia água bruta do rio para Creighton, onde é tratada na estação de tratamento de água Vermilion. Após o tratamento, a água é fornecida às minas na área de Sudbury, Clarabelle Mill, Copper Cliff *Smelter* e Copper Cliff Refinery.

Geologia e Mineralização

Depósitos dentro do Complexo Igneo de Sudbury (SIC) são exemplos de mineralização de níquel-cobre relacionada ao magnetismo após o impacto de um meteorito. O SIC é exposto como um anel elíptico com um eixo longo de orientação nordeste de aproximadamente 72 km e um eixo curto de aproximadamente 27 km. Os depósitos de Sudbury apresentam três estilos principais de mineralização: Estilo de contato, estilo Offset, estilo Footwall. No entanto, os três ambientes de mineralização podem ser bastante variáveis, transitórios e muitos exibem características que se encaixam em mais de uma descrição de ambiente de mineralização.

Exploração

As primeiras atividades de exploração datam de 1856, quando o níquel foi descoberto pela primeira vez. Ao longo dos anos, diferentes atividades de exploração foram realizadas, incluindo mapeamento geológico, sondagem, amostragem de campo para controle de minério e geofísica. Investimos continuamente na exploração mineral com o objetivo de expandir nossos recursos e reservas minerais e de alcançar um nível adequado de confiança na estimativa de recursos que suporta nossos planos de mina.

Direitos minerários

Nossas propriedades na área incluem mining claims (autorizações de pesquisa), mining leases patented claims e mining licenses of occupation (equivalentes a concessões de lavra). A área total de Direitos Minerários das licenças de Ontário contendo recursos minerais e reservas minerais (MRMR) estimados é determinada projetando verticalmente envelopes minerais para a superfície e discriminando por área de superfície da licença. A área total de Direitos Minerários contém 172 licenças, totalizando aproximadamente 9.062 ha. Mantemos licenças de Direitos Minerários em Ontário da seguinte forma: 168 licenças são patentes registradas, duas são títulos de lavra de 21 anos, uma é *mining license of occupation* e uma é *unpatented mining claim* (correspondentes à concessão de lavra). Cada um desses tipos de licença está sujeito a termos, taxas aplicáveis e/ou penalidades, conforme definido por suas datas de vencimento atuais e/ou se essas datas de vencimento forem devidamente renovadas ou violadas conforme a definição da Lei Provincial de Mineração de Ontário. Também temos direitos minerários fora do MRMR associados, definidos sob vários títulos de licença listados acima. Essas licenças e seus direitos minerários são mantidos em dia com as despesas de exploração ou, quando aplicável, em dinheiro no lugar das despesas.

Direitos de superfície

Detemos direitos de superfície suficientes para a vida atual da mina. No distrito de Sudbury, somos os proprietários registrados dos direitos minerários e direitos de superfície ou uma combinação de ambos mostrados como taxas de terras simples e terras de mineração arrendadas.

Planos de lavra atuais, planejados e futuros

As minas são operadas pelo proprietário e usam equipamentos convencionais. Os métodos de extração atuais usados na mineração subterrânea são métodos convencionais de lavra por desmonte em massa (bulk stoping) e corte e enchimento em veios estreitos, dependendo da mina e do cenário geológico. Como parte da estratégia de longo prazo e da busca contínua de agregar valor à companhia, trazendo confiabilidade operacional, expandindo o portfólio de recursos e reservas minerais e desenvolvendo capacidade adicional de produção futura, investimos continuamente na exploração mineral.

Detalhes e modernização de ativos

Ao longo dos anos, os proprietários atuais e anteriores investiram capital para modernizar a propriedade, e agora equipamos algumas de nossas minas com uma rede sem fio subterrânea (LTE e WiFi), equipamentos móveis remotos e veículos elétricos a bateria. Nossas minas subterrâneas também contam com uma robusta rede microssísmica, como parte de nosso plano de gerenciamento sísmico. Como parte de nosso programa de inovação, também estamos testando a exploração contínua com a implantação de uma máquina mecânica de escavação de rocha em Sudbury. Nossos ativos móveis e fixos seguem um programa estratégico de manutenção para reparo, reforma e substituição. Nosso desenvolvimento de galerias subterrâneas também fazem parte de um programa de monitoramento de contenção, para reabilitação oportuna e/ou aprimoramento da contenção quando necessário.

Valor contábil total da propriedade

O valor contábil da propriedade e suas instalações e equipamentos associados era de US$5,517 milhões em 31 de dezembro de 2025, que não inclui ágio para operações da Vale Metais Básicos.

Histórico da Operadora

As operações de Sudbury, Ontário, têm mais de 120 anos de história de mineração ativa e atividades de exploração que remontam a 1856, quando o níquel foi descoberto pela primeira vez. Vários nomes de empresas estão documentados na história de Ontário, como a Canadian Copper Company de Cleveland, Mond Nickel company, International Nickel Company, Ltd. (joint venture da Canadian Copper Company, Orford Copper Company e American Nickel Works. Refinaria de níquel em Clydach, País de Gales, construída pela Mond Nickel Company) e pela British American Nickel Corporation. Em 1975, a Inco tornou-se o nome formal da International Nickel Company of Canada, Limited e, em 2006, a CVRD obteve a propriedade da Inco. A CVRD mudou seu nome para Vale e a CVRD-Inco mudou seu nome para Vale Inco e, em 2010, a Vale Inco mudou seu nome para Vale Canada Limited.

Ônus e requisitos de licenciamento

Não existem quaisquer ônus conhecidos sobre a propriedade, considerando a parte da propriedade com reservas ou recursos associados.

Reservas e recursos

Os recursos minerais e as reservas minerais em Sudbury são apresentados referentes ao ano que termina em 2025. Para cada tabela, são destacados o preço, o período e o ponto de referência utilizado na estimativa dos recursos e reservas minerais.

Recursos minerais

Os modelos de domínio foram construídos seguindo uma interpretação litológica e de mineralização detalhada, utilizando conjuntos de dados de sondagem de superfície e subterrânea de múltiplos períodos de campanha. O ajuste de outliers para metais básicos e preciosos foi aplicado com base em características específicas do depósito.

Os teores foram estimados utilizando métodos geoestatísticos, incluindo vizinho mais próximo, distância inversa e krigagem ordinária. As distâncias de busca foram baseadas em variografia e diversas técnicas foram consideradas para a maioria dos depósitos para compensar mudanças nas geometrias. Os modelos foram tipicamente estimados em três etapas, com tamanhos de bloco selecionados para aproximar as Unidades Mínimas de Lavra (SMUs) ótimas por depósito. As estimativas de bloco foram validadas utilizando técnicas de validação padrão da indústria.

A classificação dos recursos minerais foi baseada no conhecimento e confiança geológica, suporte de furos de sondagem, confiança na estimativa de teor em relação às taxas de produção planejadas e fatores de risco identificados. Essas classificações foram revisadas considerando as recuperações metalúrgicas, estudos geomecânicos, dados de projeto da mina e análises de reconciliação e minerabilidade. Cada estimativa incorporou pelo menos uma avaliação inicial dos prováveis requisitos de mineração, processamento, infraestrutura, ambientais, de licenciamento e sociais para demonstrar perspectivas razoáveis de extração econômica. Assume-se que todo o material seja misturado em Clarabelle Mill, com a capacidade de atravessamento dependendo das estratégias de mistura da usina.

Os recursos são relatados em valores de teor de corte variáveis, que se baseiam principalmente no método de mineração que será utilizado. Toda a divulgação de recursos minerais exclui as reservas minerais.

Para uma discussão sobre as mudanças em relação ao ano fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia — Reservas e Recursos*. Todas as divulgações de recursos minerais são exclusivas das reservas minerais.

Sudbury – Resumo de recursos minerais de níquel, cobalto, cobre, PGM e ouro em 31 de dezembro [1][2][3][5]

Categoria	2025							2024							Teor de corte[4]	Recuperação metalúrgica[4]
	Tonelagem	Ni	Co	Cu	Pt	Pd	Au	Tonelagem	Ni	Co	Cu	Pt	Pd	Au		
Medido	14,5	1,04	0,04	0,67	0,35	0,42	0,10	8,9	1,11	0,03	1,88	1,60	1,92	0,74	33–198 US$/t 3,5% CuEq	Ni: 65–90% Cu: 85–90% Co: 20–35% Pt: 65–75% Pd: 75–90% Au: 50–75%
Indicado	36,8	1,32	0,04	2,04	0,83	1,03	0,31	36,0	1,25	0,03	2,03	0,79	0,97	0,30		
Medido + Indicado	51,3	1,25	0,04	1,65	0,69	0,86	0,25	44,8	1,22	0,03	2,00	0,95	1,16	0,39		
Inferido	73,3	0,9	0,03	1,0	0,8	0,9	0,3	21,9	1,2	0,03	1,5	1,0	1,2	0,4		

[1] As perspectivas razoáveis de extração econômica dos recursos minerais foram determinadas usando as seguintes faixas de preço: níquel US$13.376–20.882/t, cobre US$6.100–9.500/t, cobalto US$45.000–56.300/t, platina US$1.124–1.350/oz, paládio US$925–1.450/oz, ouro US$1.000–1.950/oz, dependendo do depósito. Para cada depósito, a perspectiva de extração econômica dos recursos minerais foi determinada com base em uma premissa de preço de commodity estabelecida no momento do projeto da mina. A premissa de preço de commodity para cada depósito continua fornecendo uma base razoável para estabelecer as perspectivas de extração econômica dos recursos minerais estimados neste depósito em 31 de dezembro de 2025.

[2] Os recursos foram ajustados para refletir nossa participação de 90% na VBM. Os recursos em Sudbury incluem os depósitos de Coleman, Copper Cliff (incluindo o projeto Copper Cliff), Creighton, Stobie, Garson, Totten, Nickel Rim South Extension (anteriormente Victor) e Ella Capre.

[3] A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Os teores de Cu, Ni, Co estão em (%), os teores de Pt, Pd e Au estão em g/t. O ponto de referência da estimativa é in situ.

[4] O teor de corte e a recuperação metalúrgica por elemento são apresentados como intervalos devido à variabilidade inerente aos requisitos dos depósitos minerais e ao momento da estimativa associada. Um teor de corte de CuEq é usado apenas nos depósitos de cobre Nickel Rim South (anteriormente Victor).

[5] Os números foram arredondados.

Reservas minerais

As reservas minerais foram estimadas usando recursos minerais medidos e indicados como base para a conversão em categorias provadas e prováveis.

A otimização de câmara e cava foi concluída usando um software padrão do setor e um teor de corte baseado em valor apropriado para corpos de minério polimetálicos em Ontário. O teor de corte baseado em valor incorpora custos operacionais específicos da mina, juntamente com as premissas de preço de metais consensuais do setor.

As principais premissas usadas na estimativa de reservas minerais refletem atualizações no modelo de blocos, novos projetos de mina, previsões de preços de commodities a longo prazo, expectativas de taxas de câmbio a longo prazo e premissas de custos de insumos a longo prazo. Outras considerações incluem a conversão de recursos minerais em reservas minerais; alterações nos parâmetros restritivos de projeto de mineração; atualizações nas premissas de teor de corte e retorno líquido de processamento (NPR); atualizações geotécnicas (incluindo sísmicas) e hidrogeológicas; premissas de recuperação metalúrgica e de mineração; e a capacidade operacional de gerenciar a diluição não planejada.

Para uma discussão sobre as mudanças em relação ao exercício fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia — Reservas e Recursos*.

Sudbury – Resumo de reservas minerais de níquel, cobalto, cobre, PGM e ouro em 31 de dezembro [1][2][3][6]

	2025							2024								
Categoria	**Tonelagem**	**Ni**	**Co**	**Cu**	**Pt**	**Pd**	**Au[5]**	**Tonelagem**	**Ni**	**Co**	**Cu**	**Pt**	**Pd**	**Au[5]**	**Teor de corte[4]**	**Recuperação metalúrgica[4]**
Provada	26,1	1,42	0,03	1,77	1,21	1,18	0,48	18,0	1,43	0,04	1,47	0,95	0,81	0,35	8,2–244 US$/t	Ni: 65–90% Cu: 80–90% Co: 20–35% Pt: 65–75% Pd: 75–90%
Provável	37,3	1,39	0,04	1,37	0,92	1,21	0,33	46,5	1,42	0,04	1,29	0,79	1,04	0,29		
Total	**63,4**	**1,40**	**0,03**	**1,54**	**1,04**	**1,20**	**0,39**	**64,5**	**1,42**	**0,04**	**1,34**	**0,83**	**0,98**	**0,31**		

[1] A viabilidade econômica das reservas minerais foi determinada com base em uma curva de preços de commodities com preço de longo prazo por tonelada métrica de US$17.625 para níquel, US$9.950 para cobre e US$39.125 para cobalto. US$1.325/oz para platina, US$1.050/oz para paládio e US$2.650/oz para ouro. As reservas em Sudbury incluem as minas subterrâneas Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson e Totten, e a mina a céu aberto Stobie.

[2] As reservas foram ajustadas para refletir nossa participação de 90% na VBM.

[3] A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Os teores de Ni, Cu e Co estão em (%), os teores de Pt, Pd e Au estão em g/t. O ponto de referência é o ponto de entrega para a planta de processamento.

[4] O teor de corte, recuperação metalúrgica e preços são mostrados como intervalos, devido à variabilidade nos requisitos específicos do corpo minerais e ao tempo da estimativa associada

[5] Os números mostrados não deduzem os valores de *streaming*. Para obter uma descrição de nosso acordo de *streaming* com a Wheaton, consulte a Seção 2.3 PGMs e outros metais preciosos.

[6] Os números foram arredondados.

2.1.4 Estratégia de níquel

Um aspecto fundamental de nossa estratégia para o negócio de níquel é manter nossa posição de liderança no fornecimento de níquel para a transição global de energia renovável, para a indústria de defesa e aeroespacial, ao mesmo tempo em que nos esforçamos para ser uma operadora sustentável e uma referência global em saúde e segurança na indústria e nas comunidades vizinhas de nossas operações. Estamos focados em operar nossos ativos de forma competitiva, aprimorando continuamente a utilização dos ativos, otimizando nossas operações e concentrando nossos esforços para aumentar a produtividade e melhorar o retorno, preservando a oportunidade de crescimento. Somos o maior produtor de níquel do mundo ocidental, com ativos de larga escala, longa vida e baixo carbono. Aproveitando nossa base substancial de recursos polimetálicos e operações de mineração diversificadas, produzimos produtos de níquel além de cobre, cobalto, metais do grupo da platina (PGMs) e metais preciosos (PM) a partir de fontes de sulfeto de níquel e laterita utilizando tecnologia avançada. Nossa presença comercial é global, com foco em fornecer atendimento ao cliente de primeira linha.

Nossos produtos de níquel são adaptados para atender às necessidades de clientes em diferentes setores e geografias, incluindo aqueles que exigem níquel de alta pureza, bem como a cadeia de fornecimento de baterias para veículos elétricos em rápida evolução. Em 2025, 46% de nossa produção global de níquel veio de nossas operações canadenses, a qual se beneficia do uso de energia renovável e de uma jurisdição estável com fortes normas e credenciais ESG.

As placas redondas de galvanização e de níquel fundido de nossa usina de processamento de Long Harbour, uma instalação hidrometalúrgica de ponta na costa leste do Canadá, são um dos produtos de níquel menos intensivos em carbono do mercado. Com uma pegada de carbono de 9,2 t CO2e por tonelada (escopo 1, 2 e 3 a montante em 2024), esses produtos de níquel Classe I nos posicionam bem para fornecer a aplicações e indústrias de alta qualidade que são sensíveis às preocupações com as mudanças climáticas, como a indústria de veículos elétricos.

2025 representa um marco importante no progresso da VBM rumo à geração de valor.

Especificamente, no fluxo de níquel, Long Harbour e Onça Puma registraram o ano com produção recorde de, respectivamente, 40 mil toneladas de Ni (um aumento de 32% em comparação com 2024) e 26 mil toneladas de Ni (um aumento de 87% em comparação com 2024). A operação de Sudbury também atingiu uma produção recorde anual de 59,5 mil toneladas de níquel desde a conversão para uma operação com forno único em meados de 2017.

Em 2025, entregamos projetos substanciais de níquel. Em primeiro lugar, concluímos à expansão multibilionária de Voisey's Bay, com a transição da mina a céu aberto para duas novas minas subterrâneas (Reid Brook e Eastern Deeps) no norte de Labrador, estendendo significativamente a vida útil da mina e a produção de níquel, cobre e cobalto, atingindo impressionantes 94% da capacidade nominal. A conclusão do projeto também representa um marco crucial para aumentar a competitividade das operações canadenses da empresa e tem contribuído para a redução dos custos unitários no segmento de níquel.

Também concluímos o teste de *streaming* do projeto de processamento de cobalto na expansão da Mina de Voisey's Bay, com a operação atingindo uma taxa média de produção de 94% durante um período de 90 dias. O teste de *streaming*, uma exigência do acordo de fluxo de Voisey's Bay com a Wheaton Precious Metals Corp e a APG Metals Limited, exigia que Voisey's Bay mantivesse uma taxa média de produção de pelo menos 85% da capacidade durante 90 dias consecutivos, a partir do minério fornecido pelas minas subterrâneas.

Em segundo lugar, concluímos com sucesso a construção e o comissionamento do segundo forno de processamento de níquel (Forno de Queima 2) no Complexo Mineiro Onça Puma, no sudeste do Pará, Brasil, aumentando significativamente a capacidade de produção e posicionando ainda mais a empresa para crescimento e rentabilidade a longo prazo. A entrada em operação do Forno de Queima 2 consolida a Onça Puma como a maior operação de ferroníquel do Brasil, adicionando 15 quilotons de capacidade de produção de níquel, elevando a operação a uma capacidade nominal de produção de 40 ktpa. Onça Puma concluiu o projeto dentro do prazo e com custo inferior ao orçado. Não houve acidentes com afastamento do trabalho durante os três anos de duração do projeto.

Além disso, continuamos a expandir o complexo de mineração de Sudbury com os projetos de substituição de capacidade da mina Copper Cliff e de ampliação da mina Stobie Pit, resultando em quase 5 milhões de toneladas de minério processado em Sudbury, um aumento de 29% em relação a 2024. A nova mina sul de Copper Cliff South aumentou sua contribuição de 40% para 49% do Complexo Copper Cliff, enquanto a mina Stobie Pit atingiu 900 mil toneladas de minério extraído este ano, sendo a segunda maior produtora de minério do Complexo.

2.1.5 Clientes e vendas

Nossos clientes de níquel estão distribuídos no mundo inteiro. Em 2025, 35% de nossas vendas de níquel refinado foram entregues a clientes na Ásia, 28% na Europa, 32% na América do Norte e 5% em outros mercados. Temos contratos de curto prazo de volume fixo com os clientes para a maioria das vendas anuais previstas de níquel. Esses contratos, em geral, proporcionam uma demanda estável de uma porção significativa de nossa produção anual. Também temos vários contratos de longo prazo para a venda de nosso níquel Classe I. Nenhum cliente individualmente representou 10% ou mais de nossa receita operacional líquida em 2025, 2024 e 2023.

O níquel é um metal negociado em bolsa, atualmente listado na London Metal Exchange (LME) e na Shanghai Futures Exchange (SHFE), e a maioria dos produtos de níquel é precificada de acordo com um desconto ou prêmio em relação ao preço da LME, dependendo principalmente as características físicas e técnicas do produto de níquel. Nossos produtos de níquel refinado representam o que é conhecido na indústria como níquel "primário", ou seja, o níquel produzido principalmente de minérios de níquel (ao contrário do níquel "secundário", que é recuperado de material reciclado que contém níquel). Os produtos de níquel primário refinados distinguem-se de acordo com as seguintes características, as quais determinam o nível de preço do produto e sua adequação para várias aplicações de uso final:

- teor de níquel e nível de pureza: (i) intermediários têm vários níveis de teor de níquel, (ii) ferro-gusa de níquel tem 1,5–15% de níquel, (iii) ferro-níquel tem 15–40% de níquel, (iv) níquel refinado com menos de 99,8% de níquel, incluindo produtos como o níquel Tonimet™, (v) o níquel de grau LME padrão tem um mínimo de 99,8% de níquel e (vi) o níquel de alta pureza tem um mínimo de 99,9% de níquel e não contém impurezas elementares específicas;
- forma (como pós, pelotas, discos, quadrados e tiras discretas ou filamentares);
- tamanho (de partículas de pó submícron a cátodos de tamanho grande); e
- embalagens (como a granel, sacos de 2 toneladas, tambores de 250 kg, sacos de 10 kg).

Em 2025, as principais aplicações de primeiro uso para o níquel primário foram:

- aço inoxidável (63% do consumo mundial de níquel);
- ligas não ferrosas, ligas de aço e fundição (14% do consumo mundial de níquel);
- revestimento de níquel (5% do consumo mundial de níquel); e
- precursores de bateria (15% do consumo global de níquel); e
- outros (3% do consumo global de níquel).

Em 2025, 81% de nossas vendas de níquel refinado foram feitas para aplicações que excluem o aço inoxidável, em comparação à média de 37% da indústria de produtores de níquel. Isso proporciona maior diversificação e estabilidade para volumes de venda de nossas receitas de níquel. Como resultado de nosso foco nesses segmentos de alto valor, nossos preços médios realizados de níquel refinado têm superado, de maneira constante, os preços à vista do níquel na LME.

Oferecemos vendas e suporte técnico a nossos clientes no mundo inteiro através de uma rede de marketing estabelecida, com sede em nossa matriz em Toronto, Canadá. Temos uma rede de marketing global bem estabelecida para níquel refinado com vendas e suporte técnico distribuídos em todo o mundo com presença em Cingapura e Toronto (Canadá) e gerentes de vendas localizados em St.Prex (Suíça), Nova Jersey (Estados Unidos) e em vários locais da Ásia. Para obter mais informações sobre preços e demanda, consulte Análise e Perspectivas *Operacionais e Financeiras —Panorama—Principais Fatores que Afetam os Preços*.

2.1.6 Concorrência

O mercado global de níquel é altamente competitivo. Nossos principais pontos fortes competitivos incluem nossas minas de longa duração, tecnologias sofisticadas de exploração e beneficiamento e um portfólio diversificado de produtos. Nosso marketing de alcance mundial, mix de produtos diversificados e suporte técnico orientam nossos produtos para as aplicações e regiões geográficas que oferecem as maiores margens aos nossos produtos.

Nossa produção de níquel representou 5% do consumo mundial de níquel primário em 2025. Além de nós, os maiores fornecedores integrados da mina ao mercado na indústria de níquel (cada um com suas próprias instalações integradas, incluindo mineração de níquel, beneficiamento, refino e operações de marketing) são Tsingshan Group, Jiangsu Delong Nickel, Huayou Cobalt, Jinchuan Nonferrous Metals Corporation, Eramet e Nornickel. Junto com a Vale, essas companhias representaram aproximadamente 51% da produção mundial de níquel primário refinado em 2025.

A qualidade dos produtos de níquel determina sua adequação ao mercado. Os produtos Classe I, que possuem maior teor de níquel e níveis mais baixos de elementos deletérios, são mais adequados para aplicações de níquel de alta qualidade, como o crescente mercado de veículos elétricos (baterias) e utilização em indústrias especializadas (por exemplo, aeronaves e espaçonaves) e obtém um prêmio mais alto comparado a produtos Classe II. Os produtos da classe II, que possuem menor teor de níquel e níveis mais altos de elementos deletérios, são usados principalmente na fabricação de aço inoxidável. Os produtos intermediários não representam a produção de níquel refinado e geralmente são vendidos com desconto, uma vez que ainda precisam ser processados antes de serem vendidos para clientes finais.

Grande parte da produção mundial de níquel é composta por produtos de níquel Classe II (56% do mercado global em 2025), que incluem ferro-gusa de níquel (NPI) e ferroníquel (com teor de níquel abaixo de 99%). A maioria de nossos produtos são produtos de níquel de alta qualidade, o que nos torna o fornecedor preferido para aplicações de níquel especial. Em 2025, 70% de nossos produtos de níquel eram Classe I, 28% eram Classe II e 2% eram intermediários.

Embora a produção de aço inoxidável seja um importante fator na demanda global de níquel, os produtores de aço inoxidável podem usar os produtos de níquel com uma ampla variedade de teor de níquel, inclusive o níquel secundário (sucata). A escolha entre o níquel primário e o secundário baseia-se principalmente em seus preços relativos e disponibilidade. Consulte Análise e Perspectivas *Operacionais e Financeiras – Panorama – Principais Fatores que Afetam os Preços – Níquel*.

A concorrência no mercado de níquel baseia-se principalmente na qualidade, confiabilidade de fornecimento e preço. Acreditamos que nossas operações são competitivas no mercado de níquel devido à alta qualidade de nossos produtos de níquel.

2.2 Cobre

2.2.1 Propriedades

Nossas operações com cobre são conduzidas principalmente por meio de nossa subsidiária Salobo Metais S.A. no Brasil e por meio de nossa subsidiária Vale Canada Limited no Canadá. O concentrado de cobre produzido pelo Brasil contém ouro e, no caso da operação Salobo, também prata. Nossas operações com cobre estão descritas nas tabelas abaixo.

OPERAÇÕES E PROJETOS DE COBRE EM CARAJÁS

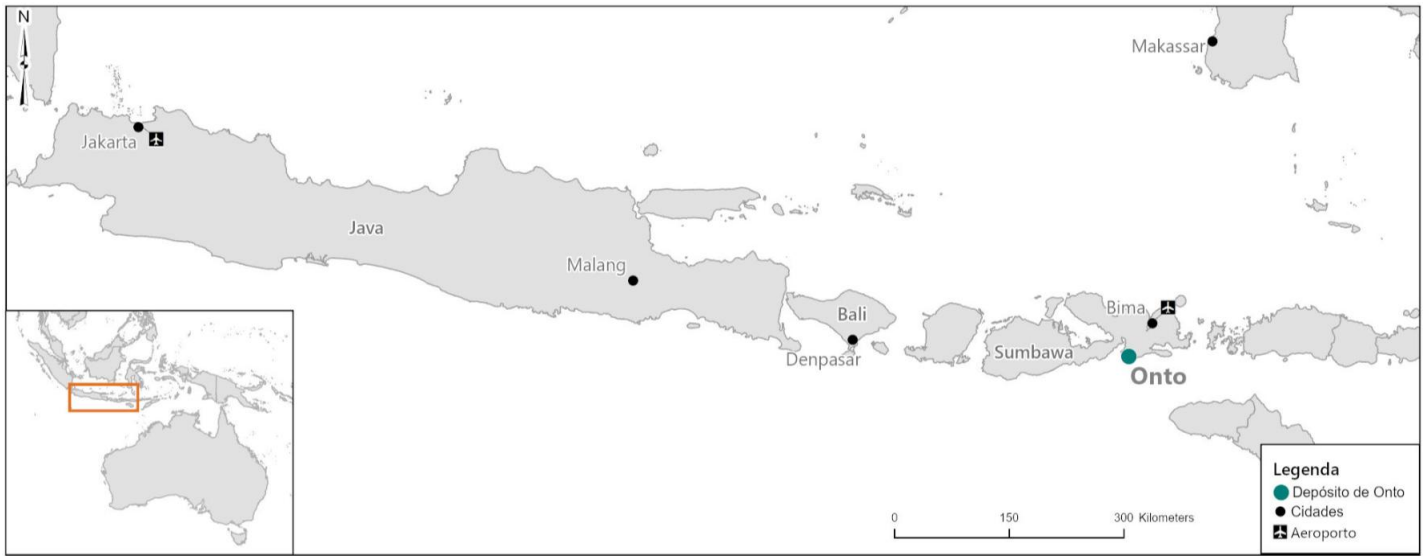
BRASIL

Participação acionária	100% de propriedade da VBM. Nós detemos 90% da VBM, e a Manara Minerals detém os 10% restantes.
Localização	Carajás, Estado do Pará, Brasil
Operador	Salobo Metais S.A.
Complexos de minerários	Dois complexos minerários e três projetos minerários: - Salobo: Operações integradas de mineração e moagem a céu aberto. - Sossego (também chamado Polo Sul): quatro minas a céu aberto principais (Sossego, Sequerinho, Pista e Mata II) e uma unidade de processamento para concentração do minério, e jazidas satélites (118, Cristalino, Bacaba, Barão, Mata I e Visconde). - Projetos: Alemão, Polo Norte (composto por Paulo Afonso e jazidas minerais PGG) e Furnas[1]
Propriedades minerárias	Sossego: Duas concessão de lavra e pedidos de concessão de lavra sem prazo de validade. Área: 24.786 ha. Salobo: Concessão de lavra sem prazo de validade. Área: 9.181 ha. Alemão: Concessão de lavra sem prazo de validade. Área: 10.000 ha. Paulo Afonso: Principalmente, trata-se de um pedido de concessão de lavra e um alvará de pesquisa. Área: 38.355 ha Furnas: Dois pedidos de concessões de lavra. Área: 9.832 ha.
Fase/ Operações	Os dois complexos minerários estão em fase de produção. Sossego opera desde 2004 e Salobo desde 2012.Bacaba: Etapa de desenvolvimento Salobo CPF: Etapa de Exploração, com um estudo técnico FEL 3 (Viabilidade) em andamento. Alemão, Cristalino: Etapa de Exploração, com um estudo técnico FEL 3 (Viabilidade) em andamento. Paulo Afonso, 118: Etapa de Exploração, com um estudo técnico FEL 2 (Pré-Viabilidade) em andamento. Furnas, PGG, Visconde, Paulo Afonso UG, Complexo Sossego UG: Etapa de Exploração.
Condição das principais permissões	Estamos em processo de obtenção ou renovação de (i) licenças de instalações de disposição de estéril e rejeitos e (ii) licenças sociais relacionadas a projetos. Temos ou

Tipos de mina e estilos de mineralização	Sossego e Salobo são ambos depósitos de óxido de ferro-cobre-ouro (IOCG), com cobre e ouro como principais elementos de interesse econômico, e são explorados pelo método de mineração a céu aberto. Os depósitos 118, Cristalino e Visconde são todos depósitos IOCG localizados perto de Sossego, na área do Hub Sul. Alemão é um depósito de óxido de ferro-cobre-ouro (IOCG) situado na Floresta Nacional de Carajás. O projeto é desenvolver uma mina subterrânea com método de lavra por subnível. Paulo Afonso é um depósito de IOCG. O projeto é desenvolver minas a céu aberto e subterrânea. Furnas é um depósito de óxido de ferro-cobre-ouro (IOCG), com cobre e ouro como principais elementos de interesse econômico. O projeto prevê métodos de mineração subterrânea e a céu aberto.
Instalações e infraestrutura associadas	Instalações de Processamento: O minério bruto (run-of-mine) é processado nas instalações de processamento de Sossego, com quatro componentes principais: britagem, moagem, flotação e desaguamento do concentrado. De Salobo, o minério bruto é processado por meio de britagem padrão primária e secundária, transporte, moagem de rolos, moagem de bolas, flotação de concentrado de cobre, disposição de rejeitos, espessamento do concentrado, filtragem e descarga. O projeto Bacaba está atualmente em fase de execução e prevê a construção de uma nova cava para suportar a extensão da vida útil da mina Sossego. Os projetos 118 e Cristalino estão avançando em estudos para também alimentar a usina de processamento de Sossego. O projeto Salobo CPF prevê a expansão da capacidade de processamento em Salobo III. Espera-se que o projeto Alemão tem instalações de processamento compostas por: britagem, moagem, flotação, desidratação do concentrado, planta de pasta (paste fill) e disposição de rejeitos. O projeto Paulo Afonso, em área não urbanizada, encontra-se atualmente em estudo pré-viabilidade preliminar para suas instalações de processamento. A infraestrutura regional é adequada para suportar o desenvolvimento e a operação do projeto. O projeto greenfield Furnas também encontra-se atualmente em fase de estudo de viabilidade preliminar para suas instalações de processamento. A infraestrutura regional é adequada para suportar o desenvolvimento e a operação do projeto. Outras instalações: Sossego e Salobo: Estruturas de disposição de rejeitos e estéreis. Logística: Sossego e Salobo: concentrado é transportado por caminhão até um terminal de estocagem em Parauapebas e, em seguida, transportado pela ferrovia EFC até o Porto de Itaqui, em São Luís, Estado do Maranhão. No Porto de Itaqui, arrendamos um terminal de armazenagem nos termos de um contrato com prazo até 2043, após aprovação pelas autoridades competentes. Energia: Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia produzida por usinas pertencentes a joint ventures e consórcios nos quais temos participação. A energia é fornecida diretamente por meio de consórcios ou adquirida por meio de contratos de compra de energia, quando aplicável, inclusive com terceiros no mercado. Energia – Alemão, Paulo Afonso e Furnas: Os projetos contemplam a extensão de linhas de transmissão de energia já disponíveis na região para atender à nova demanda.

(1) O projeto Furnas é um acordo de earn-in celebrado entre a VBM e a Ero Copper Corp., que prevê que a Ero Copper adquira uma participação de 60% no projeto mediante a conclusão de três fases de trabalho que resultem em um estudo de viabilidade definitivo.

ÁSIA/PACÍFICO
PROJETO HU'U



Participação	Detemos 72% por meio de nossa participação de 90% na VBM[1][2]. Os demais acionistas do Projeto Hu'u são: – PT Antam Tbk (20%) – Manara Minerals (8% através de sua participação de 10% na VBM)[1]
Localização	Governos Dompu e Bima da Província de Nusa Tenggara Barat (NTB) ilha de Sumbawa, Indonésia
Operadora	Sumbawa Timur Mining (STM).
Propriedades minerárias[3]	O contrato de Trabalho de aproximadamente 19.260 ha é válido com o Governo da Indonésia, abrangendo todas as etapas de um projeto de mineração. A fase de exploração (estudo de viabilidade) com base no regulamento do Governo pode ser prorrogada anualmente até que o relatório do estudo de viabilidade seja concluído e aprovado. Após a aprovação, se iniciará a fase de operação-produção, que terá a duração de 30 anos, renováveis mediante aprovação do Governo. Área: 19.260 ha.
Fase/ Operações	Fase de exploração – Estudo técnico FEL 2 (Pré-Viabilidade) em andamento.
Condição as principais permissões	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações.
Tipos de minas e estilos de mineralização	O depósito de cobre-ouro Onto é um grande depósito de cobre-ouro pórfiro que também possui algumas características de depósitos epitermais de alta sulfetação. O projeto é desenvolver uma mina subterrânea.
Instalações e infraestrutura associadas	*Logística:* Este projeto é um greenfield, portanto, a logística real de transporte de minério, bem como seu processamento, ainda está em estudo. *Infraestrutura:* A infraestrutura existente está em desenvolvimento devido à localização deste projeto greenfield.

[1] Propriedade da Vale e da Manara Minerals através da subsidiária integral da VBM, Eastern Star Resources Pty Ltd.
[2] Até o 20º ou 25º ano após a produção (o momento específico depende do método de mineração adotado pela STM), somos obrigados a alienar parte de nossa participação acionária para a PT Antam Tbk ou outros participantes indonésios, conforme aplicável, reduzindo nossa participação acionária para um máximo de 49%.
[3] Área do contrato de trabalho.

CANADÁ

Consulte *Informações sobre a Companhia — Vale Metais Básicos — Níquel — Propriedades*

2.2.2 Produção

A tabela a seguir apresenta nossa produção minerária anual em nossas minas de Salobo e Sossego e os teores médios percentuais de cobre. A produção e o teor médio representam a produção bruta da mina e não incluem as perdas devido à beneficiamento. Para informações sobre a produção anual de cobre como coproduto em nossas operações de níquel, consulte *Informações sobre a Companhia — Vale Metais Básicos — Níquel — Produção*.

	2025[1]		2024[1]		2023[1]	
	Produção	Teor	Produção	Teor	Produção	Teor
Brasil						
Sossego	10.773	0,8	6.316	0,8	6.873	0,7
Salobo	53.583	0,6	45.607	0,6	49.034	0,6
Total	**64.356**	**0,6**	**51.922**	**0,6**	**55.907**	**0,6**

[1] A produção é expressa em milhares de toneladas métricas de Minério. O teor é em porcentagem de cobre.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa produção de cobre.

		Produção acabada por fonte de minério para o exercício findo em 31 de dezembro de (milhares de toneladas métricas)		
Mina	**Tipo**	**2025**	**2024**	**2023**
Brasil				
Sossego	A céu aberto	74,4	65,4	66,8
Salobo	A céu aberto	218,7	199,8	180,4
Canadá: (como um subproduto das operações de níquel)				
Sudbury	Subterrânea	63,7	58,6	57,9
Voisey's Bay	A céu aberto/subterrânea	18,6	12,9	9,6
Thompson	Subterrânea	1,6	7,2	4,7
Externo[1]	–	5,3	4.1	7,2
Total		**382,3**	**348,0**	**326,6**

[1] Processamos cobre em nossas instalações utilizando feeds adquiridos de terceiros.

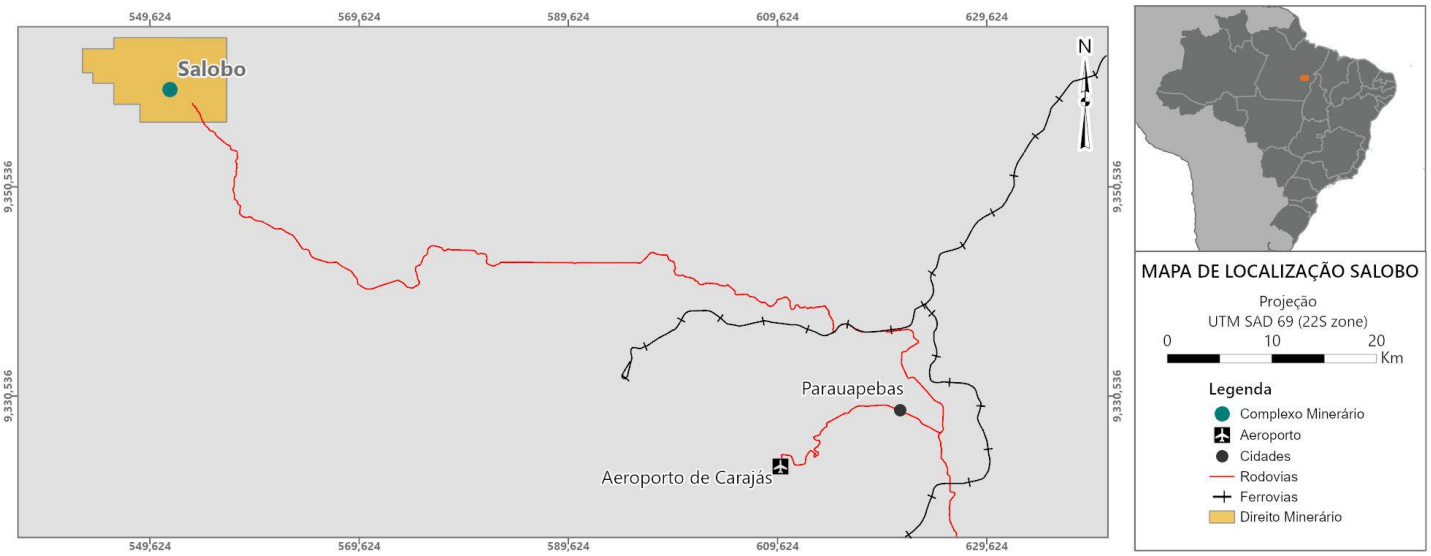
2.2.3 Divulgação de propriedade individual

Consideramos Salobo uma propriedade material, para fins de S-K 1300. Considerando as alterações desde o último resumo do relatório técnico, estamos apresentando um resumo atualizado do relatório técnico para Salobo como Anexo 96.4 a este relatório anual.

2.3.1.1 Salobo

Descrição da propriedade

As operações de Salobo constituem uma propriedade da fase de produção situada na região de Carajás, Estado do Pará, Brasil, 90 km a noroeste da cidade de Parauapebas. As coordenadas geográficas para as Operações de Salobo são 5°47'27" S de latitude e 50°32'5" W de longitude, usando o sistema de coordenadas geográficas SAD69. As operações da Salobo são propriedade da nossa subsidiária Salobo Metais S.A.



Infraestrutura

As operações de Salobo estão conectadas por uma malha viária para as cidades de Parauapebas (90 km) e Marabá (240 km). Existe um aeroporto comercial em Carajás. As ferrovias ligam Carajás à cidade portuária de São Luís.

As licenças de água necessárias são adequadas e atuais.

O distrito de Carajás tem uma longa história de mineração. Pessoal com experiência em atividades de mineração está disponível em todo o distrito. A força de trabalho reside no núcleo urbano de Carajás, Parauapebas e região.

Salobo está no Noroeste da região de Carajás dentro da floresta nacional Tapirapé-Aquiri. Na área da mina a topografia é íngreme, com altitudes que variam de 190 a 520 metros. A área é densamente arborizada e dominada por árvores relativamente densas com vegetação rasteira substancial. O distrito de Carajás está dentro da floresta tropical úmida da Amazônia oriental e tem estações secas e úmidas distintas. As operações da mina são realizadas o ano todo.

Geologia e Mineralização

O depósito de Salobo é um exemplo de depósito de óxido de ferro-cobre-ouro (IOCG) e está localizada na Província Mineral de Carajás, uma bacia arqueana tardia de forma sigmoidal, com tendência oeste-noroeste-sudeste.

A mineralização consiste em conjuntos mineralógicos de magnetita-calcopirita-bornita e magnetita-bornita-calcocita em vários estilos como disseminações, stringers, stockworks, acumulações maciças, preenchimentos de fraturas ou veios.

O depósito se estende por uma área de aproximadamente 4 km ao longo da direção (oeste-noroeste), tem 100-600 m de largura e foi reconhecido em profundidades de 750 m abaixo da superfície.

Exploração

A exploração ocorre na propriedade desde 1974 e inclui mapeamento geológico, sondagem e levantamentos geofísicos aéreos, testes metalúrgicos, estudos ambientais e de linha de base, estudos de mina e atividades de licenciamento. Investimos continuamente na exploração mineral com o objetivo de expandir nossos recursos minerais e reservas minerais e alcançar um nível adequado de confiança na estimativa de recursos que suporta nossos planos de lavra.

Direitos minerários

Temos uma concessão de lavra para as operações de Salobo, concessão 807.426/1974, outorgada para minério de cobre, ouro e prata pela Agência Nacional de Mineração (ANM), em 16 de julho de 1987, abrangendo 9.180,60 ha.

Direitos de superfície

Salobo está inteiramente dentro da Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri, de propriedade do Governo Federal. Não há propriedades de terceiros adjacentes ao complexo de mineração. Não existem pagamentos associados a direitos de superfície.

Planos de lavra atuais, planejados e futuros

A lavra é realizada pelo sistema de caminhões-escavadeiras e pelo método a céu aberto com uma vida útil planejada de aproximadamente 20 anos, terminando em 2045. A planta de processamento continuará a operar recuperando material armazenado até 2054.

Com a expansão de Salobo III, o cronograma de produção da mina do caso base envolve a movimentação de 135 Mtpa para alimentar uma capacidade de processamento expandida de 36Mtpa, processando uma parte do minério que teria sido armazenado no plano de produção anterior de 24 Mtpa.

A usina de beneficiamento foi projetada para operar 365 dias por ano. A usina produz um concentrado de cobre que é transportado por estrada para uma instalação de descarga ferroviária e então do transporte ferroviário para o porto de São Luis.

As unidades de processamento existentes, Linha 1, Linha 2 e Linha 3 (Salobo I, II e III), têm cada uma capacidade nominal de 12 Mt, resultando em uma capacidade instalada total de 36 Mt ao ano.

Detalhes e modernização de ativos

A mina de Salobo opera desde 2012, com método a céu aberto, utilizando escavadeiras para produção de minério e estéril, juntamente com escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras, frota de caminhões fora de estrada e equipamentos auxiliares para manter o acesso às áreas de produção e drenagem de talude. Um programa de substituição robusto garante que este equipamento siga uma recomendação do fabricante para a vida útil do ativo e, quando a vida útil do equipamento estiver terminando, planejamos e investimos em uma atualização da frota.

Valor contábil total da propriedade

O valor contábil das operações de Salobo e suas instalações e equipamentos associados era de US$3.383 milhões, em 31 de dezembro de 2025, o qual não inclui os ativos de infraestrutura compartilhada, como portos e ferrovias.

Histórico da Operadora

Toda a exploração e desenvolvimento foram conduzidos por nós. A mineralização de cobre foi descoberta na região do Igarapé Salobo em 1974. A exploração detalhada começou em 1977. Um estudo conceitual foi concluído em 1981, e estudos-piloto decorreram de 1985 a 1987, culminando na atribuição de uma concessão de lavra. Um estudo de pré-viabilidade foi concluído em 1988, um estudo de viabilidade inicial foi realizado em 1998, atualizações do estudo de viabilidade foram realizadas em 2001 e 2002 e um estudo final foi concluído em 2004. As operações de Salobo começaram com *pre-stripping* em 2009 e o primeiro concentrado foi produzido em 2012. A fábrica melhorou suas instalações duas vezes. A primeira melhoria ocorreu em 2014 com a adição de uma segunda linha de produção. A segunda melhoria ocorreu em 2023, com foco no aumento da produção através da adição da terceira linha de produção.

Ônus e requisitos de licenciamento

Não há ônus materiais para as Operações de Salobo.

Recursos minerais

Os modelos de domínio foram desenvolvidos com base em uma caracterização detalhada da litologia e mineralização, utilizando conjuntos de dados de múltiplas campanhas de sondagem. A restrição a valores atípicos para metais básicos e preciosos foi aplicada de acordo com as características específicas do depósito.

Os teores foram estimados utilizando técnicas geoestatísticas, como vizinho mais próximo e krigagem ordinária, tanto em domínios de baixo quanto de alto teor. Os parâmetros de busca foram derivados da variografia e posteriormente implementados utilizando anisotropia dinâmica para considerar as variações geométricas. Os modelos foram geralmente interpolados em três passagens, e os tamanhos dos blocos foram selecionados para aproximar a Unidade Mínima de Lavra (SMU) ideal para cada depósito. As estimativas de blocos foram validadas utilizando métodos de verificação padrão da indústria.

A classificação dos recursos minerais foi orientada pela interpretação e confiabilidade geológica, dados de perfuração e pela confiabilidade das estimativas de teor em relação às taxas de produção planejadas, bem como por fatores de risco reconhecidos, incluindo premissas de recuperação metalúrgica, avaliações geomecânicas, considerações de projeto de mina e análises de reconciliação e minerabilidade. Cada estimativa inclui uma revisão inicial dos potenciais requisitos de mineração, processamento, infraestrutura, ambientais, de licenciamento e sociais para demonstrar perspectivas razoáveis de extração econômica.

Para uma análise das alterações em relação ao exercício fiscal anterior, consulte Informações sobre a Companhia — Reservas e Recursos. Todas as divulgações de recursos minerais são exclusivas das reservas minerais.

Salobo – Resumo dos Recursos Minerais de Cobre em 31 de dezembro [1][3][4]

Categoria	2025[2]			2024[2]			Teor de corte	Recuperação metalúrgica
	Tonelagem	Cu	Au	Tonelagem	Cu	Au		
Medido	10,4	0,48	0,25	20,2	0,35	0,17	0,25% CuEq	Cu: 85,0% Au: 66,1%
Indicado	551,9	0,45	0,22	476,2	0,47	0,24		
Medido + Indicado	562,3	0,45	0,24	496,3	0,47	0,24		
Inferido	177,9	0,6	0,3	244,9	0,50	0,3		

[1] As perspectivas de extração econômica do recurso mineral foram determinadas usando as seguintes premissas de preços por tonelada métrica: para cobre US$10.000/tonelada métrica e para ouro US$2.300/oz.

[2] Os recursos foram ajustados para refletir nossa participação de 90% na VBM.

[3] A tonelagem está em milhões de toneladas métricas secas e os teores de Cu estão em (%), os teores de Au em g/t. O ponto de referência para a estimativa são as toneladas métricas in situ.

[4] Os números foram arredondados.

Reservas minerais

As reservas minerais foram estabelecidas com base nos Recursos Minerais Medidos e Indicados, com a aplicação de fatores de modificação apropriados para convertê-los em Reservas Provadas e Prováveis, utilizando um software padrão do setor.

São empregados métodos convencionais de mineração a céu aberto, com a estratégia operacional baseada em equipamentos e mão de obra operados pelo proprietário. O projeto final da cava foi dividido em sete fases, três das quais já foram mineradas, enquanto as quatro fases restantes formam a base do plano de vida útil da mina (LOM). Um fator de diluição não planejado de 3% foi incluído no cronograma de lavra, e uma recuperação de 100% foi assumida durante a otimização da cava.

As principais premissas utilizadas na estimativa das Reservas Minerais incorporam atualizações no modelo de blocos, projetos de mina revisados, previsões de preços de commodities a longo prazo, expectativas de taxas de câmbio a longo prazo e premissas de custos a longo prazo atualizadas. Considerações adicionais incluem as modificações nas restrições do projeto de mineração; parâmetros atualizados de teor de corte e retorno líquido de processamento (NPR); avaliações geotécnicas (incluindo sísmicas) e hidrogeológicas atualizadas; premissas de recuperação metalúrgica e de mineração; e a capacidade operacional para controlar a diluição não planejada.

Para uma discussão sobre as mudanças em relação ao exercício fiscal anterior, consulte *Informações sobre a Companhia–Reservas e Recursos*.

Salobo – Resumo das Reservas Minerais de Cobre em 31 de dezembro [1][2][3][5][6]

	2025			2024				
Categoria	**Tonelagem**	**Cu**	**Au [4]**	**Tonelagem**	**Cu**	**Au [4]**	**Teor de corte**	**Recuperação metalúrgica**
Provada	314,7	0,59	0,34	233,1	0,65	0,37	0,25% CuEq	Cu: 86,2% Au: 68,4%
Provável	606,6	0,60	0,34	718,8	0,60	0,34		
Total	**921,2**	**0,60**	**0,34**	**951,9**	**0,61**	**0,35**		

[1] A viabilidade econômica da reserva mineral foi determinada com base em uma curva de preços de commodities com preço de longo prazo de US$9.950/tonelada métrica para cobre e US$2.650/oz para ouro.
[2] As reservas foram ajustados para refletir nossa participação de 90% na VBM.
[3] A tonelagem está em milhões de toneladas métricas secas e os teores de Cu estão em (%), os teores de Au estão em g/t. O ponto de referência é o ponto de entrega para a planta de beneficiamento.
[4] Os números mostrados não deduzem os valores de *streaming*. Para obter uma descrição de nosso acordo de *streaming* com a Wheaton, consulte a Seção 2.3 PGMs e outros metais preciosos.
[5] As reservas de minério de cobre consolidadas estimadas incluem 238,3 milhões de toneladas métricas secas de estoque de reserva.
[6] Os números foram arredondados.

2.2.4 *Estratégia de cobre*

O cobre tem um sólido perfil de crescimento de longo prazo, impulsionado pela industrialização, construção, inteligência artificial e expansão da infraestrutura da rede elétrica. Governos de todo o mundo estabeleceram metas ambiciosas de descarbonização que, juntamente com a queda dos custos de energia renovável e economia verde e investimentos de estímulo, serão cruciais para o uso mais intensivo de cobre em energia renovável, *data centers* de inteligência artificial e projetos de infraestrutura relacionados a veículos elétricos.

Temos oportunidades significativas para expandir nossos negócios de cobre por meio de crescimento orgânico. Possuímos um sólido portfólio de ativos e projetos de cobre e desenvolvemos um plano plurianual de expansão, que visa dobrar nossa produção em relação aos níveis de 2024, atingindo 700 ktpa de Cu até 2035. Nossos projetos brasileiros estão organizados em dois polos principais (Polo Sul e Polo Norte), além de diversos projetos independentes, como Alemão e nossa joint venture com a Glencore em Sudbury. Esses projetos aproveitam o conhecimento e a logística já existentes na região de Carajás e Ontario, enquanto também avaliamos oportunidades para aumentar a produção de cobre no Canadá e na Indonésia. Na Indonésia, estamos avançando nos estudos para desenvolver o projeto Hu'u, uma jazida de classe mundial, que poderá expandir ainda mais nossos negócios de cobre. Também estamos envolvidos na exploração em áreas virgens para cobre em alguns dos cinturões mais prolíficos do mundo, procurando ativos de nível um para o desenvolvimento futuro.

2.2.5 Clientes e vendas

De nossas operações no Brasil, vendemos grande parte de nossos concentrados de cobre de Sossego e Salobo, ao abrigo de contratos de médio e longo prazos firmados com smelters de cobre na Europa e Ásia. De nossas operações em Ontario, vendemos concentrados de cobre e matte de cobre produzidos em Sudbury, no mercado interno, e para smelters, na Europa e na Ásia, ao abrigo de contratos de longo prazo, bem como concentrados de cobre de Voisey's Bay, cujos contratos são de curto prazo. Além disso, de nossas operações em Ontario, vendemos cátodos de cobre de Sudbury e Long Harbour por meio de contratos de curto prazo.

2.2.6 Concorrência

O mercado global de cobre refinado é altamente competitivo. Os produtores são mineradoras integradas e fundições customizadas, abrangendo todas as regiões do mundo, enquanto os consumidores são principalmente produtores de fio-máquina e ligas de cobre. A concorrência ocorre principalmente em nível regional e é baseada principalmente nos custos de produção, qualidade, confiabilidade de abastecimento e custos de logística. Os maiores produtores mundiais de catodos de cobre são Jiangxi Copper Corporation, Tongling Non-Ferrous Metals Group Co., Jinchuan, Aurubis, Corporación Nacional del Cobre de Chile (Codelco) e Freeport McMoRan, cada uma operando em nível de empresa matriz ou por meio de subsidiárias. A nossa participação no mercado global de cátodos de cobre refinado é marginal uma vez que assumimos uma posição mais competitiva no mercado de concentrado de cobre.

O concentrado de cobre e mate de cobre são produtos intermediários na cadeia de produção do cobre. Os mercados de concentrado e de mate são competitivos, com vários produtores, mas menos participantes e menores volumes do que no mercado de cátodos de cobre, devido aos altos níveis de integração dos grandes produtores de cobre.

No mercado de concentrado de cobre, a mineração ocorre mundialmente, com uma participação predominante da América do Sul, enquanto os consumidores são *smelters* locais situadas principalmente na Europa e na Ásia. A concorrência no mercado do concentrado de cobre ocorre principalmente em nível mundial e é baseada nos custos de produção, qualidade, custos de logísticas e confiabilidade de abastecimento. Os maiores concorrentes no mercado de concentrado de cobre são BHP Group, Rio Tinto, Codelco, Glencore, Zijin Mining, Anglo American e Freeport McMoRan; cada um operando no nível da empresa controladora ou por meio de subsidiárias. Nossa fatia de mercado em 2025 correspondia a cerca de 2,8% do mercado total de concentrado de cobre não integrado.

2.3. PGMs e outros metais preciosos

Como subprodutos de nossas operações de níquel em Sudbury, no Canadá, recuperamos metais do grupo da platina (PGMs), bem como ouro e prata. Operamos uma instalação de processamento em Port Colborne, em Ontário, que produz produtos intermediários de PGM, ouro e prata, usando *feeds* da nossa operação em Sudbury. Concentrados de PGM, intermediários de ouro e prata de nossa operação em Port Colborne estão sendo vendidos a terceiros.

Nossos concentrados de cobre das minas de Salobo e Sossego, em Carajás, no estado brasileiro do Pará, contêm ouro, e Salobo também contém prata. Realizamos o valor tanto do ouro quanto da prata na venda desses produtos. Especificamente, o volume de produção de prata de Salobo representa 56% da nossa produção total de prata em 2025, enquanto o volume de produção de ouro de Salobo e Sossego representa 91% da nossa produção total de ouro em 2025.

Vendemos para a Wheaton Precious Metals Corp. (Wheaton) um total agregado de (i) 75% do ouro produzido como subproduto, contido no concentrado de nossa mina de cobre Salobo, no Brasil, durante a vida útil da mina, e (ii) 70% do ouro produzido como subproduto em nossas minas de níquel de Sudbury, no Canadá, por 20 anos. Essas vendas foram realizadas em três transações diferentes de *streaming*, em fevereiro de 2013, março de 2015 e agosto de 2016. Em relação a essas transações de *streaming*:

- Recebemos pagamentos contínuos de US$400 por onça (sujeitos a um ajuste de inflação anual de 1% nos termos do contrato Salobo a partir de 1º de janeiro de 2019) e o preço de mercado vigente, para cada onça de ouro que entregamos nos termos do contrato.

- De acordo com o contrato de compra do fluxo de subprodutos de ouro de Salobo, tínhamos direito a receber um pagamento adicional em dinheiro se expandíssemos nossa capacidade de processar minérios de cobre de Salobo para mais de 28 Mtpa antes de 2036. Em março de 2023, acordamos com a Wheaton em alterar este acordo para ajustar as condições de pagamento em dinheiro adicionais

- De acordo com o acordo alterado, o pagamento em dinheiro adicional será faseado, com a Wheaton fazendo um pagamento inicial assim que a produção real for acima de 32 Mtpa e um segundo pagamento uma vez se a produção real for acima de 35 Mtpa até 1º de janeiro, 2031. Os pagamentos cumulativos totais variam de US$283 milhões a US$552 milhões, dependendo de nosso cronograma para cada um dos aumentos de produção.

A VBM concluiu com sucesso o teste de processamento de 32 milhões de toneladas por ano no Complexo Salobo, recebendo em dezembro de 2023 um pagamento de US$370 milhões.

- Além disso, a Wheaton será obrigada a fazer pagamentos anuais entre US$5,1 milhões e US$8,5 milhões por um período de 10 anos após o pagamento dos pagamentos em dinheiro adicionais da expansão se a mina de Salobo mantiver um plano de mina de alto teor. A tabela a seguir apresenta informações sobre o volume contido de metais preciosos e metais do grupo da platina como subproduto de nossa produção de concentrados de níquel e cobre.

Mina	Tipo	Produção de subprodutos acabados por fonte de minério para o exercício findo em 31 de dezembro (milhares de onças troy de metal contido)		
		2025	2024	2023
Sudbury [1]				
Platina	Subterrânea	99	107	125
Paládio	Subterrânea	120	120	149
Ouro [2]	Subterrânea	46	38	45
Salobo				
Ouro contido em concentrado de cobre[2]	A céu aberto	396	362	319
Sossego				
Ouro contido em concentrado de cobre	A céu aberto	51	45	46

[1] Esses números também incluem a fonte de minério de Manitoba, fonte externa e Voisey's Bay.
[2] Os números representam 100% do volume contido em Salobo e Sudbury de ouro como subproduto de nossa produção de concentrados de níquel e cobre e não deduzem a parcela do ouro vendida para a Wheaton.

2.4 Cobalto

Recuperamos quantidades significativas de cobalto como subproduto de nossas operações de níquel. Em 2025, produzimos 973 toneladas métricas de cobalto metálico refinado (na forma de cobalto redondo) em nossa refinaria de Port Colborne e 2.266 toneladas métricas de cobalto redondo em nossa refinaria de Long Harbour. Vendemos cobalto globalmente. O cobalto de Long-Harbour e de Port Colborne e têm níveis de pureza muito elevados (99,8%), cumprindo a especificação do contrato LME. O cobalto metálico é utilizado na produção de diversas ligas, principalmente em aplicações aeroespaciais, e na fabricação de produtos químicos à base de cobalto principalmente para uso em baterias recarregáveis.

Em junho de 2018, vendemos a empresa para a Wheaton and Cobalt 27 Capital Corp. (Cobalt 27) um combinado de 75% do cobalto produzido como derivado em nossa mina de Voisey's Bay a partir de 1º de janeiro de 2021, que engloba a desaceleração da produção da mina existente e da produção da vida útil da mina de nosso projeto de expansão de mina subterrânea. Em contrapartida, recebemos US$690 milhões em dinheiro da Wheaton e da Cobalt 27 no fechamento da transação em 28 de junho de 2018 e receberemos pagamentos adicionais de 18 a 22% dos preços do cobalto na entrega. Em fevereiro de 2021, o fluxo originalmente vendido à Cobalt 27 foi atribuído ao APG Metals Limited. Permanecemos expostos a aproximadamente 40% da produção futura de cobalto de Voisey's Bay, através da participação detida pela Vale de 25% da produção de cobalto e dos pagamentos adicionais no momento da entrega.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de cobalto.

Mina	Tipo	Produção de subprodutos acabados por fonte de minério para o exercício findo em 31 de dezembro (contendo toneladas métricas)		
		2025	2024	2023
Sudbury	Subterrânea	388	331	365
Thompson	Subterrânea	74	113	94
Voisey's Bay[1]	A céu aberto/subterrânea	2.076	1.102	637
Outros[2]	–	704	532	862
Total		**3.241**	**2.079**	**1.959**

[1] Os números representam 100% da produção de cobalto e não deduzem a porção do fluxo de cobalto vendido para APG Metals Limtied and Wheaton.
[2] Esses números não incluem processamento de feeds para terceiros. Inclui cobalto processado em nossas instalações com uso de insumos comprados de partes não relacionadas e fonte de minério PTVI 538 toneladas métricas em 2023, 343 toneladas métricas em 2024 e 510 toneladas métricas em 2025.

2.5. Ativos logísticos e de energia para apoiar as operações da Vale Metais Básicos.

2.5.1 Portos

Canadá. A Vale Newfoundland & Labrador Limited opera um porto como parte de nossa operação de mineração em Voisey's Bay, Labrador, e um porto como parte de nossa operação de beneficiamento em Long Harbour, Newfoundland. O porto de Voisey's Bay é usado para embarque de níquel e concentrados de cobre e reabastecimento. O porto de Long Harbour é usado para receber concentrado de níquel de Voisey's Bay juntamente com mercadorias e materiais exigidos para a operação de Long Harbour.

2.5.2 Energia

Canadá. Em 2025, nossas usinas hidrelétricas de propriedade integral e operadas em Sudbury geraram aproximadamente 14% da demanda por eletricidade das nossas operações em Sudbury. Essas usinas de energia consistem em cinco estações de geração distintas: High Falls I e II, Big Eddy, Wabageshik e Nairn, com uma capacidade nominal instalada do gerador de 55 MW. A geração das usinas é limitada pela disponibilidade de água e também por restrições impostas por um plano de gerenciamento hídrico regulado pelo governo da província de Ontário. Em 2025, a demanda média de energia elétrica foi de 190 MWh para todas as minas e usinas de superfície na área de Sudbury. Em 2025, a geração a diesel supriu 100% das necessidades elétricas das nossas operações na Voisey's Bay.

3. OUTROS INVESTIMENTOS

3.1. Anglo American Minério de Ferro Brasil

Em dezembro de 2024, concluímos a aquisição de 15% de participação na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A (Anglo American Minas Rio), contribuindo com recursos de minério de ferro de alto teor da Serra da Serpentina e pagando um valor em dinheiro.

ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

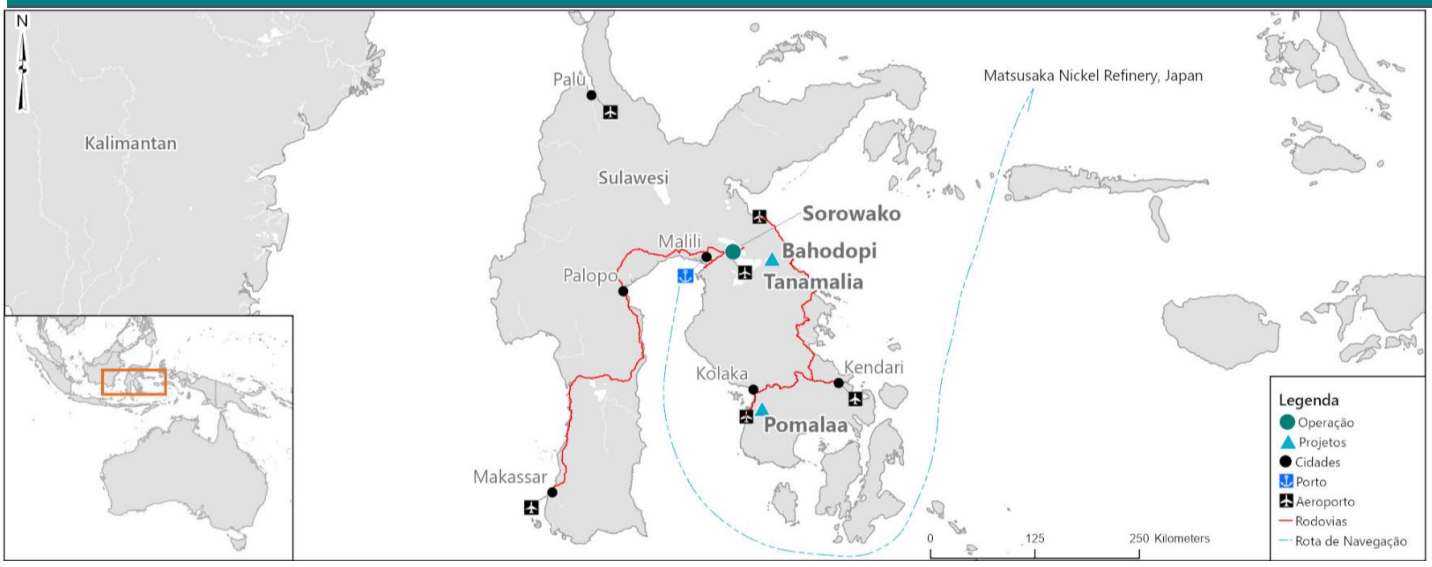
Participação	15% de propriedade da Vale. Os 85% restantes são de propriedade do Grupo Anglo American Brasil.
Localização	Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais, Brasil.
Operadora	Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.
Complexos de mineração	Sistema integrado composto por uma mina a céu aberto, uma planta de beneficiamento, um oleoduto de polpa de 529 quilômetros, uma planta de filtragem e um terminal de exportação no porto.
Título minerário[1]	Concessões de lavra sem data de validade, pedido de concessão de lavra e alvarás de pesquisa. Área: 2.849 ha.
Fase/ Operações	Fase de produção desde 2014.
Principais condições de permissão	Entendemos que a Anglo American Minas-Rio possui as licenças necessárias para suas operações atuais.
Tipos de minério e estilos de mineralização	Minério friável de itabirito e hematita extraído por meio de mineração a céu aberto.
Instalações e infraestrutura associadas	Mina: Sistema de equipamentos móveis composto por escavadeiras, carregadeiras e caminhões para o transporte do minério misturado até a planta de beneficiamento. Planta de beneficiamento: Uma planta de beneficiamento, localizada no local, processa o minério bruto por meio de etapas padrão de britagem, moagem e concentração, produzindo a carga para pelotização. Logística: A mina Minas-Rio abastece sua própria usina de pelotização utilizando um oleoduto com duas estações de bombeamento e uma estação de válvulas. Esse pellet feed é transportado por meio de um oleoduto de polpa de 529 km de extensão que atravessa 32 municípios até chegar ao Porto do Açu. Porto: A produção é embarcada em um terminal de exportação no porto atlântico do Açu, no estado do Rio de Janeiro. Energia: Adquirida de empresas de serviços públicos regionais ou produzida pela Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.

(1) Área com reservas e recursos associados.

Não estamos divulgando estimativas de recursos ou reservas minerais para a Anglo American Brasil neste relatório anual no Formulário 20-F. Ao longo de 2026, esperamos revisar os estudos técnicos da propriedade com o objetivo de divulgar seus recursos e reservas minerais em nosso próximo relatório anual.

3.2. PT Vale Indonesia Tbk (PTVI)

OPERAÇÕES ÁSIA/PACÍFICO
PT Vale Indonesia Tbk (PTVI)



Participação	100% de propriedade da PT Vale Indonesia Tbk (PTVI). Detemos 30,5% da PTVI por meio de nossa participação de 90% na VBM(1). Os demais acionistas da PVTI são: – PT Mineral Industri Indonesia (Persero) (MIND ID): 34%. – Ações em circulação: 20,64%. – Sumitomo Metal Mining Co., Ltd. (Sumitomo): 11,48%. – Manara Minerals: 3,38% (através de sua participação de 10% na VBM(1).
Localização	Província de Sulawesi, Indonésia
Operadora	PTVI
Títulos minerários[2]	O Contrato de Trabalho da Vale foi considerado rescindido após a emissão da IUPK (Izin Usaha Pertambangan Khusus, licenças especiais para negócios de mineração), válidas até dezembro de 2035 e prorrogáveis a cada 10 anos. A área de concessão da IUPK é de 118.017 hectares, a mesma do Contrato de Trabalho anterior.
Estágio/ Operações	Sorowako: Estágio de produção desde 1978. Bahodopi 2-3 e Pomalaa: Estágio de Desenvolvimento. Projeto Tanamalia: Estágio de exploração.
Principais condições de permissão	Temos ou esperamos obter em tempo hábil as autorizações necessárias para as operações.
Tipos de minério e estilos de mineralização	Laterita de níquel (que também contém cobalto como mineral associado) extraída ou projetada para ser extraída usando mineração a céu aberto

Instalações e infraestrutura associadas	*Planta de processamento:* A PTVI extrai minério de laterita de níquel e produz matte de níquel, que é enviada principalmente para nossa refinaria de níquel no Japão. Em conformidade com os contratos de fornecimento vitalício da mina, a PTVI vende parte de sua produção para a Vale Canada (atualmente, 80%) e parte para a Sumitomo (atualmente, 20%). A participação anual da Vale Canada no fornecimento da PTVI pode variar com base na produção total da PTVI. Além disso, a limonita mineralizada de Sorowako é enviada para uma planta de preparação de matéria-prima (FPP) da planta HPAL da PT Huali Nickel Indonesia (HNI) para processamento por uma joint venture com a Huayou Cobalt Co., Ltd. (Huayou). Para Pomalaa, a limonita mineralizada é enviada para uma planta de preparação de matéria-prima (FPP) e, em seguida, para a planta HPAL da PT Kolaka Nickel Indonesia (KNI) para processamento por uma joint venture com a Huayou, e o minério de saprolítico mineralizado é vendido para o mercado interno. Para Bahodopi 2-3, a limonita mineralizada é enviada para a planta HPAL da PT Bahodopi Nickel Smelter Indonesia (BNSI) (joint venture com a QMB GEM Co Ltd (GEM)) em Sambalagi, e o minério de saprolítico mineralizada é vendido para a GEM e para o mercado interno. *Outras instalações:* Estruturas de disposição de estéreis. *Logística:* O produto matte de níquel PTVI é transportado de caminhão por aproximadamente 55 km até o porto fluvial em Malili e depois carregado em barcaças *Energia:* Produzida principalmente pelas usinas hidroelétricas de baixo custo da PTVI no Rio Larona (atualmente existem três unidades). A PTVI possui instalações termogeradoras para complementar seu suprimento de energia hidrelétrica com uma fonte de energia que não está sujeita a fatores hidrológicos.

[1] A participação acionária da Vale e da Manara Minerals na PTVI é mantida por meio da subsidiária integral da VBM, a Vale Canada Limited.
[2] Área com reservas e recursos associados.

Em relação a portos, a PTVI é proprietária e opera dois portos na Indonésia que oferecem suporte a suas atividades de mineração de níquel.

- O Porto Especial de Balantang fica em Balantang Village, South Sulawesi, e possui dois tipos de cais, duas rampas para barcaças com capacidade de até 4.000 DWT cada para granéis sólidos e um cais de carga geral para navios de até 2.000 DWT.

- O Porto Especial de Tanjung Mangkasa fica em Lampia Village, South Sulawesi, com bóias de ancoragem que podem acomodar navios-tanque de combustível com capacidade de até 20.000 DWT e um terminal de cais que pode acomodar navios-tanque de combustível com capacidade de até 5.000 DWT.

Em relação ao fornecimento de energia, os custos energéticos representam uma parcela significativa dos custos de produção de níquel para o processamento de minério laterítico nas operações da PTVI na Indonésia. Grande parte das necessidades de energia dos fornos elétricos da PTVI é suprida a baixo custo por suas três usinas hidroelétricas situadas no Rio Larona: (i) a usina de Larona, que gera uma média de 165 MW, (ii) a usina de Balambano, que gera uma média de 110 MW e (iii) a usina de Karebbe, com 90 MW de capacidade média de geração. Essas usinas ajudam a reduzir os custos de produção, substituindo os hidrocarbonetos na geração de energia por energia hidrelétrica, reduzindo as emissões de CO2 ao substituir a geração de energia não renovável e nos permitindo aumentar nossa capacidade atual de produção de níquel.

3.3. Samarco

Possuímos 50% de participação na Samarco, e a BHP Brasil detém os 50% restantes. A Samarco possui um sistema integrado composto por dois complexos distintos, três usinas de beneficiamento, três minerodutos, quatro usinas de pelotização e um porto. As minas e as usinas de beneficiamento estão localizadas no estado de Minas Gerais, ao passo que o porto e as usinas de pelotização ficam no estado do Espírito Santo. De Minas Gerais ao Espírito Santo, a produção escoa por três minerodutos que se estendem por aproximadamente 400 Km. As operações de mineração e pelotização da Samarco vêm sendo retomadas gradativamente desde dezembro de 2020.

Em 2015, a barragem de rejeitos de Fundão de propriedade da Samarco rompeu. Para obter informações adicionais, consulte *Panorama — Panorama dos Negócios — Esforços de reparação e remediação — Esforços de reparação, remediação e Acordos Definitivos relacionados à barragem de rejeitos da Samarco*. De 2015 a dezembro de 2020, as operações da Samarco foram suspensas. Em dezembro de 2020, a Samarco iniciou a retomada gradual de suas operações,

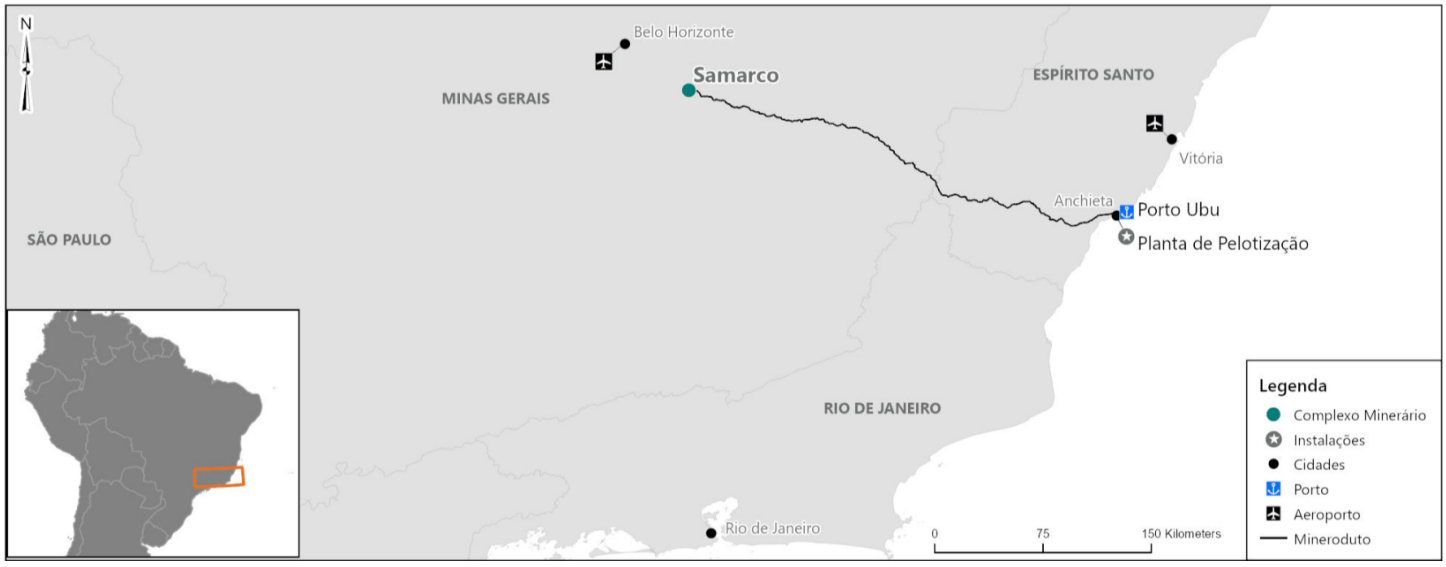
com o reinício integrado das atividades de extração, beneficiamento e pelotização de minério de ferro, atingindo, naquele momento, uma produção de aproximadamente 8 milhões de toneladas por ano (Mtpa), equivalente a cerca de 26% da capacidade total da Samarco. Essas atividades são atualmente realizadas no complexo Germano, no município de Mariana, Minas Gerais, e no complexo Ubu, no município de Anchieta, Espírito Santo. A retomada integrada das operações ocorreu após extensos testes de comissionamento, depois de um período de paralisação de cinco anos. Em 2025, a Samarco aumentou sua capacidade de produção para aproximadamente 15,1 Mtpa, representando cerca de 60% de sua capacidade total. Também em 2025, a Samarco aprovou investimentos destinados a expandir, modernizar e atingir 100% de sua capacidade de produção instalada nos complexos de Germano e Ubu, com conclusão estimada entre 2028 e 2029. O projeto inclui expansão de capacidade, modernização, nova infraestrutura de filtragem e melhorias gerais nos ativos, permitindo uma produção anual estimada de 26 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério de ferro. A Samarco também está utilizando novos processos para disposição de rejeitos, como filtração com empilhamento a seco de rejeitos arenosos e disposição de rejeitos ultrafinos em uma cava confinada (Alegria Sul), refletindo seu compromisso com uma retomada sustentável e segurança operacional.

Com a implementação do processo de filtragem, a Samarco agora é capaz de desidratar substancialmente os rejeitos de areia, que representam aproximadamente 80% do volume total de rejeitos, e empilhar com segurança esses rejeitos de areia filtrada em pilhas. Os 20% restantes de rejeitos estão sendo depositados na cava de Alegria Sul, uma estrutura autocontida de base rochosa, que é mais segura do que uma barragem de rejeitos. Além disso, a Samarco desativou a Cava de Germano, em 2023, e avança no descomissionamento da Barragem de Germano, seguindo as normas de segurança exigidas. A Samarco opera um Centro de Monitoramento e Inspeção 24 horas por dia, 7 dias por semana, em tempo real, para monitorar a estabilidade e a segurança de suas estruturas geotécnicas e implementou o GISTM em todas as suas instalações de rejeitos.

Em julho de 2025, o Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (COPAM) aprovou a Licença Ambiental da Samarco para seu Projeto de Longo Prazo, representando um marco importante no caminho estratégico da empresa para atingir sua produção planejada até 2028. A licença permite a expansão das áreas de mineração e a implementação de novas estruturas de disposição de rejeitos sem o uso de barragens de rejeitos, reforçando o compromisso da Samarco com operações sustentáveis. Essa etapa posiciona a empresa para aumentar gradualmente a produção dos atuais 60% da capacidade instalada para a capacidade total, em consonância com seu plano de produção de longo prazo.

O valor contábil de nosso investimento na Samarco foi reduzido a zero em 2015. Em abril de 2021, a Samarco entrou com um pedido de recuperação judicial (RJ) no Tribunal de Justiça de Minas Gerais para reestruturar sua dívida. Em janeiro de 2024, a Samarco reestruturou com sucesso sua dívida financeira nas condições estabelecidas pela RJ aprovada em 2023. Em agosto de 2025, o processo de recuperação judicial da Samarco foi formalmente encerrado por autorização judicial, confirmando que os objetivos da recuperação haviam sido alcançados. A Samarco continuará a cumprir suas obrigações remanescentes nos termos e prazos estabelecidos.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A.



Participação	50% de propriedade da Vale; 50% da BHP Brasil
Localização	Mariana e Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
Operador	Samarco Mineração S/A
Complexos de mineração	Sistema integrado composto por dois complexos diferentes, três usinas de beneficiamento, três minerodutos, quatro estações de bombeamento, duas estações de válvulas, quatro usinas de pelotização e um porto.
Título minerário[1]	Concessão de lavra sem prazo de validade. Área: 1.174,3 ha.
Estágio/ Operações	Operações contínuas de 1977 a 2015. As operações foram suspensas em novembro de 2015, após o rompimento da barragem de Fundão. Retomando gradativamente as operações desde dezembro de 2020.
Principais condições de permissão	Entendemos que a Samarco possui as autorizações necessárias para suas operações atuais.
Tipos de minério e estilos de mineralização	Minério tipo itabirítico extraídos usando um método de lavra a céu aberto.
Instalações e infraestrutura associadas	*Mina:* Os sistemas de correias transportadoras de longa distância e de caminhões transportam a mistura de minério até usinas de beneficiamento *Planta de processamento:* As três plantas de beneficiamento, localizadas no local, processam o minério bruto por meio de etapas padrão de britagem, moagem e concentração, produzindo ração para pelotização. *Logística:* As minas abastecem as plantas de pelotização usando dutos que se estendem por aproximadamente 400 quilômetros. Esses minerodutos transportam o minério de ferro das usinas de beneficiamento até as usinas de pelotização, localizadas no Estado do Espírito Santo. *Porto:* A produção é embarcada em um porto próprio no estado do Espírito Santo. *Energia:* Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de companhias regionais de energia elétrica ou produzida pela Samarco.

[1] Área com reservas e recursos associados.

Em 2025, a Samarco produziu 15,1 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro, em comparação com 9,7 milhões de toneladas em 2024 e 9,4 milhões de toneladas em 2023. Os números de produção da Samarco, na qual temos participação de 50%, não foram ajustados para refletir nossa participação acionária.

Todas as informações de recursos minerais e reservas minerais para a propriedade de mineração da Samarco foram avaliadas por profissional qualificado contratado pela Samarco. Estamos divulgando essas informações sobre reservas e recursos minerais devido ao nosso interesse econômico indireto na propriedade da Samarco, conforme exigido pelo Item 1303(b)(3) da Subparte 1300 do Regulamento S-K. No entanto, pelas razões descritas acima, nossa capacidade de receber fluxos de caixa da Samarco é limitada pela dívida reestruturada em aberto da Samarco (novos títulos de dívida sênior com vencimento em 2031) e o valor contábil do nosso investimento na Samarco foi reduzido a zero desde 2015.

	Reservas Minerais de Minério de Ferro da Samarco em 31 de dezembro de [1][2][3][4]							
	(Tonelagem em milhões de toneladas métricas, incluindo teor de umidade e teor de Fe úmido)							
	Provadas – 2025		Prováveis – 2025		Total – 2025		Total – 2024	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Samarco	116	42,4	291	42,8	407	42,7	420	42,7

[1] A viabilidade econômica das reservas minerais foi determinada com base no preço médio de longo prazo de US$130,2/t pelotas e finos – FOB Porto de Ubu (100% Alto Forno).

[2] Ajustado para refletir nossa participação de 50%.

[3] O ponto de referência é o material *in situ*. O teor de umidade é de 6,5% e a recuperação média de produto (por tonelagem) é de 47%.

[4] Os números foram arredondados.

	Recursos Minerais de Minério de Ferro da Samarco em 31 de dezembro [1][2][3][4]											
	(Tonelagem em milhões de toneladas métricas, incluindo teor de umidade e teor de Fe úmido)											
	Medido – 2025		Indicado – 2025		Medido e Indicado – 2025		Inferido – 2025		Medido e Indicado – 2024		Inferido – 2024	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Samarco	1.204	38,3	753	36,8	1.957	37,7	210	37,4	1.960	37,7	210	37,4

[1] As perspectivas de extração econômica dos recursos minerais foram determinadas com base em um preço médio de longo prazo de US$130,2/t de pelotas e finos – FOB Porto de Ubu (100% Alto-forno).

[2] Os recursos minerais são divulgados excluindo-se os recursos minerais convertidos em reservas minerais, havendo sido ajustados a fim de que reflitam nossa participação acionária de 50%.

[3] O ponto de referência é o material *in situ*. O teor de umidade é de 6,5% e a recuperação média de produto (por tonelagem) é de 41%.

[4] Os números foram arredondados.

As reservas minerais da Samarco diminuíram 3%, devido ao esgotamento da mina, totalizando 27 Mt (não ajustadas para refletir nossa participação de 50%).

3.4. Outros investimentos

Vide abaixo uma lista de nossos principais outros investimentos:

VLI. A VLI oferece soluções logísticas integradas com ativos estrategicamente distribuídos entre os Sistemas Norte e Sudeste, abrangendo cinco corredores logísticos: Norte, Sudeste, Leste, Minas-Rio e Minas-Bahia. Suas operações multimodais são viabilizadas por uma extensa rede ferroviária de 7.940 quilômetros (Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e Ferrovia Norte-Sul S.A.), nove terminais integradores e oito terminais portuários. Entre os principais produtos transportados estão grãos, aço e produtos para construção, itens industriais, açúcar e fertilizantes. Detemos uma participação de 29,6% na VLI e fazemos parte de um acordo de acionistas com a FI-FGTS, Mitsui, Brookfield e BNDESPar, que detêm as participações acionárias restantes. Em 2025, a VLI movimentou um total de 43,47 mil milhões de TKU de carga geral, incluindo 36,86 mil milhões de TKU da FCA e FNS.) Os principais ativos da VLI incluem:

- Ferrovia Norte-Sul-Tramo Norte (FNS): Importante rota de exportação que liga as regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 720 km de extensão, atravessando 25 cidades de dois estados (Maranhão e Tocantins), ligando Açailândia (Maranhão) a Porto Nacional (Tocantins). A concessão vai até dezembro de 2037.

- Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA): Principal eixo de integração entre as regiões Sudeste, Nordeste e Oeste, com extensão de 7.220 km. Abrange mais de 300 municípios de sete estados brasileiros (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia e São Paulo) e do Distrito Federal. A concessão vai até agosto de 2026, estando em curso negociações para renovação com o Ministério dos Transportes.

- Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita (Tiplam)–Santos (SP): Autorizado a operar até outubro de 2039, o terminal possui certificação ISO 14001 (gestão ambiental) desde dezembro de 2021.

- Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) – Aracaju (SE): Autorizado a operar cargas portuárias até junho de 2040.

- Terminal Portuário São Luís (TPSL) – São Luís (MA): Operação regulada sob contrato com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) até março de 2028. Desde dezembro de 2021 possui certificação ISO 14001 (gestão ambiental).

- Trato (VLI Ventures): Startup da VLI que desenvolve soluções digitais inovadoras para otimização da logística rodoviária, oferecendo serviços como transportador digital, agendamento, cadastro e orquestração, com foco em eficiência e competitividade.

- Direito de aquisição de capacidade da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e da Estrada de Ferro Carajás (EFC) para carga geral.

- Direito de aquisição de capacidade dos terminais do Terminal de Tubarão - Vitória (ES) - Produtos Diversos (TPD), Terminal de Tubarão - Vitória (ES) - Granéis Líquidos (TGL) e Terminal de Praia Mole (TPM) - Vitória (ES).

MRS Logística S.A. (MRS). A ferrovia MRS, na qual detemos 49,01% de participação direta e indireta, tem 1.643 quilômetros de extensão e liga os estados brasileiros do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A ferrovia da MRS transporta nossos produtos de minério de ferro das minas do Sistema Sul para os nossos terminais marítimos. Em 2025, transportou uma média diária de 352,798 toneladas métricas de minério de ferro e 230,766 toneladas métricas de outras cargas.

Reservas e Recursos

CONTROLES INTERNOS

Nossas estimativas de recursos e reservas minerais são relatadas de acordo com o Item 1303(b)(3) da Subparte 1300 do Regulamento S-K (S-K 1300).

Temos um processo de gerenciamento de riscos estabelecido e integrado ao nosso Comitê Executivo de Riscos. Para obter informações adicionais, consulte *Panorama — Gestão de Riscos — Estrutura de governança de riscos*. Como parte de nosso processo de gerenciamento de riscos, identificamos os riscos que podem trazer incertezas na divulgação das reservas e recursos minerais, com classificações de risco padronizadas e atividades de mitigação propostas.

Atuamos com base em uma estrutura de linha de defesa para a governança de nossa estimativa e divulgação de reservas e recursos minerais, com o objetivo de promover transparência, consistência, competência profissional e confiabilidade de todas as informações preparadas para fins internos e de divulgação ao público.

Nossas diretrizes internas definem a responsabilidade pela governança e reporte de recursos e reservas minerais, esclarecem conceitos e trazem orientações técnicas com uma visão mais ampla para todas as unidades de negócios. Essas diretrizes internas são revisadas periodicamente para garantir o alinhamento com as práticas do setor.

Nossos protocolos de controles internos para dados de exploração, no que se refere à estimativa de recursos e reservas minerais, contêm:

- Procedimentos e diretrizes escritos que definem os requisitos mínimos para dar suporte aos programas de exploração.
- Programas de Controle de Qualidade e Garantia da Qualidade (QA/QC) estão em vigor com o objetivo de garantir a precisão e a integridade dos dados inseridos nos bancos de dados de estimativa. Isso inclui, entre outros, levantamento de boca de furo, perfilagem, descrição de testemunhos, preparação de amostras, análise química e determinações de densidade aparente.
- Manutenção de uma cadeia de custódia, garantindo a rastreabilidade e a integridade das amostras em todas as etapas de manuseio, desde a coleta, transporte, preparação e análise de amostras até o armazenamento de longo prazo de polpa e rejeitos grossos.
- O modelo geológico, interpretação (inclui insights de reconciliação) e modelagem 3D das zonas mineralizadas são submetidos a um processo de revisão por pares com o objetivo de identificar falhas ou interpretações alternativas que possam não ter sido consideradas pelo modelador principal.

Temos os seguintes protocolos de controle interno em vigor para orientar a estimativa de recursos minerais e reservas minerais:

- Procedimentos e diretrizes por escrito que definem os requisitos mínimos para estimativa e elaboração de relatórios.
- As revisões por pares são realizadas em reservas minerais e estimativas de recursos para garantir a consistência com as práticas da indústria, incluindo revisões de modelos geológicos, modelos de blocos e recursos minerais e estimativas de reservas.
- As declarações anuais de estimativa de recursos e reservas minerais são preparadas seguindo nosso sistema de responsabilidade em camadas. Para mais informações, consulte Panorama — Gestão de Riscos.
- As auditorias externas de recursos minerais e reservas minerais são realizadas para os casos aplicáveis, de acordo com nossas diretrizes.

Utilizamos a metodologia Front-End-Load (FEL) para desenvolver nossos estudos de projeto, que consideramos atender aos requisitos de relatório S-K 1300, desde as avaliações iniciais, pré-viabilidade e viabilidade. Essa abordagem em estágios possibilita a revisão do projeto e permite avaliações de risco, incluindo aquelas relacionadas a recursos minerais e estimativas de reservas minerais, premissas econômicas e requisitos de engenharia para mineração e extração, aspectos sociais e ambientais.

Conduzimos revisões e atualizações de registros de risco de propriedade como parte dos processos de estimativa de recursos minerais e reservas minerais. As áreas de incerteza que podem impactar materialmente as estimativas de recursos e reservas minerais e são monitoradas quanto a mudanças materiais para impacto nas estimativas podem incluir, mas não estão limitadas a:

- Mudanças nas premissas de preço de metal, mercado e taxa de câmbio de longo prazo.
- Mudanças na interpretação local da geometria e continuidade litológica, estrutural e de mineralização.
- Mudanças nos parâmetros de entrada de estimativa e técnicas de estimativa no processo de modelagem de recursos.
- Mudanças nas premissas de recuperação metalúrgica que afetam o teor, variabilidade e qualidade do concentrado.
- Alterações no beneficiamento que resultam em elementos deletérios superiores que resultam em penalidades ou em concentrado invendável.
- Mudanças nas premissas de entrada usadas para derivar as formas potencialmente lavráveis aplicáveis aos métodos de lavra subterrânea e a céu aberto usados para restringir as estimativas.
- Mudanças nas premissas de seletividade da lavra e taxa de produção.
- Mudanças nas premissas de diluição prevista e recuperação de lavra.
- Alterações nos valores de corte aplicados às estimativas.
- Variações nas estruturas geotécnicas (incluindo sismicidade), resistência do maciço rochoso, regime de tensão), fatores hidrogeológicos, hidrotérmicos, geotérmicos e premissas do método de lavra.
- Mudanças nas premissas de permissão ambiental, de licenciamento e social.
- Premissas de preços de consumíveis de longo prazo.

Outros fatores que podem afetar as estimativas de reserva incluem mudanças em:

- Parâmetros de entrada de recursos minerais.
- Restrições nos desenhos de mina à céu aberto ou subterrâneos.
- Premissas no teor de corte, e no descritor do teor.
- Fatores geotécnicos (incluindo sismicidade), geotérmicos/hidrotérmicos e hidrogeológicos.
- Premissas de recuperação de lavra baseadas em tipos similares de métodos de lavra; A recuperação metalúrgica é determinada por meio de testes de um número significativo de amostras de sondagem.
- Capacidade de controlar a diluição não planejada.
- Capacidade de acessar o site, reter direitos minerários, de superfície e títulos de direitos de água.
- Capacidade de manter licenças ambientais e outras licenças regulatórias e manter a licença social para operar.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE RESERVAS MINERAIS

As estimativas de reservas minerais provadas e prováveis em nossas minas e projetos e as estimativas de vida das minas incluídas neste relatório anual foram elaboradas por nossa equipe de experientes geólogos e engenheiros, salvo indicação em contrário, e de acordo com as definições técnicas estabelecidas pelo SEC sob S-K 1300.

Periodicamente, revisamos nossas estimativas de Reservas Minerais, quando temos novos dados geológicos, premissas econômicas ou planos de lavra. Durante 2025, realizamos uma análise de nossas estimativas de reservas minerais para determinados projetos e operações, que é apresentada neste relatório. As estimativas de reservas minerais para cada operação pressupõem que tenhamos ou que esperamos obter todos os direitos e permissões necessárias para extração e processamento das reservas minerais em cada mina. Em algumas das nossas operações, a data de exaustão prevista inclui a retomada de pilha de minério. Onde possuímos menos de 100% da operação, as estimativas de reserva mineral foram ajustadas para refletir nossa participação acionária proporcional. Alguns números nas tabelas, discussões e notas foram arredondados. Para uma descrição dos riscos relacionados às reservas minerais e às estimativas de recursos minerais, consulte *Panorama — Fatores de Risco*.

A data de exaustão projetada de nossas minas ou complexos é continuamente revisada com base em vários fatores e estudos, incluindo exploração geológica, fatores socioambientais, processamento mineral, premissas econômicas, demanda de mercado, restrições de mina, restrições de disposição de estéril e rejeitos e capacidade de produção, em cada caso suportado por reservas minerais provadas e prováveis. Os investimentos em exploração mineral e a revisão de estudos técnicos fazem parte de nossa estratégia de longo prazo e da busca contínua de agregar valor à companhia, trazendo confiabilidade operacional e ampliando o portfólio de reservas minerais.

A viabilidade econômica de nossas reservas minerais foi testada com base em projeções de preços de commodities válidas em 31 de dezembro de 2025.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A RECURSOS MINERAIS

A estimativa foi realizada por nossa equipe de geólogos e engenheiros experientes, salvo indicação em contrário. Todas as informações mineralógicas, sondagem de exploração e informações básicas foram fornecidas aos estimadores pela equipe geológica das minas ou pela equipe de exploração.

As categorias de confiança de recursos minerais foram inicialmente atribuídas com base em uma combinação de fatores, incluindo compreensão geológica e confiança, suporte amostral, confiança da estimativa de teor em relação às taxas de produção planejadas e fatores de risco identificados. As atribuições iniciais foram revisadas para avaliar os impactos de fatores como recuperações metalúrgicas, estudos geomecânicos, trabalho de projeto de mina e viabilidade técnica representativa e análise de reconciliação de recuperação. Onde a lavra ocorreu ou está atualmente ativa, os volumes extraídos foram impressos sobre o modelo de recursos minerais para contabilizar a abatimento da produção.

Para cada estimativa de recurso mineral, foi realizada pelo menos uma avaliação inicial que avaliou os requisitos prováveis de infraestrutura, lavra e usina de beneficiamento; métodos de lavra; recuperações de processos e rendimentos; considerações ambientais, de permissões e sociais relativas aos métodos de lavra e beneficiamento propostos, e disposição de estéril proposto, e considerações técnicas e econômicas em apoio a uma avaliação de perspectivas razoáveis de extração econômica. As premissas feitas na estimativa de nossos recursos minerais podem diferir daquelas feitas na estimativa de nossas reservas minerais, porque (i) a extração de recursos minerais ocorre em um período de tempo mais longo, em comparação com a extração de reservas, e (ii) tempo diferente para estimativa de recursos minerais e análise econômica para fins de estimativa ou revisão de reservas. Em 31 de dezembro de 2025, todas as premissas, incluindo preços de commodities e projetos de minas para o recurso, consideradas para nossa estimativa de recursos continuam a fornecer uma base razoável para estabelecer as perspectivas de extração econômica de recursos minerais.

Revisamos periodicamente nossas estimativas de recursos minerais quando temos novos dados geológicos, premissas econômicas ou planos de mina. Durante o ano de 2025, realizamos uma análise de nossos recursos minerais para determinados projetos e operações, que é apresentada neste relatório. As estimativas de recursos minerais para cada operação pressupõem que temos ou esperamos obter todos os direitos e permissões necessários para extrair e processar recursos minerais em cada mina. Onde possuímos menos de 100% da operação, as estimativas de recursos foram ajustadas para refletir nossa participação acionária proporcional. Todos os recursos minerais apresentados são exclusivos de reservas minerais. Alguns números nas tabelas, discussões e notas foram arredondados. Para obter uma descrição dos riscos relacionados às estimativas de recursos e reservas, consulte *Panorama—Fatores de risco*. Nossas estimativas de recursos minerais são baseadas em certas premissas sobre preços, conforme mostrado na tabela abaixo.

RESERVAS MINERAIS E RECURSOS MINERAIS DE MINÉRIO DE FERRO

Classificamos nossas reservas minerais de minério de ferro como provadas na medida em que atendem aos requisitos da definição de reservas minerais provadas sob S-K 1300 e que obtivemos as licenças ambientais para a operação da mina correspondente ou temos pelo menos uma expectativa razoável de obter em um em tempo hábil quaisquer licenças adicionais necessárias para conduzir as operações. Revisamos periodicamente a viabilidade econômica de nossas reservas minerais de minério de ferro considerando as mudanças na indústria de minério de ferro.

Reservas minerais de minério de ferro em 31 de dezembro [13]

(Tonelagem em milhões de toneladas métricas, incluindo teor de umidade e teor de Fe seco)

	Provadas – 2025[1][2]		Prováveis – 2025[1][2]		Total – 2025[1][2]		Total – 2024[1]	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Sistema Sudeste [3]								
Itabira [4]	738,5	46,6	412,8	44,4	1.151,3	45,8	759,7	45,6
Minas Centrais [5]	902,9	42,1	786,1	50,6	1.688,9	46,0	1.203,3	47,9
Mariana [6]	419,4	52,7	308,2	53.3	727,6	53,0	755,5	53,1
Sistema Sudeste – total	2.060,9	45,9	1.507,0	49,4	3.567,9	47,4	2.718,5	48,7
Sistema Sul [7]								
Vargem Grande [8]	1.602,9	43,7	2.325,4	43,4	3.928,2	43,5	3.682,9	42,5
Paraopeba [9]	276,3	44,3	250,5	51,5	526,9	47,7	360,9	53,0
Sistema Sul – total	1.879,2	43,8	2.575,9	44,2	4.455,1	44,0	4.043,8	43,5
Sistema Norte [10]								
Serra Norte [11]	374,0	65,0	1.138,3	64,5	1.512,3	64,6	1.567,9	64,8
Serra Sul [12]	1.416,1	65,5	2.189,0	65,2	3.605,1	65,3	3.401,6	65,4
Serra Leste	87,9	64,0	274,2	64,5	362,0	64,4	368,3	64,4
Sistema Norte – total	1.878,0	65,4	3.601,4	64,9	5.479,4	65,1	5.337,8	65,2
Total	**5.818,1**	**51,5**	**7.684,3**	**55,0**	**13.502,4**	**53,5**	**12.100,0**	**54,2**

[1] Estimativas de Reserva de Minério de Ferro declaradas em milhões de toneladas, incluindo umidade e teor de %Fe seco; com os seguintes teores de umidade: 1,24% Itabira; 6,35% Minas Centrais; 6,40% Mariana; 5,03% Vargem Grande; 6,01% Paraopeba; 7,46% Serra Norte; 6,83% Serra Sul; 5,65% Serra Leste. Nossas estimativas de reservas minerais de minério de ferro referem-se ao material in situ, com exceção de 141,2 milhões de toneladas de estoque de reserva incluídas no Complexo Mariana e 96,6 milhões de toneladas de minério da barragem de rejeitos do Gelado em Serra Norte.
[2] A viabilidade econômica da reserva mineral foi determinada com base na curva de preços, sendo o preço de longo prazo US$84,3/dmt para 62% de teor de ferro.
[3] A recuperação média de produto (por tonelagem) das reservas de minério de ferro é de: 60,7% para Itabira, 64,8% para Minas Centrais e 90,8% para Mariana.
[4] A operação integrada de Itabira inclui as minas de Conceição e Minas do Meio.
[5] O complexo Minas Centrais compreende as reservas das minas Brucutu e Morro Agudo e do projeto Apolo.
[6] O complexo de Mariana inclui as minas de Alegria, Fábrica Nova e Fazendão e Capanema.
[7] A recuperação média de produto (por tonelagem) das reservas de minério de ferro é de: 55,4% para Vargem Grande e 66,4% para Paraopeba.
[8] O complexo de Vargem Grande inclui as minas Sapecado, Galinheiro, Tamanduá, Horizontes e Abóboras.
[9] O complexo de Paraopeba inclui as minas João Pereira e Segredo, Mar Azul, Capão Xavier e Viga.
[10] A recuperação média de produto (por tonelagem) das reservas de minério de ferro é de: 96,7% para Serra Norte, 100% para Serra Leste e 100% para Serra Sul.
[11] O complexo Serra Norte inclui as minas N4W, N4E e N5, a operação da barragem de rejeitos Gelado e os projetos N1, N2 e N3.
[12] O complexo Serra Sul inclui os depósitos de minério S11D e S11C.
[13] Os números foram arredondados.

As variações nas reservas de minério de ferro de 2024 para 2025 refletem o abatimento da produção das minas em operação (correspondendo a aproximadamente 338 Mt), as atualizações resultantes da incorporação de dados adicionais de exploração mineral, provenientes principalmente de programas de sondagem, e, consequentemente, da revisão do modelo de recursos e dos projetos de mina nos complexos de Itabira, Minas Centrais, Vargem Grande, Paraopeba, Serra Norte e Serra Sul. Adicionalmente, em 2025, houve um aumento nas reservas minerais na operação de Brucutu (Complexo de Minas Centrais) resultante da extensão do modelo, que agora incorpora o corpo mineral da Serra do Tamanduá.

As principais alterações estão resumidas abaixo:

- No Sistema Serra Norte, nossas reservas minerais aumentaram 3%, para 5,5 bilhões de toneladas em 2025, em comparação com 5,3 bilhões de toneladas em 2024. As alterações nos três complexos ocorreram principalmente devido a reversões de restrições ambientais e projetos de mina, que foram parcialmente compensadas por 184 milhões de toneladas de abatimento da produção.

  No Complexo Serra Sul, nossas reservas minerais aumentaram 6%, para 3.605 milhões de toneladas em 2025, em comparação com 3.402 milhões de toneladas em 2024, principalmente devido a revisões de projetos de mina (122 milhões de toneladas) e restrições ambientais (304 milhões de toneladas), que foram parcialmente compensadas por 93 milhões de toneladas de abatimento da produção e 82 milhões de toneladas provenientes da revisão do modelo. Não houve alterações relevantes nas reservas ou recursos minerais reportadas, nem nas premissas e informações relevantes, desde o último resumo do relatório técnico apresentado para o Complexo Serra Sul.

  No Complexo Serra Norte, nossas reservas minerais diminuíram 4%, para 1.512 Mt em 2025, em comparação com 1.568 Mt em 2024. Essa diminuição deveu-se ao abatimento da produção em 85 Mt, 64 Mt relacionados a restrições ambientais e 23 Mt a revisões de modelos, compensados por 110 Mt da revisão do projeto da mina. Apesar dessas alterações não serem individualmente materiais, considerando as alterações acumuladas desde o último resumo do relatório técnico apresentado para o Complexo Serra Norte, estamos apresentando um resumo atualizado do relatório técnico como Anexo 96.1 deste relatório anual.

  No Complexo Serra Leste, nossas reservas minerais diminuíram 2%, para 362 Mt em 2025, em comparação com 368 Mt em 2024, devido ao abatimento da produção.

- No Sistema Sudeste, nossas reservas minerais aumentaram 31%, para 3,6 bilhões de toneladas em 2025, em comparação com 2,7 bilhões de toneladas em 2024.

  O Complexo de Itabira apresentou um aumento de 52% nas reservas minerais, para 1.151 milhões de toneladas em 2025, em comparação com 760 milhões de toneladas em 2024, principalmente devido a adições resultantes da incorporação de novos dados de exploração mineral e consequentes atualizações do modelo de recursos, além da revisão das restrições de infraestrutura e avanços nos estudos de processamento mineral, que possibilitaram a expansão da capacidade de processamento de novos materiais, compensada pelo abatimento da produção de 40 milhões de toneladas na mina. Devido a essas mudanças, a data de exaustão de Itabira foi estendida. As reservas minerais do Complexo Minas Centrais aumentaram 40%, para 1.689 Mt em 2025, em comparação com 1.203 Mt em 2024, principalmente devido a 332 Mt de adições resultantes da extensão do modelo, que agora incorpora o corpo de minério da Serra do Tamanduá, e 101 Mt da revisão do projeto de mina em Brucutu, compensadas por 37 Mt pelo abatimento da produção. As reservas minerais do Complexo Mariana diminuíram 28 Mt devido ao abatimento da produção.

- No Sistema Sul, nossas reservas minerais aumentaram 10%, para 4.455 Mt em 2025, em comparação com 4.044 Mt em 2024. As reservas minerais do Complexo Vargem Grande aumentaram 245 Mt devido a 286 Mt de adições resultantes da incorporação de novos dados de exploração mineral e consequentes

atualizações do modelo de recursos e projetos de mina, que foram compensadas por 41 Mt de abatimento da produção. As reservas minerais do Complexo Paraopeba aumentaram em 166 Mt, principalmente devido a adições de 175 Mt em João Pereira e Segredo, resultantes da revisão do modelo de recursos e do projeto da mina, que agora incluem itabirito friável, parcialmente compensadas pelo abatimento da produção.

		Operações Integradas de Minério de Ferro			
	Tipo	Operando desde	Data de exaustão projetada – 2025[1]	Data de exaustão projetada – 2024[2]	Participação da Vale (%)
Sistema Sudeste					
Itabira	A céu aberto	1957	2053	2041	100
Minas Centrais	A céu aberto	1994	2062	2057	100
Mariana	A céu aberto	1976	2054	2054	100
Sistema Sul					
Vargem Grande	A céu aberto	1942	2129	2149	100
Paraopeba	A céu aberto	2003	2068	2045	100
Sistema Norte					
Serra Norte	A céu aberto	1984	2048	2045	100
Serra Sul	A céu aberto	2016	2067	2060	100
Serra Leste	A céu aberto	2014	2068	2077	100

[1] Indica a vida útil da mina para a mina em operação com a maior data de exaustão projetada no complexo, em 31 de dezembro de 2025.

[2] Datas de exaustão projetadas estimadas em 31 de dezembro de 2024. As datas de exaustão projetadas nesta coluna são substituídas pelas estimativas indicadas em "Data de exaustão projetada – 2025."

Recursos Minerais de Minério de Ferro em 31 de dezembro [11]

(Tonelagem em milhões de toneladas métricas, incluindo teor de umidade e teor de Fe seco)

	Medido – 2025[1][2]		Indicado – 2025[1][2]		Medido e Indicado – 2022[1][2]		Inferido – 2025[1][2]		Medido e Indicado – 2024[1]		Inferido – 2024[1]	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Sistema Sudeste												
Itabira [3]	235,6	51,5	595,9	46,6	831,5	48,0	410,7	43,9	480,4	48,2	258,0	41,9
Minas Centrais [4]	1.065,7	39,8	1.186,7	40,4	2.252,4	40,1	984,5	41,8	1.680,8	41,6	1.136,9	42,3
Mariana [5]	2.958,4	41,2	2.694,0	39,8	5.652,4	40,5	2.654,8	39,6	5.655,9	40,5	2.654,8	39,6
Sistema Sudeste – total	4.259,7	41,4	4.476,5	40,9	8.736,2	41,1	4.049,9	40,6	7.817,1	41,2	4.049,7	40,5
Sistema Sul												
Vargem Grande [6]	1.489,5	41,9	1.974,2	40,8	3.463,7	41,3	2.647,7	39,0	3.052,5	40,2	2.165,0	37,2
Paraopeba [7]	1.940,7	41,7	1.815,6	39,2	3.756,3	40,5	1.407,3	38,1	2.982,3	42,5	1.982,5	38,5
Sistema Sul – total	3.430,2	41,8	3.789,8	40,0	7.220,0	40,9	4.055,0	38,7	6.034,8	41,3	4.147,5	37,8
Sistema Norte												
Serra Norte [8]	846,4	66,5	505,1	65,9	1.351,5	66,3	302,7	66,2	1.292,8	66,4	425,3	66,4
Serra Sul (S11) [9]	443,3	65,5	261,1	64,4	704,4	65,1	100,6	64,6	897,1	65,6	115,6	64,6
Serra Leste (SL1)	241,0	53.3	222,9	54,4	464,0	53,8	48,5	49,3	464,0	53,8	48,5	49,3
Serra do Rabo (10)	316,3	66,3	192,7	65,7	508,9	66,1	69,9	65,6	508,9	66,1	69,9	65,6
Sistema Norte – total	1.847,0	64,5	1.181,8	63,4	3.028,8	64,0	521,7	64,2	3.162,8	64,3	659,3	64,7
Total	**9.537,0**	**46,0**	**9.448,1**	**43,3**	**18.985,0**	**44,7**	**8.626,6**	**41,1**	**17.014,8**	**45,6**	**8.856,5**	**41,0**

[1] Os recursos minerais são reportados excluindo os recursos minerais convertidos em reservas minerais. As estimativas de recursos minerais de minério de ferro são expressas em milhões de toneladas, incluindo umidade e teor seco de %Fe; com os seguintes teores de umidade: 1,32% Itabira; 4,85% Minas Centrais; 3,43% Mariana; 4,37% Vargem Grande; 5,53% Paraopeba; 7,77% Serra Norte; 6,71% Serra Sul; 4,68% Serra Leste e 7,72% Serra do Rabo. Nossas estimativas de recursos minerais de minério de ferro referem-se a material in situ, com exceção de 92,6 milhões de toneladas de material da barragem de rejeitos do Gelado, em Serra Norte.

[2] As perspectivas de extração econômica dos recursos minerais foram determinadas com base em um preço de longo prazo de US$92,3/dmt para 62% de teor de ferro.

[3] A operação integrada de Itabira inclui as minas de Conceição e Minas do Meio.

[4] A operação integrada de Minas Centrais inclui as minas de Brucutu e Morro Agudo e o projeto Apolo.

[5] A operação integrada de Mariana inclui as minas de Alegria, Fábrica Nova, Fazendão e Capanema.

[6] A operação integrada de Vargem Grande inclui as minas Sapecado, Galinheiro, Tamanduá, Horizontes e Abóboras.

[7] A operação integrada de Paraopeba inclui as minas João Pereira e Segredo, Mar Azul, Capão Xavier e Viga.

[8] A operação integrada da Serra Norte inclui as minas N4W, N4E e N5, operação da barragem de rejeitos do Gelado, além dos projetos N1, N2 e N3.

[9] A operação integrada Serra Sul inclui as jazidas S11D e S11C.

[10] O projeto Serra do Rabo inclui os depósitos S43P, S44P, S45E e S45W.

[11] Os números foram arredondados.

As principais alterações estão resumidas abaixo:

- No Sistema Norte, nossos recursos minerais diminuíram 7%, para 3,6 bilhões de toneladas em 2025, em comparação com 3,8 bilhões de toneladas em 2024. As alterações nos complexos Serra Norte e Serra Sul ocorrem principalmente devido à conversão de recursos minerais em reservas minerais e às revisões de restrições ambientais.
    - Os recursos minerais no Complexo Serra Sul diminuíram em 208 milhões de toneladas (uma redução de 21% dos recursos minerais exclusivos), principalmente devido à conversão de recursos minerais em reservas minerais.
    - Os recursos minerais do Complexo Serra Norte diminuíram em 64 milhões de toneladas (uma redução de 4% dos recursos minerais exclusivos), principalmente devido à atualização do modelo de recursos minerais e à revisão das restrições ambientais.
- No Sistema Sudeste, nossos recursos minerais aumentaram 8%, para 12,8 bilhões de toneladas em 2025, em comparação com 11,9 bilhões de toneladas em 2024:
    - Os recursos minerais do Complexo Itabira aumentaram em 504 milhões de toneladas (um aumento de 68% dos recursos minerais exclusivos) pelos mesmos motivos descritos nas alterações das reservas minerais, parcialmente compensados pela conversão em reservas minerais.
    - Os recursos minerais do Complexo Minas Centrais aumentaram em 419 milhões de toneladas (um aumento de 15% dos recursos minerais exclusivos), principalmente devido à extensão do modelo de recursos minerais, que agora incorpora o corpo mineral da Serra do Tamanduá, e que foi parcialmente compensada pela conversão em reservas minerais.
- No Sistema Sul, nossos recursos minerais aumentaram 11%, para 11,3 bilhões de toneladas em 2025, em comparação com 10,2 bilhões de toneladas em 2024.
    - Os recursos minerais no complexo Vargem Grande aumentaram em 894 milhões de toneladas (um aumento de 17% nos recursos minerais exclusivos), principalmente devido a adições e à revisão do modelo de recursos. Os recursos minerais no complexo Paraopeba aumentaram em 199 milhões de toneladas, um aumento de 4% devido à atualização do modelo de recursos minerais e à alteração do limite de teor de corte.

RESERVAS MINERAIS E RECURSOS MINERAIS DE NÍQUEL

Revisamos periodicamente a viabilidade econômica de nossas reservas minerais de níquel, considerando as mudanças no setor.

Nossas reservas e recursos de níquel foram ajustados para refletir nossa participação na VBM e na PTVI.

Reservas Minerais de Níquel em 31 de dezembro de [11]

(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. *Teores em %)*

	Provadas – 2025[1][2][3]		Prováveis – 2025[1][2][3]		Total – 2025[1][2][3]		Total – 2024[1][2][3]		Recuperação Faixa (%)[10]
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	
Canadá									
Sudbury [4]	26,1	1,42	37,3	1,39	63,4	1,40	64,5	1,42	65–90
Thompson	0,0	—	0,0	—	0,0	—	–	0,00	–
Voisey's Bay	17,8	1,82	7,8	1,65	25,6	1,77	26,4	1,82	70–84
Indonésia									
PTVI [5][7]									
Saprolito [6]	39,3	1,71	31,6	1,67	70,9	1,69	65,5	1,72	89.3 [6]
Limonita [8]	60,2	1,16	71,4	1,11	131,7	1,13	105,9	1,14	–
Brasil									
Onça-Puma [9]	45,4	1,62	40,6	1,45	86,0	1,54	86,8	1,54	86,5
Total	**188,8**	**1,48**	**188,7**	**1,35**	**377,5**	**1,42**	**349,1**	**1,45**	

[1] A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Os teores de Ni estão em (%). As reservas minerais são toneladas secas de material bruto extraído da mina, após ajuste para diluição da mineração antes das plantas de alimentação, para todas as áreas, exceto o saprólito de Sorowako (42% da reserva mineral de saprólito), que inclui peneiramento e secagem, e Onça Puma, onde o ponto de referência são as toneladas secas recuperadas para a planta de processamento.

[2] As reservas minerais foram ajustadas para refletir nossa participação de 90% na VBM. No caso da PTVI, as reservas foram ajustadas para refletir nossa participação de 30,5%.

[3] A viabilidade econômica da reserva mineral foi determinada com base em uma curva de preços com um preço de longo prazo de US$17.625/t para níquel.

[4] As reservas minerais de Sudbury incluem material das minas subterrâneas de Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson e Totten e da mina a céu aberto de Stobie.

[5] As reservas minerais informadas podem diferir em quantidade ou qualidade daquelas relatadas em outras jurisdições, sob normas diferentes.

[6] Os recursos minerais de níquel saprolítico da PTVI incluem material das operações de Sorowako, projetos Bahodopi 2–3 e Pomalaa.

[7] Recuperação apenas para as Operações de Sorowako, uma vez que o material saprolítico dos projetos Pomalaa e Bahodopi é suportado por contratos de venda de ROM.

[8] As reservas minerais de limonita de níquel da PTVI incluem material dos projetos limoníticos de Bahodopi 2–3, Pomalaa e Sorowako.

[9] As reservas minerais de níquel consolidadas estimadas incluem 5,1 milhões de toneladas métricas secas de pilhas de minério .

[10] A faixa de recuperação é o metal geral recuperado até o ponto de venda do primeiro material.

[11] Os números foram arredondados.

Em nossas operações em Sudbury, nossas reservas minerais diminuíram 2%, para 70,4 Mt em 2025, em comparação com 71,7 Mt em 2024 (não refletindo nossa participação de 90%). As mudanças ocorreram principalmente devido ao rebaixamento para recursos minerais do material da mina Copper Cliff Pit em 13,9 Mt, como consequência de mudanças nas premissas econômicas, e ao abatimento da produção de 3,1 Mt de lavra, o que foi parcialmente compensado por 15,7 Mt de mudanças positivas devido a revisões do projeto da mina e redução do teor de corte. Devido a esta mudança relevante, estamos arquivando um resumo de relatório técnico atualizado para Sudbury, Ontário, como Anexo 96.3 deste relatório anual.

Em Voisey's Bay, nossas reservas minerais diminuíram 3%, para 28,4 Mt em 2025, ante 29,3 Mt em 2024, devido ao abatimento da produção. Essa variação não reflete nossa participação atual de 90% nessa propriedade.

Continuamos operando e produzindo em nossa mina em Thompson, no entanto, atualmente não temos reservas minerais para essa propriedade.

Em Onça Puma, nossas reservas minerais diminuíram 1%, para 95,5 Mt em 2025, ante 96,4 Mt em 2024, devido ao abatimento da produção. Essa variação não reflete nossa participação atual de 90% nessa propriedade.

Nossa reserva mineral PTVI aumentou 18%, ou 102,1 Mt (não refletindo nossa participação de 30,5%). As alterações devem-se principalmente à incorporação de material limonítico do projeto Bahodopi 2-3 na reserva mineral, bem como à redução do teor de corte para a parcela de saprolito do mesmo projeto. O aumento foi parcialmente compensado pelo abatimento da produção bem como pela revisão do projeto da mina em Sorowako.

		Minas de minério de níquel			
	Tipo	Operando desde	Data de Exaustão projetada – 2025[1]	Data de Exaustão projetada – 2024[2]	Participação da Vale (%)
Canadá					
Sudbury	Subterrânea	1885	2046	2047	90
Voisey's Bay[3]	A céu aberto/subterrânea	2005	2039	2038	90
Indonésia					
PTVI	A céu aberto	1977	2045	2045	30,5
Brasil					
Onça Puma	A céu aberto	2010	2068	2073	90

[1] Indica a vida útil da mina para a mina em operação com a maior data de exaustão projetada no complexo, em 31 de dezembro de 2025, não refletindo nossa participação.
[2] Datas de exaustão projetadas (somente reserva) estimadas em 31 de dezembro de 2024. As datas de exaustão projetadas nesta coluna são substituídas pelas estimativas indicadas em "Data de exaustão projetada - 2025."
(3) Voisey's Bay está em transição de uma mina a céu aberto para uma operação de mineração predominantemente subterrânea.

Recursos Minerais de Níquel em 31 de dezembro [9]

(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. *Teor em (%)*)

	Medido – 2025[1][2][3]		Indicado – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2025[1][2][3]		Inferido – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2024[1][2][3]		Inferido – 2024[1][2][3]	
	Tonelagem	**Teor**	**Tonelagem**	**Teor**	**Tonelagem**	**Teor**	**Tonelagem**	**Teor**	**Tonelagem**	**Teor**	**Tonelagem**	**Teor**
Canadá												
Sudbury[4]	14,5	1,04	36,8	1,33	51,3	1,24	73,3	0,9	44,8	1,22	21,9	1,2
Thompson[5]	2,4	2,08	13,7	1,91	16,2	1,93	20,3	0,9	16,6	1,96	20,4	0,9
Voisey's Bay	1,8	1,23	12,3	1,52	14,0	1,48	8,5	1,5	1,8	1,30	6,8	1,8
Indonésia												
PTVI [6]												
Saprolito [7]	13,3	1,33	64,3	1,39	77,7	1,38	99,8	1,7	50,7	1,70	87,9	1,8
Limonita [8]	14,8	1,11	92,0	1,15	106,8	1,14	20,8	1,0	94,6	1,14	9,5	1,1
Brasil												
Onça Puma	12,7	1,43	33,1	1,37	45,8	1,39	3,3	1,2	52,7	1,32	3,0	1,2
Total	**59,5**	**1,25**	**252,2**	**1,32**	**311,7**	**1,31**	**226,2**	**1,3**	**261,3**	**1,35**	**149,4**	**1,5**

[1] Os recursos minerais são reportados excluindo os recursos minerais convertidos em reservas minerais. A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Os teores de Ni estão em (%). O ponto de referência para a estimativa de recursos minerais é in situ.
[2] Os recursos minerais foram ajustados para refletir nossa participação de 90% na VBM. No caso da PTVI, os recursos foram ajustados para refletir nossa participação de 30,51%.
[3] As perspectivas de extração econômica dos recursos minerais foram determinadas com base em preços que variam de: US$13.376/t a US$21.069/t, dependendo da mina. As variações de preço para diferentes minas estão associadas ao momento da estimativa correspondente.
[4] Os recursos minerais de Sudbury incluem material de zonas selecionadas dentro dos depósitos de Coleman, Copper Cliff (incluindo o projeto Copper Cliff), Creighton, Stobie, Garson, Totten, Nickel Rim South Extension (antigamente Victor) e Ella Capre.
[5] Os recursos minerais de Thompson incluem material dos depósitos T1, T3 e Pipe 2.
[6] Os recursos minerais relatados podem diferir em quantidade ou qualidade daqueles relatados em outras jurisdições, sob diferentes padrões.
[7] Os recursos minerais de saprolito de níquel da PTVI incluem material das operações de Sorowako, dos projetos Bahodopi 2–3, Pomalaa e Tanamalia.
[8] Os recursos minerais de limonita de níquel da PTVI incluem material dos projetos Sorowako Limonite, Bahodopi 2–3, Tanamalia e Pomalaa.
[9] Os números foram arredondados.

Em Sudbury, nossos recursos minerais aumentaram 87%, passando de 74,1 Mt em 2024 para 138,4 Mt. Esse crescimento significativo deve-se principalmente à revisão dos critérios de Perspectivas Razoáveis para Extração Econômica, bem como à reclassificação do material do projeto Copper Cliff Pit de reservas minerais para recursos minerais. Essa mudança não reflete nossa participação atual de 90% nessa propriedade.

Em Voisey's Bay, nossos recursos minerais aumentaram 163%, passando de 9,5 Mt em 2024 para 25,1 Mt, como resultado de investimentos significativos em programas de exploração mineral no complexo, incorporando recursos minerais adicionais e melhorando o nível de confiança. Esses números não refletem nossa participação de 90%.

Os recursos minerais em Onça Puma diminuíram 12%, para 54,5 Mt, ante 62 Mt em 2024, devido a revisões do projeto da mina. Esses números não refletem nossa participação de 90%.

Em PTVI, nossos recursos minerais aumentaram 26%, para 1.000,2 Mt, ante 795,3 Mt em 2024, principalmente devido a novas informações de sondagem em Bahodopi 2–3 e à primeira divulgação da parcela de limonítica do projeto Bahodopi 2–3, além de revisões de modelos e projetos de mina em Sorowako. Essa variação não reflete nossa participação atual de 30,5% na propriedade.

RESERVAS E RECURSOS MINERAIS DE COBRE

Nossas reservas e recursos de cobre foram ajustados para refletir nossa participação na VBM.

	Reservas Minerais de Cobre em 31 de dezembro de [8]								
	(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. Teores em (%))								
	Provadas – 2025[1][2][3]		Prováveis – 2025[1][2][3]		Total – 2025[1][2][3]		Total – 2024[1][2][3]		Faixa de Recuperação[7]
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	
Canadá									
Sudbury[4]	26,1	1,77	37,3	1,37	63,4	1,54	64,5	1,34	80–90
Voisey's Bay	17,8	0,82	7,8	0,77	25,6	0,80	26,4	0,83	79–97
Brasil									
Sossego [5]	73,6	0,72	40,2	0,45	113,7	0,63	59,1	0,55	87,1
Salobo [6]	314,7	0,59	606,6	0,60	921,2	0,60	951,9	0,61	86,5
Total	**432,1**	**0,69**	**691,6**	**0,64**	**1.123,9**	**0,66**	**1.101,9**	**0,65**	

[1] A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Os teores de Cu estão em (%). O ponto de referência para a estimativa de reserva mineral é o ponto de entrega à planta de processamento.
[2] As Reservas Minerais foram ajustadas para refletir nossa participação de 90% na VBM.
[3] A viabilidade econômica das reservas minerais foi determinada com base em uma curva de preços com um preço de longo prazo de US$9.950/t para o cobre.
[4] As reservas minerais de Sudbury incluem material das minas subterrâneas Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson e Totten, e da mina a céu aberto Stobie.
[5] As reservas minerais de cobre consolidadas estimadas incluem as cavas Sequeirinho, Bacaba e Mata II, além de 31,1 milhões de toneladas métricas secas de estoque de reserva.
[6] As reservas minerais de cobre consolidadas estimadas incluem 238,3 milhões de toneladas métricas secas de estoque de reserva.
[7] A faixa de recuperação é o metal geral recuperado até o ponto de venda do primeiro material.
[8] Os números foram arredondados.

No Canadá, as reservas minerais de Sudbury e Voisey's Bay diminuíram pelos mesmos motivos discutidos acima em relação às reservas de níquel.

No Complexo de Sossego, nossas reservas minerais aumentaram 92%, para 126,3 Mt em 2025, ante 65,7 Mt em 2024, devido à conversão do material do projeto Bacaba em reservas minerais, parcialmente compensada pelo abatimento da produção de aproximadamente 11,8 Mt. Esse aumento não reflete nossa participação atual de 90% na propriedade. Devido a essas mudanças, a data de exaustão do Complexo de Sossego foi entendida.

Nas operações de Salobo, nossas reservas minerais diminuíram 3%, para 1023,6 Mt em 2025, ante 1057,7 Mt em 2024, principalmente devido ao abatimento da produção e parcialmente compensado pela revisão do projeto da mina. Esses números não refletem nossa participação atual de 90% nessa propriedade. Considerando o tempo decorrido desde nosso último resumo do relatório técnico para Salobo, estamos apresentando um resumo atualizado do relatório técnico como Anexo 96.4 a este relatório anual.

	Tipo	Minas de minério de cobre			
		Operando desde	Data de exaustão projetada – 2025[1]	Data de exaustão projetada – 2024[2]	Participação da Vale (%)
Canadá					
Sudbury	Subterrânea	1885	2047	2047	90
Voisey's Bay[3]	A céu aberto/subterrânea	2005	2039	2038	90
Brasil					
Sossego	A céu aberto	2004	2036	2030	90
Salobo	A céu aberto	2012	2050	2057	90

[1] Indica a vida útil da mina para a mina em operação com a maior data de exaustão projetada no complexo, em 31 de dezembro de 2025.
[2] Datas de exaustão projetadas (somente reserva) estimadas em 31 de dezembro de 2024. As datas de exaustão projetadas nesta coluna são substituídas pelas estimativas indicadas em "Data de exaustão projetada – 2025."
(3) Voisey's Bay está em transição de uma mina a céu aberto para uma operação de mineração predominantemente subterrânea.

Recursos Minerais de Cobre em 31 de dezembro de [9]

(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. Teores em (%))

	Medido – 2025[1][2][3]		Indicado – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2025[1][2][3]		Inferido – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2024[1][2][3]		Inferido – 2024[1][2][3]	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Canadá												
Sudbury[4]	14,5	0,67	36,8	2,04	51,3	1,65	73,3	1,0	44,8	2,00	21,9	1,5
Thompson	2,4	0,12	13,7	0,14	16,2	0,13	20,3	0,1	16,7	0,14	20,4	0,1
Voisey's Bay	1,8	0,79	12,3	0,65	14,0	0,67	8,5	0,8	1,8	1,02	6,8	0,9
Brasil												
Sossego[5]	267,1	0,71	515,0	0,64	782,1	0,66	216,0	0,7	773,0	0,63	55,0	0,7
Salobo	10,4	0,48	551,9	0,45	562,3	0,45	177,9	0,5	496,4	0,47	244,9	0,5
Alemão	61,5	1,82	67,7	1,27	129,2	1,53	73,7	0,9	110,4	1,65	28,7	1,1
Paulo Afonso[6]	361,1	0,57	646,4	0,54	1.007,5	0,55	482,6	0,5	979,2	0,60	428,3	0,5
Furnas(7)	–	–	248,1	0,59	248,1	0,59	176,4	0,5	110,6	0,61	203,0	0,6
Indonésia												
Onto[5]	–	–	1.174,0	0,85	1.174,0	0,85	984,9	0,6	1.174,0	0,85	984,9	0,6
Total	**718,7**	**0,73**	**3.265,9**	**0,69**	**3.984,6**	**0,69**	**2.213,6**	**0,6**	**3.706,9**	**0,71**	**1.993,9**	**0,6**

[1] Os recursos minerais são reportados excluindo os recursos minerais convertidos em reservas minerais. A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Os teores de Cu estão em (%). O ponto de referência para a estimativa de recursos minerais é in situ.
[2] Os recursos minerais foram ajustados para refletir nossa participação de 90% na VBM. No caso do projeto Onto, os recursos foram ajustados para refletir nossa participação de 72%.
[3] As perspectivas de extração econômica do recurso mineral foram determinadas com base em preços que variam de US$4,365/t a US$10.000/t para cobre, dependendo da mina. As variações de preço para diferentes minas estão associadas ao tempo da estimativa associada.
[4] Os recursos minerais de Sudbury incluem material de zonas selecionadas dentro dos depósitos de Coleman, Copper Cliff (incluindo o projeto Copper Cliff), Creighton, Stobie, Garson, Totten, Nickel Rim South Extension (antigamente Victor), Blezard e Ella Capre.
[5] Os recursos minerais de Sossego incluem material dos projetos Sequeirinho, Cristalino, Mata II, Bacaba, Barão, 118, Cristalino 88, Borrachudo, Mata I, Sossego UG e Visconde.
[6] Os recursos minerais de Paulo Afonso incluem material dos depósitos de Paulo Afonso, Pojuca, Gameleira e Grota Funda.
[7] O projeto Furnas é um acordo de participação entre a VBM e a Ero Copper Corp. que prevê que a Ero Copper adquira uma participação de 60% no projeto após a conclusão de três fases de trabalho que resultem em um estudo de viabilidade definitivo. A estimativa de recursos minerais é relatada in situ, sem diluição operacional, planejada ou interna de lavra, e sem aplicação de fatores de recuperação de mineração.
[8] Os recursos minerais relatados podem diferir em quantidade ou qualidade daqueles relatados em outras jurisdições, sob padrões diferentes.
[9] Os números foram arredondados.

Para nossas operações em Salobo, melhoramos o nível de confiança das estimativas geológicas, resultando na conversão de recursos minerais inferidos para recursos minerais indicados ou medidos.

Nossos recursos minerais de cobre na Operação Sossego (Hub Carajás Sul) aumentaram 21%, para 998 Mt em 2025, ante 828 Mt em 2024, principalmente devido à atualização para recursos minerais de vários alvos de exploração (Borrachudo, Cristalino 88, Mata I, Visconde Leste e Sossego UG), bem como à revisão do modelo de recursos do projeto Cristalino, parcialmente compensada pela revisão do modelo de recursos do projeto Visconde e pela conversão para reserva mineral do material do projeto Bacaba.

Os recursos minerais do projeto Alemão aumentaram 46%, para 202,9 Mt em 2025, ante 139,2 Mt em 2024, devido à revisão das premissas econômicas e à mudança no método de mineração planejado.

Para os recursos minerais de Furnas, o aumento se deve à incorporação de novos dados de exploração mineral e ao progresso nos estudos técnicos, que agora também incluem uma projeção de mineração a céu aberto.

Na Indonésia, não houve alterações nos recursos minerais do projeto Onto.

No Canadá, os recursos minerais de Sudbury e Voisey's Bay aumentaram pelas mesmas razões discutidas acima em relação aos recursos de níquel.

PGM E OUTROS METAIS PRECIOSOS, RESERVAS MINERAIS E RECURSOS MINERAIS

Esperamos recuperar quantidades significativas de metais preciosos como subprodutos de nossos concentrados produzidos em operações de Sudbury, Sossego e Salobo.

Nossas reservas e recursos de PGMs e outros metais preciosos foram ajustados para refletir nossa participação na VBM.

Reservas Minerais de Metais Preciosos em 31 de dezembro [8]

(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. Teor em gramas por tonelada métrica seca)

	Provadas – 2025[1][2][3]		Prováveis - 2025[1][2][3]		Total – 2025[1][2][3]		Total – 2024[1]		
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Faixa de recuperação (%)[7]
Canadá									
Sudbury[4]									
Platina	26,1	1,21	37,3	0,92	63,4	1,04	64,5	0,8	65–75
Paládio	26,1	1,18	37,3	1,21	63,4	1,20	64,5	1,0	75–90
Ouro	26,1	0,48	37,3	0,33	63,4	0,39	64,5	0,3	50–75
Brasil									
Sossego[5]									
Ouro	73,6	0,10	40,2	0,13	113,7	0,11	59,1	0,2	63,6
Salobo[6]									
Ouro	314,7	0,34	606,6	0,34	921,2	0,34	951,9	0,4	67,6
Total de Platina	**26,1**	**1,21**	**37,3**	**0,92**	**63,4**	**1,04**	**64,5**	**0,8**	
Total de Paládio	**26,1**	**1,18**	**37,3**	**1,21**	**63,4**	**1,20**	**64,5**	**1,0**	
Total de Ouro	**414,3**	**0,30**	**684,0**	**0,32**	**1.098,3**	**0,32**	**1.075,6**	**0,3**	

[1] A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. O teor é expresso em gramas por toneladas métricas secas. O ponto de referência para a estimativa de reserva mineral é o ponto de entrega à planta de processo.
[2] As reservas minerais foram ajustadas para refletir nossa participação de 90% na VBM.
[3] A viabilidade econômica das reservas minerais foi determinada com base nos preços de longo prazo de: US$1.325/oz para platina, US$ 1.050/oz para paládio e US$ 2.650/oz para ouro. As reservas de ouro são relatadas com base em 100% e não deduzem os valores de *streaming*. Para obter uma descrição de nossos acordos de *streaming* com a Wheaton, consulte a Seção 2.3 PGMs e outros metais preciosos.
[4] As reservas minerais de Sudbury incluem material das minas subterrâneas de Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson e Totten, além da mina a céu aberto de Stobie.
[5] As reservas minerais de cobre consolidadas estimadas incluem as cavas Sequeirinho, Bacaba e Mata II, além de 31,1 milhões de toneladas métricas secas de pilhas de minério.
[6] As reservas minerais de cobre consolidadas estimadas incluem 238,3 milhões de toneladas métricas secas de pilhas de minério.
[7] A faixa de recuperação é o metal geral recuperado até o ponto de venda do primeiro material.
[8] Os números foram arredondados.

Em Sudbury, nossas estimativas de reservas minerais de platina, paládio e ouro mudaram pelas mesmas razões discutidas acima em relação às reservas minerais de níquel. No Brasil, as estimativas das reservas minerais de ouro mudaram pelos mesmos motivos discutidos acima em relação às reservas minerais de cobre. As datas de exaustão das minas dos PGMs são as mesmas indicadas acima para Sudbury, Sossego e Salobo.

	Recursos Minerais de Metais Preciosos em 31 de dezembro de [8] *(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. Teor em gramas por tonelada métrica seca)*											
	Medido – 2025[1][2][3]		Indicado – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2025[1][2][3]		Inferido – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2024[1][2][3]		Inferido – 2024[1][2][3]	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Canadá												
Sudbury[4]												
Platina	14,5	0,35	36,8	0,83	51,3	0,69	73,3	0,77	44,8	0,95	21,9	1,02
Paládio	14,5	0,42	36,8	1,03	51,3	0,86	73,3	0,94	44,8	1,16	21,9	1,19
Ouro	14,5	0,10	36,8	0,31	51,3	0,25	73,3	0,30	44,8	0,39	21,9	0,36
Thompson												
Paládio	2,4	0,36	13,7	0,34	16,2	0,34	20,3	0,16	16,6	0,39	20,4	0,16
Brasil												
Sossego[5]												
Ouro	267,1	0,11	515,0	0,10	782,1	0,10	216,0	0,14	773,1	0,09	55,0	0,10
Salobo												
Ouro	10,4	0,25	551,9	0,22	562,3	0,22	177,9	0,31	496,3	0,24	244,9	0,29
Alemão												
Ouro	61,5	1,30	67,7	1,00	129,2	1,14	73,7	0,65	110,5	1,22	28,7	0,75
Paulo Afonso												
Ouro	361,1	0,06	646,4	0,09	1.007,5	0,08	482,6	0,10	979,2	0,09	428,3	0,10
Furnas[6]												
Ouro		–	248,1	0,31	248,1	0,31	176,4	0,31	110,6	0,39	203,0	0,34
Indonésia												
Onto[7]												
Ouro		–	1.174,0	0,51	1.174,0	0,51	984,9	0,24	1.174,0	0,51	984,9	0,24
Total de Platina	**14,5**	**0,35**	**36,8**	**0,83**	**51,3**	**0,69**	**73,3**	**0,77**	**44,8**	**0,95**	**21,9**	**1,02**
Total de Paládio	**16,9**	**0,41**	**50,5**	**0,84**	**67,4**	**0,73**	**93,6**	**0,77**	**61,5**	**0,95**	**42,2**	**0,70**
Total de Ouro	**714,6**	**0,19**	**3.239,9**	**0,31**	**3.954,5**	**0,28**	**2.184,8**	**0,23**	**3.688,4**	**0,29**	**1.966,6**	**0,23**

[1] Os recursos minerais são reportados excluindo os recursos minerais convertidos em reservas minerais. A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. O teor é expresso em gramas por toneladas métricas secas. O ponto de referência para a estimativa de recursos minerais é in situ.

[2] Os recursos minerais foram ajustados para refletir nossa participação de 90% na VBM.

[3] As perspectivas de extração econômica dos recursos minerais foram determinadas com base nos preços de: US$1.124/oz – US$1.350/oz para platina, US$925/oz – US$1.450/oz para paládio e US$1.000/oz – US$2.300/oz para ouro, em cada caso dependendo da mina. As variações de preço para diferentes minas estão associadas ao tempo da estimativa associada.

[4] Os recursos minerais de Sudbury incluem material de zonas selecionadas dentro dos depósitos de Coleman, Copper Cliff (incluindo o projeto Copper Cliff), Creighton, Stobie, Garson, Totten, Nickel Rim South Extension (antigamente Victor), Blezard e Ella Capre.

[5] O recurso mineral de Sossego inclui material dos projetos Sequeirinho (incluindo Pista e Fase 07), Cristalino, Mata II, Bacaba, Barão, 118, Cristalino 88, Borrachudo, Mata I, Sossego UG e Visconde, além de TTX Stockpile.

[6] O projeto Furnas é um acordo de aquisição entre a VBM e a Ero Copper Corp. que prevê que a Ero Copper adquira uma participação de 60% no projeto após a conclusão de três fases de trabalho que resultem em um estudo de viabilidade definitivo. A estimativa de recursos minerais é relatada in situ, sem diluição operacional, planejada ou interna de lavra, e sem aplicação de fatores de recuperação de mineração.

[7] Os recursos minerais relatados podem diferir em quantidade ou qualidade daqueles relatados em outras jurisdições, sob padrões diferentes.

[8] Os números foram arredondados.

Em Sudbury, nossas estimativas de recursos minerais para platina, paládio e ouro foram alteradas pelos mesmos motivos discutidos acima em relação aos recursos minerais de níquel. As estimativas de recursos minerais de ouro também foram alteradas pelos mesmos motivos discutidos acima em relação aos recursos minerais de cobre.

RESERVAS MINERAIS E RECURSOS MINERAIS DE COBALTO

Nossas reservas e recursos de cobalto foram ajustados para refletir nossa participação tanto na VBM quanto na PTVI.

	Reservas Minerais de Cobalto em 31 de dezembro de [8] (Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. Teor em %)								
	Provadas – 2025 [1][2][3]		Prováveis – 2025[1][2][3]		Total – 2025[1][2][3]		Total – 2024[1][2][3]		Faixa de Recuperação[6]
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	
Canadá									
Sudbury[4]	26,1	0,03	37,3	0,04	63,4	0,03	64,5	0,04	20–35
Voisey's Bay[5]	17,8	0,11	7,8	0,10	25,6	0,11	26,4	0,12	70–86
Indonésia									
PTVI [6][7]	60,2	0,12	71,4	0,12	131,7	0,12	105,9	0,16	–
Total	**104,1**	**0,10**	**116,6**	**0,09**	**220,7**	**0,09**	**196,8**	**0,11**	

[1] A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Teores de Co são % de cobalto. As reservas minerais são toneladas secas de material bruto extraído da mina, após ajuste para diluição da lavra antes das plantas de alimentação.
[2] As reservas minerais foram ajustadas para refletir nossa participação de 90% na VBM. No caso da PTVI, os recursos foram ajustados para refletir nossa participação de 30,5%.
[3] A viabilidade econômica das reservas minerais foi determinada com base nos preços de longo prazo de: US$39.125/t para cobalto.
[4] As reservas minerais de Sudbury incluem material das minas subterrâneas Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson e Totten, além da mina a céu aberto Stobie.
[5] As reservas de cobalto são relatadas em base de 100% e não deduzem os valores de *streaming*. Para uma descrição de nossos acordos de *streaming* de cobalto, consulte *Informações sobre a Companhia—Segmentos de Negócios—Vale Metais Básicos—Cobalto*.
[6] A faixa de recuperação é o metal total recuperado até o ponto da primeira venda do material, exceto para PTVI, onde a recuperação não é aplicada, uma vez que o projeto considera a venda do minério bruto (*run-of-mine*).
[7] As reservas minerais de cobalto de PTVI são material limonítico dos projetos Sorowako Limonite, Bahodopi 2–3 e Pomalaa, com reservas garantidas por contratos de venda de minério bruto.
[8] Os números foram arredondados.

Nossas estimativas de reservas minerais de cobalto mudaram em 2025 pelas mesmas razões discutidas acima em relação às reservas minerais de níquel. As datas de exaustão projetadas das minas de Cobalto são as mesmas indicadas acima para Sudbury, Voisey's Bay e PTVI.

	Recursos Minerais de Cobalto em 31 de dezembro [6]											
	(Tonelagem em milhões de toneladas métricas secas. Teores em %)											
	Medido – 2025[1][2][3]		Indicado – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2025[1][2][3]		Inferido – 2025[1][2][3]		Medido e Indicado – 2024[1][2][3]		Inferido – 2024[1][2][3]	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Canadá												
Sudbury[4]	14,5	0,04	36,8	0,04	51,3	0,04	73,3	0,03	44,8	0,03	21,9	0,03
Thompson	2,4	0,02	13,7	0,03	16,2	0,03	20,3	0,02	16,6	0,03	20,4	0,02
Voisey's Bay	1,8	0,07	12,3	0,10	14,0	0,09	8,5	0,09	1,8	0,06	6,8	0,12
Indonésia												
PTVI[5]	14,8	0,10	92,0	0,12	106,8	0,11	20,8	0,10	94,6	0,11	9,5	0,11
Total	**33,5**	**0,07**	**154,8**	**0,09**	**188,2**	**0,08**	**123,0**	**0,04**	**157,8**	**0,08**	**58,6**	**0,05**

[1] Os recursos minerais são reportados excluindo os recursos minerais convertidos em reservas minerais. A tonelagem é em milhões de toneladas métricas secas. Teores de Co são % de cobalto. O ponto de referência para a estimativa de recursos minerais é in situ.

[2] As reservas minerais foram ajustadas para refletir nossa participação de 90% na VBM. No caso da PTVI, os recursos foram ajustados para refletir nossa participação de 30,5%.

[3] As perspectivas de extração econômica de recursos minerais foram determinadas com base em preços que variam de: US$33.833/t – US$56.300/t, dependendo da mina. As variações de preço para diferentes minas estão associadas ao tempo da estimativa associada.

[4] Os recursos minerais de Sudbury incluem material de zonas selecionadas dentro dos depósitos de Coleman, Copper Cliff (incluindo o projeto Copper Cliff), Creighton, Stobie, Garson, Totten, Nickel Rim South Extension (antigamente Victor), Blezard e Ella Capre.

[5] Os recursos minerais de cobalto da PTVI incluem material dos projetos Sorowako, Bahodopi 2–3, Tanamalia e Pomalaa, proveniente apenas de limonitas.

[6] Os números foram arredondados.

Nossas estimativas de recursos minerais de cobalto mudaram em 2025 pelos mesmos motivos discutidos acima em relação aos recursos minerais de níquel.

Assuntos Regulatórios

Estamos sujeitos a uma ampla gama de regulamentações governamentais em todas as jurisdições em que operamos em todo o mundo. A discussão a seguir resume os tipos de regulamentos recentes que causam um impacto mais significativo em nossas operações.

DIREITOS MINERÁRIOS E REGULAMENTAÇÕES DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO

A mineração e a beneficiamento mineral estão sujeitos a regulamentações extensas. Para realizar essas atividades, somos obrigados a obter e manter determinadas licenças governamentais e privadas, que podem incluir concessões, licenças, arrendamentos, locações ou permissões (todos os quais denominados abaixo como "concessões"). Os regimes jurídico e regulatório aplicáveis ao setor de mineração e às concessões governamentais diferem entre as jurisdições, muitas vezes de forma significativa. Na maioria das jurisdições, inclusive no Brasil, os recursos minerais pertencem ao Estado e só podem ser extraídos mediante uma concessão governamental. Em outras jurisdições, como Ontário, no Canadá, uma parte substancial das nossas operações de mineração é realizada em conformidade com os direitos minerários que detemos (licenças privadas). Os órgãos governamentais geralmente estão encarregados de fornecer as concessões de mineração e monitorar o cumprimento das leis e regulamentos de mineração.

A tabela abaixo resume nossos principais direitos minerários e concessões de lavra para nossas operações e projetos, não se limitando a áreas dentro das reservas e dos recursos minerais associados.

Local	Título minerário	Área abrangida aproximada (em hectares)	Prazo de validade
Brasil		**574.670**	**Indeterminado**
	Concessões de Lavra	278.598	Indeterminado
	Pedido de concessões de lavra	296.072	–
Canadá		**124.579**	**2026 – 2045**
Ontário		105.469	2026 – 2045
	Direitos minerários patenteados	81.145	Indeterminado
	Arrendamentos minerários	21.188	2026 – 2045
	Licenças de Ocupação de Mineração	3.136	Indeterminado
Manitoba [1]	Arrendamentos minerários	17.511	2034 – 2045
Newfoundland e Labrador	Arrendamentos minerários	1.599	2027
Indonésia		**76.048**	**2026 – 2035**
Sorowako[2]	IUPK	56.788	2035
Nusa Tenggara Barat (Projeto Hu'u)[3]	Contrato de trabalho	19.260	2026

[1] Manitoba – A conversão dos Contratos de Arrendamento por Ordem Administrativa (OIC) em Contratos de Arrendamento Mineral foi concluída em 2026. A conversão dos OICs em direitos minerários está em andamento.

[2] Sorowako – O contract of work (CoW) foi prorrogado por uma Licença Especial de Negócios de Mineração (IUPK). A área total do CoW permanece inalterada em 118.017 hectares, mas apenas 56.788 hectares são destinados a lavra. Os 61.229 hectares restantes são alocados para infraestrutura de mineração e áreas de apoio. Esta licença é válida por 10 anos, com a opção de solicitar múltiplas prorrogações, cada uma com duração de 10 anos.

[3] Nusa Tenggara Barat – Contract of Work na fase de Exploração, que é renovado anualmente e pode ser renovado indefinidamente enquanto estiver nesta fase. A Etapa de Operação e Produção terá validade de 30 anos, com duas prorrogações de 10 anos, sujeitas à aprovação do governo.

Além das concessões listadas acima, temos licenças e requerimentos que nos permitem explorar 2,16 milhões de hectares no Brasil e 472 mil hectares para nossos projetos minerais em outros países.

No Canadá, firmamos um Acordo de Transição com o Governo de Manitoba que possibilitou a renovação de nossos direitos minerais, convertendo os Decretos de Concessão (OICs) em concessões minerais e direitos minerários sob a Lei de Mineração. O processo começou em 2021 e continua, com o último bloco de Decretos de Concessão sendo convertido em direitos minerários. Todas as Concessões Minerais foram concedidas.

Em 2024, a Indonésia prorrogou o Contract of Work (CoW) com uma Licença Especial de Negócios de Mineração (IUPK), permitindo que a PTVI mantivesse todos os 118.000 hectares. A área agora está dividida em zonas de mineração, infraestrutura e servidão. A IUPK tem duração de 10 anos e pode ser renovada por períodos adicionais de 10 anos, caso os requisitos legais sejam atendidos.

ROYALTIES E OUTROS IMPOSTOS SOBRE AS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO

Em muitas jurisdições, somos obrigados a pagar royalties ou impostos sobre as nossas receitas ou lucros provenientes das extrações e vendas dos minerais. Esses pagamentos constituem um elemento importante do desempenho econômico de uma operação minerária. Os royalties e impostos a seguir aplicam-se em algumas das jurisdições nas quais a Vale possui grandes operações:

Brasil. Somos obrigados a pagar um royalty conhecido como CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) sobre as receitas da venda dos minerais que extraímos. O cálculo da CFEM é feito da seguinte forma: (i) para as vendas no mercado interno, a base de cálculo da CFEM é a receita de vendas, líquida dos impostos sobre vendas incidentes; (ii) para as exportações, a base de cálculo da CFEM é o maior valor entre a receita de exportação e o valor equivalente aos preços de transferência na legislação do imposto de renda federal; e (iii) para o consumo mineral interno de uma companhia, a base de cálculo do CFEM é o valor equivalente ao preço atual do minério no mercado nacional, nos mercados internacionais ou um valor de referência, a ser determinado pela ANM. As alíquotas de CFEM atuais são: 3,5% para minério de ferro; 2% para cobre, níquel e outros materiais; 3% para bauxita e minério de manganês.

Estados e municípios brasileiros. Vários estados brasileiros, incluindo Minas Gerais e Pará, impõem um imposto de inspeção de mineração, que atualmente é avaliado em taxas que variam de US$0,41 a US$2,69 por tonelada métrica de minerais produzidos ou transferidos do estado.

Em março de 2021, um decreto estadual promulgado pelo estado do Pará aumentou a taxa do imposto de inspeção de mineração de uma unidade de referência fiscal no valor de US$0,79 para três unidades de referência fiscal correspondentes a US$ 2,31 por tonelada métrica, com vigência a partir de abril de 2021. Não implementamos as novas alíquotas para 2021, pois entendemos que, de acordo com os pilares da lei constitucional aplicável, o aumento do imposto entraria em vigor apenas no ano seguinte à sua promulgação.

Em novembro de 2022, aderimos ao programa tributário estadual denominado "Programa Estrutura Pará", que visa promover investimentos em infraestrutura no Estado do Pará, mediante a conversão de 50% dos pagamentos do imposto de inspeção de mineração em projetos de construção, calculados mensalmente à taxa de três unidades de referência fiscal por tonelada métrica de minerais produzidos no Estado do Pará, no valor de US$2,71, atualizado anualmente.

Em dezembro de 2024, o estado do Pará promulgou uma lei reduzindo de 50% para 40% a conversão dos pagamentos do imposto de inspeção de mineração (TFRM) em projetos de construção. As respectivas construções serão entregues às comunidades locais e, portanto, não serão de nossa propriedade. Em 2025, desembolsamos US$288 milhões (em comparação com US$226 milhões em 2024) relacionados a esse imposto. Também em dezembro de 2024, o estado do Pará promulgou uma lei que aumenta a alíquota do imposto de inspeção de mineração aplicado à extração de cobre, de 3 para 110 unidades de referência fiscal, representando US$97,96 por tonelada métrica, com vigência a partir de 27 de março de 2025. Posteriormente, em maio de 2025, o Estado do Pará emitiu o Decreto nº 4.677, reduzindo a nova alíquota do TFRM sobre o cobre de 110 fiscais para 66 fiscais por tonelada métrica, com efeitos retroativos a 27 de março de 2025.

Alguns municípios, como Ourilândia do Norte, Marabá, Curionópolis e São Félix do Xingu, no estado do Pará, e Rio Piracicaba, no estado de Minas Gerais, juntamente com o estado do Maranhão, promulgaram leis que impõem esse imposto de inspeção de mineração sobre o minério extraído ou transportado em seus territórios, e consideramos que temos argumentos sólidos para contestar esses impostos. Em abril de 2024, entrou em vigor uma lei promulgada pelo Estado do Maranhão, alterando a cobrança dessa taxa de fiscalização de mineração, em conformidade com os princípios constitucionais, e pagamos essa taxa conforme o previsto.

Em agosto de 2022, o STF decidiu que os estados brasileiros de Minas Gerais e Pará estão autorizados a impor a taxa de fiscalização de mineração. A decisão tornou-se definitiva e sem possiblidade de novos recursos em setembro de 2025.

Canadá. As províncias canadenses onde a Vale opera cobram um tributo sobre o lucro das operações de mineração. O lucro proveniente das operações de mineração é geralmente determinado por referência à receita bruta das vendas dos produtos da mina e deduzindo-se alguns custos, como os de mineração e processamento e investimento em ativos de processamento. As alíquotas tributárias de mineração previstas em lei são de 10% em Ontário, com alíquotas graduadas de até 17% em Manitoba e uma alíquota tributária de mineração e royalty combinados de 16% em Newfoundland and Labrador. O imposto de mineração pago é dedutível para fins de imposto de renda das companhias.

Indonésia. A PTVI paga royalties de mineração sobre suas receitas de matte de níquel de 3,5% quando os preços de referência do governo estão abaixo de US$18.000 por tonelada métrica e até 5,5% quando os preços excedem US$31.000 por tonelada métrica. Os royalties sobre as receitas de minério de níquel seguem as mesmas faixas de preço, variando de 14% a 19%

REGULAMENTAÇÕES AMBIENTAIS

Estamos sujeitos a regulamentações ambientais que se aplicam às nossas atividades nas diversas jurisdições em que operamos. As leis vigentes exigem que obtenhamos aprovações, licenças, permissões ou autorizações de autoridades governamentais para construir e operar nossas instalações. Na maioria dos locais onde operamos, precisamos apresentar avaliações dos impactos ambientais e sociais de nossas atividades para aprovação pelas autoridades competentes. Também precisamos investir em medidas para evitar, reduzir e compensar esses impactos. Devemos conduzir nossas atividades de acordo com os termos das aprovações, licenças, permissões e autorizações emitidas pelas autoridades governamentais. O Decreto 48.747, de 29 de dezembro de 2023, aplicável às barragens incluídas na Política Estadual de Segurança de Barragens do Estado de Minas Gerais, no Brasil (Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019), determina um valor de caução ambiental a ser pago e mantido durante toda a vida útil da barragem como requisito para o licenciamento ambiental de tais estruturas.

A legislação ambiental está se tornando mais rigorosa em todo o mundo, o que pode acarretar custos mais elevados para o cumprimento das leis ambientais. Os regulamentos ambientais que afetam nossas operações se relacionam, entre outros assuntos a:

- Emissões de poluentes no ar, solo e água, incluindo gases de efeito estufa e regulamentações sobre mudanças climáticas.
- Reciclagem e gestão de resíduos.
- Proteção e conservação de florestas e outras formas de vegetação nativa, litorais, cavernas, sítios de patrimônio cultural, bacias hidrográficas e outras características do ecossistema;
- Uso da água.
- Provisões financeiras e planos de fechamento necessários para licenças de mineração, incluindo descaracterização, descomissionamento, passivos ambientais e custos de recuperação e remediação.

Vide abaixo uma discussão de alguns questões regulatórias importantes:

Proteção de cavernas. No Brasil, as cavernas subterrâneas naturais são consideradas patrimônio do Governo Federal e constituem o patrimônio espeleológico nacional, protegido por lei. Em 2008, um decreto federal alterou a regulamentação sobre a proteção de cavernas naturais vigente à época (Decreto nº 99.556/1990) e estabeleceu critérios para a classificação de cavernas com base em sua relevância (máxima, alta, média ou baixa), proibindo impactos irreversíveis em áreas consideradas de máxima relevância e permitindo impactos em áreas de outros graus de relevância com licença ambiental prévia e adequada. Somos obrigados a realizar extensos estudos técnicos para identificar a existência de cavernas na área de influência de nossas operações e determinar o grau de relevância de cada caverna identificada. Quando há necessidade de intervenção em uma caverna, propomos medidas compensatórias aos órgãos reguladores ambientais brasileiros no âmbito do processo de licenciamento ambiental. A ocorrência de cavernas naturais tem sido decisiva no planejamento e na implementação de novos projetos de mineração, limitando ou modificando os projetos de exploração. Em alguns projetos ou operações de mineração de minério de ferro, somos obrigados a limitar ou modificar nossos planos de lavra, ou incorrer em custos adicionais para preservar as cavernas de máxima relevância, ou compensar o impacto sobre as cavernas de relevância não máxima, com potenciais consequências para nossos volumes de produção, custos ou reservas em nosso negócio de minério de ferro. Em janeiro de 2022, o Decreto 10.935 foi promulgado, revogando seu antecessor (Decreto nº 99.556/90) para introduzir novas regras para a proteção de cavernas, em particular no que diz respeito à classificação de relevância e às formas de compensação. Em 2025, o STF suspendeu a aplicabilidade de certas disposições do Decreto nº 10.935. Como resultado, algumas regras específicas do marco regulatório anterior (Decreto nº 99.556/1990) foram restabelecidas. O caso aguarda uma sentença final do STF.

Proteção dos direitos de povos indígenas. Uma regulamentação brasileira emitida em 2015 (Portaria Interministerial nº 60/2015) exige que realizemos avaliações de impacto e definamos programas específicos para a mitigação e/ou compensação dos impactos de nossas operações e projetos próximos a Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. Este processo é conduzido de forma participativa com a comunidade envolvida, respeitando sua organização social e política e com a supervisão do órgão regulador competente. Além de nossas obrigações legais, também buscamos construir relações positivas com os Povos Indígenas e comunidades tradicionais em nossas áreas de influência. Estabelecemos acordos com essas comunidades, com foco em etnodesenvolvimento, proteção territorial, fortalecimento cultural e institucional, e outros aspectos. Nosso objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da autonomia dessas comunidades.

Regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A ratificação do Acordo de Paris no final de 2016 aumentou significativamente a pressão global para o estabelecimento de preços de carbono em níveis local, regional e global, levando os signatários a intensificar os esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Em 2024, o Brasil anunciou uma nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para reduzir suas emissões em 48% até 2025 e 53% até 2030. Além disso, em dezembro de 2024, o Presidente do Brasil promulgou uma lei que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). A lei prevê regras para a precificação e o desenvolvimento de um mercado de carbono regulamentado no Brasil, que será implementado gradualmente, adotando um sistema de limite máximo e comércio de emissões. Em outubro de 2025, o Brasil fortaleceu sua governança climática com a criação da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, subordinada ao Ministério da Fazenda. Este órgão provisório administrará o SBCE até que uma agência permanente seja estabelecida, supervisionando a regulamentação técnica, a infraestrutura de MRV, o cadastro de ativos e a coordenação com as partes interessadas. Também em outubro de 2025, o governo anunciou a criação da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) por meio do Decreto nº 12.705/2025, estabelecendo critérios científicos alinhados com padrões globais para classificar atividades econômicas sustentáveis. A taxonomia introduz salvaguardas ambientais e sociais mensuráveis e uma estrutura de avaliação de três níveis, com o objetivo de direcionar investimentos para projetos verdes, aumentar a transparência nas finanças sustentáveis e garantir a interoperabilidade com taxonomias internacionais.

Regulamentação de produtos químicos. Alguns de nossos produtos estão sujeitos a regulamentos aplicáveis à comercialização, distribuição e uso de substâncias químicas presentes em sua composição. Por exemplo, a Comissão Europeia adotou a Política Europeia para Produtos Químicos, conhecida como REACH (Cadastro, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos). De acordo com o REACH, os fabricantes e importadores europeus são obrigados a registrar substâncias antes de entrarem no mercado europeu e, em alguns casos, podem estar sujeitos a um processo de autorização. A companhia que não cumprir o regulamento REACH pode receber multas e penalidades. Estamos em conformidade com os requisitos dos regulamentos REACH da UE. Além disso, o Reino Unido e outros regiões estão atualmente implementando um regulamento semelhante ao REACH da UE, e prevemos uma maior expansão de regulamentos como o REACH em outros países.

Regulamentação do transporte marítimo internacional. Estamos sujeitos às regulamentações de saúde, segurança e meio ambiente emitidas pela Organização Marítima Internacional (IMO). As regras da IMO aplicam-se não apenas às remessas internacionais, mas também aos tipos de cargas transportadas, incluindo regras especiais para minério de ferro, níquel e cobre. Com base na Estratégia de 2023 aprovada para a Redução das Emissões de GEE dos Navios, a IMO está atualmente discutindo novas medidas para melhorar a eficiência energética do transporte marítimo internacional e reduzir suas emissões totais de gases de efeito estufa, por meio da adoção de tecnologias, combustíveis e/ou fontes de energia com emissão zero ou quase zero. Essas medidas, além das regulamentações sobre a limitação das emissões de óxidos de enxofre e a gestão da água de lastro, podem aumentar nossos custos de frete no futuro. Espera-se também que mais discussões sobre os regulamentos de água de lavagem de lavadores sejam concluídas em 2026, o que pode restringir o uso de lavadores de circuito aberto localmente. A Convenção Internacional para o Controle e Gerência da Água de Lastro e Sedimentos dos Navios exige que os navios em conformidade durante suas viagens internacionais gerenciem sua água de lastro e sedimentos de acordo com certos parâmetros.

Em 2022, a Comissão Europeia aprovou as propostas para regular as emissões dos navios internacionais. A partir de 2024, ao longo de um período de integração gradual de 3 anos, o transporte marítimo será gradualmente introduzido no Emissions Trading System (ETS) da UE, um mercado de carbono que opera em todos os países da UE visando a neutralidade climática na UE até 2050. A partir de 2026, a implementação completa para o setor de transporte marítimo estará em vigor, com a exigência de que os operadores de navios comprem licenças para as emissões de gases de efeito estufa geradas durante as viagens de, para e entre portos da UE. Complementando o ETS, o Regulamento Marítimo da UE sobre Combustíveis — que entrou em vigor em 2025 — estabelece padrões de intensidade de gases de efeito estufa progressivamente mais rigorosos para os combustíveis utilizados por embarcações que escalam portos da UE. O primeiro período de conformidade vai até 2029, exigindo uma redução de 2% na intensidade de GEE do combustível em comparação com o ano base. Essas medidas podem aumentar nosso custo de frete no futuro.

Outras leis e regulamentos ambientais. Existem vários exemplos de outras leis e regulamentos ambientais e iniciativas de conformidade que podem afetar nossas operações:

Brasil. Existe uma ampla gama de leis e regulamentos ambientais aplicáveis às nossas operações que exigem o cumprimento de uma série de obrigações, incluindo medidas compensatórias, relacionadas à supressão da vegetação nativa, à proteção de biomas e espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou legalmente protegidas, bem como áreas sujeitas a proteção especial, como unidades de conservação e áreas de preservação permanente, e sítios arqueológicos e de patrimônio cultural. Além disso, novos projetos que envolvam atividades com impacto ambiental significativo devem alocar recursos financeiros para apoiar a implementação e a manutenção de Unidades de Conservação de proteção integral, a fim de cumprir a obrigação de compensação ambiental estabelecida pela Lei Federal nº 9.985/2000. Em 2023, a CVM emitiu a Resolução nº 193, alterada pelas Resoluções nº 219/2024 e 227/2025, que estabelece requisitos para a elaboração e divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, com base nas normas internacionais IFRS S1 e IFRS S2, tornando-as obrigatórias para empresas de capital aberto e entidades regulamentadas a partir do exercício fiscal com início em ou após 1º de janeiro de 2026. A IFRS S2, especificamente, estabelece requisitos detalhados para o reporte sobre governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas relacionadas às mudanças climáticas, alinhando o Brasil às melhores práticas globais. Somos a primeira mineradora no mundo a implementar integralmente as IFRS S1 e IFRS S2, antecipando-nos às exigências regulatórias e reforçando nosso compromisso com a transparência e a gestão climática. Em 2025, foi promulgada a Lei nº 15.190, que estabelece a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, a qual define um marco regulatório nacional com o objetivo de padronizar o processo de licenciamento ambiental em todo o país.

Mantemos também uma agenda abrangente de sustentabilidade para os setores ferroviário e portuário do Brasil, fundamentada em um sólido marco regulatório. Isso inclui o Programa de Sustentabilidade da Infraestrutura, os Comitês de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Regulatória 2025-2026, que incorpora princípios ESG e inovação regulatória na supervisão do transporte terrestre. No setor portuário, os principais instrumentos incluem o Índice de Desenvolvimento Ambiental da ANTAQ e a Resolução 131/2025, que introduz o sandbox regulatório e o modelo de "Concessão Verde". Em conjunto, os Ministérios dos Transportes e dos Portos e Aeroportos reforçam esses esforços por meio das Diretrizes Interministeriais de Sustentabilidade e da Política de Sustentabilidade do MPOR, que estabelecem critérios socioambientais, climáticos e de governança para o planejamento de infraestrutura e práticas operacionais em todo o sistema logístico brasileiro.

Canadá. As leis e políticas canadenses para lidar com a mudança climática continuam a evoluir com controles mais rígidos sobre as emissões de gases de efeito estufa. A Suprema Corte do Canadá manteve a Lei de Precificação de Poluição por Gases de Efeito Estufa, uma lei federal para regular as emissões de gases de efeito estufa, e confirmou que esta Lei será aplicada em províncias que não promulgaram legislação equivalente. Em junho de 2021, o governo federal promulgou o *Canadian Net-Zero Emissions Accountability Act*, que consagra a meta do Canadá para 2050 de atingir emissões líquidas zero com uma estrutura para definir e relatar metas de redução de emissões. Além disso, o Canadá legislou um aumento gradual no preço do carbono em CA$15 por ano, atingindo CA$170 por tonelada até 2030. Mecanismos de fiscalização relacionados à violação da legislação ambiental estão sendo aprimorados juntamente com

a revisão de oportunidades para simplificar os requisitos de conformidade. Por exemplo, em Ontário, o governo revisará e poderá expandir a aplicação de penalidades monetárias administrativas em algum momento deste ano, ao mesmo tempo em que avança com oportunidades para simplificar e desenvolver estruturas de permissão por regra que auxiliarão e esclarecerão os requisitos de conformidade.

Algumas de nossas operações em Ontário e Manitoba têm condições herdadas de atividades de mineração históricas que podem resultar em impactos potenciais na qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Para lidar com esses riscos, investimos em Planos de Gestão da Qualidade da Água (PGQA) nessas operações para identificar proativamente áreas com potenciais impactos nas águas superficiais e/ou subterrâneas, tanto de atividades antigas quanto atuais, e para priorizar e implementar medidas de mitigação e remediação com base nos riscos ambientais, de saúde humana e regulatórios relativos. Esses planos são revisados regularmente para se adaptarem às mudanças nos requisitos regulamentares, aos riscos ambientais e às melhores tecnologias disponíveis.

Indonésia. De acordo com o Regulamento do Governo da Indonésia de 2014 sobre resíduos B3 (Materiais Tóxicos e Perigosos), o rejeito da PTVI é classificado como resíduo perigoso, e a PTVI apresentou uma solicitação formal ao órgão regulador para aprovação. Em fevereiro de 2021, foi emitida uma nova regulamentação governamental e, como resultado, os resíduos da PTVI deixaram de ser classificados como resíduos perigosos; no entanto, a empresa é obrigada a comunicar ao governo a utilização e a gestão desses resíduos.

China. Em 2020, foi revista a Lei de Prevenção e Controle da Poluição Ambiental por Resíduos Sólidos, levando às Medidas Administrativas de Prevenção e Controle da Poluição Ambiental por Rejeitos entraram em vigor a partir de 1 de julho de 2022. Essas leis e regulamentos impõem obrigações mais rigorosas na prevenção e controle da poluição causada por resíduos sólidos, incluindo rejeitos, além de impor penalidades mais severas.

REGULAMENTAÇÃO BRASILEIRA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

Em 2019, a ANM emitiu uma regulamentação exigindo que os proprietários de barragens a montante apresentassem um projeto técnico de descaracterização e descaracterizassem completamente essas estruturas nos anos seguintes. Ademais, uma ampla gama de medidas foi imposta para garantir a estabilidade e a segurança das barragens de mineração e seus sistemas de monitoramento e alerta.

Também em 2019, o estado de Minas Gerais promulgou a Lei nº 23.291, que estabeleceu a Política Estadual de Segurança de Barragens (PESB), proibindo a elevação e a construção de barragens a montante e exigindo a prestação de caução ambiental em conexão com a descaracterização das barragens abrangidas pela lei. Em 2023, o estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 48.747, regulamentou a caução ambiental e estabeleceu prazos para a implementação das garantias financeiras a serem utilizadas em caso de ruptura. A lei também proíbe o aumento, a modificação ou a construção de qualquer nova barragem se comunidades estiverem estabelecidas dentro de sua Zona de Autossalvamento (ZAS), uma área que abrange a porção do vale a jusante da barragem, onde não há tempo suficiente para evacuação e intervenção das autoridades competentes em situações de emergência.

Em 2020, a Lei Federal nº 14.066/2020 alterou a Lei Federal nº 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), reforçando a proibição da construção e elevação de barragens a montante no Brasil. A lei também exigiu que as empresas descaracterizassem suas estruturas a montante até 2022. Devido às complexidades técnicas envolvidas no trabalho de descaracterização e às ações necessárias para aumentar a segurança das barragens, assinamos um termo de compromisso com o estado de Minas Gerais, órgãos reguladores e Ministério Público Estadual e Federal em 2022. Este acordo estabelece um novo cronograma de descaracterização, com prazo final de conclusão do programa previsto para 2035.

Em 2020, o estado de Minas Gerais promulgou o Decreto nº 48.078, que estabelece os procedimentos para análise e aprovação do plano de ação emergencial. No mesmo ano, a ANM emitiu a Resolução nº 51/2020, que exige uma auditoria do plano de preparação e resposta a emergências. Este requisito foi incorporado e ampliado na Resolução nº 95/2022 da ANM. Auditores externos devem realizar esta auditoria e emitir um Relatório Anual de Conformidade e Operabilidade (RCO) e uma Declaração de Conformidade e Operabilidade (DCO) para o EPRP.

Além disso, o estado publicou muitas outras resoluções para regulamentar o plano de ação de emergência, incluindo diretrizes para o desenvolvimento de Ações de Proteção e Defesa Civil, Plano de Abastecimento de Água Potável, Diagnóstico do Abastecimento de Água Público e Privado, Plano de Resgate de Fauna Doméstica, Selvagem e de Produção e Plano de Salvaguarda para Bens Culturais.

Em 2022, a ANM emitiu a Resolução nº 95/2022, consolidando o conteúdo de vários padrões criados anteriormente relacionados à segurança de barragens de mineração e introduzindo novos recursos na Política Nacional de Segurança de Barragens. No mesmo ano, a ANM emitiu a Resolução nº 122/2022, que regulamenta o processo administrativo e estabelece novas penalidades aplicáveis às violações das normas da ANM. Em 2025, a ANM emitiu as Resoluções nº 220/25 e 223/25, substituindo o quadro anterior. No que diz respeito à segurança de barragens, particularmente à luz da Resolução nº 241 emitida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que alterou os critérios para classificação de barragens, a ANM atualizou suas normas para atender aos novos parâmetros e implementou mudanças adicionais. A nova resolução da ANM endureceu ainda mais as restrições à presença de trabalhadores na Zona de Autossocorro (ZAS) de barragens, excluindo das atividades permitidas aquelas relacionadas a operações de mineração, processamento de minério e disposição de rejeitos e estéril. A Resolução nº 223/2025 revisou a metodologia para o cálculo das multas. Embora mantenha uma abordagem de cálculo baseada na produção, geralmente resulta em penalidades significativamente menores do que as previstas na Resolução nº 122/2022. No entanto, para supostas violações ocorridas durante o período em que a Resolução nº 122/2022 estava em vigor, a ANM continua a aplicar suas disposições, o que levou a notificações de violação com multas potencialmente extremamente altas.

Em dezembro de 2023, o governo federal promulgou a Lei nº 14.755, que estabeleceu a Política Nacional dos Direitos das Populações Afetadas por Barragens (PNAB), delineou os direitos das Populações Afetadas por Barragens (PAB), previu o Programa dos Direitos das Populações Afetadas por Barragens (PDPAB), estabeleceu regras para a responsabilidade social do empresário, entre outros aspectos.

De acordo com a Resolução nº 95/200 e a Lei 23.291/2010, as empresas que operam barragens de mineração no Brasil são obrigadas a cumprir regras específicas, incluindo:

Inspeção Regular de Segurança. As empresas que operam barragens de mineração abrangidas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) devem emitir Relatórios de Inspeção de Segurança de Barragens semestrais, juntamente com a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE). Em nossas operações no Brasil, um Engenheiro Responsável (EoR), não diretamente envolvido nas operações diárias, é responsável por avaliar a segurança do local e emitir relatórios periódicos sobre as estruturas, como parte de nossos procedimentos de governança.

Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPSB). Para barragens abrangidas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), o relatório deve incluir uma análise detalhada de toda a documentação da barragem, incluindo projetos e procedimentos, análise de estabilidade das estruturas e a respectiva Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), além de uma reavaliação da categoria de risco (CRI) e do dano potencial associado (DPA). Os DSR devem ser renovados a cada 3, 5 e 7 anos para alto, médio e baixo dano potencial associado (DPA) respectivamente, e sempre que houver modificações estruturais. A RPSB é realizada por uma companhia externa não vinculada ao Engenheiro Estrutura (EoR).

Plano de Ação Emergencial de Barragens de Mineração (PAEBM). Qualquer barragem de mineração abrangida pela Política Nacional de Segurança de Barragens deve possuir um Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração, conforme previsto na Lei nº 12.334/2010, com suas alterações. Tais ações também estão previstas na

Resolução nº 95/2022 da ANM, com suas alterações, que consolida e atualiza as medidas regulatórias aplicáveis à segurança de barragens de mineração. Também em nível federal, a auditoria do EPRP, inicialmente prevista na Resolução nº 51/2020 da ANM, foi incorporada e aprimorada pela Resolução nº 95/2022 da ANM, que estabelece as auditorias externas anuais obrigatórias e a emissão do Relatório de Conformidade e Operabilidade e da Declaração de Conformidade e Operabilidade. Em Minas Gerais, os procedimentos para análise e aprovação do Plano de Ação de Emergência (PAE) são regulamentados pelo Decreto nº 48.078/2020, atualizado pelo Decreto nº 48.759/2024, que reforçou requisitos como a redundância dos sistemas de alerta, a realização obrigatória de exercícios de simulação e a definição de novas competências e prazos para os órgãos responsáveis por sua análise.

Além dessas mudanças, o estado de Minas Gerais publicou regulamentações complementares detalhando componentes específicos do PAE, incluindo diretrizes para Ações de Proteção e Defesa Civil, Plano de Abastecimento de Água Potável, Diagnóstico do Abastecimento de Água Público e Privado, Plano de Resgate de Animais Domésticos, Silvestres e de Produção, e o Plano de Salvaguarda do Patrimônio Cultural, todos com o objetivo de fortalecer a gestão integrada de emergências.

REGULARIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES

Estamos sujeitos a regimes regulatórios abrangentes para algumas de nossas outras atividades, tais como transporte ferroviário, operações portuárias e geração de energia elétrica. Também estamos sujeitos à legislação mais geral relativa à saúde e apoio dos trabalhadores, segurança e suporte às comunidades próximas às minas e outras questões. As descrições abaixo se referem a alguns dos regimes regulatórios aplicáveis às nossas operações:

Regulamentação das ferrovias brasileiras. Nosso negócio ferroviário no Brasil opera com base em contratos de concessão outorgados pelo governo federal, estando nossas concessões ferroviárias sujeitas à regulação e à supervisão da ANTT.

Em dezembro de 2020, celebramos um acordo com o Governo Federal do Brasil para continuar operando as concessões da EFC e da EFVM por mais trinta anos, prorrogando o prazo de vencimento de 2027 para 2057. Posteriormente, em janeiro de 2024, em atendimento a uma solicitação do Ministério dos Transportes, nós, a ANTT e o Governo Federal do Brasil retomamos as discussões sobre as condições gerais dos contratos de concessão e, em dezembro de 2024, foram acordadas as bases gerais para a renegociação, com o objetivo de promover a modernização e a atualização dos contratos vigentes relacionados à EFC e à EFVM. Esse processo esteve sujeito à avaliação e aprovação das autoridades competentes, e sua conformação ocorreria por meio de mediação junto aos órgãos envolvidos no Tribunal de Contas da União (TCU).

Como parte dessas bases gerais, concordaríamos com uma contribuição máxima global de aproximadamente US$1.809 milhões para a revisão da base de ativos da EFC e da EFVM, a otimização das obrigações contratuais e o replanejamento de investimentos. Em decorrência das novas condições previstas nas bases gerais, reconhecemos uma provisão adicional de US$256 milhões, refletindo as estimativas revisadas quanto ao montante dos desembolsos futuros necessários para o cumprimento das novas obrigações contratuais das concessões ferroviárias. Adicionalmente, o passivo relacionado foi reduzido em US$656 milhões em razão de pagamento antecipado realizado por nós, antes do fluxo de caixa originalmente previsto.

Entretanto, não foi possível alcançar um consenso com a ANTT e o Ministério dos Transportes do Brasil no processo de mediação conduzido perante o TCU dentro do prazo estabelecido para a renegociação, em agosto de 2025. Apesar da continuidade das discussões, os contratos de concessão permanecem vigentes, continuamos a cumprir as obrigações aplicáveis e permanecemos comprometidos com os termos gerais do acordo firmado em dezembro de 2020. Entendemos que as disposições desse acordo permanecem suficientes para o cumprimento das obrigações relacionadas às concessões e, portanto, não foi realizada qualquer revisão de seus saldos.

Regulamentação dos portos brasileiros. As operações portuárias no Brasil estão sujeitas à regulamentação e fiscalização da ANTAQ, órgão federal responsável pelos serviços de transporte marítimo, e do Ministério dos Portos e Aeroportos por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquáticos (SNPTA), cujo objetivo é formular políticas e diretrizes. Os contratos para operar nossos terminais privados têm validade até 2039, podendo ser renovados por iguais períodos, com exceção do Arrendamento do Terminal de Cobre (porto de Itaqui, estado do Maranhão) e da CPBS, e do Terminal de Exportação de Minério de Ferro do Porto de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Executamos a prorrogação do contrato de

arrendamento do Terminal de Cobre, assegurando os direitos operacionais até janeiro de 2043. A referida prorrogação inclui um programa de investimentos obrigatórios no valor de R$ 221,5 milhões, reforçando a capacidade de longo prazo, a eficiência e o valor estratégico do ativo no âmbito da infraestrutura portuária. O contrato de arrendamento do CPBS e do Terminal de Exportação de Minério de Ferro no Porto de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, expira em 2026 e está atualmente em processo de renovação por mais 25 anos, a critério do Governo Federal.

III. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

Panorama

Em 2025, registramos um lucro líquido de US$1.983 milhões, em comparação com US$5.975 milhões em 2024. Nosso EBITDA Ajustado aumentou para US$15.458 milhões em 2025, ante US$14.840 milhões em 2024, principalmente devido ao maior volume de vendas de minério de ferro, cobre e níquel, que teve um impacto de US$326 milhões e a depreciação do real brasileiro contribuiu com um impacto de US$374 milhões. O EBITDA Ajustado Consolidado é uma medida financeira não GAAP; para uma conciliação com nosso lucro líquido, consulte *Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras — Panorama — Conciliação do EBITDA Ajustado Consolidado*.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM OS PREÇOS

Minério de ferro e pelotas de minério de ferro

Os preços do minério de ferro são fortemente afetados pela dinâmica de oferta e demanda do mercado transoceânico, embora mudanças estruturais na produção de aço possam perturbar os fundamentos do mercado e a realização do preço do minério de ferro.

Finos de minério de ferro, granulado e pelotas de minério de ferro são produzidos em uma ampla variedade de níveis de qualidade e características físicas. As diferenças de preço derivam de vários fatores, como teor de ferro, tamanho de partícula, teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (como fósforo, alumina, sílica e manganês) no minério. Além disso, finos, granulado e pelotas geralmente têm preços diferentes.

A demanda por nossos produtos de minério de ferro depende da demanda global por aço, que por sua vez é fortemente influenciada pelo mercado imobiliário, construção de infraestrutura e produção industrial global. A demanda da China tem sido o principal fator determinante da demanda e dos preços mundiais.

Em 2025, o preço médio do minério de ferro fechou em US$102,4/dmt (preços dos índices de referência de minério de ferro 62% Fe), 6,5% menor do que em 2024. Durante 2025, o mercado de minério de ferro continuou a enfrentar margens comprimidas nas siderúrgicas e sinais persistentes de desaceleração no setor imobiliário chinês. Com o setor imobiliário chinês enfraquecido, a indústria manufatureira permaneceu o principal motor da atividade econômica, sustentada por um alto nível de exportações de produtos acabados contendo aço, como automóveis, máquinas e equipamentos, bem como pelas exportações de aço chinesas atingindo níveis historicamente altos. Esse conjunto de fatores ajudou a sustentar parte da produção de aço. Ao longo do ano, os preços do minério de ferro caíram em certos momentos, mas encontraram suporte intermitente na reposição tática de estoques e em ajustes de oferta por produtores com custos marginais mais altos. No final de 2025, a estabilização dos preços internacionais do aço contribuiu para uma estabilização parcial do mercado de minério de ferro.

Do ponto de vista da demanda por minério de ferro, 2025 foi mais uma vez marcado por tensões geopolíticas, com a continuação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, conflitos em curso no Oriente Médio e volatilidade na política comercial global. Além disso, embora alguns bancos centrais tenham iniciado ciclos de flexibilização monetária, os sinais de uma recuperação econômica global permaneceram modestos. A persistente volatilidade geopolítica ao longo de 2025 não favoreceu a recuperação do investimento privado em bens de capital, limitando a criação de empregos e restringindo o crescimento do consumo, reforçando assim um ambiente macroeconômico cauteloso. De acordo com a Associação Mundial

do Aço (WSA), a produção global de aço bruto em 2025 atingiu aproximadamente 1,85 bilhão de toneladas, representando um declínio anual de cerca de 2% em comparação com 2024.

Entre os principais produtores, a China registrou 960,8 milhões de toneladas de produção de aço bruto em 2025, uma queda de 4,4% em relação ao ano anterior. Essa redução refletiu a combinação de um mercado imobiliário ainda em fase de ajuste, um ritmo moderado de projetos de infraestrutura e um ambiente de confiança do consumidor que continua a se recuperar gradualmente, fatores que contribuíram para um crescimento econômico mais contido. Com a demanda interna estável, mas sem mostrar sinais de aceleração, e com as margens ainda comprimidas, as siderúrgicas chinesas expandiram as exportações para níveis recordes, atingindo 119 milhões de toneladas durante o ano. Em contraste, e em uma nota positiva, a produção industrial de valor agregado continuou a apresentar um desempenho mais sólido, reforçando a mudança estrutural da China em direção à priorização de setores industriais com maior tecnologia e produtividade.

Em outras regiões, o desempenho foi mais heterogêneo. A produção de aço na União Europeia voltou a cair, atingindo 126,2 milhões de toneladas, representando uma contração de 2,6% em meio aos altos custos de energia e à fraca demanda por construção, especialmente na Alemanha e na Itália. A América do Sul apresentou uma contração de 1,2%, com 41,5 milhões de toneladas, enquanto na América do Norte, a produção total de aço aumentou ligeiramente, em 0,7%, e os Estados Unidos registraram um crescimento de 3,1%, atingindo 82 milhões de toneladas, impulsionado por medidas protecionistas sobre o aço importado e pela demanda por aço proveniente de investimentos associados à infraestrutura de energia e à construção de data centers.

Em comparação com 2024, a produção de aço em 2025 diminuiu 4,0% no Japão, para 80,7 milhões de toneladas, e 2,8% na Coreia do Sul, para 61,9 milhões de toneladas, refletindo um ambiente industrial marcado por incertezas relacionadas às tarifas, que afetaram as exportações, enfraqueceram a demanda e intensificaram a concorrência das exportações de aço chinesas. A atividade de construção civil permaneceu fraca no Japão e na Coreia do Sul, limitando ainda mais a demanda por aço ao longo do ano.

A Índia manteve uma forte trajetória de crescimento, registrando um aumento significativo de 10,4% na produção anual de aço, atingindo 164,9 milhões de toneladas em 2025. Esse resultado reforça a importância de grandes investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário no país, bem como o fortalecimento do setor industrial indiano como um novo polo global de consumo de aço.

A produção de aço na África aumentou 3,8% em relação ao ano anterior em 2025, atingindo 23,2 milhões de toneladas. Essa expansão foi impulsionada principalmente pelos produtores do Norte da África, em especial a Argélia, que registrou um forte aumento na produção após a expansão da capacidade e a melhoria das taxas de utilização.

No Oriente Médio, a produção de aço manteve uma trajetória de expansão em 2025, atingindo 56,9 milhões de toneladas, um aumento de 4,3% em comparação com o ano anterior, sustentando assim uma demanda robusta por pelotas de redução direta. O crescimento foi impulsionado por programas de diversificação econômica e investimentos industriais contínuos, particularmente em países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Catar, que aumentaram a demanda por aço para projetos de construção, energia e infraestrutura. Apesar da volatilidade global, o Oriente Médio continuou crescendo, sustentado pelo dinamismo econômico, pelos esforços para substituir importações e pelo foco na consolidação de cadeias de valor industriais integradas.

No Sudeste Asiático, a dinâmica do mercado de aço em 2025 permaneceu resiliente, com o Vietnã continuando a se destacar como o principal motor de crescimento da demanda por minério de ferro. A produção de aço bruto do Vietnã atingiu 24,7 milhões de toneladas, consolidando sua posição como o maior produtor de aço do Sudeste Asiático, apoiada pela expansão contínua das operações de grandes altos-fornos integrados. A demanda por aço permaneceu sustentada por gastos com infraestrutura, investimentos na indústria manufatureira e atividades industriais voltadas para a exportação. Em outras regiões do Sudeste Asiático, as tendências de produção de aço foram mais heterogêneas, refletindo uma demanda mais fraca na construção civil em alguns mercados e o aumento da pressão competitiva das exportações chinesas de aço. Contudo, a região continua a representar uma das poucas áreas de crescimento a médio prazo para o

minério de ferro marítimo, sustentada pela industrialização em curso, pela urbanização e pela expansão da capacidade de produção de aço.

Níquel

O níquel é um metal negociado em bolsa, listado na London Metals Exchange ("LME") e, a partir de 2015, na Shanghai Futures Exchange ("SHFE"). A maior parte dos produtos de níquel é precificada com base em um desconto ou prêmio sobre o preço da LME, dependendo principalmente das características físicas e técnicas do produto de níquel. O mercado de níquel é fortemente afetado pela produção de aço inoxidável, que representou 63% do consumo global de níquel primário em 2025.

Temos contratos de volume fixo de curto prazo com clientes para a maioria de nossas vendas anuais esperadas de níquel, que variam em prazo. Esses contratos fornecem demanda estável para uma parcela significativa de nossa produção anual. Em 2025, 81% das nossas vendas de níquel refinado foram destinadas a aplicações que não envolvem aço inoxidável (aços-liga, ligas com alto teor de níquel, galvanoplastia e baterias), em comparação com a média do setor para a demanda de níquel, de 37%, o que proporciona maior diversificação e estabilidade aos nossos volumes de vendas. Como resultado de nosso foco nesses segmentos de alto valor, nossos preços médios praticados de níquel refinado têm tipicamente superado os preços à vista de níquel na LME.

Historicamente, a produção doméstica de ferro-gusa de níquel na China é responsável pela maior parte do crescimento do fornecimento de níquel advindos das Filipinas e Indonésia. No entanto, a produção chinesa de ferro gusa de níquel foi prejudicada pela restrição à exportação de minérios não processados da Indonésia, recomeçando em 2020, permitindo que a Indonésia emergisse como o maior produtor de ferro-gusa de níquel. Em 2025, aproximadamente 8% da oferta mundial de níquel primário foi produzida como ferro-gusa de níquel. Como resultado das restrições à exportação, a Indonésia emergiu como o maior produtor mundial de níquel. Aproximadamente 78% do fornecimento mundial de níquel primário foi produzido na China e na Indonésia, sendo grande parte integrada diretamente à produção de aço inoxidável. Em 2025, observou-se um aumento na capacidade de produção de precipitado de hidróxido misto intermediário (MHP) e na conversão de ferro-gusa de níquel em matte de níquel para posterior conversão em material adequado para baterias, bem como níquel Classe I para entrega na LME. Esperamos que o crescimento futuro se concentre em matte e MHP para abastecer as cadeias de suprimento de baterias e Classe I.

O aço inoxidável é um importante impulsionador da demanda por níquel, particularmente na China. Em 2025, a produção de aço inoxidável na China representou 42% da demanda primária total de níquel. Portanto, as mudanças na produção chinesa de aço inoxidável têm um grande impacto na demanda global de níquel. Em 2025, a produção chinesa de aço inoxidável aumentou 2% em relação ao ano anterior, comparado a um aumento de 7% em 2024, devido aos baixos preços do aço inoxidável, que levaram a cortes na produção e à consolidação do setor. Embora a produção de aço inoxidável seja um importante fator na demanda global de níquel, os produtores de aço inoxidável podem usar os produtos de níquel com uma ampla variedade de teor de níquel, inclusive o níquel secundário (sucata). A escolha entre níquel primário e secundário baseia-se principalmente na sua disponibilidade, nos processos tecnológicos e nos preços relativos. Em média, entre os anos de 2021 e 2025, o níquel secundário representou aproximadamente 35% do total de níquel utilizado na fabricação de aço inoxidável. A disponibilidade regional e o consumo de níquel secundário variam. Na China, devido à baixa disponibilidade de sucata e à abundância de ferro-gusa de níquel, o uso de níquel secundário representou 22% do total de níquel utilizado para aço inoxidável em 2025.

Além disso, o segmento de alto valor agregado, que consiste no uso de níquel em revestimentos, ligas não ferrosas, fundição, aço-liga e outras aplicações, e exclui o níquel usado em baterias, é o segundo maior mercado, representando 23% da demanda de níquel em 2025. A demanda global de alto valor agregado aumentou 2% em 2025 em comparação com um aumento de 6% em 2024, impulsionada pelo crescimento no setor de ligas não ferrosas, apesar da queda nas aplicações em fundição e aço-liga. O crescimento no segmento de alto valor agregado concentrou-se nos EUA, na Índia e no Japão.

O segmento de baterias é o terceiro maior mercado, representando 15% da demanda de níquel em 2025. A demanda global por níquel em precursores de baterias aumentou 5% em relação ao ano anterior em 2025, impulsionada pelo aumento nas vendas de veículos elétricos, em comparação com um aumento de 6% em 2024. A taxa de crescimento mais lenta se deve à desaceleração do crescimento das vendas de veículos elétricos em regiões que utilizam principalmente composições químicas de baterias ricas em níquel.

O mercado de níquel estava superavitário em 2025 em aproximadamente 423 kt. Os estoques globais nas bolsas (LME e SHFE) aumentaram 104 kt de 31 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2025, impulsionados por um aumento nos estoques nos armazéns da LME na Ásia. Os dados de origem da LME mostraram que, no final de 2025, 74% do níquel nos armazéns da LME era originário da Ásia. Para 2026, espera-se que o mercado permaneça com excedente, principalmente devido ao aumento da oferta na Indonésia.

Cobre

A demanda por cobre nos últimos anos tem sido impulsionada, principalmente, pela China, considerando o papel importante que o cobre desempenha na construção, além das aplicações elétricas e de consumo. O cobre é um facilitador da transição energética devido às suas excelentes propriedades como condutor de energia, com ampla aplicação em energias renováveis e veículos elétricos. Os preços do cobre são determinados com base (i) nos preços do cobre metálico em mercados terminais, como a London Metal Exchange (LME), a Shanghai Future Exchange (SHFE) e a Commodities Exchange (COMEX), e (ii) no caso de produtos intermediários, como concentrado de cobre (que compreende a maior parte de nossas vendas) e anodo de cobre, encargos de tratamento e refino negociados com cada cliente.

A demanda por cobre refinado aumentou 4% ano a ano em 2025, com a China sendo responsável por aproximadamente 57% do consumo mundial de refinado. Para 2026, espera-se que o mercado esteja relativamente equilibrado, com níveis similares de crescimento de oferta e demanda.

EFEITOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL DA MOEDA

Nossos resultados são afetados de diversas maneiras pelas variações no valor do real brasileiro, que é a moeda do principal ambiente econômico em que atuamos, embora algumas de nossas subsidiárias utilizem outras moedas funcionais, como o dólar americano, o dólar canadense e outras. As variações cambiais no encerramento do exercício influenciam nossos resultados financeiros, enquanto a taxa de câmbio média afeta nosso desempenho operacional.

Em 2025, nossos resultados financeiros foram impactados principalmente por um ganho de US$1.616 milhões relacionado a ajustes de marcação a mercado em nossos instrumentos financeiros derivativos, após a valorização do real brasileiro em 11,1% em relação ao dólar americano em 2025, em comparação com uma perda de US$1.209 milhões associada a uma desvalorização de 27,9% do real brasileiro em relação ao dólar americano em 2024. Esses instrumentos financeiros, conhecidos como swaps, são usados principalmente para converter dívidas e outras obrigações denominadas em reais brasileiros em dólares americanos para proteger nosso fluxo de caixa da volatilidade cambial. Para obter mais informações sobre nosso uso de derivativos, consulte *Panorama — Gestão de Riscos — Riscos financeiros*.

Em 2025, a taxa de câmbio média anual do real brasileiro em relação ao dólar norte-americano valorizou 3,6%, passando de uma taxa de câmbio média de R$5,3920 para US$1,00 em 2023 para R$5,5855 para US$1,00 em 2025. Isso impactou negativamente nosso resultado operacional e fluxos de caixa. Os efeitos mais importantes estão descritos abaixo:

A maior parte de nossas receitas é denominada em dólares norte-americanos, enquanto nosso custo dos produtos vendidos é denominado em várias moedas, incluindo o dólar norte-americano (49,2% em 2025), o real brasileiro (47,6% em 2025) e o dólar canadense (3,2% em 2025). Em 2025, não reconhecemos quaisquer ganhos decorrentes da reclassificação dos ajustes cumulativos de conversão na demonstração do resultado.

Resultados das Operações

Para comentários sobre nossos resultados operacionais do exercício de 2024 em comparação com o de 2023, consulte as páginas 123-130 de nosso Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Demonstração consolidada do resultado do exercício:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**% variação**
	(em milhões de US$, exceto %)		
Receita de vendas, líquida	38.403	38.056	0,9
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(24.947)	(24.265)	2,8
Lucro bruto	**13.456**	**13.791**	**(2,4)**
Despesas operacionais			
Vendas e administrativas	(641)	(622)	3,1
Pesquisa e desenvolvimento	(693)	(790)	(12,3)
Despesas pré-operacionais e paradas de operação	(268)	(403)	(33,5)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.358)	(1.489)	(8,8)
Perda por redução ao valor recuperável e resultado na alienação de ativos não circulantes, líquidos	(4.599)	301	(1.627,9)
Lucro operacional	**5.897**	**10.788**	**(45,3)**
Receitas financeiras	501	422	18,7
Despesas financeiras	(1.647)	(1.473)	11,8
Outros itens financeiros, líquidos	120	(2.772)	(104,3)
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*	(218)	(269)	(19,0)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**4.653**	**6.696**	**(30,5)**
Tributos sobre o lucro	(2.670)	(721)	270,3
Lucro líquido	**1.983**	**5.975**	**(66,8)**
Resultado líquido atribuído aos acionistas não controladores	(369)	(191)	93,2
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale	**2.352**	**6.166**	**(61,9)**

RECEITAS CONSOLIDADAS

Em 2025, nossa receita operacional líquida totalizou US$38.403 milhões, um aumento de US$347 milhões, ou 0,9%, em comparação com os US$38.056 milhões em 2024. O aumento deveu-se principalmente ao aumento no volume de vendas de minério de ferro, cobre e níquel de 2,5%, 12,4% e 11,3%, respectivamente, com um impacto de US$1.329 milhões, e a preços realizados mais altos das operações de metais básicos de US$855 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por preços realizados mais baixos de minério de ferro, com um impacto de US$1.838 milhões. Para obter mais informações sobre nossos preços médios realizados e volumes de vendas, consulte abaixo a Análise e Perspectiva Operacionais e Financeiras — Resultados das Operações por Segmento.

Nossa receita depende, entre outros fatores, do volume de produção em nossas instalações e dos preços de nossos produtos. Para mais informações sobre nossa produção, consulte *Informações sobre a Companhia – Linhas de Negócios* O aumento na capacidade de nossas instalações resultante de nosso investimento tem um efeito importante em nosso desempenho. Nossa produção também é afetada pelas aquisições e alienações.

A tabela a seguir resume, para cada um dos exercícios indicados, a distribuição de nossas receitas operacionais líquidas com base na localização geográfica de nossos clientes.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2025		**2024**	
	(em milhões de US$)	*(% do total)*	*(em milhões de US$)*	*(% do total)*
Ásia				
China[1]	19.405	50,5	19.375	50,9
Japão	2.425	6,3	3.050	8,0
Outros	3.873	10,1	2.887	7,6
Ásia – total	25.703	66,9	25.312	66,5
América				
Estados Unidos	1.108	2,9	1.075	2,8
Brasil	3.135	8,2	3.565	9,4
Outros	763	2,0	970	2,5
América – total	5.006	13,0	5.610	14,7
Europa				
Alemanha	1.853	4,8	1.467	3,9
Outros	3.871	10,1	3.019	7,9
Europa – total	5.724	14,9	4.486	11,8
Resto do mundo(2)	1.970	5,1	2.648	7,0
Total	38.403	100,0	38.056	100,0

[1] Em 2025, corresponde a 98,1% (2024: 95,8%) para a China Continental e 1,9% para Taiwan (2024: 4,2%)

[2] Corresponde ao Oriente Médio, África e Oceania.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Nosso custo de mercadorias vendidas e serviços prestados totalizou US$24.947 milhões em 2025, um aumento de US$682 milhões, ou 2,8%, em comparação com US$24.265 milhões em 2024. Esse aumento foi impulsionado principalmente por preços de frete spot mais altos de finos de minério de ferro, que tiveram um impacto de US$783 milhões, e em nossas operações de metais básicos, com um impacto de US$552 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por custos de frete marítimo mais baixos no minério de ferro, totalizando US$362 milhões, além da depreciação do real brasileiro no valor de US$299 milhões.

Nossas despesas com pesquisa e desenvolvimento totalizaram US$693 milhões em 2025, uma redução de US$97 milhões, ou 12,3%, em relação aos US$790 milhões em 2024. Essa redução foi impulsionada principalmente pela Vale Metais Básicos, devido a menores despesas no Projeto HU'u e em outros projetos de exploração de Cobre, bem como à desaceleração das iniciativas de Engenharia e Tecnologia em Níquel.

Nossas despesas pré-operacionais e de paralisação operacional totalizaram US$268 milhões em 2025, uma redução de US$135 milhões, ou 33,5%, em comparação com os US$403 milhões registrados em 2024, principalmente devido à retomada total das operações em Vargem Grande.

A baixa contábil e o resultado da alienação de ativos não circulantes, líquidos, totalizaram uma perda de US$4.599 milhões em 2025, relacionada a perdas por redução ao valor recuperável associadas à operação de níquel em Newfoundland e Labrador, Canadá, no valor de US$1.745 milhões, e à baixa contábil total do ágio alocado às operações de níquel no Canadá, totalizando US$1.735 milhões. Para mais informações, ver nota explicativa 12 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossas outras despesas operacionais, líquidas, totalizaram US$1.358 milhões em 2025, uma redução de US$131 milhões, ou 8,8%, em comparação com os US$1.489 milhões em 2024, principalmente devido à redução da provisão para litígios e ao programa de participação nos lucros. Para uma descrição de nossas outras despesas operacionais, consulte a Nota Explicativa 4 (c) de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES POR SEGMENTO

Volume de vendas

A tabela a seguir apresenta nossos principais produtos e os volumes totais vendidos de cada produto em cada um dos anos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**% variação**
	(mil toneladas métricas, exceto %)		
Soluções de Minério de Ferro			
Finos de minério de ferro	273.027	260.314	4,9
Pelotas de minério de ferro	32.801	38.300	(14,4)
ROM (*run-of-mine*)	8.530	8.038	6,1
Vale Metais Básicos			
Níquel e outros produtos	173	155	11,6
Cobre	279	250	11,6
Cobre como subproduto do níquel	89	77	15,6

Preços médios realizados

A tabela a seguir apresenta nossos preços médios realizados para nossos principais produtos para cada um dos anos indicados. Determinamos os preços médios praticados com base em nossas receitas operacionais líquidas, que consistem do preço cobrado dos clientes, excluindo certos itens que deduzimos ao chegar às receitas operacionais líquidas, principalmente o imposto sobre valor agregado.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**% variação**
	(em US$ por tonelada métrica, exceto %)		
Soluções de Minério de Ferro			
Finos de minério de ferro	92	95	(3,2)
Pelotas de minério de ferro	134	155	(13,5)
Vale Metais Básicos			
Níquel	15.555	17.078	(8,9)
Cobre	9.763	8.811	10,8
Cobre como subproduto do níquel	9.313	8.413	10,7

Discutimos abaixo, para cada segmento, as mudanças em nossas receitas operacionais líquidas, o custo dos bens vendidos e serviços prestados (excluindo depreciação, exaustão e amortização) e EBITDA Ajustado. As despesas incorridas com remediação, indenização e doações relacionadas ao rompimento da barragem de Brumadinho não estão diretamente relacionadas às nossas atividades operacionais e, portanto, não são alocadas a qualquer segmento operacional.

Receita líquida de vendas por segmento

A tabela a seguir resume nossa receita operacional líquida por produto nos anos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**% variação**
	(em milhões de US$, exceto %)		
Soluções de Minério de Ferro			
Minério de ferro	25.010	24.805	0,8
Pelotas de minério de ferro	4.396	5.921	(25,8)
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	724	718	0,8
Soluções de Minério de Ferro – total	30.130	31.444	(4,2)
Vale Metais Básicos			
Níquel	4.291	3.666	17,0
Cobre	3.753	2.805	33,8
Outros metais básicos	229	141	62,4
Vale Metais Básicos – total	8.273	6.612	25,1
Total	38.403	**38.056**	**0,9**

Receita líquida de vendas de:

Soluções de Minério de Ferro. Total de US$30.130 milhões em 2025, uma diminuição de 4,2% ou US$1.314 milhões em relação aos US$31.444 milhões em 2024, refletindo principalmente a queda de 4% nos preços dos finos de minério de ferro, em linha com o índice de referência, com um impacto de US$1.073 milhões, e a queda de 13% nos preços de pelotas de minério de ferro, com um impacto de US$698 milhões, além de uma queda de 14% no volume de vendas de pelotas de minério de ferro, com um impacto de US$827 milhões, parcialmente compensada por um aumento de 5% no volume de vendas de finos de minério de ferro, com um impacto de US$1.278 milhões.

Vale Metais Básicos. Total de US$8.273 milhões em 2025, um aumento de 25,1% ou US$1.661 milhões em relação aos US$6.612 milhões em 2024. Este aumento na receita foi impulsionado principalmente por preços médios realizados mais altos do cobre e do ouro, que contribuíram com US$424 milhões e US$532 milhões em receita, respectivamente. O aumento também foi impulsionado por maiores volumes de níquel devido à expansão das minas subterrâneas do projeto de expansão da mina de Voisey's Bay e à retomada das operações em Onça Puma, resultando em um impacto significativo de US$426 milhões. Além disso, maiores vendas de cobre e ouro resultaram em um impacto de US$275 milhões e US$125 milhões em receita, respectivamente. O aumento foi parcialmente compensado por uma queda nos preços médios realizados do níquel, resultando em uma redução de US$294 milhões.

Custo dos produtos vendidos por segmento (excluindo depreciação, exaustão e amortização)

A tabela a seguir apresenta, para cada ano indicado, nosso custo de produtos vendidos e serviços prestados (excluindo depreciação, exaustão e amortização) por segmento e a variação percentual de ano para ano.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**% variação**
	(em milhões de US$, exceto %)		
Soluções de Minério de Ferro			
Minério de ferro	13.488	12.846	5,0
Pelotas de minério de ferro	2.516	2.920	(13,8)
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	608	556	9,4
Soluções de Minério de Ferro – total	16.612	16.322	1,8
Vale Metais Básicos			
Níquel	3.513	3.414	2,9
Cobre	1.646	1.472	11,8
Outros metais básicos	217	154	40,9
Vale Metais Básicos – total	5.376	5.040	6,7
Total (excluindo depreciação, esgotamento e amortização)	21.988	21.362	2,9
Depreciação, exaustão e amortização	2.959	2.903	1,9
Total (incluindo depreciação, esgotamento e amortização)	**24.947**	**24.265**	**2,8**

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados de:

Soluções de Minério de Ferro (excluindo depreciação, exaustão e amortização). Aumentou 1,8% ou US$290 milhões em 2025, passando de US$16.322 milhões em 2024 para US$16.612 milhões. Esse aumento reflete principalmente maiores volumes de vendas de finos de minério de ferro em 5%, com um impacto de US$783 milhões, custos mais altos com aquisições de minério de ferro de terceiros em US$252 milhões, parcialmente compensados por uma diminuição nos volumes de vendas de pelotas de minério de ferro em 14%, com um impacto de US$390 milhões, e custos de frete marítimo mais baixos em US$362 milhões.

Vale Metais Básicos (excluindo depreciação, exaustão e amortização). Aumentou 6,7% ou US$336 milhões em 2025, passando de US$5.040 milhões em 2024. Este aumento reflete principalmente maiores volumes de vendas de níquel e cobre, com um impacto de US$751 milhões, parcialmente compensado pela aceleração da mina subterrânea de Voisey's Bay e pela retomada das operações em Onça Puma após a reconstrução do forno, resultando em uma redução de US$353 milhões.

EBITDA ajustado por segmento

Nossa administração utiliza o EBITDA Ajustado como medida para avaliar a contribuição de cada segmento para o nosso desempenho e apoiar a tomada de decisão na alocação de recursos. O EBITDA ajustado para cada segmento é definido como o lucro ou prejuízo operacional, para esse segmento, (a) adicionando o EBITDA de participações em coligadas e joint ventures e (b) excluindo (i) depreciação, esgotamento e amortização e (ii) perdas por redução ao valor recuperável e resultados da baixa contábil, ativos não circulantes, líquidos e outros itens.

A tabela a seguir resume nosso EBITDA Ajustado para cada um de nossos segmentos.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	% variação
	(em milhões de US$, exceto %)		
Soluções de Minério de Ferro			
Minério de ferro	11.562	11.598	(0,3)
Pelotas de minério de ferro	2.052	3.166	(35,2)
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	189	321	(41,1)
Soluções de Minério de Ferro – total	13.803	15.085	(8,5)
Vale Metais Básicos			
Níquel	714	114	526,3
Cobre	2.757	1.521	81,3
Outros metais básicos	(116)	(182)	(36,3)
Vale Metais Básicos – total	3.355	1.453	130,9
Itens não alocados[1]	(1.700)	(1.698)	0,1
EBITDA ajustado	**15.458**	**14.840**	**4.2**

[1] Inclui despesas corporativas, pesquisa e desenvolvimento de projetos de exploração greenfield, bem como despesas relacionadas ao evento de Brumadinho e à descaracterização de barragens e obrigações de requisitos de ativos.

EBITDA ajustado de:

Soluções de Minério de Ferro. Total de US$13.803 milhões em 2025, uma redução de US$1.282 milhões ou 8,5%, em comparação com nosso EBITDA ajustado de Soluções em Minério de Ferro de US$15.085 milhões em 2024. Essa redução reflete principalmente os menores preços médios realizados de finos e pelotas de minério de ferro, que tiveram um impacto de US$1.771 milhões, parcialmente compensado por maiores volumes de vendas de finos de minério de ferro de US$495 milhões. Em 2024, a diminuição de US$3.729 milhões em comparação com o nosso EBITDA Ajustado de Soluções em Minérios de Ferro de 2023 refletiu principalmente os preços médios realizados mais baixos de pelotas e finos de minério de ferro, que tiveram um impacto de US$3.754 milhões.

Vale Metais Básicos. Total de US$3.355 milhões em 2025, um aumento de US$1.902 milhões ou 130,9%, em comparação com o nosso EBITDA Ajustado da Vale Metais Básicos de US$1.453 milhões em 2024. Este aumento reflete principalmente o aumento de 30% e 9% no preço de referência do ouro e do cobre, respectivamente, com um impacto de US$939 milhões, e aumentos de volume no segmento de cobre e no segmento de níquel (impacto de US$282 milhões). Além disso, o aumento na disponibilidade de matéria-prima em Voisey's Bay melhorou o custo das operações em Newfoundland e Labrador (impacto de US$271 milhões) e diminuiu os custos de aquisição, principalmente devido aos preços mais baixos (impacto de US$164 milhões). Em 2024, a diminuição de US$510 milhões em comparação com o nosso EBITDA Ajustado da Vale Metais Básicos em 2023 deveu-se principalmente aos preços médios realizados mais baixos do níquel, com um impacto de US$787 milhões, compensados por um aumento nos preços médios realizados do cobre, com um impacto de US$214 milhões.

RESULTADOS FINANCEIROS

A tabela a seguir detalha nossos resultados financeiros para os exercícios indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**%Variação**
	(em milhões de US$, exceto %)		
Receita financeira[1]	501	422	18,7
Despesas financeiras[2]	(1.647)	(1.473)	11,8
Perdas cambiais e monetárias, líquidas	(802)	(1.388)	(42,2)
Debêntures participativas	(694)	(175)	296,6
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	1.616	(1.209)	(233,7)
Resultado financeiro, líquido	**(1.026)**	**(3.823)**	**(73,2)**

[1] Inclui investimentos de curto prazo e outras receitas financeiras (consulte a nota explicativa 18 às nossas demonstrações financeiras consolidadas)

[2] Inclui juros de empréstimos e financiamentos, juros sobre operações de capital de giro, juros sobre REFIS, impostos sobre rendimentos financeiros, despesas com recompra de títulos e de acionistas participativos, despesas bancárias, juros sobre passivos de arrendamento e outras despesas financeiras (ver nota explicativa 18 às nossas demonstrações financeiras consolidadas).

Em 2025, nossos resultados financeiros foram impactados principalmente por um ganho de US$1.616 milhões relacionado a ajustes de marcação a mercado em nossos instrumentos financeiros derivativos, após a valorização do real brasileiro em 11,1% em relação ao dólar americano em 2025, em comparação com uma perda de US$1.209 milhões associada a uma desvalorização de 27,9% do real brasileiro em relação ao dólar americano em 2024. Esses instrumentos financeiros derivativos são swaps usados principalmente para converter dívidas denominadas em reais brasileiros para dólares americanos, dessa forma protegendo nosso fluxo de caixa da volatilidade da taxa de câmbio.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES E OUTROS RESULTADOS EM COLIGADAS E *JOINT VENTURES*

Em 2025, registramos um prejuízo nos resultados de patrimônio líquido e outros resultados em coligadas e joint ventures de US$218 milhões, em linha com um prejuízo de US$269 milhões em 2024. Em 2025, nossos resultados de patrimônio líquido e outros resultados em coligadas e joint ventures foram impactados principalmente por uma despesa relacionada a uma provisão adicional de US$449 milhões na demonstração do resultado com base em uma mudança na probabilidade de perda da Ação do Reino Unido (*veja Informações Adicionais – Processos Judiciais – Processos Judiciais relacionados ao colapso da Barragem de Rejeitos da Samarco*), relacionados a bem como um aumento na provisão do Programa de Indenização Individual de US$167 milhões, comparado à provisão de US$956 milhões relacionada ao acordo final com a Samarco e um ganho de US$305 milhões da aquisição da Aliança Energia em 2024.

TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Em 2025, registramos uma despesa com imposto de renda de US$2.670 milhões, um aumento de US$1.949 milhões em comparação com a despesa com imposto de renda de US$721 milhões registrada em 2024, principalmente devido à baixa contábil de ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais acumulados, resultante da atualização das estimativas de lucros tributáveis futuros em subsidiárias estrangeiras.

RESULTADO LÍQUIDO

Pelos motivos discutidos acima, nosso resultado líquido atribuível aos nossos acionistas em 2025 foi de US$2.352 milhões, em comparação com US$6.166 milhões em 2024.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado é uma medida não GAAP, calculada com base no lucro ou prejuízo operacional e (a) adicionando o EBITDA de participações em coligadas e joint ventures e (b) excluindo (i) depreciação, esgotamento e amortização e (ii) perdas por redução ao valor recuperável e resultados da baixa contábil de ativos não circulantes, líquidos, e outros itens. Nossa administração utiliza o EBITDA Ajustado como uma medida adicional de nosso desempenho consolidado.

A tabela abaixo mostra uma conciliação do nosso EBITDA Ajustado consolidado com nosso resultado líquido consolidado para os exercícios indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**2023**
	(em milhões de US$)		
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale	**2.352**	**6.166**	**7.983**
Resultado líquido atribuído aos acionistas não controladores	(369)	(191)	122
Lucro líquido	1.983	5.975	8.105
Tributos sobre o lucro	2.670	721	3.046
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*	218	269	1.108
Resultado financeiro, líquido	1.026	3.823	1.946
Depreciação, exaustão e amortização	3.105	3.057	3.070
EBITDA de associadas e joint ventures	1.072	940	844
Perda por redução ao valor recuperável e resultado na alienação de ativos não circulantes,	5.384	55	482
EBITDA ajustado	**15.458**	**14.840**	**18.601**

(1) Inclui um ajuste de US$785 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024: US$ 356 milhões), para refletir o desempenho das transações de streaming a preços de mercado.

Em 2025, nosso EBITDA Ajustado consolidado aumentou para US$15.458 milhões, ante US$14.840 milhões em 2024, principalmente devido aos maiores volumes de vendas de minério de ferro, cobre e níquel, de 2,5%, 12,4% e 11,3%, respectivamente, resultando em um impacto de US$326 milhões. Além disso, a depreciação do real brasileiro contribuiu com um impacto de US$374 milhões. Em 2024, nosso EBITDA ajustado consolidado das operações continuadas diminuiu para US$14.840 milhões, ante US$18.601 milhões em 2023, principalmente devido à queda de 7,8% nos preços médios realizados de finos e pelotas de minério de ferro, com um impacto de US$3.754 milhões.

Liquidez e Recursos de Capital

Nossas principais necessidades de financiamento são para despesas de capital, pagamento de dividendos, recompra de ações, serviço da dívida, pagamento de impostos, desativação de barragens e cumprimento de nossas obrigações relacionadas à remediação e indenização de danos decorrentes do rompimento da barragem de Brumadinho e qualquer contribuição que possamos ser obrigados a fazer em relação ao rompimento da barragem de Fundão, conforme o Acordo Definitivo. Esperamos atender a essas necessidades, de acordo com nossa prática histórica, por meio do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais e atividades de financiamento.

Nossa projeção de despesas de capital para 2026 é de US$5,4 bilhões a US$5,7 bilhões. Um valor principal de US$323 milhões de nossa dívida vence em 2026. Prevemos incorrer em um montante total de US$2.426 milhões relacionado à remediação e compensação em decorrência dos rompimentos das barragens de Brumadinho e Fundão e à descaracterização de barragens em 2026, e após 2026 nossas despesas totais previstas, incluindo provisões, são de US$5.960 milhões. Temos um valor principal agregado de dívida de US$6.143 milhões com vencimento entre 2027 e 2029 e US$11.473 milhões com vencimento após 2029. Esperamos que nossos fluxos atuais de caixa e equivalente de caixa e fluxo de caixa operacionais sejam suficientes para atender nossas obrigações a vencer em 2026 e posteriormente. Estamos constantemente avaliando oportunidades para geração de caixa adicional. Por fim, estamos empenhados em reduzir ainda mais nossos custos e despesas, mantendo níveis sólidos de alavancagem e disciplina na alocação de capital.

FONTES DE RECURSOS

Nossas principais fontes de recursos são nosso fluxo de caixa operacional e atividades de financiamento. Em 2025, o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de US$8.801 milhões, em comparação com US$9.366 milhões em 2024. O valor do fluxo de caixa operacional é fortemente afetado pelos preços globais de nossos produtos. Essa diminuição em 2025 deveu-se principalmente ao impacto da recompra parcial das debêntures de acionistas participativos, o que resultou em um desembolso de US$703 milhões em 2025. Ver nota explicativa 23(b) das demonstrações financeiras consolidadas da Vale.

Em 31 de dezembro de 2025, nosso caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo totalizaram US$7.566 milhões, em comparação com US$5.006 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Em 2025, obtivemos financiamento (empréstimos e financiamentos de terceiros) no valor de US$4.718 milhões, (comparado a US$4.855 milhões em 2024), incluindo (a) US$750 milhões em títulos, com cupom de 6,40% ao ano, com vencimento em 2054; (b) um montante em reais brasileiros equivalente a aproximadamente US$1.080 milhões em debêntures brasileiras, em três séries, a uma taxa de IPCA mais 6,76% a 6,89% ao ano, com vencimento em 2032, 2035 e 2037 e (c) outros empréstimos e financiamentos, principalmente indexados à SOFR mais um spread, com vencimento de 2026 a 2030.

Em novembro de 2025, emitimos US$750 milhões em notas subordinadas, a uma taxa inicial de 6,00% ao ano, sujeitas a diferimento opcional de juros, com vencimento em 2056.

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Obrigações de Reparação

Em 2025, utilizamos um montante total de caixa de US$1.181 milhões (US$1.287 milhões em 2024) em assuntos relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho, dos quais US$523 milhões foram utilizados em conexão com obrigações assumidas em acordos de conciliação (US$583 milhões em 2024), US$351 milhões em indenizações individuais e outros compromissos (US$326 milhões em 2024) e US$307 milhões em conexão com despesas incorridas (US$378 milhões em 2024). Para mais informações, consulte a nota explicativa 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 2025, utilizamos um total de US$2.298 milhões em caixa para obrigações de remediação relacionadas ao rompimento da barragem da Samarco, em comparação com US$808 milhões em 2024. Para obter mais informações, consulte a nota explicativa 26(a) das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 2025, também utilizamos US$378 milhões em caixa para assuntos relacionados à descaracterização de barragens, em comparação com US$533 milhões em 2024. Para obter mais informações, consulte a nota explicativa 14 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Aquisição de imobilizados e ativos intangíveis

Nossa aquisição de imobilizado e ativos intangíveis em 2025 totalizou US$6,0 bilhões, em comparação com US$6,4 bilhões em 2024.

Nossos investimentos de capital em 2025 totalizaram US$5,5 bilhões, em comparação com US$6,0 bilhões em 2024, incluindo US$4,4 bilhões (em comparação com US$4,5 bilhões em 2024) destinados à manutenção de nossas operações existentes e US$1,1 bilhão (em comparação com US$1,5 bilhão em 2024) alocados à execução de projetos (construção em andamento). Os investimentos de capital são aqueles relacionados aos nossos projetos de crescimento e manutenção orçados e não incluem desembolsos com concessões.

Nossa previsão de investimentos em despesas de capital para 2026 é de US$5,4 bilhões a 5,7 bilhões, para sustentar nossa produção, apoiar nossas iniciativas de baixo carbono e aproveitar oportunidades de crescimento incremental.

A tabela a seguir mostra os investimentos totais de 2025 para os nossos principais projetos de investimento e despesas orçadas para esses projetos em 2026, juntamente com a estimativa de investimento total para cada projeto e data de inicialização real ou prevista de cada projeto, em 31 de dezembro de 2025.

Área de negócios	Principais projetos[2]	Local	Início real ou estimado	CAPEX executado(1)		CAPEX estimado(1)	
				2025[3]	Total executado[4]	2026[5]	Total esperado[6]
				(em milhões de US$)			
Soluções de minério de ferro	Maximização Capanema	Minas Gerais, Brasil	1H25	206	897	31	932
Soluções de minério de ferro	Serra Sul +20 Mtpa	Pará, Brasil	2H26	436	1.841	376	2.844
Soluções de minério de ferro	Britagem para Compactação	Minas Gerais, Brasil	2H26	238	542	112	755
Soluções de minério de ferro	Ponte do Rio Tocantins	Pará, Brasil	1H28	125	374	152	716
Vale Metais Básicos: Níquel	Onça Puma 2º Forno de Queima	Pará, Brasil	2H25	140	413	28	555
Vale Metais Básicos: Níquel	Bacaba	Pará, Brasil	1H28	18	33	100	284

(1) As despesas de capital são aquelas relacionadas com os nossos projetos de crescimento e sustentação orçamentados e não incluem desembolsos com concessões, contabilizadas como intangíveis e já com os seus montantes a pagar provisionados como passivos de concessões ferroviárias.
(2) Projetos aprovados pelo Conselho de Administração.
(3) Os investimentos executados incluem a soma das saídas de caixa.
(4) CAPEX total executado até 31 de dezembro de 2025, incluindo despesas de capital em períodos anteriores.
(5) Os números apresentados correspondem à orientação de investimento para despesas de capital em 2026.
(6) Custo de investimento total estimado para cada projeto, incluindo dispêndios de capital em períodos anteriores. CAPEX total previsto inclui despesas, de acordo com o orçamento aprovado por nosso Conselho de Administração. Entretanto, essas despesas não estão inclusas no CAPEX previsto para o ano, ou nos valores totais de CAPEX executado.

Remuneração aos acionistas e recompra de ações

Remuneração aos acionistas. Em 2025, aprovamos dividendos e juros sobre o capital aos nossos acionistas, totalizando US$5.923 milhões.

Recompra de ações. Em 19 de fevereiro de 2025, nosso Conselho de Administração aprovou um novo programa de recompra de ações para a aquisição de até 120 milhões de ações ordinárias em um período de 18 meses. Nenhuma ação foi recomprada no âmbito deste programa em 2025.

Pagamento de impostos

Pagamos US$1.577 milhões em imposto de renda em 2025, excluindo os pagamentos relacionados ao REFIS (um programa de liquidação de impostos), em comparação com US$1.462 milhões em imposto de renda em 2024. Em 2025, pagamos um total de US$405 milhões, relacionados ao REFIS, em comparação com US$397 milhões em 2024.

Gestão do passivo

Em 2025, reembolsamos US$1.454 milhões (em comparação com US$2.605 milhões em 2024) nos termos de nossos contratos de financiamento.

Em março de 2025, concluímos a recompra em dinheiro de títulos emitidos pela Vale Overseas Limited e garantidos pela Vale S.A., da seguinte forma: US$103 milhões em títulos de 8,250% com vencimento em 2034, US$171 milhões em títulos de 6,875% com vencimento em 2039 e US$55 milhões em títulos de 6,875% com vencimento em 2036. Em conjunto, as ofertas de recompra nos permitiram amortizar um montante principal agregado de US$329 milhões em dívidas.

Em novembro de 2025, concluímos a aquisição opcional de 89.410.390 debêntures em circulação da nossa 6ª emissão de debêntures subordinadas participativas de série única (Debêntures Participativas), representando 23,01%, ou um montante principal agregado de US$703 milhões, do total de Debêntures Participativas então em circulação.

DÍVIDA

Em 31 de dezembro de 2025, nossa dívida total em aberto (incluindo empréstimos e financiamentos) era de US$18.134 milhões (incluindo US$17.939 milhões de principal e US$195 milhões de encargos acumulados), em comparação com US$14.792 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos empréstimos e financiamentos no valor de US$1.134 milhões garantidos por ativos fixos, e a média ponderada do prazo restante de nossa dívida era de 8,4 anos, em comparação com 8,7 anos em 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, nossos empréstimos e financiamentos circulantes totalizavam US$518 milhões, em comparação com US$1.020 milhões em 2024, incluindo juros acumulados.

Nossas principais categorias de empréstimos e financiamentos não correntes são descritas abaixo. Os valores principais mostrados abaixo excluem juros acumulados.

- Os títulos de taxa fixa denominados em dólares americanos em 31 de dezembro de 2025 totalizavam US$7.607 milhões, em comparação com US$7.187 milhões em 31 de dezembro de 2024. Emitimos em ofertas públicas várias séries de títulos de dívida de taxa fixa, diretamente pela Vale e por meio de nossa subsidiária financeira integral Vale Overseas Limited (títulos de dívida garantidos pela Vale) totalizando US$7.328 milhões, em comparação com US$6.908 milhões em 2024. Nossa subsidiária Vale Canada tem títulos de taxa fixa em aberto no montante de US$279 milhões em 31 de dezembro de 2025, em comparação com US$297 milhões em 31 de dezembro de 2024.

- Os contratos de dívida denominados em dólares americanos no mercado internacional em 31 de dezembro de 2025 totalizavam US$6.944 milhões, em comparação com US$5.042 milhões em 31 de dezembro de 2024. Essa categoria

inclui linhas de financiamento de exportação, empréstimos de agências de crédito de exportação e empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais.

- Outras dívidas em 31 de dezembro de 2025 totalizavam US$3.065 milhões, em comparação com US$1.543 milhões em 31 de dezembro de 2024. Temos dívidas pendentes, denominadas em reais brasileiros e outras moedas, devidas principalmente a detentores de debêntures de infraestrutura e bancos comerciais brasileiros.

Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos três linhas de crédito rotativo com consórcios de bancos internacionais, uma com vencimento em 2029 e as outras duas em 2030. As linhas de crédito rotativo, que estão comprometidas, permitem uma gestão de caixa mais eficiente, consistente com nosso foco estratégico na redução do custo de capital. Atualmente, dispomos de US$3 bilhões em uma linha de crédito rotativo com vencimento em 2029, que pode ser utilizada pela Vale, pela Vale International ou pela Vale Canada; e duas linhas de crédito rotativo disponíveis até 2030, sendo uma no valor de US$1,5 bilhão, que pode ser utilizada pela Vale e pela Vale International, e a outra no valor de US$500 milhões, que pode ser utilizada por nossas subsidiárias Vale Base Metals Capital plc e Vale Canada Limited.

Alguns dos nossos instrumentos de dívida de longo prazo contêm cláusulas financeiras restritivas e a maioria inclui disposições de aceleração cruzada. 14,5% do valor principal agregado de nossa dívida total exigem que mantenhamos, no encerramento de cada exercício, (i) um índice consolidado entre a dívida total e o EBITDA ajustado para os últimos 12 meses não superior a 4,5:1, e (ii) um índice consolidado de cobertura de juros de pelo menos 2,0 para 1. Essas cláusulas constam de nossos contratos com um banco comercial da China, com outras agências de exportação e desenvolvimento e com alguns outros credores. Em 31 de dezembro de 2025, estávamos em conformidade com nossos covenants financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, as garantias financeiras corporativas que fornecemos (dentro do limite de nossa participação direta ou indireta) para certas coligadas e joint ventures totalizaram US$233 milhões, em comparação com US$210 milhões em 2024.

Em fevereiro de 2025, a Vale Overseas Limited emitiu US$750 milhões em títulos com taxa de juros de 6,400% e vencimento em 2054, garantidos pela Vale S.A. Esses títulos serão consolidados e formarão uma única série com os títulos garantidos de US$1 bilhão da Vale Overseas Limited com taxa de juros de 6,400% e vencimento em 2054, emitidos em junho de 2024.

TÍTULOS SUBORDINADOS

Em novembro de 2025, a Vale Overseas Limited emitiu US$750 milhões em títulos subordinados com data de vencimento fixa e reajustável, com vencimento em 2056, garantidos pela Vale S.A. de forma subordinada e sem garantia. Os títulos vencerão em 25 de fevereiro de 2056 e renderão juros semestrais a uma taxa inicial de 6,00% ao ano, sujeita a diferimento opcional de juros.

IV. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E NEGOCIAÇÃO

Acionistas Majoritários

Em 18 de março de 2026, nosso capital social era composto por 4.269.514.353 ações ordinárias em circulação, e 12 ações preferenciais, detidas pelo governo brasileiro. As 12 *golden shares* têm poder de veto sobre determinadas ações, tais como mudanças em nosso nome, localização da nossa sede e em nosso objeto social no que se referem às atividades de mineração. Consulte *Informações Adicionais — Estatuto Social*.

A tabela a seguir apresenta informações sobre a titularidade de nossas ações pelos acionistas que sabemos deter mais de 5% de nosso capital social em circulação, e por nossos conselheiros e diretores como um grupo, em 18 de março de 2026, salvo indicação em contrário.

Acionistas	Titularidade das ações ordinárias	% de classe[3]
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ)	339.606.102	8
BlackRock, Inc.[1]	297.783.803	7,0
Mitsui & Co., Ltd.	286.347.055	6,7
Capital World Investors[2]	227.690.911	5,3
Conselheiros e comitê executivo como um grupo	997.145	0,0

(1) Posição do grupo econômico. Além das informações fornecidas pelo banco depositário, inclui as participações informadas pelas instituições à SEC por meio de formulários como o 13G e o 13F.

(2) Posição reportada em 8 de janeiro de 2026 pelo próprio acionista, por meio da Declaração de Aquisição de Participação Relevante encaminhada à Vale e divulgada ao mercado por meio de Fato Relevante em 12 de janeiro de 2026.

(3) Todos os percentuais são calculados com base em 4.269.514.353 ações ordinárias em circulação em 18 de março de 2026. Mantínhamos 169.645.399 ações em tesouraria em 18 de março de 2026, considerando o cancelamento de ações em tesouraria aprovado pelo Conselho de Administração da Vale e divulgado ao mercado por meio do Comunicado de Imprensa de 12 de março de 2026.

Fomos informados das seguintes mudanças significativas na participação percentual detida por nossos principais acionistas durante os últimos três anos:

- **PREVI.** Em 2022 e 2023, a PREVI reduziu sua participação acionária na Vale e, em 18 de março de 2026, a PREVI detinha 339.606.102 ações ordinárias, representando 8,0% das ações ordinárias em circulação da Vale.
- **Capital World Investors.** Em 8 de janeiro de 2026, a Capital World Investors nos notificou que aumentou sua participação acionária na Vale e a Capital World Investors detinha 227.690.911 ações ordinárias, representando 5,0% das ações ordinárias da Vale (calculado com base em 4.539.007.580 ações totais). Antes disso, a Capital World Investors detinha 209.240.060 ações ordinárias.

Desde 2020, não há acordos de acionistas registrados em nossa sede, e não possuímos um acionista controlador.

Transações entre Partes Relacionadas

Em 2025, adotamos a versão revisada de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, que estabelece regras e princípios para garantir transparência, equidade e condições de mercado em nossas transações com partes relacionadas. A política está alinhada com as normas contábeis aplicáveis e com nosso framework de governança corporativa. De acordo com nossa política revisada:

- A definição de parte relacionada baseia-se nas normas contábeis aplicáveis e nossa política. Em caso de divergências, devem prevalecer as definições estabelecidas nas normas contábeis.

- A determinação de se um acionista se qualifica como parte relacionada segue as definições contábeis de controle, controle conjunto e influência significativa incluindo a presunção de influência significativa quando um acionista detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do capital votante, ou ainda representação no conselho de administração ou no órgão de administração da investida, participação nos processos de elaboração de políticas, incluindo decisões sobre dividendos e outras distribuições, transações relevantes entre o investidor e a investida, eleição e destituição de administradores ou gestores e fornecimento de informações técnicas essenciais.

- Nosso Comitê de Auditoria e Riscos é responsável por avaliar a razoabilidade e a adequação das transações com partes relacionadas, monitorar sua execução e assessorar o Conselho de Administração em assuntos decorrentes da política. No mínimo, anualmente, o Comitê de Auditoria e Risco avalia a lista de acionistas que se qualificam como partes relacionadas de acordo com tais critérios.

- A política também proíbe a concessão de quaisquer empréstimos a partes relacionadas, exceto às nossas subsidiárias, entidades sob controle conjunto ou coligadas.

- Se um conflito de interesses envolvendo um acionista, conselheiro ou diretor for identificado numa Assembleia Geral, Conselho de Administração ou transação específica, conforme aplicável, os procedimentos estabelecidos em nossa Política de Gestão de Conflitos de Interesses se aplicam. De acordo com esta política, qualquer acionista ou seu representante diretor que tenha um conflito de interesses deve divulgar imediatamente o conflito, abster-se de participar e votar, retirar-se das reuniões relevantes e discussões. Caso o indivíduo não o faça, o conflito poderá ser apontado por outra pessoa. A divulgação do conflito e do impedimento deve ser registrada na ata da reunião. Uma vez declarado o conflito de interesses, o acionista ou seu representante, diretor ou administrador executivo permanece limitado ao acesso apenas a documentos e informações de domínio público relacionados ao assunto.

- Nenhuma de nossas partes relacionadas, incluindo conselheiros ou diretores pode celebrar transações conosco, exceto de acordo com os termos da nossa política em condições de mercado e em condições justas, comutativas e baseadas no mercado, equivalentes às disponíveis com partes não relacionadas.

Nós nos envolvemos e esperamos continuar a nos envolver, em transações com certas entidades controladas ou afiliadas a nossos principais acionistas, em condições de mercado e sob termos justos, comutativos e baseados em preços de mercado.

- A Previ, um fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil), detém 8,0% das ações ordinárias em circulação da Vale em 18 de março de 2026. O Banco do Brasil nomeia três dos seis membros da alta administração da Previ. Uma coligada do Banco do Brasil é a gestora do BB Carteira Ativa. O Banco do Brasil também é uma instituição financeira de serviço completo e, junto a suas afiliadas, realizou, e pode realizar no futuro, serviços de investment banking, assessoria ou financiamento geral e serviços bancários para nós e nossas afiliadas, periodicamente, no curso normal dos negócios.

- Temos vínculos comerciais, no curso normal de nossos negócios, com a Mitsui, um grande conglomerado japonês. A Mitsui tem investimentos diretos em algumas de nossas subsidiárias, *joint ventures* e coligadas. A Mitsui também é nossa parceira na joint venture da VLI. A Mitsui & Co., Ltd. detém 6,7% das ações ordinárias em circulação da Vale em 18 de março de 2026.

Fornecemos no passado, e podemos continuar a fornecer, financiamento para a Samarco. Consulte a *Panorama dos Negócios — Esforços de reparação e remediação – Esforços de reparação, remediação e Acordos definitivos relacionados à barragem de rejeitos da Samarco.*

Também celebramos contratos de indenização com cada um de nossos conselheiros e diretores, de acordo com a nossa Política de Indenização, aprovada por nosso Conselho de Administração.

Nós nos envolvemos, e esperamos continuar a nos envolver, em transações independentes com alguns de nossos associados, joint ventures e outras partes relacionadas. Para informações referentes a investimentos em companhias associadas e joint ventures e sobre operações com partes relacionadas importantes, consulte as notas 30 e 33 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Remuneração aos Acionistas

De acordo com a legislação em vigor no Brasil e com nosso estatuto social, somos obrigados a distribuir anualmente aos nossos acionistas pelo menos 25% do valor distribuível, denominado como dividendos obrigatórios, a menos que o Conselho de Administração informe aos acionistas durante a assembleia geral que a distribuição é desaconselhável tendo em vista nossa situação financeira. Para uma discussão sobre as disposições de distribuição de dividendos de acordo com a legislação societária brasileira e nosso estatuto social, consulte *Informações Adicionais – Estatuto Social*.

O regime tributário aplicável às distribuições a acionistas não residentes e detentores de ADRs dependerá se tais distribuições são classificadas como dividendos ou como juros sobre capital próprio. Consulte *Informações Adicionais – Tributação – Considerações sobre tributação no Brasil*.

Por lei, somos obrigados a realizar uma assembleia geral ordinária até 30 de abril de cada ano na qual um dividendo anual pode ser declarado. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos provisórios ou juros sobre o capital próprio. De acordo com a legislação societária brasileira, os dividendos geralmente devem ser pagos ao detentor registrado no prazo de até 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, salvo se, por deliberação, os acionistas decidirem fixar outra data para o pagamento que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do encerramento do exercício social no qual os dividendos foram declarados. Os acionistas têm três anos, a partir da data de pagamento dos dividendos, para reivindicar os dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relativos às suas ações. Após esse período, cessa a nossa responsabilidade com relação a tais pagamentos.

Realizamos a distribuição em moeda corrente sobre as ações ordinárias subjacentes às ADSs, em reais, ao custodiante em nome do depositário. O custodiante então converte esses recursos em dólares americanos e os transfere ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs, líquidos das taxas do depositário. Para informações sobre tributação da distribuição de dividendos, consulte *Informações Adicionais – Tributação – Considerações sobre tributação no Brasil*.

A tabela a seguir apresenta as distribuições em dinheiro que pagamos aos detentores de ações ordinárias e golden shares nos exercícios indicados. Os valores são declarados antes de qualquer imposto retido na fonte aplicável.

		Reais por ação			Dólares americanos por ação[1]	Total de dólares americanos[1]
Exercício	Data de pagamento	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Total	Total	(em milhões de US$)
2021	15 de março de 2021	3,4	0,8	4,2	0,8	3.972
	30 de junho de 2021	2,2	–	2,2	0,4	2.200
	30 de setembro de 2021	8,2	–	8,2	1,5	7.644
2022	16 de março de 2022	3,7	–	3,7	0,7	3.500
	1º de setembro de 2022	2,0	1,5	3,5	0,6	3.000
2023	22 de março de 2023	1,8	0,3	2,1	0,4	1.823
	1 de setembro de 2023	–	1,9	1,9	0,4	1.744
	01 de dezembro de 2023	1,6	0,8	2,4	0,5	2.000
2024	19 de março de 2024	2,7	–	2,7	0,6	2.364
	4 de setembro de 2024	–	2,1	2,1	0,4	1.608
2025	14 de março de 2025	2,1	0,5	2,6	0,5	1.984
	3 de setembro de 2025	–	1,9	1,9	0,3	1.448
2026	07 de janeiro de 2026	1,2	–	1,2	0,2	1.000
	04 de março de 2026	0,8	1,5	2,3	0,4	1.879

[1] Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Mercados de Negociação

Nossas ações negociadas em bolsa são compostas por ações ordinárias sem valor nominal. Nossas ações ordinárias são negociadas publicamente no Brasil no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sob o código VALE3. Nossas ações ordinárias também são negociadas na LATIBEX, um mercado eletrônico não regulamentado criado em 1999 pela Bolsa de Valores de Madri, para permitir a negociação de títulos de renda variável latino-americanos, sob o código XVALO.

Nossas ADSs ordinárias, cada qual representando uma ação ordinária, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), sob o código VALE, ADS nível 2. O JPMorgan Chase Bank N.A. atua como depositário para as ADSs ordinárias. Em 31 de dezembro de 2025, havia 1.381.479.237 ADSs ordinárias em circulação, representando 32,4% de nosso capital social total.

Ações Depositárias

O JPMorgan Chase Bank N.A. atua como depositário para nossas ADSs. Os detentores de ADRs são requeridos a pagar diversas taxas ao depositário e este pode se recusar a prestar qualquer serviço que implique pagamento de taxa, até que esta tenha sido efetivamente paga.

Os detentores de ADRs devem pagar ao depositário os valores relativos a despesas incorridas pelo depositário ou por seus agentes, em nome dos detentores de ADRs, incluindo despesas decorrentes do cumprimento da legislação em vigor, tributos e outros encargos governamentais, ou conversão de moeda estrangeira em dólares americanos. Nesse caso, o depositário pode optar, a seu exclusivo critério, por receber o pagamento mediante cobrança aos detentores ou deduzindo a taxa de um ou mais dividendos pagos em dinheiro ou de outras distribuições em moeda corrente. O depositário pode recuperar os tributos não pagos ou outros encargos governamentais devidos por um detentor de ADRs mediante cobrança a este, deduzindo a taxa de um ou mais dividendos em dinheiro ou outras distribuições em moeda corrente, ou pela venda de ações subjacentes, ficando o detentor responsável por qualquer diferença de valor.

Os detentores de ADR também devem pagar taxas adicionais por determinados serviços prestados pelos depositários, conforme indicado na tabela abaixo.

Serviço do depositário	Taxa devida pelos detentores de ADR
Emissão de ADSs, incluindo emissões relativas à distribuição de ações, direitos e outras distribuições, emissões decorrentes de dividendos em ações ou desdobramento de ações, ou emissões decorrentes de fusão, troca de valores mobiliários e para resgate de ADSs para retirada de Valores Mobiliários Depositados ou cancelamento de ADSs	Até US$ 5,00 por 100 ADSs (ou fração) emitidos, entregues, reduzidos, cancelados ou resgatados
Distribuição de valores mobiliários diretos ou indiretos que não sejam ADSs ou direitos de compra de ADSs adicionais (ou seja, ações de cisão) ou do valor líquido em caixa proveniente da venda de tais valores mobiliários	Até US$ 0,05 ou menos por ADS (ou fração) detido
Distribuição de dividendos em dinheiro, outras distribuições em dinheiro ou qualquer dividendo opcional em dinheiro/ações oferecido	Até US$ 0,05 por ADS detido
Serviços administrativos de ADRs	Até US$ 0,05 por ADS por exercício civil (ou fração) detido na(s) data(s) de registro aplicável(eis) estabelecida(s) pelo depositário

O depositário pode deduzir taxas e encargos aplicáveis dos valores que estão sendo distribuídos no caso de distribuições em dinheiro. Para distribuições que não sejam em dinheiro, o depositário poderá cobrar o valor das taxas aplicáveis dos titulares aplicáveis.

ENCARGOS ADICIONAIS

Os titulares, beneficiários efetivos, pessoas que depositam ou retiram ações e pessoas que entregam ADSs e/ou para quem ADSs são emitidas também estão sujeitos aos seguintes encargos: (i) impostos (incluindo juros e multas aplicáveis) e outros encargos governamentais; (ii) taxas de registro eventualmente aplicáveis; (iii) ressarcimento de determinadas despesas previstas no contrato de depósito; (iv) despesas e encargos incorridos pelo depositário na conversão da moeda estrangeira; (v) certas taxas e despesas incorridas pelo depositário em relação ao cumprimento das regulamentações de controle cambial e outras exigências regulatórias; e (vi) determinadas taxas e despesas incorridas com relação à entrega ou serviço de ações depositadas, nos termos do contrato de depósito.

O depositário nos reembolsa por certas despesas que incorremos em relação ao programa ADR e outras despesas, de acordo com os termos e condições acordados entre nós e o depositário periodicamente. Essas despesas reembolsáveis podem incluir taxas legais e contábeis, taxas de registro, despesas relacionadas a relações com investidores e despesas

pagas a prestadores de serviços para a distribuição de material aos detentores de ADRs. O depositário poderá disponibilizar-nos um montante fixo ou uma parte das taxas de depósito cobradas em relação ao programa de ADRs, ou de outra forma, nos termos e condições que nós e o depositário possamos acordar de tempos em tempos. JPMorgan Chase Bank, N.A. substituiu o Citibank N.A. como depositário dos nossos ADSs em dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Citibank N.A. reembolsou-nos US$25,2 milhões, incluindo US$16,1 milhões em taxas de dividendos e JPMorgan Chase Bank, N.A. não nos reembolsou quaisquer montantes relativos ao contrato de depósito.

Aquisição de Valores Mobiliários pelo Emissor e Subsidiárias

Em 19 de fevereiro de 2025, nosso Conselho de Administração aprovou um novo programa de recompra de ações para a aquisição de até 120 milhões de ações ordinárias em um período de 18 meses. Não realizamos recompras de ações em 2025.

V. ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS

Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nosso Conselho de Administração é responsável por supervisionar nossas diretrizes, políticas corporativas e planos estratégicos, monitorar e avaliar nosso desempenho econômico e financeiro, e eleger e avaliar os membros do Comitê Executivo, entre outras atribuições estabelecidas em nosso estatuto social e suas políticas internas.

- Nosso Estatuto Social prevê um Conselho de Administração composto de 11 a 13 membros, com um dos membros do Conselho de Administração eleito diretamente por nossos funcionários, em eleição específica. Nossos funcionários também elegem um membro suplente para o conselheiro por eles eleito. Em caso de vacância ou impedimento de um membro do Conselho de Administração, os membros remanescentes poderão indicar um substituto até a próxima assembleia geral de acionistas.
- Nossos acionistas votam para eleger os membros do nosso Conselho de Administração individualmente (em vez de votar em uma lista de candidatos).
- Nossos acionistas elegem o presidente e vice-presidente do nosso Conselho de Administração diretamente.
- Atualmente, temos oito membros independentes em nosso Conselho de Administração, de um total de 13 membros.
- Nosso Presidente não é um membro do nosso Conselho de Administração.
- Desde 2023, o presidente do Conselho de Administração não é um membro independente e, por esse motivo, os conselheiros independentes nomearam um conselheiro independente líder (LID) e somos os primeiros a implementar essa vaga no Brasil.
- Pelas regras do Novo Mercado, para ser considerado independente, um conselheiro não pode (i) ser acionista controlador direto ou indireto da Vale; (ii) ter seu voto vinculado a acordo de acionistas; (iii) ser parente até segundo grau de qualquer conselheiro ou executivo da Vale; ou (iv) ter sido empregado ou executivo da Vale nos últimos três anos. As regras do Novo Mercado também preveem outras situações que exijam uma análise caso a caso da independência de um conselheiro.
- Nosso estatuto social prevê critérios adicionais para a independência dos membros do conselho e para a superação de mandatos, que são mais restritivos do que os exigidos pelos padrões atuais do Novo Mercado. De maneira condizente, para ser considerado independente, um conselheiro não poderá (i) deter mais de 5% do nosso capital social ou ter qualquer relação formal ou declarada com qualquer acionista detentor de mais de 5% do nosso capital social; ou (ii) ter sido conselheiro da Vale por cinco ou mais mandatos consecutivos ou não consecutivos ou por 10 ou mais anos consecutivos ou não consecutivos. Os atuais membros independentes do nosso Conselho de Administração estão em conformidade com as regras estabelecidas pelo segmento especial do Novo Mercado da B3 e os critérios da Vale.

Os atuais membros do Conselho exercerão seus cargos até a assembleia geral de acionistas a ser realizada em abril de 2027. O Conselho de Administração realiza reuniões ordinárias pelo menos oito vezes por ano e realiza reuniões extraordinárias sempre que convocadas pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por um terço dos membros do Conselho de Administração. As decisões do Conselho de Administração exigem o voto afirmativo da maioria dos membros presentes na reunião.

As tabelas a seguir relacionam os membros atuais e os suplentes do Conselho de Administração.

Conselheiro	Primeiro ano de eleição
Daniel André Stieler (presidente)	2021
Marcelo Gasparino da Silva (vice-presidente)[1][2][3]	2020
André Viana Madeira[4]	2023
Anelise Quintão Lara[1]	2025
Fernando Jorge Buso Gomes	2015
Franklin Lee Feder[1]	2025
Heloisa Belotti Bedicks[1]	2024
Manuel Lino Silva de Sousa Oliveira[1][5]	2021
Marcio Antonio Chiumento	2026
Rachel de Oliveira Maia[1]	2021
Reinaldo Duarte Castanheira Filho[1]	2024
Shunji Komai	2023
Wilfred Theodoor Bruijn[1]	2025

[1] Conselheiros independentes.
[2] Vice-presidente desde 2023.
[3] Conselheiro Suplente de 2016 a 2017 e de 2019 a 2020.
[4] Nomeado pelos nossos funcionários.
[5] Conselheiro Independente Líder.

Conselheiro Suplente	Primeiro ano de eleição
Wagner Vasconcelos Xavier[1]	2023

[1] Eleito pelos nossos funcionários como suplente de André Viana Madeira.

A seguir, um resumo da experiência profissional, atividades e áreas de especialização de nossos atuais membros do conselho.

DANIEL ANDRÉ STIELER

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COORDENADOR DO COMITÊ DE INDICAÇÃO E GOVERNANÇA E MEMBRO DO COMITÊ DE ALOCAÇÃO DE CAPITAL E PROJETOS

Nascimento:	1965
Primeiro ano de eleição:	2021
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	Membro do Conselho Fiscal da Braskem S.A.
Experiência de negócios:	▪ Coordenador do Comitê de Alocação de Capital e Projetos, Membro e Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Nomeações da Vale S.A. ▪ Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ▪ Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP ▪ Membro do Conselho de Administração da Tupy S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Alelo S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Livelo S.A. ▪ Diretor Superintendente, Presidente do Conselho Deliberativo e Membro do Conselho Fiscal do Economus Instituto de Seguridade Social ▪ Membro do Conselho Deliberativo da Universidade Corporativa da Previdência Complementar – UniAbrapp ▪ Controller do Banco do Brasil S.A. ▪ Membro do Conselho Fiscal da Eternit S.A.

MARCELO GASPARINO DA SILVA

VICE-PRESIDENTE (CONSELHEIRO INDEPENDENTE) DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COORDENADOR DO COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO E MEMBRO DO COMITÊ DE INDICAÇÃO E GOVERNANÇA

Nascimento:	1971

Primeiro ano de eleição:	2020 (membro suplente do Conselho de Administração de 2016 a 2017 e de 2019 a 2020)
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Coordenador do Comitê de Pessoas, Remuneração e Nomeações e Membro do Comitê de Auditoria do Banco do Brasil S.A. ▪ Presidente do Conselho de Administração da Oncoclínicas&CO
Experiência profissional:	▪ Coordenador e Membro do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Nomeações e Membro do Comitê de Alocação de Capital e Projetos da Vale S.A. ▪ Presidente do Conselho de Administração da Eternit S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ▪ Membro do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ▪ Membro do Conselho de Administração de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ▪ Membro Independente do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG

ANDRÉ VIANA MADEIRA

CONSELHEIRO (MEMBRO REPRESENTANTE DOS FUNCIONÁRIOS) E MEMBRO DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Nascimento:	1985
Primeiro ano de eleição:	2023
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Presidente do Conselho de Administração da PASA/AMS
Experiência profissional:	▪ Membro suplente do Conselho de Administração da Vale S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da PASA/AMS. ▪ Membro do Comitê de Inovação e do Comitê de Excelência Operacional e Riscos da Vale S.A.

ANELISE QUINTÃO LARA

CONSELHEIRO INDEPENDENTE, MEMBRO DO COMITÊ DE ALOCAÇÃO DE CAPITAL E PROJETOS E MEMBRO DO COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO

Nascimento:	1961
Primeiro ano de eleição:	2025
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Conselho de Administração da TotalEnergies ▪ Membro do Conselho de Administração da Trident Energy ▪ Membro do Conselho Consultivo da Ultrapar
Experiência profissional:	▪ Diretor Executivo de Refino e Gás da Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. ▪ Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); ▪ Membro do Conselho de Administração da Acelen ▪ Presidente da Conferência e Exposição Rio Oil, Gas & Energy 2024 (voluntário)

FERNANDO JORGE BUSO GOMES

CONSELHEIRO, MEMBRO DO COMITÊ DE ALOCAÇÃO DE CAPITAL E PROJETOS E MEMBRO DO COMITÊ DE PESSOAL E REMUNERAÇÃO

Nascimento:	1956
Primeiro ano de eleição:	2015
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Bradespar S.A.
Experiência profissional:	▪ Vice-presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Inovação, Coordenador do Comitê Financeiro, Coordenador do Comitê de Pessoas e Governança, membro do Comitê de Pessoas e Remuneração e membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Governança da Vale S.A. ▪ Presidente, vice-presidente e membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A. ▪ Diretor do Banco Bradesco BBI ▪ Diretor e Membro do Conselho de Administração da 2B Capital S.A.

FRANKLIN LEE FEDER

CONSELHEIRO INDEPENDENTE, MEMBRO DO COMITÊ DE INDICAÇÃO E GOVERNANÇA E MEMBRO DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Nascimento:	1951
Primeiro ano de eleição:	2025

Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Conselho Consultivo da Prada Assessoria ▪ Membro do Conselho de Administração da Prumo Logística S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Minerals Technologies Inc. ▪ Membro do Conselho de Administração da CBA – Companhia Brasileira do Alumínio; ▪ Membro do Conselho Consultivo da Sitawi – Finanças para o Bem ▪ Membro do Conselho Consultivo do Enterprise Forum & LGBTQi Rights; ▪ Membro da Assembleia de Representantes do WRI/Brasil (World Resources Institute) ▪ Membro da Assembleia de Curadores do Ethos Institute
Experiência profissional:	▪ Membro do Conselho de Administração da AES Brasil Energia S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da PACCAR Inc. ▪ Membro do Conselho de Administração da InterCement ▪ Membro do Conselho de Administração do WRI Brasil ▪ Membro do Conselho de Administração da Loma Negra

HELOISA BELOTTI BEDICKS	
CONSELHEIRO INDEPENDENTE, MEMBRO DO COMITÊ DE INDICAÇÃO E GOVERNANÇA E COORDENADORA DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS	
Nascimento:	1960
Primeiro ano de eleição:	2024
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Riscos do Grupo Mapfre S.A. ▪ Membro voluntário do Conselho Fiscal da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza ▪ Membro voluntário do Conselho Deliberativo da Missão Portas Abertas ▪ Membro do Comitê de Auditoria da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ▪ Membro do Conselho Fiscal da TIM S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Open Doors International
Experiência profissional:	▪ Membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Sustentabilidade da Vale S.A. ▪ Membro do Comitê de Auditoria da Nuclea S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ▪ Membro do Conselho Fiscal da Braskem S.A. ▪ Diretor Geral da Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC ▪ Membro do Comitê de Auditoria da Brasilseg ▪ Membro Voluntário do Instituto Rede Brasil do Pacto Global

MANUEL LINO SILVA DE SOUSA OLIVEIRA	
CONSELHEIRO INDEPENDENTE LÍDER (LID), MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS E MEMBRO DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE	
Nascimento:	1952
Primeiro ano de eleição:	2021
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Conselho de Administração da Vale Base Metals Limited ▪ Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos e membro do Comitê de Sustentabilidade da Vale Base Metals Limited
Experiência profissional:	▪ Presidente do Conselho de Administração da Jubilee Metals Group PLC ▪ Membro Independente Sênior do Conselho de Administração da Polymetal International PLC ▪ Membro Independente Sênior do Conselho de Administração da Antofagasta PLC ▪ Membro Independente do Conselho de Administração Blackrock World Mining Investment Trust PLC ▪ Coordenador do Comitê de Auditoria da Vale S.A. ▪ Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração da Vale S.A.

MARCIO ANTONIO CHIUMENTO	
DIRETOR INDEPENDENTE, COORDENADOR DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE E MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS	
Nascimento:	1978
Primeiro ano de eleição:	2026
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ▪ Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Finanças e Investimentos da Tupy S.A.

Experiência profissional:	▪ Diretor de Investimentos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ▪ Membro do Comitê de Governança Corporativa da Cielo S.A. ▪ Membro do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil ▪ Membro do Conselho de Administração da Litel Participações S.A. e da Litela Participações S.A. ▪ Gerente-Executivo, Chefe da Unidade Estratégica e Ouvidor Geral do Banco do Brasil S.A. ▪ Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ativos S.A. ▪ Presidente do Conselho Deliberativo da BB Previdência

RACHEL DE OLIVEIRA MAIA

CONSELHEIRO INDEPENDENTE, COORDENADOR DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE E MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

Nascimento:	1971
Primeiro ano de eleição:	2021
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do Banco do Brasil ▪ Fundadora e Presidente da RM Consulting ▪ Fundadora da organização sem fins lucrativos Instituto Capacita-ME ▪ Membro do Grupo Mulheres do Brasil ▪ Membro do Comitê Econômico e Social do Conselho de Desenvolvimento ▪ Presidente do Conselho de Administração do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil ▪ Embaixadora do ODS 5 (igualdade de gênero) estabelecido pelas Nações Unidas
Experiência profissional:	▪ Membro do Comitê de Auditoria, Membro do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Nomeações e Governança da Vale S.A. ▪ Membro Independente do Conselho de Administração do Banco do Brasil ▪ Membro do Comitê de Sustentabilidade do Banco do Brasil ▪ Membro Independente do Conselho de Administração da CVC Corp. ▪ Membro Independente do Conselho de Administração do Grupo Soma ▪ Consultor de Diversidade e Inclusão do Carrefour ▪ Consultor Sênior da SumUp ▪ Presidente do Conselho Consultivo do UNICEF ▪ Membro do Conselho Geral do Consulado da Dinamarca ▪ Membro da Câmara de Comércio da Dinamarca ▪ Presidente da Lacoste S.A. (Brasil) ▪ Membro Independente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia Brasileira de Distribuição – Grupo Pão de Açúcar

REINALDO DUARTE CASTANHEIRA FILHO

CONSELHEIRO INDEPENDENTE, MEMBRO DO COMITÊ DE ALOCAÇÃO DE CAPITAL E PROJETOS E MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

Nascimento:	1969
Primeiro ano de eleição:	2024
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Sócio-gerente da Heritage Holding Ltda. ▪ Membro do Conselho de Administração da Vale Base Metals Limited ▪ Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Estratégia Operacional, Alocação de Capital e Desenvolvimento da Vale Base Metals Limited
Experiência profissional:	▪ Membro independente do Comitê de Mineração do Grupo Maringá. ▪ Diretor Financeiro (CFO) da Ferrous Resources do Brasil S.A.

SHUNJI KOMAI

CONSELHEIRO, MEMBRO DO COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO E MEMBRO DO COMITÊ DE ALOCAÇÃO DE CAPITAL E PROJETOS

Nascimento:	1971
Primeiro ano de eleição:	2023
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Diretor Sênior, Vale Business e Mineral & Resource Unidade de Negócios da Mitsui & Co., Ltd. ▪ Vice-Presidente da Mitsui & CO. (Brasil) S.A.

Experiência profissional:	▪ Presidente e Presidente do Conselho da Mitsui & Co. Mineral Resources Development (Asia) Corp. ▪ Vice-Gerente Geral da divisão de Novos Metais e Alumínio da Mitsui & Co. Ltd. ▪ Gerente Geral do Departamento de Negócios no Brasil da Divisão de Minério de Ferro da Mitsui & Co. Ltd. ▪ Membro do Comitê de Inovação da Vale S.A.

WILFRED THEODOOR BRUIJN	
CONSELHEIRO INDEPENDENTE, COORDENADOR DO COMITÊ DE ALOCAÇÃO DE CAPITAL E PROJETOS E MEMBRO DO COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO	
Nascimento:	1964
Primeiro ano de eleição:	2025
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Cônsul honorário dos Países Baixos para o Estado de Minas Gerais
Experiência profissional:	▪ Presidente e Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) ▪ CEO da Anglo American Brasil ▪ Presidente do Conselho de Administração da Ferroport

MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

Nosso Diretor-Presidente e nossos Vice-Presidentes são nossos diretores, e são responsáveis pelas operações diárias e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas por nosso Conselho de Administração. Nosso estatuto social estabelece um mínimo de seis e um máximo de 11 membros do Comitê Executivo. O Comitê Executivo realiza reuniões pelo menos quinzenais. Os membros do Comitê Executivo são nomeados e podem ser destituídos por nosso Conselho de Administração a qualquer momento. Nossos diretores são nomeados para mandatos de três anos e podem ser reeleitos.

Membros do comitê executivo	Ano da indicação	Cargo
Gustavo Duarte Pimenta	2024	Presidente
Marcelo Feriozzi Bacci	2024	Vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores
Carlos Henrique Senna Medeiros	2019	Vice-Presidente Executivo de Operações
Rafael Jabur Bittar	2022	Vice-Presidente Executivo – Técnico
Rogério Tavares Nogueira	2024	Vice-Presidente Executivo, Comercial e Novos Negócios
Sami Arap Sobrinho	2025	Vice-Presidente Executivo, Diretor Jurídico

A seguir, um resumo da experiência profissional, atividades e áreas de especialização dos membros atuais do nosso Comitê Executivo.

GUSTAVO DUARTE PIMENTA	
DIRETOR-PRESIDENTE	
Nascimento:	1978
Nomeado:	2024
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Presidente do Conselho de Administração da Vale Base Metals Limited. ▪ Diretor executivo da Salobo Metais
Experiência de negócios:	▪ Vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale ▪ Diretor Financeiro da The AES Corporation ▪ Diretor Financeiro da AES México, América Central e Caribe ▪ Vice-presidente de Estratégia e Fusões e Aquisições do Citibank

MARCELO FERIOZZI BACCI	
VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	
Nascimento:	1969

Nomeado:	2024
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Conselho de Administração da Vale Base Metals Limited. ▪ Diretor executivo da Salobo Metais ▪ Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros – IBEF
Experiência de negócios:	▪ Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Suzano S.A. ▪ Diretor executivo da Itacel – Terminal de Celulose de Itaqui S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Energisa S.A. ▪ Membro do Conselho de Administração da Fibria Overseas Finance Ltd ▪ Membro do Conselho de Administração da Fibria Celulose (USA) Inc ▪ Presidente do Conselho de Administração da Veracel Celulose S.A.

CARLOS HENRIQUE SENNA MEDEIROS

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

Nascimento:	1963
Nomeado:	2019
Experiência de negócios:	▪ Diretor Executivo de Segurança e Excelência Operacional da Vale. ▪ Presidente Executivo para a América do Norte e Central da Ball Corporation.

RAFAEL JABUR BITTAR

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO TÉCNICO

Nascimento:	1980
Nomeada:	2022
Experiência de negócios:	▪ Diretor Geotécnico da Vale. ▪ Diretor Global Sênior da Yamana Gold.

ROGÉRIO TAVARES NOGUEIRA

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO, COMERCIAL E NOVOS NEGÓCIOS

Nascimento:	1968
Nomeado:	2024
Experiência de negócios:	▪ Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Produtos (Não Estatutário) da Vale. ▪ Diretor de Marketing e Planejamento Estratégico (Não Estatutário) da Vale.

SAMI ARAP SOBRINHO

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO, DIRETOR JURÍDICO

Nascimento:	1964
Nomeado:	2025
Experiência de negócios:	▪ Sócio de Arap Nishi & Uyeda Advogados ▪ Membro do Conselho de Administração da Cabral Gold Inc. ▪ Diretor executivo da New Frontiers Gold Mineração Ltda ▪ Diretor Executivo da Rio Cabacal Participações Ltda ▪ Diretor Executivo da Vexia Administradora Ltda ▪ Membro do Comitê Consultivo da Dessana Brasil S.A ▪ Membro do Conselho de Administração e Comitê de Ética da Cruz Vermelha Brasileira de São Paulo ▪ Membro do Comitê de Ética do Comitê Olímpico Brasileiro ▪ Consultor jurídico estrangeiro na Fox Horan & Camerini LLP ▪ Membro do Comitê de Ética, Governança e Auditoria do Instituto BKK – Bonfart Kaj Korservado

COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

Em 11 de março de 2020, nosso Conselho de Administração criou um Comitê de Auditoria de acordo com as regras de governança do segmento B3 do Novo Mercado.

De acordo com nosso Estatuto Social e nossos regulamentos, nosso Comitê de Auditoria e Riscos terá de três a cinco membros. Os mandatos dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos expiram ao final do mandato dos membros do Conselho de Administração, mediante destituição aprovada pelo Conselho de Administração ou renúncia, de acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos. Além disso, de acordo com o nosso Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos: (i) todos os membros do Comitê de Auditoria e Riscos devem ser membros independentes do nosso Conselho de Administração, conforme previsto no Regulamento Interno do segmento de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (Regulamento Interno do Novo Mercado), e (ii) pelo menos um membro do Comitê de Auditoria e Riscos deve ter demonstrado experiência em assuntos de contabilidade societária de acordo com os requisitos da CVM, conforme regulamentação aplicável, e tal membro será nomeado como "Especialista Financeiro" mediante sua indicação. Todos os membros do nosso Comitê de Auditoria e Riscos são indicados pelo Conselho de Administração.

Estamos sujeitos à Regra 10A-3 da Lei de Mercado de Capitais, que exige, salvo exceção, que uma companhia listada mantenha um Comitê de Auditoria e Riscos composto por membros do Conselho de Administração que atendam aos requisitos especificados. Nosso Comitê de Auditoria e Riscos é composto apenas por membros independentes do Conselho de Administração e está em conformidade com a Regra 10A-3.

A tabela a seguir lista os atuais membros do Comitê de Auditoria e Riscos:

Membro	Primeiro ano de eleição
Heloísa Belotti Bedicks[1]	2024
Manuel Lino Silva de Sousa Oliveira[2]	2021
Reinaldo Duarte Castanheira Filho	2024
Rachel de Oliveira Maia	2022

[1] Coordenador
[2] Especialista Financeiro

Para obter o resumo da experiência empresarial, atividades e áreas de especialização dos membros do nosso Comitê de Auditoria e Riscos, consulte o resumo em "*Administração e Empregados – Conselho de Administração*".

OUTROS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nosso Estatuto Social prevê cinco comitês de assessoramento permanentes do Conselho de Administração, cada um regido por seu próprio regulamento interno: o **Comitê de Auditoria e Riscos**, o **Comitê de Alocação de Capital e Projetos**, o **Comitê de Pessoas e Remuneração**, o **Comitê de Sustentabilidade** e o **Comitê de Indicação e Governança**. Comitês adicionais podem ser criados pelo Conselho de Administração, a seu critério.

Comitê de Auditoria e Riscos. Responsável por supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a observância das normas legais, estatutárias e regulamentares, a adequação dos processos relacionados à gestão de riscos, as atividades dos auditores internos e independentes e a evolução das iniciativas do Departamento de Auditoria e Conformidade, incluindo auditoria interna, Programa de Ética e Conformidade, eficácia do Canal de Denúncias e gestão de consequências. As funções e responsabilidades do Comitê são exercidas em conformidade com as atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas em seu Regulamento Interno. Para mais informações sobre nosso Comitê de Auditoria e Riscos, consulte *Comitê de Auditoria e Riscos* nesta seção.

Comitê de Alocação de Capital e Projetos. Responsável por assessorar o Conselho de Administração em assuntos relacionados a estratégias de alocação de capital de longo prazo, incluindo projetos de investimentos e desinvestimentos; orientações sobre a remuneração dos acionistas, estratégia de estrutura de capital e orientações financeiras; estratégia de

financiamento e endividamento; diretrizes para implantação, gestão e acompanhamento da carteira de projetos de capital e investimento; orçamento anual e plurianual, entre outros assuntos. Seus atuais membros são Wilfred Theodoor Bruijn (Coordenador), Daniel André Stieler, Anelise Quintão Lara, Fernando Jorge Buso Gomes, Reinaldo Duarte Castanheira Filho e Shunji Komai.

Comitê de Pessoas e Remuneração. Responsável por assessorar o Conselho nas estratégias de longo prazo voltadas para pessoas; recomendar e acompanhar a implementação das diretrizes para fomentar iniciativas relacionadas à cultura organizacional, especificamente no que se refere à diversidade, equidade e inclusão e saúde e segurança das pessoas; definir metas de avaliação de desempenho e incentivos de longo prazo para o Comitê Executivo e demais executivos diretamente subordinados ao Presidente; indicar o Presidente e recomendar o plano de sucessão para o Comitê Executivo e demais executivos subordinados diretamente ao Presidente, incluindo seus sucessores, entre outras atribuições. Seus atuais membros são Marcelo Gasparino da Silva (Coordenador), Anelise Quintão Lara, Fernando Jorge Buso Gomes, Marcio Antonio Chiumento, Shunji Komai e Wilfred Theodoor Bruijn.

Comitê de Sustentabilidade. Responsável por assessorar a estratégia de sustentabilidade e sua integração em nosso planejamento estratégico, visando a criação de valor, competitividade e sustentabilidade socioeconômica e ambiental; nossas políticas corporativas de sustentabilidade relacionadas a segurança, meio ambiente, saúde, educação e relacionamento com comunidades, Povos Indígenas e outras partes interessadas, direitos humanos, comunicação e relações institucionais; o direcionamento de nossos indicadores estratégicos de sustentabilidade e a comunicação e divulgação dos mesmos, também por meio do nosso Relatório Anual sobre questões de ESG; as diretrizes para nossa adesão ou permanência em iniciativas, normas técnicas ou acordos, no âmbito nacional ou internacional, relativos a questões de sustentabilidade, que sejam de competência do Conselho de Administração; as diretrizes de compromissos socioambientais de longo prazo que são de competência do Conselho de Administração; entre outras responsabilidades. Seus atuais membros são Rachel de Oliveira Maia (Coordenadora), Manuel Lino Silva de Sousa Oliveira, André Viana Madeira, Franklin Lee Feder, Marcio Antonio Chiumento e Wagner Vasconcelos Xavier.

Comitê de Indicação e Governança. Responsável por avaliar e recomendar nossas políticas e normas internas sobre a indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Presidente, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis e as melhores práticas de governança corporativa; evolução e aprimoramento contínuo de nossas práticas de governança corporativa, inclusive quanto à estrutura, atribuições, porte e composição do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, visando o equilíbrio de experiências, conhecimentos e diversidade no perfil de seus membros; a estratégia e as diretrizes de nossos documentos de governança corporativa, incluindo Políticas Corporativas, Estatuto Social, Código de Conduta e Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento e do Conselho de Administração, entre outros assuntos. Seus atuais membros são Daniel André Stieler (Coordenador), Marcelo Gasparino da Silva, Heloísa Belotti Bedicks e Franklin Lee Feder.

CONSELHO FISCAL

A Vale tem um Conselho Fiscal estabelecido de acordo com a legislação brasileira. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal nos termos da lei societária brasileira é supervisionar as atividades da administração, analisar as demonstrações financeiras consolidadas da companhia e relatar suas constatações aos acionistas.

A legislação brasileira exige que os membros de um Conselho Fiscal atendam a determinados requisitos de elegibilidade, incluindo residência no Brasil e diploma de graduação (ou exercício de cargo por pelo menos três anos como executivo sênior ou membro do conselho fiscal de uma empresa). Também, um membro do nosso Conselho Fiscal não pode (i) ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de um Comitê Consultivo de qualquer companhia concorrente da Vale ou que de outra forma tenha um conflito de interesses com a Vale, exceto se o cumprimento desse requisito seja expressamente renunciado por voto de acionistas, (ii) ser empregado ou membro da alta administração ou do Conselho de Administração da Vale ou de suas subsidiárias ou coligadas, ou (iii) ser cônjuge ou parente até terceiro grau, por afinidade ou consanguinidade, de um diretor ou conselheiro da Vale.

Os Membros do Conselho Fiscal são eleitos por nossos acionistas para mandatos de um ano. Os atuais membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes foram eleitos em 30 de abril de 2025. Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal terminam na próxima assembleia geral ordinária após a eleição. Nosso Conselho Fiscal será composto por três a cinco membros. Os detentores de nossas *golden shares* têm o direito de nomear um membro.

A tabela a seguir apresenta os atuais membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

Membro atual	Primeiro ano de eleição	Suplente	Primeiro ano de eleição
Raphael Manhães Martins[1][2]	2015	Jandaraci Ferreira de Araujo[2]	2022
Aristóteles Nogueira Filho[2]	2025	Leda Maria Deiro Hahn[2]	2025
Adriana de Andrade Solé[2]	2021	Pedro Zanoni[2]	2025
Dario Carnevalli Durigan[3]	2023	Rogério Ceron de Oliveira[3]	2025
Márcio de Souza[2]	2022	Alessandra Eloy Gadelha[2]	2025

[1] Presidente.
[2] Nomeado pelos detentores de ações ordinárias.
[3] Indicados pelo titular de golden shares.

A seguir, um resumo da experiência profissional, atividades e áreas de especialização dos membros atuais de nosso Conselho Fiscal.

RAPHAEL MANHÃES MARTINS	
Nascimento:	1983
Nomeado:	2015
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Sócio da Manhães Martins Sociedade Individual de Advocacia ▪ Membro do Comitê de Auditoria da OI S.A. – Em Recuperação Judicial ▪ Membro do Conselho Fiscal da Embraer S.A. ▪ Presidente do Conselho Fiscal da Americanas S.A.
Experiência de negócios:	▪ Conselheiro, membro do Comitê de Auditoria e Membro do Conselho Fiscal da Light S.A. – Em Recuperação Judicial ▪ Conselheiro e membro do Conselho Fiscal da OI S.A. – Em Recuperação Judicial
ARISTÓTELES NOGUEIRA FILHO	
Nascimento:	1985
Nomeado:	2025
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ▪ Membro do Conselho Fiscal da B3 ▪ Membro do Conselho Fiscal da MRV Engenharia e Participações
Experiência de negócios:	▪ Vice-Presidente II da XP Inc ▪ Gerente de Renda Variável da Truxt Investimentos
ADRIANA DE ANDRADE SOLÉ	
Nascimento:	1960
Nomeado:	2021
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Sócio fundador da Tradecon Ltda. ▪ Membro do Conselho de Administração da Editora FORUM
Experiência de negócios:	▪ Membro do Conselho de Administração da SCGAS - Companhia de Gás de Santa Catarina ▪ Membro do Conselho Fiscal da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME
MÁRCIO DE SOUZA	
Nascimento:	1966
Nomeado:	2022
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Diretor Gerente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ▪ Diretor e Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia
Experiência de negócios:	▪ Conselheiro e Membro do Comitê de Auditoria e Riscos da Embraer ▪ Gerente-Executivo da PREVI
DARIO CARNEVALLI DURIGAN	
Nascimento:	1984
Nomeado:	2023
Outras atividades atuais e cargos de conselheiro ou diretor:	▪ Secretário Executivo do Ministério da Fazenda do Brasil ▪ Membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A.
Experiência de negócios:	▪ Conselheiro de Políticas Públicas no Whatsapp

TITULARIDADE ACIONÁRIA

Em 18 de março de 2026, os seguintes membros do nosso Conselho de Administração e do Comitê Executivo detinham, em benefício próprio, as ações ordinárias do nosso capital social, como descritas na tabela abaixo.

Nome	Número de ações detidas em benefício próprio[1]	Percentagem de ações em circulação[2]
Daniel André Stieler	5.758	0,000%
Marcelo Gasparino Da Silva	25.337	0,001%
André Viana Madeira	61	0,000%
Anelise Quintão Lara	523	0,000%
Fernando Jorge Buso Gomes	70.505	0,002%
Manuel Lino Silva De Sousa Oliveira	12.314	0,000%
Reinaldo Duarte Castanheira Filho	25.000	0,001%
Gustavo Duarte Pimenta	274.981	0,006%
Marcelo Feriozzi Bacci	102.560	0,002%
Carlos Henrique Senna Medeiros	319.251	0,007%
Rafael Jabur Bittar	76.322	0,002%
Rogério Tavares Nogueira	84.533	0,002%

[1] Considera o número de ações ordinárias para as quais cada pessoa é considerada titular beneficiária para fins deste relatório anual. Essas informações não são necessariamente indicativas de titularidade beneficiária para qualquer outra finalidade. Os números não incluem Unidades de Ações Restritas (RSU). Nenhum dos membros do Conselho de Administração e do Comitê Executivo detém opções para a aquisição de nossas ações.

[2] O percentual de participação acionária é calculado com base em 4.269.514.353 ações ordinárias em circulação em 18 de março de 2026.

Remuneração da Administração

De acordo com nosso estatuto social, nossos acionistas são responsáveis por estabelecer anualmente a remuneração total dos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo, do Conselho Fiscal e dos Comitês do Conselho. Após a aprovação da remuneração total na assembleia geral anual de acionistas, o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Indicação e Governança (CIG) e do Comitê de Pessoas e Remuneração (CPR), conforme o caso, aloca a remuneração a cada membro do Conselho de Administração, do Comitê Executivo, do Conselho Fiscal e dos Comitês do Conselho individualmente. As propostas e políticas de remuneração são preparadas com o apoio do Comitê de Pessoas e Remuneração e do Comitê de Indicação e Governança, que faz recomendações ao nosso Conselho de Administração em relação à remuneração anual global dos diretores.

Como uma companhia global, necessitamos de uma administração com profundo conhecimento dos nossos negócios e do mercado, além de uma dedicação ilimitada. Atrair e reter talentos e engajar e motivar os profissionais que ocupam cargos estratégicos, especialmente os membros do Comitê Executivo, é fundamental para o nosso sucesso.

Em conformidade com a nossa Política de Conselheiros, aprovada em março de 2024 pelo Conselho de Administração, as nossas propostas de remuneração de executivos baseiam-se nas melhores práticas das empresas globais de mineração e de grandes empresas globais em outros setores semelhantes, procurando alinhar os interesses e o propósito dos principais executivos com os nossos objetivos estratégicos. Para além das práticas de mercado, a estratégia e os pacotes de remuneração para os principais executivos são elaborados com base nas responsabilidades e no âmbito do cargo, na competência e no desempenho, no alinhamento com as nossas estratégias de curto e longo prazo e na sustentabilidade do negócio.

De acordo com nossas políticas, a remuneração dos membros do Comitê Executivo está vinculada à obtenção de determinados resultados econômicos e financeiros, ao nosso valor de mercado, aos nossos principais comportamentos e métricas ESG e, para isso, considera, por exemplo, planos de remuneração variável de curto e longo prazo com impacto nos KPIs financeiros, de segurança, de riscos e de sustentabilidade, pagamentos de dividendos virtuais, regras das Diretrizes de Propriedade de Ações, processo anual de avaliação de desempenho individual e cláusula Malus e cláusula Clawback.

Além disso, a remuneração da administração está sujeita à nossa Política Clawback, de acordo com os regulamentos aplicáveis do Manual de Empresas Listadas na NYSE. Os desenvolvimentos mais recentes em nossas políticas de remuneração de executivos visavam alinhá-las mais estreitamente com as práticas do mercado internacional e os interesses dos acionistas, com o objetivo de criar valor de longo prazo e resultados sustentáveis.

MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

Relatório de Remuneração de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos seis diretores executivos: o Diretor-Presidente e cinco Vice-Presidentes Executivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo as indenizações rescisórias pagas aos ex-diretores executivos, a remuneração média anual de nossos diretores executivos foi de R$23 milhões, a maior remuneração anual de um diretor executivo foi de R$33,7 milhões e a menor remuneração anual foi de R$7,7 milhões, todos os valores sem impostos. A remuneração média anual corresponde à remuneração total agregada paga aos diretores executivos em 2025 dividida pelo número médio mensal de diretores que receberam remuneração durante o ano de 2025, que foi de 6,75.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total de pagamentos relacionados aos pacotes de remuneração dos diretores executivos consta da tabela abaixo.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025
	(R$ milhões)
Remuneração fixa anual	20,1
Benefícios em espécie e planos de pensão	5,6
Remuneração variável	82,2
Outras despesas[1]	1,5
Valor total reconhecido em 2025 aos diretores executivos em exercício	**109,3**
Indenização por rescisão contratual	46,2
Valor total reconhecido em 2025 aos diretores executivos em exercício e ex-diretores executivos	**155,5**

[1] Remuneração adicional (pagamentos pontuais) referentes a atração, retenção e incentivos para entregas e iniciativas relevantes para a companhia, conforme Política de Conselheiros da Vale.

Remuneração do Presidente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total do nosso Presidente foi a mais alta da equipe de gestão e foi composta conforme descrito na tabela abaixo.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025
	(R$ milhões)
Remuneração fixa anual	5,2
Remuneração variável(1)	27,2
Outras despesas(2)	1,3
Montante total reconhecido em 2025 ao Presidente	**33,7**

(1) Inclui bônus anual e incentivos de longo prazo.
(2) Inclui planos de saúde e odontológicos, seguros, contribuições para fundos de pensão e outros.

Princípios e componentes da nossa Política de Conselheiros para o Comitê Executivo

A remuneração dos executivos baseia-se nos seguintes princípios:

- Alinhar os interesses e objetivos do Pessoal Chave da Administração com nossas metas estratégicas;
- Alavancar e recompensar a criação de valor e resultados sustentáveis, em linha com nossas estratégias de curto e longo prazo e sustentabilidade dos negócios;
- Alinhar as prioridades e os esforços dos executivos com a visão dos acionistas, buscando manter o equilíbrio nas relações com as partes interessadas;
- Aderir às melhores práticas do mercado global;
- Fortalecimento da meritocracia e aprimoramento do desempenho, equilibrados com a gestão eficaz e a mitigação dos riscos de negócios;
- Alinhamento da nossa remuneração com as práticas de governança internacional reconhecidas; e
- Oferta de remuneração competitiva para atrair e reter executivos altamente qualificados e incentivá-los a executar a estratégia e promover nosso propósito no médio e longo prazo.

A remuneração total dos executivos é composta por (i) Remuneração Fixa, incluindo Previdência Privada e Benefícios com base no mercado local, (ii) Incentivo de Curto Prazo – Bônus Anual, (iii) Programas de Incentivo de Longo Prazo, o programa de Unidades de Ações Restritas (RSU) e o programa de Unidades de Ações por Desempenho (PSU), e (iv) incentivos pontuais para atração, retenção ou incentivo a iniciativas relevantes que atendam às necessidades de desempenho ou tragam valor diferenciado para a Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração.

A remuneração do executivo também inclui um pacote de indenização a ser pago após o término do contrato.

Remuneração fixa

A remuneração fixa e os benefícios em espécie incluem um salário-base em dinheiro, pago mensalmente, auxílio-alimentação, planos de saúde e odontológico, cobertura hospitalar e seguro de vida, entre outros.

Remuneração Variável - Incentivos de Curto e Longo Prazo

A remuneração variável é composta por: (i) Incentivo – Bônus Anual de Curto Prazo, baseado em metas específicas para cada diretor e metas coletivas, todas aprovadas por nosso Conselho de Administração, e (ii) pagamentos vinculados ao desempenho de nossas ações em dois programas de Incentivos de Longo Prazo, Programa de Correspondência RSU e programa PSU, que foram aprovados pelos nossos acionistas em abril de 2025. Também podemos conceder ações restritas adicionais em conexão com incentivos pontuais para fins de atração e retenção, ou em conexão com a conclusão de projetos significativos ou outras iniciativas que gerem valor diferenciado para nós. Nenhum dos programas se estende aos membros do Conselho de Administração, e nenhum prevê a concessão de opções de ações.

Incentivo de Curto Prazo – Bônus Anual:

- O Bônus Anual foi concebido para incentivar o alcance de metas de curto prazo alinhadas às nossas prioridades estratégicas e reconhece as contribuições dos membros do Comitê Executivo para o desempenho da empresa.
- Ele se baseia em metas coletivas e individuais, considerando metas econômicas e financeiras que refletem o desempenho operacional, bem como metas de desempenho orientadas por critérios ESG, diretamente relacionadas a metas de saúde, segurança, gestão de riscos e sustentabilidade, além de outras metas relacionadas aos nossos resultados globais e iniciativas estratégicas, como metas de alocação de capital e eventos de segurança relacionados a processos, entre outros, em linha com nossas ambições e estratégia.

- Nossos indicadores de desempenho estão mais focados em metas coletivas, para incentivar a colaboração entre diferentes equipes.
- Nos últimos anos, a remuneração de curto prazo incorporou um componente de gestão de riscos para todos os executivos e funcionários, conectando-a diretamente às nossas metas associadas à saúde, segurança, sustentabilidade e gestão de riscos.
- Nosso Vice-Presidente Executivo Técnico e as equipes responsáveis por saúde, segurança operacional, barragens de risco e gestão de riscos não têm sua remuneração atrelada a resultados financeiros de curto prazo.
- A meta relacionada à segurança ocupacional e de processos foi recentemente introduzida, contribuindo para a ambição de sermos uma empresa de referência em segurança, com consistência e eficiência, criando e compartilhando valor sustentável com nossos stakeholders.
- O pagamento de bônus é definido com base nos nossos resultados, na conquista de metas de diferentes naturezas, específicas e coletivas, e no desempenho individual de cada executivo, considerando nossos "comportamentos-chave".

Incentivo de Longo Prazo

Na assembleia de acionistas realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o Plano Global de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações. Este plano compreende dois planos de remuneração baseados em ações para o Comitê Executivo: PAV, ou ações de desempenho, e Matching, ou ações restritas. Além disso, outros programas de Ações Restritas podem ser usados em conexão com incentivos pontuais para atração e retenção e/ou incentivos vinculados a entregas e projetos relevantes ou outras iniciativas que atendam a necessidades específicas de desempenho ou gerem valor diferenciado para nós.

Programa de Correspondência de Ações Restritas (RSU):

- O programa de correspondência é um plano de longo prazo na modalidade de Ações Restritas, concebido para promover a retenção, o compromisso de longo prazo e o alinhamento entre a gestão e o retorno gerado aos acionistas.
- A participação é obrigatória para os membros do Comitê Executivo, que devem utilizar seus próprios recursos (seja comprando ações no mercado ou utilizando ações que possuam) para acumular um número específico de ações/ADRs e manter a propriedade durante todo o ciclo.
- Ao final de um ciclo de três anos, eles têm direito a receber uma recompensa em pelo menos o mesmo número de ações/ADRs que detêm desde o início do ciclo.
- O programa também inclui o pagamento de “dividendos virtuais” equivalentes ao valor líquido por ação distribuído aos acionistas no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio durante o ciclo.
- Os executivos não podem vender ou transferir suas ações ou ADRs em nenhum momento durante o período do ciclo e devem observar a Política de Negociação de Valores Mobiliários e as Diretrizes de Propriedade de Ações para vender ou transferir ações do Programa de Correspondência após a concessão.

PSU:

- O PSU é um plano de longo prazo no âmbito da modalidade de Ações de Desempenho que direciona os esforços e estimula o desempenho da alta administração na criação de valor sustentável e de longo prazo para a empresa, alinhando o foco dos executivos com a visão dos acionistas, incentivando a retenção e o desempenho de longo prazo.
- Os executivos recebem remuneração vinculada ao desempenho, com base em:

◦ Retorno Total para o Acionista (TSR) em comparação com empresas do mesmo setor durante o período do ciclo (3 anos);

- Retorno sobre o Capital Investido (ROIC), incluído em 2024;
- Metas ESG relacionadas à saúde e segurança e à sustentabilidade.

- A remuneração por ação (PSU) é paga em ações/ADRs desde o ciclo de 2021 e inclui o pagamento de "dividendos virtuais" equivalentes ao valor líquido por ação distribuído aos acionistas mediante o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio durante o ciclo, ambos condicionados ao desempenho do programa ao final do período de três anos.

- Desde 2025, a Meta de Sustentabilidade inclui um novo indicador que considera as Restrições ESG, que mede a redução no número de instituições que têm restrições para investir na Vale devido a questões ESG. Todas as outras metas (TSR, ROIC, Saúde e Segurança, emissões de GEE) permanecem as mesmas do ano anterior.

Outras Práticas:

- **Diretrizes de Participação Acionária (DP) –** para reforçar o alinhamento da gestão com a visão dos acionistas e as boas práticas de governança de mercado, os executivos são obrigados a atingir e manter uma participação acionária mínima na Vale (equivalente a 36 vezes a remuneração base mensal do Presidente e 24 vezes a remuneração base mensal dos Vice-Presidentes Executivos).Até que o valor mínimo seja atingido, os executivos não estão autorizados a vender ações emitidas pela Vale.

- **Cláusulas de Malus e Clawback –** essas disposições permitem que o Conselho de Administração, em caso de fatos ou eventos de excepcional gravidade, decida eliminar, reduzir ou mesmo obter a devolução, total ou parcial, da remuneração variável programada para pagamento (Malus) ou parcelas já pagas (Clawback) aos membros do Comitê Executivo. Tais regras visam responder a fatos ou eventos de excepcional gravidade, com impactos adversos óbvios em nosso valor de mercado e/ou reputação e cujas causas surgiram durante o mandato do executivo. Desde 2023, também temos uma Política de Recuperação de Bônus, de acordo com os regulamentos aplicáveis do Manual de Empresas Listadas na NYSE. Para obter informações adicionais sobre nossa Política de Recuperação de Bônus, consulte o Anexo 97 deste relatório anual no Formulário 20-F.

Pacote de indenização

A critério do Conselho de Administração, os membros do Comitê Executivo podem estar sujeitos a acordos de não concorrência individualizados e indenizações compensatórias, permitindo que a empresa estabeleça condições que reflitam a complexidade de cada função e seu impacto na organização:

- Uma possível indenização por acordo de não concorrência, que pode variar até a remuneração fixa anual, a ser paga em parcelas trimestrais iguais após a rescisão, incluindo a não solicitação, se decidido pelo Conselho de Administração.

- Indenização compensatória, que pode variar até metade da remuneração fixa anual para executivos e até a remuneração fixa anual para o Presidente, conforme decidido pelo Conselho de Administração, paga logo após a data de rescisão.

Além disso, os executivos também têm direito ao pagamento de incentivos de remuneração variável de curto e longo prazo (Bônus Anual, Correspondência de Ações Restritas e programa de Ações de Desempenho), considerando o tempo trabalhado (período pro rata) e os resultados finais alcançados por cada um dos programas.

Outros benefícios e pagamentos

Pensão, aposentadoria ou benefícios similares consistem em nossas contribuições à Valia, a administradora dos planos de pensão patrocinados por nós. As contribuições à previdência social são contribuições obrigatórias que devemos fazer ao governo brasileiro para nossos membros do comitê executivo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025, nosso Conselho de Administração era composto de 13 membros e um suplente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média anual paga aos membros do nosso Conselho de Administração foi de R$1,7 milhão, a maior remuneração anual paga a um membro do Conselho de Administração foi de R$3,2 milhões e a menor remuneração anual foi R$1,2 milhão. O número médio mensal de membros que receberam remuneração em 2025 foi de 13,25.

Em 2025, pagamos R$22,2 milhões no total aos membros de nosso Conselho de Administração pelos serviços relativos aos seus cargos, todos correspondendo à remuneração fixa. Reembolsamos os membros do nosso Conselho de Administração pelas despesas de viagem relacionadas com o desempenho das suas funções.

CONSELHO FISCAL

Em 31 de dezembro de 2025, nosso Conselho Fiscal tinha cinco membros eleitos e cinco suplentes. Pagamos um total de R$1,8 milhão aos membros do Conselho Fiscal em 2025. Reembolsamos os membros do Conselho Fiscal pelas despesas de viagem relacionadas ao desempenho de suas funções.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO

Pagamos um total de R$2,7 milhões aos membros dos nossos comitês de assessoramento permanentes em 2025. Desde 2023, todos os membros dos comitês também são membros do nosso Conselho de Administração, que tem direito a receber, além da remuneração como membro do conselho, uma remuneração pela participação em um ou mais comitês.

Os valores de remuneração descritos acima não incluem impostos sobre a seguridade social.

Empregados

As tabelas a seguir apresentam o número de nossos empregados (total, por grupos com base na atividade desenvolvida e por localização geográfica) nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro		
Por negócio	**2025**	**2024**	**2023**
Soluções de minério de ferro	44.561	43.601	43.090
Metais Básicos Vale	13.967	13.664	15.606
Atividades Corporativas	7.277	7.345	8.111
Total	**65.805**	**64.610**	**66.807**

	Em 31 de dezembro		
Por localidade:	**2025[1]**	**2024[1]**	**2023[1]**
Brasil	57.045	55.663	55.247
América do Norte	7.234	7.265	6.813
Ásia	1.210	1.359	4.416
Europa	279	271	277
América do Sul (exceto Brasil)	27	41	41
Oceania	10	11	13
Total	**65.805**	**64.610**	**66.807**

[1] Desde janeiro de 2017, incluímos em nossos números totais de mão de obra, todos os empregados contratados por prazo fixo, trainees e empregados contratados por meio de nosso programa de ação afirmativa para Pessoas com Deficiências.

Negociamos salários e benefícios com um grande número de sindicatos ao redor do mundo que representam nossos empregados. Temos acordos coletivos com funcionários sindicalizados em nossas operações no Brasil, Canadá, Indonésia, Reino Unido e Omã.

O número total de funcionários terceirizados em 31 de dezembro de 2025 era de 110.906, refletindo nossa nova classificação de funcionários terceirizados, que leva em consideração o número total de indivíduos terceirizados mobilizados que acessam as unidades da Vale.

SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

Os salários e benefícios praticados pela Vale e suas subsidiárias são geralmente estabelecidos de companhia para companhia. Nossa política está alinhada com nossa estratégia de atração e retenção, de acordo com as leis e práticas de mercado aplicáveis nos países onde operamos.

Oferecemos um pacote de benefícios destinado a garantir saúde, bem-estar, proteção e qualidade de vida através dos seguintes benefícios: seguro médico e odontológico privado para funcionários e seus dependentes, seguro de vida, planos de pensão privada, auxílio-alimentação, programa de assistência ao funcionário (PAE), licença parental estendida, incentivo ao desenvolvimento profissional, incentivo ao bem-estar e à atividade física e benefícios de invalidez de curto e longo prazo.

Nós estabelecemos nossos programas salariais e de benefícios para a Vale S.A. e suas subsidiárias, exceto a Vale Canadá. Em novembro de 2025, fechamos um acordo de um ano com todos os sindicatos brasileiros que prevê um aumento salarial de 5%. As provisões dos nossos acordos de negociação coletivos com sindicatos também se aplicam aos nossos funcionários não sindicalizados.

A Vale Canada e suas subsidiárias também estabelecem salários e benefícios para seus funcionários sindicalizados por meio de acordos coletivos. Em 2025, o acordo coletivo de trabalho para o pessoal técnico das operações de Sudbury foi renegociado com sucesso, resultando na renovação de um acordo de quatro anos. Os técnicos de processamento da Refinaria em Long Harbour, Terra Nova, se organizaram com o Sindicato dos Trabalhadores do Aço (United Steelworkers Union) em 2025 e, logo depois, começaram a negociar seu primeiro acordo coletivo com a Vale Canada. No que se refere aos funcionários não sindicalizados, a Vale Canadá realiza uma revisão anual de salários e benefícios. Oferecemos aos nossos funcionários e seus dependentes outros benefícios, incluindo plano de saúde flexível.

PLANOS DE APOSENTADORIA

Os empregados brasileiros da Vale e da maioria de suas subsidiárias brasileiras podem participar de planos de aposentadoria administrados pela Valia. O plano chama-se "Vale Mais" e é predominantemente um plano de contribuição definida, no qual o benefício de aposentadoria é determinado pelo saldo acumulado da conta, resultante das contribuições feitas pelo participante e pelo patrocinador, bem como pelos rendimentos de investimento obtidos ao longo do tempo. O plano, no entanto, possui características de benefício definido devido às coberturas de risco que oferece, destinadas a proteger o participante e seus dependentes em casos de invalidez temporária ou permanente, pensão e falecimento, para os quais os benefícios não dependem do saldo acumulado individual. A Valia também opera um plano de benefícios definidos, fechado aos novos participantes desde maio de 2000, com benefícios baseados nos anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Este plano cobre os participantes aposentados e seus beneficiários, bem como um número relativamente pequeno de funcionários que não quiseram a mudança do plano antigo para o plano "Vale Mais", quando foi estabelecido em maio de 2000.
A maioria dos funcionários de nossas operações de Metais Básicos da Vale participam de planos de pensão de benefício definido e planos de pensão de contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novos participantes desde 2009, e a maioria dos novos funcionários em nossas operações de Metais Básicos da Vale são elegíveis para participar de planos de pensão de contribuição definida. Em 2025, o plano de pensão de benefício definido da Vale Europe Limited, aplicável aos funcionários da refinaria em Clydach, País de Gales, foi encerrado e será liquidado.

REMUNERAÇÃO COM BASE NO DESEMPENHO

Todos os funcionários da empresa controladora Vale podem receber remuneração variável anual, em um valor baseado no desempenho da Vale, com faixas de valores que são baseadas no mercado e revisadas periodicamente, dependendo de determinadas metas estabelecidas e da geração de caixa em cada período. Regimes de remuneração de incentivo similares também existem em nossas subsidiárias.

Gestores qualificados são elegíveis para participar do Programa de Correspondência de RSU e PSU. Veja a descrição desses programas em *Gerência e Funcionários – Remuneração da Administração – Comitê Executivo.*

Adicionalmente, os profissionais da alta administração podem ser elegíveis para receber remuneração sob acordos de não concorrência (período de bloqueio), bem como benefícios médicos, odontológicos e hospitalares a serem pagos pela Empresa após o término de seus contratos. Além disso, eles podem estar sujeitos às Diretrizes Obrigatórias de Participação Acionária (SOG) e às Cláusulas de Malus e Clawback, conforme previsto em seus respectivos contratos. Para mains informações, veja *Administração e Empregados–Remuneração da administração– Comitê Executivo–Outras práticas.*

VI. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Processos Judiciais

Nós e nossas subsidiárias somos réus em diversas ações judiciais, incluindo processos ambientais, civis, trabalhistas e tributários, bem como processos relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho e ao rompimento da barragem da Samarco. Consulte as notas 25, 26 e 27 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter informações adicionais sobre esses processos e outros processos judiciais e administrativos não detalhados abaixo.

Utilizamos estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em relatórios, avaliações técnicas e na avaliação da administração. Reconhecemos provisões para perdas prováveis que podem ser estimadas de forma confiável, Reconhecemos uma contingência após a revisão dos relatórios dos consultores jurídicos e mediante a aprovação da avaliação de probabilidade contida nesses relatórios. Reconhecemos provisões para perdas prováveis que podem ser estimadas de forma confiável. Reconhecemos uma contingência após a revisão dos relatórios dos consultores jurídicos e mediante a aprovação da avaliação de probabilidade contida nesses relatórios. As tabelas abaixo contêm um resumo de nossas provisões e passivos contingentes em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Provisões

(US$ milhões)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Provisões para litígios		
Contencioso tributários	217	201
Contencioso civil	150	290
Contencioso trabalhistas	657	482
Contencioso ambientais	19	40
Total	**1.043**	**1.013**
Passivos relacionados a Brumadinho[1]	**1.911**	**1.970**
Passivos relacionados a coligadas e empreendimentos conjuntos[2]	**2.613**	**3.663**

[1] Os passivos relacionados a Brumadinho incluem provisões relativas ao Acordo de Reparação Integral, contenção de rejeitos, segurança geotécnica e reparação ambiental, indenização individual e outros. Consulte a nota 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter informações adicionais.
[2] Os passivos relacionados a coligadas e empreendimentos conjuntos incluem provisões relativas ao Acordo Definitivo, a provisão relativa ao rompimento da barragem da Samarco e os processos judiciais remanescentes. Consulte a nota 26 das nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter informações adicionais.

Passivos Contingentes

(US$ milhões)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivos contingentes		
Contencioso tributários	7.218	5.995
Contencioso civil	2.111	1.274
Contencioso trabalhistas	376	292
Contencioso ambientais	1.201	1.050
Total	**10.906**	**8.611**

Estamos em negociações administrativas e judiciais com as autoridades fiscais brasileiras em relação a determinadas posições tributárias adotadas por nós para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Consulte a nota 5 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter informações adicionais.

A tabela abaixo contém um resumo dos valores avaliados em discussão com as autoridades fiscais e das avaliações potenciais em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 referentes a posições fiscais incertas (UTP). Consulte a nota 5(d) de nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter informações adicionais sobre posições fiscais incertas.

Posições fiscais incertas ("UTP")

(US$ milhões)

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Autuado[1]	*Não autuadol*[2]	*Autuado*[1]	*Não autuado*[2]
UTPs registradas nas Demonstrações financeiras(1)	—	—	154	—
UTPs não registradas nas Demonstrações financeiras(1)	8.858,00	2.162,00	7.275,00	2.021

[1] Inclui os efeitos fiscais decorrentes da redução dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL, acrescidos de multas e juros.
2 Inclui o valor principal, sem multas e juros.

PROCESSOS JUDICIAIS RELACIONADOS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM BRUMADINHO

Temos buscado ativamente alternativas extrajudiciais para promover uma reparação e remediação mais célere às vítimas e para solucionar os diversos processos judiciais relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho. Para uma análise dos múltiplos acordos de conciliação que firmamos em relação ao rompimento da barragem em Brumadinho, incluindo, entre outros, o Acordo Judicial para Reparação Integral, consulte a seção *Panorama dos Negócios — Esforços de Reparação e Remediação — Esforços de Reparação, Remediação e Acordos Definitivo em Brumadinho*. Abaixo, apresentamos uma análise dos principais processos pendentes relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho. Para obter informações adicionais, consulte a nota 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Ações civis públicas, Acordo Judicial de Reparação Integral e outros acordos de conciliação. Em fevereiro de 2021, celebramos o Acordo Judicial para Reparação Integral com os demandantes de três ações cíveis públicas, resolvendo a maioria das reivindicações socioeconômicas e socioambientais apresentadas nessas ações. O Acordo Judicial para Reparação Integral resolveu os danos coletivos e difusos resultantes do evento, mas não abrange reivindicações por danos individuais e quaisquer danos socioambientais desconhecidos e futuros, que ainda estão sendo discutidos nas ações cíveis públicas e estão atualmente sujeitos a avaliação técnico-pericial. Temos cumprido as obrigações previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral.

Também celebramos outros acordos de conciliação com autoridades públicas para estabelecer mecanismos de indenização individual para as vítimas. Uma parte afetada ou um grupo de partes afetadas tem a opção de apresentar reclamações individuais diretamente contra nós ou de resolver suas reclamações por meio de um processo extrajudicial acelerado, com base nos mecanismos que acordamos com as autoridades no âmbito desses outros acordos de conciliação. Esses outros acordos de conciliação resolveram outros processos judiciais movidos contra nós por autoridades públicas.

b) Litígio de títulos nos Estados Unidos. Nós e alguns de nossos ex-diretores executivos fomos réus em ações coletivas de valores mobiliários, sob as leis federais de valores mobiliários dos EUA, movidas perante o Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Leste de Nova York por detentores de nossos títulos. O autor principal em um caso alega que os réus fizeram declarações falsas e enganosas ou omitiram informações sobre, entre outras coisas, a barragem de Brumadinho e a adequação dos programas e procedimentos de gerenciamento de riscos relacionados. Em março de 2022, o juízo deferiu o pedido do autor líder para certificação da ação coletiva. Em novembro de 2023, foi encerrada a fase de produção de provas (discovery), e os réus apresentaram pedido para a desclassificação do processo como ação coletiva. Em agosto de 2024, foi realizada audiência judicial, durante a qual as partes e seus peritos apresentaram argumentos em apoio às respectivas moções cruzadas para exclusão de opiniões periciais sobre nexo de causalidade das perdas (loss causation) e danos. Em

março de 2026, o juízo indeferiu nosso pedido de desclassificação da ação coletiva. As decisões relativas às moções para exclusão das opiniões periciais ainda se encontram pendentes.

Em novembro de 2021, oito fundos de investimento relacionados, afiliados a um gestor de ativos de capital fechado (todos integrantes da ação coletiva mencionada acima), ajuizaram uma ação individual (opt-out), em termos materiais semelhantes aos da ação coletiva. Em dezembro de 2023, os réus apresentaram pedido de extinção parcial da petição inicial emendada. Em março de 2026, o juízo deferiu nosso pedido de extinção parcial da petição inicial emendada. Dado o status das ações, não podemos prever os resultados ou estimar com segurança nossa exposição potencial neste momento. Continuaremos a contestar vigorosamente essas alegações.

c) Processos e investigações criminais. Em janeiro de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia criminal contra 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e funcionários atuais e antigos) por diversos crimes potenciais, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais, O 6º Tribunal Federal de Belo Horizonte aceitou todas as denúncias e as dividiu em três processos distintos: um para processar as acusações de crimes ambientais contra nós e nossos ex-funcionários; outro para processar as acusações de crimes ambientais contra a TUV SÜD e seus funcionários; e um terceiro, exclusivamente contra as pessoas físicas, para processar as acusações de homicídio. Os réus nesses três processos foram intimados a apresentar suas contestações, e nós apresentamos a nossa em dezembro de 2024. Em outubro de 2025, o Tribunal Federal rejeitou as alegações preliminares de defesa e os pedidos de absolvição sumária, determinando o prosseguimento do processo. As audiências de instrução e julgamento tiveram início em fevereiro de 2026 e a previsão é de que sejam concluídas em maio de 2027.

A Polícia Federal brasileira também conduziu uma investigação criminal separada e, em setembro de 2024, os procuradores federais decidiram não instaurar uma nova ação penal, visto que as conclusões dessa investigação já haviam sido incorporadas ao processo descrito acima. Uma associação civil contestou essa decisão, mas, em fevereiro de 2025, a decisão de não instaurar uma nova ação penal nem alterar a ação existente foi mantida. A investigação aguarda agora os trâmites processuais finais para seu encerramento definitivo.

d) Ações civis públicas movidas por promotores e associações civis.

- Ação civil pública relacionada às nossas políticas internas. Somos réus em uma ação civil pública movida pelo MPF perante o 14º Tribunal Federal da cidade de Belo Horizonte contra a ANM, a CVM e nós, solicitando intervenção judicial contra a Vale até que reestruturemos e aprimoremos nossas políticas internas relativas à segurança e prevenção de desastres. Como essa ação civil pública foi incluída no Acordo Definitivo (conforme definido abaixo) relativo ao rompimento da barragem da Samarco, aguardamos decisão sobre o encerramento do processo.

- Ação civil pública relacionada a acordos individuais. Em janeiro de 2024, uma organização não governamental iniciou uma ação civil pública contra nós, alegando descumprimento do termo de compromisso firmado com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em relação aos acordos extrajudiciais celebrados com os indivíduos afetados. A autora busca a suspensão parcial dos efeitos de certas cláusulas contratuais relativas à indenização por danos morais, bem como a inversão do ônus da prova. Em fevereiro de 2024, o juízo de primeira instância negou o pedido de liminar, sob o fundamento de que não havia base para presumir que os beneficiários desconheciam os termos contratuais, especialmente considerando que contavam com assistência jurídica própria. Em junho de 2025, após nova apelação, o tribunal de apelação manteve a decisão que negou a liminar. Diante do estágio atual do processo, não temos condições de estimar com precisão os possíveis impactos de um eventual desfecho desfavorável. Continuaremos a defender vigorosamente nossa posição.

- Ação civil pública relacionada à realocação de comunidade indígena. Em janeiro de 2022, o MPF ajuizou uma ação liminar contra nós, solicitando que apresentássemos um plano de realocação temporária para as comunidades indígenas Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe, especialmente a Vila Naô Xohâ, e que providenciássemos o pagamento de auxílio-instalação e manutenção mensais às famílias realocadas. Em fevereiro de 2022, o Tribunal Federal da cidade de Belo Horizonte concedeu uma liminar determinando a realocação temporária das comunidades indígenas Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe e o pagamento de auxílio mensal até a regularização definitiva das comunidades. Temos cumprido a decisão judicial e

adquirimos um terreno em Brumadinho para a realocação temporária de parte das famílias. Até dezembro de 2025, a maioria das comunidades indígenas abrangidas pela ação civil pública havia chegado a um acordo conosco, incluindo o pagamento de indenizações individuais e coletivas e a doação de terras para a realocação definitiva da comunidade indígena. As negociações com os demais grupos indígenas ainda estão em andamento. Para obter mais informações, consulte Panorama — Panorama dos negócios — Esforços de reparação e remediação — Outros acordos de conciliação relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho.

- Ação de responsabilização corporativa ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais e outros processos no âmbito da Lei Anticorrupção brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013). Somos réus em uma ação movida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) relacionada ao rompimento da barragem de Brumadinho, na qual as autoridades fazem alegações com base na Lei Anticorrupção Brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013). Essas alegações afirmam que ocultamos informações relevantes sobre a estabilidade da barragem de Brumadinho, apresentando uma declaração de estabilidade falsa antes do rompimento, o que supostamente afetou negativamente a fiscalização das autoridades públicas sobre a estabilidade da barragem e teria permitido a omissão de informações relevantes sobre os riscos da barragem, potencialmente constituindo interferência na fiscalização das autoridades públicas, o que seria considerado um ato de corrupção nos termos do Artigo 5º, inciso V, da Lei Anticorrupção Brasileira. Atualmente, o processo está suspenso devido a uma decisão proferida no âmbito de um recurso interlocutório interposto pela TÜV SÜD, que questiona a litisconsórcio necessário. Continuaremos a contestar vigorosamente essa ação, que consideramos infundada.

Adicionalmente, somos parte em um processo administrativo perante a Controladoria-Geral da União (CGU), no qual as autoridades impuseram uma multa em agosto de 2022 de aproximadamente R$86,3 milhões, mas também reconheceram na decisão a ausência de atos de corrupção e não indicaram qualquer envolvimento ou tolerância por parte de nossa alta administração. Após o indeferimento do nosso recurso pelo STJ, interpusemos recurso adicional perante o STF, que ainda se encontra pendente de julgamento. Também somos parte em um processo administrativo pendente perante a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE), que havia sido suspenso por ordem judicial em 2023 devido ao ajuizamento prévio da referida ação civil pública pela MPMG, mas foi retomado em 2025 após autorização do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O processo administrativo prosseguiu e aguarda decisão final após a apresentação de nossas alegações finais.

- Ação civil pública relacionada ao PTR. Somos réus em uma ação civil pública movida por duas organizações não governamentais perante a 2ª Vara do Tesouro Público e Entidades Públicas de Belo Horizonte/MG em março de 2025, buscando a continuidade dos pagamentos do Programa de Transferência de Renda (PTR), programa firmado entre a Vale, MPMG, DPMG, MPF e o Estado de Minas Gerais no âmbito do Acordo Judicial de Reparação Integral. O programa era administrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), entidade designada pelas autoridades judiciais, e tinha previsão de término em janeiro de 2026. Em março de 2025, o juízo concedeu liminar determinando o depósito dos valores estimados pela FGV para que os beneficiários do PTR continuassem a receber, por tempo indeterminado, os mesmos valores anteriormente pagos. Até fevereiro de 2026, havíamos realizado três depósitos judiciais, totalizando R$523,2 milhões, a serem transferidos à FGV para a manutenção dos pagamentos do PTR. Continuamos a contestar a ação, que consideramos infundada.

- Ações civis públicas movida por sindicatos. Como atualização das duas ações previamente relatadas em nosso relatório anual no Formulário 20-F de anos anteriores, movidas por sindicatos perante um tribunal do trabalho no distrito de Betim, Minas Gerais, relacionadas ao rompimento da barragem de Brumadinho, após negociações de conciliação, firmamos um acordo em 2025, em conformidade com cada um deles, ambos os processos foram encerrados e concordamos em pagar o montante total de R$299,2 milhões. O acordo abrange todos os trabalhadores falecidos.

e) Pedido de indenização pelo município de Brumadinho. Em dezembro de 2021, o município de Brumadinho ajuizou ação contra nós perante o Juizado Especial Cível de Brumadinho, pleiteando indenização por danos materiais e extrapatrimoniais sofridos pelo município, bem como por danos morais. O município também requereu o bloqueio de bens no valor de R$5 bilhões, além de pagamentos mensais de aproximadamente R$3,7 milhões para compensar supostas perdas financeiras decorrentes da queda na arrecadação tributária após o rompimento da barragem de Brumadinho. Todos esses pedidos preliminares foram indeferidos. O processo está em andamento e continuaremos a contestar vigorosamente essa ação, que consideramos improcedente.

f) Procedimentos de arbitragem de investidores no Brasil. Somos réus em quatro arbitragens impetradas perante a Câmara de Arbitragem B3: uma arbitragem movida por 384 acionistas minoritários e três arbitragens movidas por fundos de investimento estrangeiros, representando ou atuando em conjunto com outros reclamantes estrangeiros. Além dessas quatro arbitragens, outros dois processos foram movidos por uma associação supostamente atuando em nome de acionistas minoritários, os quais foram extintos em agosto de 2024 sem julgamento de mérito devido à falta de pagamento das custas arbitrais pelo reclamante. Nos quatro processos em andamento, os reclamantes alegam que tínhamos conhecimento dos riscos na barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, e não divulgamos as informações aos acionistas conforme exigido pelas leis brasileiras e pelas normas da CVM. Com base nisso, os reclamantes buscam indenização por supostas perdas relacionadas a uma alegada desvalorização de nossas ações. Em um dos processos movidos por pessoas jurídicas estrangeiras, os reclamantes estimaram inicialmente o valor das supostas perdas em aproximadamente R$1,8 bilhão, sujeito a juros e ajustes monetários. Em outro processo movido por pessoas jurídicas estrangeiras, os reclamantes estimaram inicialmente o valor das supostas perdas em aproximadamente R$3,9 bilhões, sujeito a juros e ajustes monetários. No processo apresentado por acionistas minoritários, os reclamantes atribuíram ao crédito o valor de R$3 bilhões, também sujeito a juros e ajustes monetários, e que, segundo alegam, poderá ser aumentado posteriormente. Em uma das arbitragens, os reclamantes não estimaram o valor do crédito. Consideramos essas alegações improcedentes e continuaremos a contestá-las vigorosamente. Esses processos ainda estão em fase inicial.

Além do exposto acima, estamos envolvidos em outros processos judiciais e investigações relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho, que não consideramos relevantes neste momento, e outros processos poderão ser instaurados no futuro.

PROCESSOS LEGAIS RELACIONADOS AO COLAPSO DA BARRAGEM DE REJEITOS DA SAMARCO

Em outubro de 2024, nós, juntamente com a Samarco e a BHP Brasil Ltda., firmamos um acordo com o governo federal, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, as Procuradorias Públicas Federais e Estaduais e as Defensorias Públicas Federais e Estaduais dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de outras autoridades governamentais federais e estaduais (o "Acordo Definitivo"), Espera-se que o Acordo Definitivo resolva a maior parte dos processos judiciais no Brasil relacionados ao rompimento da barragem da Samarco. Consulte *Panorama dos Negócios — Esforços de Reparação e Remediação — Esforços de reparação, remediação e Acordos Definitivos relacionados à barragem de rejeitos da Samarco*. Abaixo, apresentamos uma discussão sobre os principais processos ainda pendentes após o Acordo Definitivo. Para obter informações adicionais, consulte a nota 26 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Processo criminal. Em outubro de 2016, o MPF apresentou denúncia criminal perante o Tribunal Federal de Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais, contra nós, alguns de nossos funcionários e um ex-dirigente (que atuava como membro do Conselho de Administração da Samarco indicado pela Vale), entre outros réus corporativos e individuais, O tribunal rejeitou parte das denúncias, mas acolheu as acusações de inundação com resultado em morte devido ao rompimento da barragem e crimes ambientais, incluindo suposta omissão de informação de interesse ambiental, declarações falsas e fraude em documento público, em conexão com a suposta omissão de informação de que rejeitos de nossa mina Alegria foram despejados na barragem de Fundão. Em novembro de 2024, o Tribunal Federal de Ponte Nova absolveu todos os réus (incluindo nós e o ex-funcionário) de todas as acusações apresentadas pelo MPF. A sentença reconheceu que ficou comprovado que não contribuímos para a prática dos supostos crimes ambientais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. O MPF recorreu contra a absolvição para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), exceto no que diz respeito ao ex-funcionário, cuja absolvição transitou em julgado e tornou-se irrecorrível. Em fevereiro de 2025, apresentamos nossa contestação ao recurso, e aguarda-se julgamento.

b) Processo tributário. Em setembro de 2018, a Receita Federal apresentou pedido perante um tribunal federal em Belo Horizonte para obter uma ordem judicial visando à penhora de bens da Vale como garantia para o pagamento de débitos tributários e previdenciários da Samarco, no valor aproximado de R$11 bilhões (em junho de 2018). Em maio de 2019, foi proferida decisão favorável, extinguindo o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) interpôs recurso, e aguarda-se decisão.

c) Processo de Londres. Cerca de 610.000 requerentes (incluindo pessoas físicas, municípios brasileiros, empresas e membros de comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais) estão buscando indenização da BHP Group Ltd, e da BHP Group UK Ltd, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, perante o Tribunal de Tecnologia e Construção do Tribunal Comercial e Imobiliário da Inglaterra e País de Gales, em Londres, Reino Unido (a "Ação no Reino Unido"). Em relação à Ação no Reino Unido, em julho de 2024, assinamos um acordo de compartilhamento de responsabilidade com a BHP, pelo qual concordamos em compartilhar com a BHP, em partes iguais (50%/50%), qualquer indenização que venha a ser imposta em decorrência das Ações no Reino Unido e do processo na Holanda (ver abaixo), que não seja duplicada em relação à indenização já paga no Brasil. O processo foi estruturado em fases. Na primeira fase, o julgamento ocorreu entre outubro de 2024 e março de 2025, e em novembro de 2025 o tribunal inglês proferiu uma decisão reconhecendo a responsabilidade da BHP perante a lei brasileira. Como resultado dessa decisão, reconhecemos uma provisão adicional de US$449 milhões em nossa demonstração de resultados. A decisão também confirmou a validade das renúncias e dos termos de quitação firmados pelos reclamantes que já haviam sido indenizados no Brasil, o que deverá reduzir o número de reclamantes restantes e o valor total das indenizações. A segunda fase do julgamento ocorrerá entre abril de 2027 e março de 2028, sendo provável que o tribunal inglês estabeleça uma terceira fase para determinar os valores de liquidação individual de cada demandante. Uma nova Case Management Conference (CMC) para tratar de questões remanescentes relacionadas à segunda fase está agendada para julho de 2026. A decisão proferida em novembro de 2025 permanece sujeita à reforma, uma vez que a BHP solicitou autorização para recorrer à Corte de Apelações. O pedido ainda está pendente de apreciação e não suspende o andamento dos procedimentos atualmente em curso relativos à segunda fase. O valor final das reivindicações não pode ser estimado neste momento.

d) Processo na Holanda. Em março de 2024, cerca de 78,000 requerentes (pessoas físicas, municípios brasileiros, empresas e membros de comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais) entraram com uma ação judicial contra nós e a Samarco Netherlands NL perante o Tribunal Distrital de Amsterdã. Os requerentes buscam uma sentença declaratória, estabelecendo que a Samarco Netherlands e nós somos solidariamente responsáveis por um valor não

especificado de danos em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco. Também em março de 2024, o tribunal concedeu uma liminar bloqueando nossas ações na Vale Holdings B.V., nossa subsidiária integral constituída na Holanda, juntamente com os direitos econômicos a elas vinculados, como garantia de um valor aproximado de €920 milhões relacionado a essas reivindicações. Em 2025, os municípios de Iapu, Ponte Nova e Rio Casca aderiram ao Acordo Definitivo e renunciaram às suas reivindicações no processo, e o valor da garantia foi reduzido para aproximadamente €745 milhões. Em outubro de 2025, nós e a Samarco NL apresentamos defesas contestando a jurisdição e a admissibilidade das demandas, e, em fevereiro de 2026, os demandantes apresentaram suas manifestações em resposta. A audiência sobre a jurisdição está agendada para julho de 2026. Caso o Tribunal assuma a jurisdição, espera-se o prosseguimento para uma segunda fase, destinada à avaliação abstrata da responsabilidade, bem como de eventuais pedidos reconvencionais. A questão relativa à admissibilidade de grupos de demandas e de demandantes deverá ser tratada em uma eventual terceira fase. Com base no acordo de compartilhamento de responsabilidades celebrado com a BHP em julho de 2024, a BHP compartilhará conosco, na proporção de 50%/50%, qualquer responsabilidade que venha a ser eventualmente imposta em decorrência do processo na Holanda que não seja duplicativa de indenizações já pagas no Brasil. O valor final das demandas não pode ser estimado neste momento.

e) Ação Civil Pública dos Municípios do Sul da Bahia. Em 27 de junho de 2025, os municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado ajuizaram uma ação civil pública contra a Samarco, a BHP e nós. Os autores alegam que o rompimento da barragem de Fundão causou inúmeros danos à região Sul da Bahia, tais como: (i) danos socioeconômicos e imateriais; (ii) impactos na saúde pública, na economia e na alimentação local, particularmente devido à contaminação e às consequentes restrições ao consumo de pescado; (iii) prejuízos ao setor turístico; (iv) redução da arrecadação tributária; e (v) impactos nos estoques pesqueiros e, consequentemente, na atividade e no sustento dos pescadores locais. Afirmaram ainda que, apesar dos alegados danos, não foram contemplados pelo Acordo de Ajuste de Transação e Conduta (TTAC) e, mais uma vez, não foram incluídos no Acordo Definitivo, o que motivou o ajuizamento da ação. As principais causas de ação são: (i) condenação dos réus ao pagamento de indenização por todos os danos materiais e morais, tanto individuais quanto coletivos; (ii) desconsideração da personalidade jurídica da Samarco para atingir a nós e à BHP; e (iii) inversão do ônus da prova. Neste momento, não podemos estimar com precisão nossa possível exposição. Continuaremos a contestar esta ação oportunamente, a qual consideramos infundada.

Além do exposto acima, estamos envolvidos em outros processos judiciais e investigações relacionados ao rompimento da barragem da Samarco, que não consideramos relevantes neste momento, e outros processos poderão ser instaurados no futuro.

PROCESSOS AMBIENTAIS E DE SEGURANÇA

Processos judiciais relativos à segurança de barragens. Estamos envolvidos em diversas outras ações cíveis públicas nas quais o Ministério Público e outras autoridades buscam suspender ou restringir nossas operações, obter liminares que nos obriguem a implementar medidas de segurança em outras barragens de rejeitos existentes, bem como outros processos que buscam indenização coletiva devido à evacuação de comunidades após o nível de emergência das barragens. A maioria dessas ações já foi extinta em decorrência de diversos acordos firmados com o Ministério Público e o Estado de Minas Gerais, mas algumas ainda estão em andamento.

a) Litígios relativos às barragens Maravilhas II e III. Em outubro de 2017, o MPMG ajuizou ações cíveis públicas contestando nossas licenças ambientais para a construção da barragem de rejeitos Maravilhas III, que deverá dar suporte às nossas operações no complexo mineiro de Vargem Grande, em nosso Sistema Sul. Caso a construção dessa barragem seja interrompida, nossa capacidade de retomar plenamente as operações no complexo mineiro de Vargem Grande poderá ser afetada negativamente. Em outubro de 2018, o MPMG ajuizou uma ação cível pública relacionada às barragens de rejeitos Maravilhas II e III, pleiteando, entre outros pedidos, uma liminar para nos impedir de depositar rejeitos em tais barragens. O pedido de liminar foi inicialmente concedido pelo juízo, mas em julho de 2019 a decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Em abril de 2019, o MPMG ajuizou uma ação civil pública relacionada à barragem de rejeitos Maravilhas II, requerendo liminares que nos obrigassem a nos abster de dispor de rejeitos, operar, construir ou realizar outras intervenções na barragem, bem como de aumentar os riscos para outras estruturas no complexo mineiro onde Maravilhas II está situada, entre outros pedidos. Os pedidos de liminar foram inicialmente concedidos pelo Juizado Especial Cível do município de Itabirito, mas posteriormente foram parcialmente indeferidos após

um acordo firmado entre as partes em setembro de 2019. Os processos relativos a Maravilhas II e III seguem em andamento.

b) Forquilha V. Em dezembro de 2021, o MPMG ajuizou uma ação civil pública solicitando uma liminar para suspender as operações da barragem de Forquilha V, que integra o complexo mineiro Fábrica, até a revisão e aprovação, pelas autoridades públicas, de um novo Plano de Ação Emergencial. Em julho de 2024, após informarmos a planejada suspensão do uso da barragem para disposição de rejeitos, o juízo indeferiu o pedido de liminar, sob certas condições, incluindo a comprovação da suspensão das atividades em Forquilha V e das condições de segurança da barragem. Continuaremos a contestar essa ação, que consideramos improcedente.

c) Ações civis públicas relacionadas à evacuação e remoção de comunidades. Somos réus em ações civis públicas movidas pelo MPMG contra nós, pleiteando diversas medidas cautelares e indenizações por danos socioeconômicos decorrentes da evacuação e/ou remoção de comunidades localizadas nas zonas de autossocorro de algumas de nossas barragens situadas em Nova Lima, Ouro Preto, Barão de Cocais e Itabira.

Em dezembro de 2022, a ação civil pública relacionada à evacuação de Nova Lima (B3B4) foi resolvida e um novo acordo foi assinado entre o MPMG, o MPF, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e nós, prevendo a indenização e a reparação integral dos impactos sofridos pela população afetada e pelo Município de Nova Lima, no valor estimado de R$500 milhões, e estamos atualmente cumprindo os termos pertinentes desse novo acordo. As indenizações por danos individuais, contudo, foram excluídas do acordo e ainda podem ser pleiteadas.

Em agosto de 2023, no âmbito da ação civil pública referente à evacuação de parte da população de Barão de Cocais (Sul Superior), firmamos um acordo extrajudicial no valor estimado de R$528 milhões para a indenização e reparação integral dos impactos sofridos pela população afetada e pelo Município de Barão de Cocais. As reivindicações por danos individuais foram excluídas do acordo e ainda podem ser buscadas de acordo com os termos do convênio com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Além disso, este acordo resultou no encerramento de um inquérito civil sobre possíveis violações ou ameaças aos direitos humanos individuais e coletivos em nossas interações com as comunidades e indivíduos afetados pela evacuação motivada pela elevação do nível de emergência da barragem de Sul Superior. Ademais, somos réus em uma ação movida por uma organização não governamental em janeiro de 2024, perante o Município de Barão de Cocais, buscando reparação por alegados danos morais, patrimoniais e econômicos sofridos pelas comunidades evacuadas a jusante da barragem de Sul Superior. Apresentamos nossa defesa em junho de 2024. Em fevereiro de 2026, o tribunal rejeitou nossas objeções preliminares, definiu as questões a serem contestadas, inverteu o ônus da prova e nos ordenou a apresentar documentação referente aos critérios de indenização e às pessoas afetadas. Uma audiência probatória está agendada para maio de 2026.

Em abril de 2022, o MPMG ajuizou uma ação civil pública pleiteando, entre outros pedidos, a reparação integral dos alegados danos e impactos socioeconômicos causados à comunidade de Itabira em decorrência da descaracterização da Barragem de Pontal e seus diques. Em setembro de 2024, o tribunal proferiu sentença determinando que indenizássemos todos os danos individuais, bem como os danos morais coletivos, às pessoas afetadas pelas obras de descaracterização do sistema de Pontal. O MPMG também requereu tutela provisória, buscando uma ordem judicial que nos obrigasse a remover os núcleos familiares em situação de risco residentes em Itabira. Em dezembro de 2024, o tribunal deferiu parcialmente os pedidos formulados pelo MPMG, incluindo, entre outras medidas, a determinação para que realizássemos a remoção, Interpusemos recurso, que aguarda julgamento. Continuaremos a contestar vigorosamente essa ação.

Além de uma ação civil pública já existente, em setembro de 2025, o MPMG ajuizou uma ação civil pública adicional em Ouro Preto, buscando a realocação para moradias permanentes e o auxílio financeiro para as famílias que vivem fora da zona de risco da Barragem Doutor, na mina Timbopeba. Em outubro de 2025, o tribunal concedeu efeito suspensivo a um recurso interlocutório por nós interposto, neutralizando temporariamente a liminar que nos obrigava a realocar as famílias identificadas e a implementar o protocolo descrito acima.

Processos judiciais solicitando a suspensão de licenças ou suspensão de operações no Estado de Minas Gerais e Espírito Santo

d) Usina de pelotização 8 - Litígio Tubarão. Em setembro de 2019, uma associação civil ajuizou uma ação civil pública contra nós, perante um tribunal estadual em Vitória, estado do Espírito Santo, alegando que o processo de licenciamento para a expansão de nossas operações no Complexo Tubarão não cumpriu os requisitos formais e não considerou os impactos ambientais; e estabeleceu parâmetros de emissão diferentes dos que haviam sido definidos no respectivo Estudo de Impacto Ambiental. Nesse processo, a autora requereu uma liminar buscando a suspensão da licença de operação do Complexo Tubarão. Apresentamos nossa defesa em outubro de 2020, o tribunal negou provimento ao pedido de liminar da autora. O tribunal também designou um perito para elaborar um laudo técnico e notificar o Ministério Público.

e) Litígio ferroviário da EFVM. Em março de 2021, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ajuizou uma ação civil pública perante o 13º Tribunal Federal de Minas Gerais, alegando nulidade do terceiro aditivo ao contrato de concessão da Ferrovia Vitória-Minas (EFVM), que renovou a concessão da EFVM, e requerendo liminar para: (i) suspender a eficácia do terceiro aditivo ao contrato de concessão ou (ii) suspender o pagamento devido ao Governo Federal, até decisão final. Em abril de 2021, o tribunal proferiu decisão favorável à EFVM, extinguindo o processo no mérito. A autora interpôs recurso, cujo julgamento está pendente.

f) Questões ambientais relativas ao Porto de Tubarão. Em 2018, firmamos um acordo com o MPF, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e as autoridades ambientais do Estado do Espírito Santo (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA) para melhorar o controle das emissões atmosféricas no Porto de Tubarão e nas plantas de pelotização. No momento, aguardamos a avaliação das autoridades públicas sobre o cumprimento do acordo.

Em julho de 2006, a Associação Nacional de Amigos do Meio Ambiente (ANAMA) ajuizou uma ação coletiva contra nós, o Estado do Espírito Santo, o Instituto de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo (IEMA), a Prefeitura de Vitória, o Governo Federal e a Agência Nacional do Meio Ambiente, pleiteando indenização pela poluição que supostamente causamos no município de Vitória. Conforme relatado anteriormente, em 2018, firmamos um acordo extrajudicial prevendo investimentos significativos para aprimorar o controle de emissões atmosféricas no Porto de Tubarão e nas usinas de pelotização, e a ação foi suspensa. Apesar das conclusões da perícia técnica judicial e da execução do acordo, em novembro de 2023, o juízo determinou que apresentássemos perícia técnica complementar para avaliar nossa contribuição para a qualidade do ar na região metropolitana de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Aguardamos atualmente o início da fase de perícia judicial.

g) Ação Popular. Em setembro de 2013, um indivíduo ajuizou uma ação popular contra nós e outra siderúrgica perante um tribunal federal do estado do Espírito Santo, alegando que as empresas são responsáveis pela poluição atmosférica na região metropolitana da cidade de Vitória, que causa doenças respiratórias e cardiovasculares e, portanto, gera despesas para o Sistema Único de Saúde (SUS), as quais deveriam ser reembolsadas por essas empresas. Nessa ação, o autor pleiteou uma liminar para compelir as empresas a apresentarem laudos técnicos referentes à suposta relação entre a poluição atmosférica e as doenças, bem como despesas com tratamentos de saúde e custos de infraestrutura e medicamentos. O autor requeria que as empresas indenizassem o SUS pelas despesas decorrentes do tratamento de doenças supostamente causadas pela poluição atmosférica. Em junho de 2024, a ação foi julgada improcedente. O recurso do autor aguarda julgamento.

h) Ação civil pública relacionada a poços artesianos. Em maio de 2017, uma organização não governamental (Associação Juntos SOS Espírito Santo Ambiental) iniciou uma ação civil pública contra nós perante o Tribunal Federal do Estado do Espírito Santo, contestando nossas autorizações para exploração de água subterrânea de poços artesianos no complexo Tubarão, com base em uma nova regulamentação para obtenção de autorizações que havia sido emitida naquele momento. A ONG exige que apresentemos novas análises de qualidade da água e façamos melhorias nos sistemas de tratamento sanitário. O processo aguarda o início da fase pericial. Dada a fase preliminar da ação, não é possível, neste momento, determinar os impactos de possíveis desfechos.

i) Litígios ambientais nas minas Fábrica e Viga. Em janeiro de 2026, após episódios de chuvas intensas e transbordamento de água nas minas de minério de ferro Fábrica e Viga, o MPF, o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas

Gerais, em conjunto com o Estado de Minas Gerais, impetraram três ações cautelares e o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais ajuizaram uma ação civil pública. As autoridades alegam que o transbordamento e os danos às cavas e estruturas de drenagem causaram assoreamento e potencial contaminação de cursos d'água adjacentes, danos a propriedades de terceiros e riscos para as comunidades locais. Os processos buscam ampla tutela cautelar, incluindo (i) a suspensão ou restrição das atividades de mineração nesses complexos, (ii) a implementação de programas de contenção emergencial e monitoramento da qualidade da água e (iii) o bloqueio prévio (congelamento judicial) de aproximadamente R$3 bilhões no total para garantir potenciais custos de remediação e indenização por danos morais coletivos. Esses procedimentos estão em fase inicial e, no momento, não podemos prever os resultados nem estimar com precisão nossa possível exposição, que pode incluir obrigações adicionais significativas de remediação e indenizações monetárias contra nós, bem como restrições operacionais nos complexos Fábrica e Viga. Nossas operações nas unidades Fábrica e Viga estão suspensas desde 25 de janeiro de 2026.

Outros processos ambientais.

j) Acidente na EFC – km 244. A Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão e a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Alto Alegre do Pindaré emitiram diversas notificações de infração contra nós, em razão de um acidente ocorrido em 8 de novembro de 2023, no km 244 da Ferrovia Carajás – EFC. Um trem que transportava 49 vagões-tanque de combustível (gasolina tipo A, diesel S10 e diesel S500) descarrilou, causando vazamento de combustível e um grande incêndio. Conseguimos controlar e extinguir o fogo em 24 horas. As autoridades nos imputaram diversos atos puníveis, incluindo destruição de vegetação nativa, vegetação em APP (Área de Preservação Permanente), poluição atmosférica, poluição hídrica, derramamento de óleos ou substâncias oleosas, poluição do solo e descumprimento do plano de resposta a emergências. O valor total das multas referentes às notificações de infração ultrapassa R$300 milhões. Após apresentarmos nossa defesa administrativa nesses processos, algumas das multas foram reduzidas e outras mantidas. Recorremos dessas decisões. Posteriormente, celebramos um acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão para o encerramento de sete autos de infração, pelo valor de R$ 167,8 milhões, sem reconhecimento de culpa ou de responsabilidade por danos. O outro auto de infração pendente, lavrado pelo órgão ambiental municipal de Alto Alegre do Pindaré, também foi anulado pelo município, de modo que todos os autos de infração foram encerrados.

k) Acidente com o Stellar Banner. Após o acidente ocorrido em fevereiro de 2020 envolvendo o navio cargueiro de minério de ferro MV Stellar Banner, operado pela Polaris Shipping Co, Ltd., nos tornamos parte nos seguintes processos relacionados ao acidente: (i) em agosto de 2020, o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu uma notificação de infração contra nós por supostamente causar poluição em níveis que poderiam resultar na destruição da biodiversidade marinha local; (ii) em dezembro de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra nós, buscando indenização pelos alegados danos ambientais e reembolso das despesas incorridas pelas autoridades públicas; e (iii) em abril de 2022, o MPF ajuizou uma ação penal perante o Tribunal Federal contra o capitão do navio, a Polaris e nós, por suposto crime de poluição por meio do descarte não autorizado de resíduos oleosos. Em novembro de 2023, o tribunal aceitou a denúncia contra nós pelo suposto crime de poluição decorrente do derramamento de óleo no mar. Temos defendido vigorosamente nossa posição neste processo, principalmente com base no argumento de que não temos legitimidade para sermos processados e não devemos ser responsabilizados pelo incidente.

l) Acordos de Conciliação e Processos Judiciais Envolvendo Comunidades Indígenas. Desde 2012, o MPF e associações que representam os Povos Indígenas Xikrin do Cateté e Kayapó, localizados no estado do Pará, têm movido diversos processos judiciais contra nós, buscando indenização pecuniária e uma ampla gama de medidas cautelares em decorrência de supostas irregularidades no processo de licenciamento de algumas de nossas operações ou do suposto impacto de nossas atividades de mineração de minério de ferro e Vale Metais Básicos nessas comunidades. Esses processos judiciais envolveram nossas operações de níquel em Onça Puma, as operações de minério de ferro em S11D, as operações de cobre em Salobo, o projeto Ferro Carajás e o projeto de cobre Alemão.

Em dezembro de 2021, firmamos um acordo com o povo Xikrin do Cateté e, em fevereiro de 2022, um acordo com o povo Kayapó, por meio do qual concordamos em fornecer determinada compensação social e econômica a essas comunidades. O acordo com o povo Xikrin do Cateté foi homologado pelo juízo responsável pelos processos relativos aos projetos Onça Puma, S11D e Salobo. Em agosto de 2022, a comunidade indígena Xikrin de TI Bacajá recorreu contra a decisão que extinguiu o processo referente a ela. Apresentamos nossa contestação e aguardamos o julgamento do recurso. Em outubro de 2022, o acordo com o povo Kayapó foi homologado pelo juízo responsável pelo processo relativo ao projeto

Onça Puma. Em março de 2023, o acordo com a comunidade Xikrin foi homologado pelo juízo responsável pelo processo relativo aos projetos do Alemão. Em março de 2024, o acordo foi homologado pelo juízo competente para os processos relativos ao projeto Ferro Carajás.

Em fevereiro de 2025, o MPF ajuizou nova ação civil pública contra o governo federal, o estado do Pará e nós, referente à situação sanitária do povo Xikrin do Cateté afetado pela suposta contaminação dos rios Cateté e Itacaiúnas em decorrência de nossas atividades na mina Onça Puma. Nesta ação, o MPF requer uma liminar que nos obrigue a arcar com determinados custos, incluindo transporte, hospedagem, alimentação, medicamentos e tratamento dos Povos Indígenas supostamente afetados, além da implementação de um programa de monitoramento sanitário. Em março de 2025, apresentamos nossa contestação preliminar ao tribunal, na qual reiteramos, entre outros argumentos, que não há vínculo entre a contaminação e o projeto da mina Onça Puma. Esta posição é corroborada por uma série de argumentos previamente confirmados por peritos judiciais nomeados pelo Tribunal Federal da Redenção em laudo pericial expedido em 2018. Aguarda-se decisão sobre o pedido de liminar do MPF.

m) Ações judiciais de Itabira. Somos réus em duas ações judiciais movidas pelo município de Itabira, no estado de Minas Gerais. Na ação civil pública ajuizada em agosto de 1996, a autora alega que nossas operações de mineração de minério de ferro em Itabira causaram danos ambientais e sociais, e pleiteia indenização pela suposta degradação ambiental do local de uma de nossas minas, bem como a restauração imediata do complexo ecológico afetado e a execução de programas de compensação ambiental na região. Na ação ajuizada em setembro de 1996, a autora pleiteia o direito ao reembolso das despesas incorridas com serviços públicos prestados em decorrência de nossas atividades de mineração. Os danos pleiteados, ajustados a dezembro de 2025, somam aproximadamente US$5,5 bilhões, Ambas as ações estão em fase de produção de provas. Acreditamos que essas ações são improcedentes e continuaremos a contestá-las vigorosamente.

n) Expansão da EFC. Somos réus em uma ação civil pública ajuizada em julho de 2012 pela Sociedade Maranhão de Direitos Humanos, o Conselho Indígena Missionário e o Centro de Cultura Negra do Maranhão, contestando o processo de licenciamento ambiental para a expansão da ferrovia Carajás (EFC). Em dezembro de 2020, foi emitido um laudo pericial judicial que confirmou a legalidade do processo de licenciamento em nosso favor. Após o encerramento da fase de produção de provas (discovery) do processo, foi proferida decisão parcialmente favorável, que negou o pedido de anulação da licença ambiental e confirmou que o processo de licenciamento foi devidamente conduzido. A decisão também nos condenou ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. Pretendemos interpor recurso contra essa decisão.

PROCESSOS CIVIS

a) Reclamações envolvendo debêntures participativas de nossos acionistas. Na época da nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures regidas pela legislação brasileira, conhecidas no Brasil como "debêntures participativas", aos nossos acionistas da época. Nossas debêntures participativas são regidas por um contrato de debêntures que prevê o pagamento de prêmios quando o volume de vendas dos ativos de referência atingir determinados limites. Alguns detentores de nossas debêntures participativas entraram com ações judiciais contra nós, alegando que o pagamento de prêmios deveria ter sido efetuado com base no volume de produção, e não no volume de vendas. Caso sejam julgadas procedentes, essas ações afetariam o cronograma de pagamento de prêmios e poderiam nos obrigar a reconhecer pagamentos únicos aos reclamantes com base nos prêmios iniciais supostamente devidos e não pagos. Acreditamos que essas reivindicações são infundadas e não reconhecemos qualquer obrigação de efetuar pagamentos de prêmios antes do prazo estipulado no contrato de debêntures. Quatro dessas ações foram definitivamente julgadas improcedentes (não cabendo mais recurso), duas aguardam decisão nos recursos interpostos pelos autores perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e uma está pendente de decisão em primeira instância. No passado, temos defendido, e pretendemos continuar a defender, vigorosamente nossa posição em relação a quaisquer ações em andamento.

b) Disputa fundiária relativa ao terminal marítimo de Ponta da Madeira. Em junho de 2024, ajuizamos uma ação perante a 5ª Vara Federal de São Luís, Maranhão, buscando a anulação de um negócio celebrado entre o Estado do Maranhão e a BR Infra. O negócio envolveu a compra, por essa empresa, de um terreno que se sobrepõe parcialmente a uma área que nos foi cedida em virtude de um acordo firmado com o Governo Federal em 1979, destinado à implantação de parte da logística do Projeto Carajás (porto e ferrovia). A área em disputa também é relevante para futuros projetos. O processo encontra-se

atualmente em fase preliminar, com os réus apresentando suas contestações. Dado o estágio inicial do processo, não é possível, neste momento, avaliar os potenciais impactos e desfechos.

c) Ação civil pública na Mina Tamanduá. Em agosto de 2025, a Procuradoria-Geral da República do Brasil ajuizou uma ação civil pública contra nós perante o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, alegando que atividades de mineração foram conduzidas fora dos limites autorizados da Mina Tamanduá, localizada em Nova Lima, Minas Gerais. O valor pleiteado na ação é de aproximadamente US$381 milhões. Apresentamos nossa defesa e continuaremos a contestar vigorosamente essas alegações. O processo encontra-se em estágio inicial e, no momento, não é possível determinar os impactos de eventuais desdobramentos.

d) Notificações de infração emitidas pela ANM. Entre dezembro de 2025 e 2026, recebemos autos de infração lavrados pela ANM, que buscam a imposição de multas que totalizam R$ 10,5 bilhões na data deste relatório, com base em supostas infrações às Resoluções ANM nº 122/2022 e nº 223/2025, relacionadas às minas de Brucutu, Pico, Mar Azul, Viga, Fábrica e Gongo Soco, incluindo, entre outras, alegadas atividades de mineração realizadas em desconformidade com o Plano de Aproveitamento Econômico aprovado e o descumprimento do prazo para o início das operações de lavra. Entendemos que existem fundamentos sólidos para contestar a validade desses autos por meio de defesas administrativas, e aguardamos uma decisão administrativa final. Em março de 2026, a ANM determinou a suspensão dos processos relacionados aos autos de infração emitidos com base nessas resoluções e instituiu um grupo de trabalho para revisar os parâmetros aplicáveis às multas, com conclusões esperadas no prazo de 60 dias.

e) Ação por violação de patente. Como atualização do processo relacionado à alegada violação de patente anteriormente divulgado em nossos relatórios anuais no Formulário 20-F de exercícios anteriores, após contestarmos de forma consistente as alegações e os benefícios econômicos estimados no âmbito do processo, em maio de 2025 celebramos um acordo com o autor, nos termos do qual este renunciou de forma irrevogável e incondicional a quaisquer supostos direitos ou reivindicações relacionados à patente. Ambos os processos foram, então, formalmente encerrados.

PROCESSOS TRABALHISTAS

a) Ações cíveis públicas relacionadas ao sistema de operação com um único condutor. Em 2017, o sindicato dos condutores ferroviários do estado do Maranhão e o Ministério Público do Trabalho do Estado do Maranhão (MPT-MA) impetraram ações cíveis públicas contra nós, buscando uma liminar para nos obrigar a substituir o sistema de operação com um único condutor por um sistema com dois condutores, entre outras demandas relacionadas às condições de saúde e segurança no trabalho. As ações tramitam conjuntamente perante o Tribunal do Trabalho do Maranhão (TRT – 16ª Região). Em abril de 2024, o tribunal proferiu decisão determinando que nos abstivéssemos de utilizar o sistema de operação com um único condutor e garantíssemos uma hora de intervalo intradia para os maquinistas, além de impor o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$5 milhões, Havíamos obtido uma decisão suspendendo os efeitos da sentença, mas, em dezembro de 2025, o tribunal reverteu a suspensão, restabelecendo a proibição do sistema de operação com um único condutor e a obrigação de garantir uma hora de intervalo intradia para os maquinistas. O julgamento do nosso recurso original e de outro recurso neste processo ainda está pendente.

Em 2024, o sindicato que representa os ferroviários do estado do Espírito Santo ajuizou uma ação civil pública contra nós, pleiteando também uma liminar para a substituição do sistema de operação com condutor único por um sistema com condutor duplo, entre outras solicitações. Em dezembro de 2024, apresentamos nossa defesa, e o processo encontra-se na fase de produção de provas.

b) Outros processos trabalhistas. Nós e nossas subsidiárias somos réus em outros processos trabalhistas, incluindo diversos processos relacionados a pedidos de remuneração adicional por horas extras, danos morais ou horas extras e adicional de periculosidade por condições de saúde e segurança no trabalho. Consulte a nota 27 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter mais informações.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

Nós e nossas subsidiárias somos réus em diversos processos tributários nos quais contestamos, ou pretendemos contestar de boa-fé, autuações fiscais recebidas no âmbito de nossas operações no Brasil. Os processos tributários que podem ser relevantes para nossas operações são discutidos na nota 27 às nossas demonstrações financeiras consolidadas, a qual inclui nossa avaliação quanto à natureza dessas matérias e às perdas estimadas prováveis e possíveis associadas a tais processos tributários.

Adicionalmente, estamos envolvidos em discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a determinadas posições tributárias adotadas por nós. Para mais informações sobre nossas posições tributárias incertas e os processos a elas relacionados, ver a nota 5 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Além desses processos judiciais, somos parte em outros processos tributários que, embora envolvam valores expressivos reclamados contra nós, a administração, com base em pareceres e avaliações técnicas, entende apresentar risco remoto de perda e, portanto, não são atualmente considerados relevantes para nossa posição financeira ou para nossos resultados operacionais.

ATUALIZAÇÕES DE OUTROS PROCESSOS

Conforme relatado em nosso relatório anual no Formulário 20-F dos anos anteriores, em julho de 2021, promotores estaduais do Rio de Janeiro iniciaram um processo criminal contra ex-dirigentes da MBR perante um tribunal criminal, alegando suposta sonegação de Imposto sobre Serviços (ISS) cobrado pelo município de Mangaratiba sobre serviços de movimentação de cargas portuárias no Terminal Ilha Guaíba (TIG), localizado em Mangaratiba. Em fevereiro de 2023, um dos ex-dirigentes foi intimado e apresentou sua defesa. O processo continua em fase inicial, aguardando a intimação dos demais ex-dirigentes para que apresentem suas defesas e busquem o arquivamento do caso. Acreditamos que este processo não tem fundamento.

Conforme relatado anteriormente, em maio de 2020, o MPMG apresentou denúncia criminal contra nós e um de nossos funcionários, alegando que havíamos cometido crimes ambientais por meio de uma intervenção ambiental realizada em nosso centro de desenvolvimento mineral localizado na cidade de Santa Luzia, no estado de Minas Gerais, sem autorização legal, que supostamente levou à supressão de exemplares de árvores, Em maio de 2023, o tribunal nos absolveu de todos os crimes imputados, mas manteve a condenação do funcionário por um dos crimes. Recorreremos dessa decisão.

Conforme relatado anteriormente, em 2015, o Ministério do Trabalho iniciou dois processos administrativos contra nós, um alegando terceirização ilegal e outro alegando que os funcionários terceirizados ilegalmente trabalhavam em condições análogas à escravidão. Em dezembro de 2018, o Tribunal Regional do Trabalho acatou nossa ação de anulação e confirmou que a terceirização dos serviços de transporte, neste caso, era legal. Em julho de 2024, obtivemos uma nova sentença favorável, com a confirmação, pelo Tribunal Regional do Trabalho, de nossa ação de anulação. Devido à legalidade da terceirização e à inexistência de vínculo empregatício entre os trabalhadores terceirizados e a Vale, o tribunal determinou que não somos responsáveis pelas alegações de trabalho escravo.

Estatuto Social

NOSSOS OBJETIVOS E METAS

Nosso objeto social é definido por nosso Estatuto Social e inclui:

- a exploração de jazidas minerais no Brasil e no exterior por meio de pesquisa, incluindo por meio de levantamento aéreo, exploração, extração, processamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- a construção e operação de ferrovias e a exploração do nosso próprio tráfego ferroviário ou de terceiros;
- a construção e operação de terminais marítimos, sejam eles de nossa propriedade ou de terceiros, e a exploração de atividades de navegação e apoio portuário;
- a prestação de serviços de logística integrada ao transporte de carga, incluindo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- a produção, o processamento, o transporte, a industrialização e a comercialização de todas e quaisquer fontes e formas de energia, incluindo a produção, a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização de nossos produtos, derivados e subprodutos;
- o envolvimento, no Brasil ou no exterior, em outras atividades que possam contribuir direta ou indiretamente para a consecução de nossos objetivos corporativos, incluindo pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer tipo; e
- o estabelecimento ou a participação, sob qualquer forma, em outras empresas, consórcios ou entidades cujos objetivos corporativos estejam direta ou indiretamente relacionados, sejam acessórios ou instrumentais à nossa finalidade comercial.

AÇÕES ORDINÁRIAS E *GOLDEN SHARES*

Apresentamos abaixo informações referentes ao nosso capital social autorizado e emitido e um breve resumo de algumas cláusulas importantes de nosso estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações. Tais informações não são exaustivas e fazem referência a nosso estatuto social (cuja tradução em inglês foi arquivada junto à SEC) e à Lei das Sociedades por Ações.

Nosso estatuto social autoriza a emissão de até 7 bilhões de ações ordinárias exclusivamente mediante aprovação do Conselho de Administração, independentemente de aprovação adicional dos acionistas. O governo brasileiro possui 12 ações de classe especial, ou *golden shares*, da Vale. Nosso estatuto social não prevê a conversão de *golden shares* em ações ordinárias.

Direitos de voto

Cada ação ordinária e cada ação preferencial confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas.

As ações preferenciais são ações que possuem os mesmos direitos de voto que as ações ordinárias, exceto no que diz respeito ao voto para a eleição de membros do Conselho de Administração, que só é garantido aos titulares de ações preferenciais em circunstâncias específicas previstas em nosso estatuto social. As ações preferenciais conferem o direito de eleger e destituir um membro do Conselho Fiscal e o respectivo membro suplente. Além disso, as ações preferenciais conferem ao seu titular o direito de veto sobre qualquer proposta feita em Assembleia Geral de Acionistas relativa às seguintes matérias:

- alteração da denominação social;
- mudança de sede social;
- mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;
- liquidação da Companhia;
- alienação ou encerramento das atividades em qualquer das seguintes partes de nossos sistemas integrados de mineração de minério de ferro: depósitos minerais, jazidas de minério, minas, ou portos e terminais marítimos;
- qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações emitidas por nós previstos no estatuto social; e
- qualquer mudança no Estatuto Social relativo aos direitos atribuídos às golden shares.

As golden shares não têm qualquer preferência em caso de liquidação da companhia e não há provisões de resgate associadas às golden shares.

De acordo com a legislação societária brasileira e as normas aplicáveis da CVM, os acionistas que representam pelo menos 5% do nosso capital votante têm o direito de exigir que um processo de vvoto múltiplo seja aplicado em qualquer assembleia de acionistas. Quando o voto múltiplo é aplicado, cada ação ordinária tem tantos votos quanto o número de membros do conselho e cada detentor de ações ordinárias tem o direito de votar em um candidato do nosso Conselho de Administração ou distribuir seus votos entre vários candidatos. Para obter mais informações sobre o exercício dos direitos de voto de cada ação, consulte *Informações Adicionais — Estatuto Social — Assembleias de Acionistas*.

Assembleias gerais

Nossas Assembleias Gerais Ordinárias são realizadas em abril de cada ano para os acionistas deliberarem sobre nossas demonstrações financeiras consolidadas, distribuição de lucros, eleição de Conselheiros e membros do Conselho Fiscal e remuneração da administração. As Assembleias Gerais Extraordinárias são convocadas pelo Conselho de Administração, conforme necessário, a fim de decidir todas as outras questões relacionadas ao objeto social da Companhia e para aprovar outras resoluções, caso necessário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas com direito a voto têm o poder, durante a assembleia geral, dentre outros poderes, de:

- alterar o estatuto social;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal a qualquer momento;
- determinar a remuneração da alta administração e dos membros do Conselho Fiscal;

- receber relatórios anuais da diretoria e aceitar ou rejeitar as demonstrações financeiras consolidadas e recomendações da diretoria, inclusive a distribuição dos lucros líquidos e dos valores a distribuir para pagamento de dividendo obrigatório e alocação às várias contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures conversíveis e securitizadas;
- suspender os direitos de um acionista em falta com as obrigações estabelecidas pela lei ou pelo estatuto social;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos contribuídos por um acionista em razão da emissão de ações do capital social;
- aprovar resoluções para transformar nosso tipo jurídico, para incorporar, fundir ou cindir, para dissolver e liquidar, para eleger e destituir nossos liquidantes e para examinar suas contas; e
- autorizar a diretoria a iniciar processo de falência ou de recuperação judicial.

De acordo com as recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para todas as assembleias gerais, inclusive a assembleia geral ordinária, os acionistas devem ser convocados com antecedência mínima de 21 dias da data marcada para a respectiva assembleia. Em caso de adiamento da assembleia geral, é necessária nova convocação com pelo menos 08 dias de antecedência da data marcada para a nova assembleia. De acordo com o direito societário brasileiro, um resumo desta comunicação o edital de convocação aos acionistas deverá ser publicado, no mínimo, três vezes, em jornal de grande circulação na cidade onde temos nossa sede, no Rio de Janeiro, com a divulgação simultânea de todos os documentos no site na Internet desse jornal. Atualmente, designamos o Valor Econômico como o jornal para esse fim. A convocação deve incluir a ordem do dia da assembleia e, no caso de alteração do nosso estatuto social, uma indicação dos assuntos que serão discutidos. Além disso, nosso estatuto social estipula que o titular de *golden shares* tem direito a receber, com 15 dias de antecedência, uma convocação formal enviada a seu representante legal sobre a assembleia geral na qual se discutirão medidas sujeitas ao direito de veto atribuído às *golden shares*.

Uma assembleia de acionistas pode ser realizada se os acionistas representando pelo menos um quarto do capital votante estiverem presentes, exceto, sujeito a outras exceções, para assembleias convocadas para alterar nosso estatuto social, que exigem um quórum de pelo menos dois terços do capital votante. Se não houver quórum, o aviso deverá ser dado novamente da mesma maneira descrita acima, e uma reunião poderá então ser convocada sem qualquer exigência específica de quórum. No entanto, certos assuntos ainda exigem quórum mínimo e requisitos de votação, conforme discutido abaixo.

Salvo disposição em contrário na lei, as decisões da assembleia geral são aprovadas por maioria simples dos votos, não se computando as abstenções. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, é necessária a aprovação de acionistas que representem ao menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação, no caso das matérias descritas a seguir, assim como, no caso dos dois primeiros itens a seguir, também a aprovação da maioria das ações em circulação das classes afetadas:

- criação de uma nova classe de ações preferenciais com privilégios maiores do que as *golden shares* ou mudança na prioridade, preferência, direito, privilégio ou condição de resgate ou amortização das *golden shares*;
- redução do dividendo obrigatório;
- alteração do objeto social;
- incorporação, cisão ou fusão com uma outra companhia;
- participação em um grupo de sociedades centralizado, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações;
- dissolução ou liquidação; e
- cancelamento de liquidação em curso.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tiverem direito a voto, cada ação dará direito a um voto. As assembleias ordinárias de acionistas devem ser realizadas até o dia 30 de abril de cada ano. As assembleias gerais são convocadas, instaladas e presididas pelo presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo vice-presidente do nosso Conselho de Administração. No caso de impedimento temporário ou ausência do presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração, as assembleias gerais poderão ser presididas por um conselheiro ou outra pessoa especialmente indicada pelo presidente do Conselho de Administração.

O acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador nomeado, de acordo com a lei brasileira aplicável, há menos de um ano antes da assembleia, o qual dever ser um acionista, membro da Diretoria, advogado ou uma instituição financeira. Se o instrumento de mandato estiver em língua estrangeira, ele deverá estar acompanhado de documentos corporativos ou de uma procuração, conforme o caso, cada qual devidamente traduzido para português por um tradutor juramentado. O reconhecimento em cartório e a consularização de procurações e documentos comprobatórios não é necessária. Procurações e documentos comprobatórios em inglês ou espanhol não exigem tradução.

Os detentores de nossos ADRs não têm direito a voto direto em nossas assembleias de acionistas e são representados exclusivamente pelo JP Morgan Chase Bank, N.A., como instituição financeira depositária dos ADRs, por meio de seu representante local, o Banco Bradesco S.A. Os detentores de ADRs exercem seus direitos de voto sujeitos a prazos e condições específicos estabelecidos pelo banco depositário ou agente custodiante. Os votos podem ser computados fisicamente (por meio de um formulário de instruções de voto) ou por meio de uma plataforma eletrônica, através da corretora do detentor ou outros intermediários, quando tal serviço estiver disponível. Os prazos e procedimentos aplicáveis podem variar e estar sujeitos a restrições em termos de forma, prazo, conteúdo e/ou processamento, de acordo com as especificidades da cadeia de custódia aplicável nos Estados Unidos. Após o vencimento do prazo de votação, o JP Morgan Chase Bank, N.A. coletará todos os votos e os apresentará na assembleia de acionistas de forma consolidada, por meio de seu representante local. Para mais informações, consulte a Nota Explicativa 2 deste relatório anual.

Direitos de resgate

Nossas ações ordinárias e *golden shares* não são resgatáveis, exceto no caso de um acionista dissidente que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, tenha direito a obter o resgate mediante uma deliberação da assembleia geral que aprovar quaisquer das matérias acima listadas, bem como das seguintes:

- qualquer decisão de transferir todas as nossas ações para outra companhia, a fim de nos tornar uma subsidiária integral de tal companhia, uma incorporação de ações;
- qualquer decisão de aprovar a aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda certos limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações; ou
- no caso de entidade resultante de (i) incorporação, (ii) incorporação de ações, como descrito acima, ou (iii) uma cisão, por nós conduzida, que não se torne uma companhia de capital aberto no prazo de 120 dias após a assembleia geral de acionistas em que tal decisão foi tomada.

O direito de resgate desencadeado pelas decisões dos acionistas de incorporar, fundir ou participar em um grupo de sociedades só pode ser exercido se nossas ações não atenderem a determinados testes de liquidez, dentre outros, no momento da decisão dos acionistas. O direito de resgate prescreve 30 dias após a publicação da ata da assembleia geral pertinente, salvo se a deliberação estiver sujeita à confirmação pelo titular das golden shares (o que deverá ser feito em uma assembleia extraordinária a ser realizada no prazo de um ano). Nesse caso, o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da assembleia extraordinária.

Teremos o direito de reconsiderar as decisões que ensejaram os direitos de resgate até 10 dias após a expiração de tais direitos caso o resgate das ações dos acionistas dissidentes venha a colocar em risco nossa estabilidade financeira. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer resgate deve ser feito no mínimo pelo valor patrimonial da ação, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas.Nesse caso, se a assembleia geral de acionistas que deu origem ao direito de resgate ocorreu há mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, o acionista terá o direito de exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço datado de até 60 dias após essa assembleia geral de acionistas.

Direitos de preferência

Cada um de nossos acionistas possui um direito geral de preferência na subscrição de ações em aumento de capital, proporcionalmente a sua participação. É assegurado um período mínimo de 30 dias após a publicação do aviso de aumento de capital para o exercício desse direito, o qual é transferível. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações no Brasil e de nosso estatuto social, e sujeito à aprovação dos acionistas para qualquer aumento necessário de nosso capital social autorizado, nosso Conselho de Administração pode optar por não estender os direitos de preferência aos acionistas, ou reduzir o período de 30 dias para o exercício deste direito, em cada um dos casos com relação a qualquer emissão de ações, debêntures convertíveis em ações ou bônus de subscrição no contexto de uma oferta pública.

Direitos de Saída Conjunta (Tag-along) e OPAs Obrigatórias

De acordo com as regras de listagem do Novo Mercado e com o nosso estatuto social:

- em caso de transferência de controle, o comprador deverá realizar uma oferta pública de aquisição de todas e quaisquer de nossas ações ordinárias pelo mesmo preço pago pelas ações com direito a voto que representam o controle;
- no caso de uma proposta de cancelamento do registro do segmento Novo Mercado da B3, o acionista controlador deverá realizar uma oferta pública para adquirir todas e quaisquer de nossas ações ordinárias por um preço correspondente ao valor econômico das ações, conforme determinado em uma avaliação independente; e

qualquer acionista que adquira 25% do nosso capital social em circulação deverá, no prazo de 30 dias após a data em que esse acionista obteve a participação de 25%, realizar uma oferta pública para todas e quaisquer de nossas ações ordinárias (oferta pública para aquisição) por um preço equivalente ao maior dentre: (i) o valor econômico das ações, (ii) 120% do preço médio ponderado de nossas ações ordinárias nos 60 pregões anteriores ao anúncio da oferta pública, e (iii) 120% do mais alto preço pago pelo comprador nos 12 meses antes de alcançar a participação de 25%.

Cálculo do valor a distribuir

Em cada assembleia ordinária de acionistas, o Conselho de Administração deve recomendar, com base na proposta dos comitês executivos, como será feita a distribuição de nossos lucros do ano fiscal anterior. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a receita líquida de uma sociedade, após aplicação do imposto de renda e contribuição social para o ano fiscal em questão, deduzidos os prejuízos acumulados dos anos fiscais anteriores e os valores destinados à participação dos empregados e administradores nos lucros, representa o "lucro líquido" do respectivo exercício fiscal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, um valor igual a nosso lucro líquido, posteriormente reduzido pelos valores designados à reserva legal, à reserva de investimento de incentivos fiscais, à reserva de contingência ou à reserva de lucro não realizado, estabelecido por nós nos termos da lei em vigor (analisada abaixo) e acrescido de estornos de reservas constituídas em anos anteriores, está disponível para distribuição aos acionistas em qualquer ano. Esse montante, os lucros líquidos ajustados, é referido no presente documento como "valor a distribuir". Também podemos estabelecer reservas discricionárias, como reservas para projetos de investimento.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que toda distribuição discricionária de lucros líquidos, inclusive reservas discricionárias, reserva de contingência, reserva de lucro não realizado e reserva de investimentos, está sujeita à aprovação por meio de votação dos acionistas durante a assembleia anual e pode ser transferida para o capital, ou usada no pagamento de dividendo nos anos posteriores. A reserva de investimentos de incentivos fiscais e a reserva legal também dependem de aprovação por meio de votação dos acionistas na assembleia anual e podem ser transferidas para o capital, mas não estão disponíveis para pagamentos de dividendos nos anos subsequentes.

A soma de determinadas reservas discricionárias não pode exceder o valor do capital integralizado. Quando esse limite é atingido, os acionistas podem votar para usar o excesso para fins de integralização do capital, para aumentar o capital ou para distribuir dividendos.

O nosso cálculo dos lucros líquidos e das alocações para reservas, em qualquer exercício fiscal, é feito com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Vale S.A., em reais, preparadas conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS usando dólares americanos como moeda de relato e, embora nossas alocações para reservas e dividendos estejam refletidas nessas demonstrações financeiras, os investidores não conseguirão calcular essas alocações ou montantes de dividendo obrigatório a partir das demonstrações financeiras consolidadas em dólares americanos.

Dividendos obrigatórios

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social exigem que distribuamos aos nossos acionistas; na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio; um valor anual igual a não menos que 25% do valor distribuível, referido como dividendo obrigatório, a menos que o Conselho de Administração informe nossos acionistas em nossa assembleia geral de acionistas que o pagamento do dividendo obrigatório do ano anterior não é aconselhável em luz da nossa condição financeira. Até o momento, nosso Conselho de Administração nunca determinou que o pagamento do dividendo obrigatório não fosse aconselhável. O Conselho Fiscal deve revisar todas essas determinações e informar aos acionistas. Além dos dividendos obrigatórios, nosso Conselho de Administração pode recomendar aos acionistas o pagamento de dividendos com base em outros fundos legalmente disponíveis. Portanto, qualquer pagamento de dividendos intermediários será deduzido do valor do dividendo obrigatório do respectivo exercício fiscal. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao montante da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucro não realizado. O valor do dividendo obrigatório não está sujeito ao valor da reserva de incentivo fiscal, que é discricionária. Consulte *Informações Adicionais – Estatuto Social – Ações Ordinárias e Golden Shares – Cálculo do valor distribuível.*

Distribuições classificadas como juros sobre capital próprio

As sociedades brasileiras estão autorizadas a pagar valores limitados aos acionistas e a tratar tais pagamentos como uma despesa para fins de imposto de renda. Nosso estatuto social prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio como forma alternativa de pagamento aos acionistas. A taxa de juros aplicada limita-se à taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder o valor maior dentre: (1) 50% do lucro líquido (após dedução da provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para imposto de renda de pessoa jurídica) antes de levar em conta qualquer tal distribuição para o período em relação ao qual o pagamento for efetuado, ou (2) 50% da soma dos lucros acumulados e das reservas de lucro. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito ao imposto de renda retido na fonte. Consulte *Informações Adicionais – Tributação – Considerações sobre tributação no Brasil*. De acordo com nosso estatuto social, o valor pago aos acionistas como juros sobre o capital próprio (reduzido do imposto retido na fonte) pode ser incluído como parte de qualquer dividendo obrigatório e mínimo. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que a quantia líquida recebida, após o pagamento, por nós, do imposto retido na fonte relativo à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos igual ao dividendo obrigatório.

Política de Remuneração dos Acionistas

Sujeito às regras específicas de nosso Estatuto Social e às leis aplicáveis, também temos uma política de remuneração dos acionistas aplicável às nossas distribuições (dividendos ou juros sobre o capital próprio). O objetivo da política é (i) proporcionar aos acionistas um grau de previsibilidade em relação à sua remuneração; e (ii) estabelecer critérios para a definição de uma remuneração mínima que assegure nosso equilíbrio financeiro e econômico e o cumprimento de nossos compromissos, preservando, ao mesmo tempo, a flexibilidade para aproveitar oportunidades de investimento e melhorar o desempenho dos negócios.

Forma e transferência de ações

Nossas ações são escriturais, registradas em nome de cada acionista. A transferência de nossas ações ordinárias é feita nos termos da Lei das S.A., a qual determina que a transferência de ações seja feita por nosso agente escriturador, o Banco Bradesco, mediante apresentação de instruções válidas de transferência de ações, para nós, pelo cedente ou seu representante. Quando as ações ordinárias são adquiridas ou vendidas em bolsa de valores do Brasil, a transferência é efetuada nos registros de nosso agente de transferência por um representante da corretora de valores ou pelo sistema de compensação da bolsa de valores. As transferências de ações por um investidor estrangeiro são realizadas da mesma maneira e executadas pelo agente local do investidor, que também é responsável pela atualização das informações sobre o investimento estrangeiro perante o Banco Central do Brasil.

A B3 opera um sistema central de compensação por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). O titular de nossas ações pode participar desse sistema e todas as ações selecionadas para entrar no sistema serão depositadas em custódia na CBLC (por meio de instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e que mantenha conta de compensação na CBLC). O fato de essas ações estarem sujeitas à custódia na bolsa de valores pertinente será refletido em nosso livro de registro de acionistas. Por sua vez, cada acionista participante será inscrito no registro de acionistas beneficiários, mantido pela CBLC, e receberá o mesmo tratamento que os acionistas registrados em nossos registros.

Debêntures Participativas

Na primeira etapa de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures regidas pela legislação brasileira, conhecidas no Brasil como "debêntures participativas", para nossos acionistas da época, incluindo o governo brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que esses acionistas participassem conosco de potenciais benefícios financeiros futuros derivados da exploração de certos recursos minerais que não foram levados em consideração ao determinar o preço mínimo de compra de nossas ações na privatização. De acordo com a escritura das debêntures, os titulares têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a uma porcentagem acordada de nossa receita líquida (receita menos imposto sobre valor agregado, taxa de transporte e despesas de seguro relacionadas à comercialização dos produtos). Esses pagamentos estão vinculados a certos recursos minerais identificados que possuíamos no momento da privatização, na medida em que ultrapassarmos os limites definidos de volume de vendas, bem como à venda de direitos minerários que detínhamos naquele momento. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos titulares dessas debêntures participativas cessará quando todos os recursos minerais pertinentes forem exauridos, vendidos ou alienados por nós.

Disponibilizamos para resgate pelos detentores de debêntures participativas de acionistas US$242 milhões em 2025, US$243 milhões em 2024 e US$233 milhões em 2023. Consulte a nota 23(b) de nossas demonstrações financeiras consolidadas para obter mais detalhes.

Em outubro de 2025, anunciamos uma oferta opcional para a compra de todas as debêntures participativas em circulação. A conclusão dessa oferta ocorreu em 5 de novembro de 2025, com a compra de 89.410.390 debêntures participativas no valor de US$703 milhões. Essa iniciativa resultou em uma redução de 23,01% do total de debêntures participativas em circulação.

Controles de Câmbio e Outras Limitações que Afetam os Detentores de Valores Mobiliários

De acordo com a legislação societária brasileira, não há restrições quanto à titularidade de nosso capital social por parte de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Entretanto, o direito de converter pagamentos de dividendos, outras distribuições e produtos da venda de ações ordinárias em moeda estrangeira e remeter esses valores para fora do Brasil está sujeito a restrições determinadas pela legislação referente a investimentos estrangeiros, que exige, entre outras coisas, que o investimento em questão seja registrado junto ao Banco Central do Brasil. As restrições sobre a remessa de capital estrangeiro para o exterior podem dificultar ou impedir que o banco depositário e seus agentes de ações ordinárias representadas por ADSs convertam dividendos, distribuições ou produtos de qualquer venda de ações ordinárias ou direitos, conforme o caso, em dólares americanos e remetam esses valores para o exterior. A recusa ou o atraso na concessão da aprovação governamental necessária para a conversão dos pagamentos realizados em moeda brasileira e posterior remessa para o exterior dos valores devidos a detentores de ADSs podem prejudicar os detentores de ADRs.

Nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024, emitida conjuntamente pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários do Brasil em dezembro de 2024, que entrou em vigor em janeiro de 2025, os investimentos de investidores estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais serão realizados por meio dos mesmos instrumentos e mecanismos financeiros disponíveis aos investidores residentes, sujeitos aos requisitos de registro e limites operacionais, e em conformidade com as restrições de negociação e outras limitações, e desde que tais investidores estrangeiros:

i. indicar ao menos um representante no Brasil, com poderes para praticar ações relacionadas aos investimentos;
ii. O investidor estrangeiro deverá se registrar como investidor estrangeiro junto à CVM,
iii. nomear pelo menos um custodiante autorizado no Brasil para seus investimentos,
iv. registrar todos os investimentos em carteira do investidor estrangeiro no Brasil, por meio de seu representante, junto ao Banco Central do Brasil, e
v. cumprir os demais requisitos previstos na Resolução Conjunta nº 13/2020 da CVM.

Após o cumprimento desses requisitos, o investidor estrangeiro poderá negociar nos mercados financeiros e de capitais brasileiros.

Os valores mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores, inclusive na forma de recibos de depósito, nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024, deverão ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob custódia de entidade devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM. Além disso, qualquer transferência de valores mobiliários detidos nos termos da Resolução Conjunta nº 13/2024 e da Resolução CVM nº 13/2020 deverá ser realizada em bolsas de valores ou por meio de mercados de balcão organizados e autorizados pela CVM, exceto para transferências resultantes de transações privadas.

A Resolução Conjunta nº 13/2024 prevê também a emissão de certificados de depósito em mercados estrangeiros em relação a ações de emitentees brasileiros. Os recibos de depósito devem ser lastreados por títulos emitidos por empresas brasileiras de capital aberto, entre outros. Ela determina que o lucro resultante da venda de ADSs por detentores de ADRs fora do Brasil não está sujeito aos controles de investimentos estrangeiros brasileiros e que os titulares de ADSs não residentes em países de tributação favorecida, conforme definido pela legislação brasileira, terão direito a um tratamento tributário favorável.

Foi emitido um registro eletrônico ao custodiante, em nome do depositário, relativo às ADS. De acordo com o registro eletrônico, o custodiante e o depositário poderão converter os dividendos e outras distribuições relativas às ações subjacentes em moeda estrangeira e enviar o lucro para o exterior. Se um titular trocar ADSs por ações ordinárias, deverá, antes da troca, obter seu próprio registro eletrônico junto ao Banco Central do Brasil, conforme Resolução Conjunta nº 13/2024.

Tributação

O resumo a seguir contém uma descrição das principais consequências do imposto de renda federal brasileiro e norte-americano com relação à titularidade e alienação de ações ordinárias ou ADS. Não se trata de uma descrição completa de todas as implicações tributárias que possam se aplicar ao titular de ações ordinárias ou ADS.

Os titulares de ações ordinárias ou ADS devem buscar mais informações junto a seus consultores tributários sobre as consequências tributárias da compra, titularidade e alienação das ações ordinárias ou ADS, incluindo, em especial, o efeito de quaisquer leis estaduais, municipais ou federais.

Embora não exista atualmente um tratado que evite a dupla tributação entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países estão em negociações que podem resultar na criação de um tratado dessa natureza. Nesse sentido, ambos os países assinaram um Acordo de Troca de Informações Tributárias, em 20 de março de 2007, que foi aprovado pelo governo brasileiro em maio de 2013. Não se pode prever se e quando tal tratado entrará em vigor ou como ele, caso venha a vigorar, afetará os titulares norte-americanos, conforme definido abaixo, de ações ordinárias ou ADS.

CONSIDERAÇÕES FISCAIS BRASILEIRAS

A discussão a seguir resume as principais consequências fiscais brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ações ordinárias ou ADS por um titular não considerado domiciliado no Brasil para fins de tributação brasileira ("Titular Não Residente"). Essas considerações baseiam-se nas leis tributárias do Brasil e seus respectivos regulamentos em vigor, os quais são passíveis de alteração (possivelmente com efeito retroativo). Esta discussão não aborda especificamente todas as considerações fiscais brasileiras aplicáveis a qualquer Titular Não Residente em particular. Portanto, os Titulares Não Residentes devem consultar seus próprios consultores fiscais sobre as consequências fiscais brasileiras de um investimento em ações ordinárias ou ADS.

Distribuições aos acionistas

As companhias brasileiras, como nós, classificam as distribuições para os acionistas como dividendos ou juros sobre capital próprio.

Dividendos

A Lei nº 15.270, promulgada em 26 de novembro de 2025, introduziu uma das reformas mais significativas no sistema do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) do Brasil nas últimas décadas. A legislação reduz a tributação para pessoas de baixa renda, reintroduz a tributação de dividendos e estabelece alíquota mínima para pessoas de alta renda. As principais modificações são:

- A partir de janeiro de 2026, lucros e dividendos pagos por pessoa jurídica à mesma pessoa física residente no Brasil, acima de R$50.000 em um único mês, estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota fixa de 10%.

- Lucros e dividendos pagos ou remetidos ao exterior estão, em geral, sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 10%, independentemente do valor, ressalvadas isenções específicas e mecanismos de crédito tributário destinados a mitigar a tributação excessiva.

- Os lucros acumulados e formalmente aprovados até 31 de dezembro de 2025 permanecem isentos de imposto de renda retido na fonte, desde que sejam distribuídos de acordo com os requisitos legais aplicáveis.

Juros sobre o capital próprio

Os valores distribuídos como juros sobre o capital próprio dos acionistas estão geralmente sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 15% para o ano fiscal de 2025. A partir de 1º de janeiro de 2026, a alíquota aplicável de retenção na fonte do imposto de renda aumentará para 17,5%, exceto nos seguintes casos:

i. o beneficiário for isento de tributação no Brasil e, nesse caso, a distribuição não estará sujeita a imposto de renda retido na fonte;

ii. o beneficiário reside em uma jurisdição que não cobra imposto de renda ou onde a alíquota máxima é inferior a 17% ("País de Tributação Privilegiada") ou onde a legislação interna impõe restrições à divulgação da composição acionária ou da propriedade de investimentos, conforme listado pelo fisco brasileiro, caso este em que a alíquota do imposto de renda retido na fonte aplicável é de 25%; ou

iii. o beneficiário efetivo reside no Japão e, nesse caso, a alíquota do imposto de renda retido na fonte é de 12,5%.

Os juros sobre o capital próprio dos acionistas são calculados de acordo com a aplicação de uma taxa de juros sobre a soma das seguintes contas: (i) capital social integralizado, (ii) reserva de capital excedente e reservas de capital, (iii) reservas de lucros, exceto reservas de incentivos fiscais, (iv) ações em tesouraria e (v) lucros ou prejuízos acumulados. A taxa de juros aplicada não pode exceder a TJLP, a taxa básica de juros de longo prazo brasileira. Além disso, o valor das distribuições classificadas como juros sobre o capital próprio não deverá exceder (1) 50% do lucro líquido (após o desconto da contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas antes de considerar o pagamento de juros e a provisão do imposto de renda de pessoa jurídica) no período coberto pelo pagamento, e (2) 50% do total dos lucros acumulados e das reservas de lucros, o que for maior.

Os pagamentos de juros sobre o capital próprio são dedutíveis para efeitos de imposto de renda de pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido, desde que sejam observados os limites acima descritos. O benefício de uma distribuição a título de juros sobre o capital próprio, é uma redução em nossa carga tributária da Companhia de um valor equivalente a 34% da distribuição.

Tributação de ganhos de capital

A tributação dos Titulares Não Residentes sobre ganhos de capital depende da situação do titular como:

- um titular que não seja residente ou domiciliado em uma Jurisdição de Baixa Tributação, ou em uma jurisdição onde a legislação interna imponha restrições à divulgação da estrutura acionária ou da titularidade do investimento, e que tenha registrado seu investimento no Brasil de acordo com a Resolução Conjunta nº 13 do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, de 3 de dezembro de 2024 (uma Resolução Conjunta 13/2024), ou (ii) um titular de ADSs; ou
- qualquer outro Titular Não Residente.

Os investidores identificados nos itens (i) ou (ii) estão sujeitos a um tratamento fiscal favorável, conforme descrito abaixo.

Os ganhos de capital realizados por um Titular Não Residente a partir da alienação de "ativos localizados no Brasil" estão sujeitos à tributação no Brasil. As ações ordinárias são consideradas ativos situados no Brasil e a alienação de tais ativos por Titular Não Residente pode estar sujeita a imposto de renda incidente sobre os ganhos acumulados, de acordo com as normas descritas abaixo, independentemente de a operação ter sido realizada com outro residente não brasileiro ou com um brasileiro.

Há incerteza quanto a considerar as ADS como "ativos localizados no Brasil" para esse fim. Indiscutivelmente, as ADSs não constituem ativos localizados no Brasil e, portanto, os ganhos realizados por qualquer Titular Não Residente sobre a alienação das ADSs não devem estar sujeitos ao imposto de renda no Brasil. No entanto, não é certo que os tribunais brasileiros defendam essa interpretação da definição de "bens localizados no Brasil" em relação à tributação dos ganhos realizados por um Titular Não Residente sobre a alienação das ADS. Consequentemente, os ganhos com a alienação das ADS por um Titular Não Residente (seja em transação realizada com outro Titular Não Residente ou pessoa domiciliada no Brasil) podem estar sujeitos ao imposto de renda no Brasil, de acordo com as regras aplicáveis à alienação de ações.

Embora existam razões para se afirmar o contrário, o depósito de ações ordinárias em troca de ADS pode estar sujeito a imposto de renda no Brasil, caso o custo de aquisição das ações que estão sendo depositadas seja menor que o preço médio, calculado da seguinte maneira:

- o preço médio por ação ordinária na bolsa de valores brasileira em que o maior número de tais ações tenha sido vendido no dia do depósito; ou
- caso nenhuma ação ordinária tenha sido vendida nesse dia, o preço médio na bolsa de valores brasileira em que o maior número de ações ordinárias tenha sido vendido nos 15 pregões imediatamente anteriores a tal depósito.

A diferença positiva entre o preço médio das ações ordinárias, calculado da forma descrita acima, e seus custos de aquisição serão considerados um ganho de capital sujeito a imposto de renda no Brasil. Em determinadas circunstâncias, é possível argumentar que essa tributação não se aplica no caso de uma Resolução Conjunta 13, desde que tal detentor não esteja situado em uma Jurisdição de Baixa Tributação.

O resgate de ações ordinárias pelos titulares em troca de ADS não está sujeito a imposto de renda no Brasil, desde que seja cumprido o regulamento que dispõe sobre o registro de investimentos junto ao Banco Central.

Para fins de tributação brasileira, as normas do imposto de renda sobre os ganhos a partir da alienação de ações ordinárias podem variar, dependendo de:

- residência ou domicílio do titular não residente;
- o método pelo qual tal Titular Não Residente registrou seu investimento junto ao Banco Central do Brasil; e
- como foi realizada a alienação, como descrito abaixo.

O ganho auferido a partir de uma operação realizada em bolsa de valores no Brasil é a diferença entre: (i) o montante em reais obtido pela venda ou alienação, e (ii) o custo de aquisição, sem nenhum ajuste pela inflação, dos valores mobiliários que são o objeto da operação.

De acordo com as regras aplicáveis, qualquer ganho realizado por um Titular Não Residente em uma venda ou alienação de ações ordinárias realizadas na bolsa de valores brasileira é:

- isento do imposto de renda quando o Titular Não Residente (i) for uma Resolução Conjunta 13; e (ii) não estiver localizado em Jurisdição de Baixa Tributação;
- sujeito ao imposto de renda a uma alíquota de 15% quando o Titular Não Residente (i) não for uma Resolução Conjunta 13 e (ii) não for residente ou domiciliado em Jurisdição de Baixa Tributação; ou
- sujeito ao imposto de renda a uma alíquota de 25% quando o Titular Não Residente (i) não for uma Resolução Conjunta 13 e (ii) for residente ou domiciliado em Jurisdição de Baixa Tributação.

O resumo acima se aplica a diferentes cenários de investimento. O entendimento das autoridades fiscais pode mudar de tempos em tempos e você deve consultar seus consultores fiscais no que diz respeito à aplicação das alíquotas para o seu caso específico.

A venda ou alienação de ações ordinárias realizada na bolsa de valores brasileira está sujeita ao imposto retido na fonte à alíquota de 0,005% do valor da venda. Esse imposto retido na fonte pode ser compensado no eventual imposto devido sobre o ganho de capital. Um Resolução Conjunta 13/2024 que não é residente ou domiciliado em um país de tributação privilegiada não está sujeito a pagar o imposto retido na fonte.

Desde 1º de janeiro de 2017, os ganhos de capital realizados por Titulares Não Residentes e pessoas residentes no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda (i) a alíquotas progressivas que variam de 15% a 22,5%, onde o Titular Não Residente não for um Resolução Conjunta 13/2024 e não residir ou for domiciliado em Jurisdição de Baixa Tributação ou (ii) a uma alíquota de 25% onde o Titular Não Residente for residente ou domiciliado em uma Jurisdição De Baixa Tributação.

No que se refere às operações realizadas por um corretor no mercado de balcão não organizado brasileiro, um imposto de renda retido na fonte a uma alíquota de 0,005% sobre o valor da venda é incidido sobre a operação e pode ser compensado com o eventual imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

Em caso de resgate de ações ordinárias ou ADS ou de redução de capital por uma companhia brasileira, a diferença positiva entre o montante recebido pelo Titular Não Residente e o custo de aquisição das ações ordinárias ou ADS resgatadas é considerada ganho de capital e está, portanto, sujeita em geral a imposto de renda pela alíquota progressiva de 15% a 22,5%, ao passo que, no caso de Residentes em um País de Tributação Privilegiada, aplica-se a alíquota de 25%.

Nenhum exercício de direitos de preferência relativos às nossas ações ordinárias estará sujeito à tributação brasileira. Qualquer ganho realizado por um Titular Não Residente sobre a alienação dos direitos preferenciais relativos às ações ordinárias no Brasil estará sujeito à tributação dos rendimentos brasileiros de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda ou alienação de ações ordinárias.

Imposto sobre operações financeiras e de câmbio

Operações cambiais

A legislação brasileira impõe um imposto sobre operações de câmbio, ou taxa de IOF/Câmbio, para a conversão de reais em moeda estrangeira e a conversão de moeda estrangeira em reais. Atualmente, para a maioria das operações de câmbio, a taxa de IOF/Câmbio é de 0,38%.

A saída de recursos do Brasil referente a investimentos realizados por um titular não residente no mercado financeiro e de capitais brasileiro está atualmente sujeita ao IOF/Imposto de Câmbio a uma taxa de zero por cento. No entanto, o governo brasileiro pode aumentar essas taxas, a qualquer momento, para até 25% sem efeito retroativo.

Operações envolvendo títulos e valores mobiliários

A legislação brasileira impõe um imposto sobre operações envolvendo títulos e valores mobiliários, ou taxa de IOF/Títulos, inclusive aquelas realizadas na bolsa de valores brasileira. Atualmente, a taxa de IOF/Títulos aplicável a operações envolvendo títulos negociados publicamente e valores mobiliários no Brasil é zero. A taxa de IOF/Títulos aplicável a uma transferência de ações negociadas na bolsa de valores brasileira em relação à emissão de recibos depositários tem sido zero desde 24 de dezembro de 2013. No entanto, o governo brasileiro pode aumentar essa taxa, a qualquer momento, para até 1,5% do valor da operação ao dia, mas o imposto não pode ser cobrado retroativamente.

Outros impostos no Brasil

Não há impostos brasileiros de herança, doação ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações ordinárias ou ADS por um Titular Não Residente, exceto para impostos sobre doações e heranças que são cobrados por alguns estados do Brasil sobre doações feitas ou heranças concedidas por um Titular Não Residente a pessoas físicas ou entidades residentes ou domiciliadas dentro de tais estados no Brasil ou para outro Detentor Não Residente. Não existe nenhuma taxa ou imposto brasileiro de selo, emissão, registro ou similar que deva ser pago pelos titulares de ações ordinárias ou ADS.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPOSTO DE RENDA NOS ESTADOS UNIDOS

Este resumo não pretende ser uma descrição exaustiva de todas as consequências do imposto de renda federal nos Estados Unidos, quando da aquisição, titularidade ou alienação de ações ordinárias ou ADS. Ele se aplica aos acionistas dos Estados Unidos, conforme definido abaixo, os quais sejam titulares de ações ordinárias ou ADS como bens de capital, e não se aplica a classes especiais de acionistas, tais como:

- algumas instituições financeiras;
- companhias de seguro;
- corretores ou negociantes de valores mobiliários ou moedas estrangeiras;
- organizações isentas de imposto;
- corretoras de valores mobiliários que contabilizam seus investimentos em ações ordinárias ou ADS, em uma base de marcação a mercado;
- titulares de ações ordinárias ou ADS como parte de hedge, operação simultânea de compra e venda de futuros, conversão e outras operações financeiras integradas para fins de tributação;
- titulares cuja moeda funcional para fins de tributação nos Estados Unidos não seja o dólar americano;
- parcerias ou outros titulares tratados como "entidades de repasse" para fins de imposto de renda federal dos EUA (ou parceiros);
- ex-cidadãos ou residentes dos Estados Unidos; ou
- pessoas que possuam, efetiva ou presumidamente, por meio das regras de atribuição, 10% ou mais das ações com direito a voto ou do valor total de todas as classes de ações.

Esta discussão baseia-se no *Internal Revenue Code*, de 1986, conforme alterado até a presente data, nos pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e nas regulamentações definitivas, temporárias e sugeridas do Tesouro, todos em vigor na presente data. Essas autoridades estão sujeitas a diferentes interpretações e podem ser alteradas, talvez retroativamente, de modo a resultar em consequências tributárias nos Estados Unidos diferentes das discutidas abaixo. Não se pode afirmar que o Internal Revenue Service ("IRS") dos Estados Unidos não contestará uma ou mais das consequências tributárias discutidas neste documento ou que os tribunais não sustentarão a contestação no caso de litígio. Este resumo não trata do imposto do Medicare sobre a receita líquida de investimentos, o imposto mínimo alternativo, os impostos federais e de doações dos EUA ou qualquer aspecto de estado, local ou fora da lei fiscal dos EUA.

PEÇA INFORMAÇÕES A SEU CONSULTOR FISCAL SOBRE A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL NORTE-AMERICANA SOBRE O IMPOSTO DE RENDA EM SEU CASO ESPECÍFICO, ASSIM COMO SOBRE QUAISQUER CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DECORRENTES DE LEIS ESTADUAL, MUNICIPAL OU COM JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA FORA DOS ESTADOS UNIDOS.

Essa discussão também se baseia, em parte, em declarações do depositário e no pressuposto de que cada obrigação estipulada no Acordo de Depósito e em quaisquer acordos relacionados será cumprida em conformidade com seus termos.

Para os fins desta discussão, você é um "titular dos Estados Unidos" se for o beneficiário efetivo de ações ordinárias ou de ADS, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, e for:

- cidadão norte-americano ou estrangeiro residente nos Estados Unidos;
- pessoa jurídica criada ou constituída nos termos e por força da legislação dos Estados Unidos ou de qualquer outra subdivisão política do país; ou
- sujeito à tributação federal norte-americana com base no rendimento líquido de ações ordinárias ou ADS.

De modo geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, se você for um beneficiário efetivo de certificados de depósito com titularidade de ADS, você será tratado como beneficiário efetivo das ações ordinárias representadas pelas ADS. Os depósitos e resgates de ações ordinárias realizados por você na troca por ADS não acarretarão lucros ou perdas para os fins de tributação nos Estados Unidos. Sua base de cálculo dessas ações ordinárias será a mesma dessas ADS, e o período de retenção de tais ações ordinárias incluirá o período de retenção de tais ADS.

Tributação de dividendos

O valor bruto de uma distribuição paga por conta de ADS ou ações ordinárias, inclusive distribuições pagas sob a forma de pagamento de juros sobre o capital, para fins tributários brasileiros, fora dos nossos lucros acumulados ou correntes (conforme determinado para fins de tributação de imposto de renda federal nos EUA), será tributado como renda de dividendos de origem estrangeira e, normalmente, geralmente não será passível de dedução de dividendos recebidos, permitida para acionistas corporativos, nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos. O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido na fonte, se houver, incidente sobre o valor distribuído. Na medida em que uma distribuição ultrapassar os lucros acumulados ou correntes, tal distribuição será tratada como retorno de capital não tributável, até o limite da sua base nas ADS ou ações ordinárias, conforme o caso, relativa à distribuição e, após tal valor, como ganho de capital.

Não esperamos manter cálculos de nossos ganhos e lucros de acordo com os princípios de imposto de renda federal dos EUA. Portanto, você deve esperar que as distribuições geralmente sejam tratadas como dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA.

Geralmente, você deverá incluir os dividendos pagos em reais, num montante equivalente ao valor em dólares americanos, calculado com base na taxa de câmbio em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo depositário, no caso de ADS, ou por você, no caso de ações ordinárias. Se o depositário ou você não converter esses reais em dólares americanos na data em que forem recebidos, é possível que reconheça a perda ou o ganho em moeda estrangeira, que geralmente seriam tratados como perda ou ganho ordinário de fontes nos Estados Unidos, quando os reais são convertidos em dólares americanos. Se você possuir ADS, será considerado para receber um dividendo quando o dividendo for recebido pelo depositário.

O valor em dólares dos dividendos recebidos por certos contribuintes não corporativos, incluindo pessoas físicas, estará sujeito à tributação às alíquotas preferenciais aplicáveis a ganhos de capital de longo prazo se os dividendos forem "dividendos qualificados". Os dividendos pagos por ADS serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ADS forem imediatamente negociáveis no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos e (ii) se a Companhia não tiver sido, no ano anterior ao do pagamento do dividendo, e não for, no ano em que o dividendo for pago, uma companhia de investimento estrangeiro passivo (PFIC). As ADS estão listadas na New York Stock Exchange e serão consideradas como imediatamente negociáveis no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos desde que esteja devidamente listada. Com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e em dados relevantes do mercado e de acionistas, acreditamos que não foi considerada uma PFIC para fins de tributação de imposto de renda federal nos Estados Unidos, nos exercícios fiscais de 2024 ou 2025. Além disso, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Vale e em suas expectativas atuais em relação ao valor e à natureza de seus ativos, às fontes e à natureza de sua receita e aos dados relevantes de mercado e dos acionistas, não prevemos nos tornar uma PFIC (Passive Foreign Investment Company) para o nosso exercício fiscal de 2026.

Com base nas orientações existentes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos das ações ordinárias serão tratados como dividendos qualificados (e, nesse caso, se os dividendos serão incluídos na alíquota preferencial aplicável aos ganhos de capital de longo prazo), porque as ações ordinárias não estão listadas em uma bolsa de valores norte-americana. Você deve consultar seus próprios consultores tributários sobre a disponibilidade da alíquota reduzida do imposto sobre dividendos, levando em consideração suas circunstâncias particulares.

Sujeito a limitações e condições geralmente aplicáveis, você pode ter direito a um crédito contra sua obrigação de imposto de renda federal dos EUA, ou uma dedução no cálculo de sua renda tributável federal dos EUA, para impostos de renda brasileiros retidos por nós na alíquota apropriada aplicável a você. Essas limitações e condições geralmente aplicáveis incluem os requisitos adotados pelo Serviço de Receita Federal dos EUA (IRS) em regulamentos promulgados em dezembro de 2021, e qualquer imposto brasileiro geralmente precisará atender a esses requisitos para ser elegível como imposto creditável. Se você optar consistentemente por aplicar uma versão modificada dessas regras de acordo com as orientações temporárias emitidas recentemente e cumprir os requisitos específicos estabelecidos nessas orientações, o imposto brasileiro sobre dividendos será considerado como atendendo aos novos requisitos e, portanto, como um imposto creditável. No caso de todos os outros detentores de ações nos EUA, a aplicação desses requisitos é incerta e não determinamos se esses requisitos foram atendidos. Se o imposto brasileiro não for passível de crédito fiscal ou se você optar por não solicitar crédito fiscal estrangeiro por quaisquer impostos de renda estrangeiros pagos ou devidos no mesmo ano fiscal, você poderá deduzir o imposto brasileiro no cálculo de sua renda tributável para fins de imposto de renda federal dos EUA. As distribuições de dividendos constituirão receita de fontes fora dos Estados Unidos e, se você optar por reivindicar créditos fiscais estrangeiros, geralmente constituirão "renda de categoria passiva" para fins de crédito fiscal estrangeiro. A disponibilidade e cálculo de créditos fiscais estrangeiros e deduções para impostos estrangeiros dependem de suas circunstâncias particulares e envolvem a aplicação de regras complexas a essas circunstâncias. A orientação temporária discutida acima também indica que o Tesouro e o IRS estão considerando propor alterações aos regulamentos de dezembro de 2021 e que a orientação temporária pode ser utilizada até que uma orientação adicional seja emitida, revogando ou modificando a orientação temporária. Você deve consultar seus próprios consultores tributários sobre as implicações destas normas, levando em consideração suas circunstâncias particulares.

Tributação de ganhos de capital

Após uma venda ou troca de ações ordinárias ou ADS, geralmente é reconhecido um ganho ou perda de capital para fins de imposto de renda federal dos EUA igual à diferença, se houver, entre o valor realizado na venda ou troca e sua base de cálculo ajustada nas ações ordinárias ou ADS em cada caso, conforme determinado em dólares americanos. Se um imposto brasileiro é retido na venda ou alienação de ações ordinárias ou ADSs, o valor auferido incluirá o valor bruto do produto da venda ou alienação antes da dedução do imposto brasileiro. Para obter mais informações, consulte *—Considerações Tributárias Brasileiras acima*. Este lucro ou prejuízo será considerado ganho ou perda de capital de longo prazo se o período de permanência das ações ordinárias ou ADS for maior que um ano. O valor líquido de ganho de capital de longo prazo reconhecido por detentores individuais dos Estados Unidos geralmente está sujeito à tributação a uma alíquota preferencial. A capacidade em usar as perdas de capital para compensar receita está sujeita a limitações. Você deve consultar seus próprios consultores fiscais sobre como contabilizar os rendimentos recebidos na venda ou troca de ações ordinárias que não são pagas em dólares norte-americanos.

Em geral, você não terá direito a deduzir do seu imposto de renda federal nos EUA qualquer imposto brasileiro incidente sobre a venda ou outra alienação das ações, a menos que opte consistentemente por aplicar uma versão modificada das regras de crédito tributário estrangeiro dos EUA, permitida por orientações temporárias recentemente emitidas, e que cumpra os requisitos específicos estabelecidos nessas orientações. Além disso, o ganho ou perda de capital reconhecido na venda ou outra alienação das ações geralmente será considerado ganho ou perda de fonte americana para fins de crédito tributário estrangeiro nos EUA. Consequentemente, mesmo que o imposto retido na fonte se qualifique como um imposto passível de crédito, você pode não conseguir creditar o imposto contra sua obrigação de imposto de renda federal dos EUA, a menos que esse crédito possa ser aplicado (sujeito a condições e limitações geralmente aplicáveis) contra o imposto devido sobre outras rendas tratadas como derivadas de fontes estrangeiras. Se o imposto brasileiro não for um imposto passível de crédito, o imposto reduziria o valor realizado na venda de outra alienação das ações, mesmo que você tenha optado por reivindicar um crédito fiscal estrangeiro para outros impostos no mesmo ano. A orientação temporária discutida acima também indica que o Tesouro e o IRS estão considerando propor alterações aos regulamentos de dezembro de 2021 e que a orientação temporária pode ser utilizada até que uma orientação adicional seja emitida, revogando ou modificando a orientação temporária. É necessário que o detentor verifique junto ao seu consultor tributário sobre a aplicação das regras do crédito fiscal estrangeiro para seu investimento, e alienação, de ADS ou ações ordinárias.

Divulgação de ativos financeiros no exterior

Certos detentores dos EUA que possuem "ativos financeiros estrangeiros especificados" com um valor agregado superior a US$50.000 no último dia do exercício fiscal, ou US$75.000 a qualquer momento durante o exercício fiscal geralmente são obrigados a protocolar uma declaração de informações juntamente com suas declarações de imposto, atualmente no Formulário 8938 da Receita Federal, com relação a esses ativos. "Ativos financeiros estrangeiros específicos" incluem quaisquer contas financeiras mantidas em uma instituição financeira de fora dos EUA, bem como títulos emitidos por um emitente não norte-americano que não sejam mantidos em contas mantidas por instituições financeiras. Limiares de relatório mais altos se aplicam a certos indivíduos que vivem no exterior e a certos indivíduos casados. Os regulamentos estendem esse requisito de relatório a certas entidades que são tratadas como formadas ou utilizadas para manter participações diretas ou indiretas em ativos financeiros estrangeiros especificados com base em certos critérios objetivos. A subavaliação do lucro atribuível a "ativos financeiros estrangeiros especificados" acima de US$5.000 estende o prazo de prescrição com relação à declaração de imposto para seis anos após a apresentação da declaração. Os detentores norte-americanos que não informem as informações necessárias podem estar sujeitos a penalidades substanciais. Consulte seus próprios consultores tributários sobre a possível aplicação dessas regras, incluindo a aplicação das regras às suas circunstâncias particulares.

Declarações de informações e retenção na fonte

As declarações de informações podem ser apresentadas à receita federal com relação às distribuições de ações ordinárias ou ADS e o produto de sua venda ou outra alienação. Estes pagamentos podem estar sujeitos, nos Estados Unidos, à retenção na fonte de impostos, no caso de fornecimento incorreto do número de contribuinte ou deixar de cumprir com certas exigências ou ainda se não obtiver isenção da retenção na fonte. Sendo necessário fazer tal certificação ou estabelecer a isenção, deve-se utilizar o Formulário IRS W-9.

A retenção preventiva na fonte (*backup withholding*) não é um imposto adicional. O valor de qualquer retenção na fonte, a partir de um pagamento a você, será permitido deduzir como um crédito para o seu imposto de renda nos Estados Unidos e pode dar o direito a um reembolso, desde que a informação necessária seja fornecida em tempo hábil à receita federal norte-americana.

Um detentor que seja uma companhia não americana ou um indivíduo estrangeiro não residente pode ser obrigado a cumprir os procedimentos de certificação e identificação a fim de estabelecer sua isenção de relato de informações e retenção na fonte.

Controles e Procedimentos

AVALIAÇÃO DOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO

Nossa administração, com a participação do nosso Presidente e do Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores, avaliou a eficácia de nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2025. Há limitações inerentes à efetividade de qualquer sistema de controle e procedimentos de divulgação, incluindo a possibilidade de erro humano e de que os controles e procedimentos sejam burlados ou ignorados. Assim, mesmo os controles e procedimentos de divulgação sendo eficazes, somente são capazes de fornecer um conforto razoável de que os objetivos dos controles serão atingidos.

Nosso Presidente e o Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores concluíram em 31 de dezembro de 2025 que nossos controles e procedimentos de divulgação, conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) sob a Lei de Mercado de Capitais, foram eficazes no sentido de fornecer um coforto razoável de que as informações que precisam ser divulgadas nos relatórios que arquivamos e apresentamos em cumprimento às normas da Lei de Mercado de Capitais são registradas, processadas, resumidas e divulgadas dentro dos prazos especificados nas normas e formulários pertinentes, sendo reunidas e comunicadas à nossa administração, incluindo nosso Presidente e o Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores, de maneira que sejam tomadas decisões de forma tempestiva em relação à divulgação necessária.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras (conforme definido na Regra 13a-15(f) da Lei de Mercado de Capitais). Nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras é um processo concebido para fornecer conforto razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras consolidadas para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos. Nossos controles internos relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas incluem as políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem precisa e adequadamente as transações e destinação dos ativos da Companhia; (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas para permitir a adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimento e pagamentos da Companhia são efetuados somente de acordo com autorizações da Administração e diretores da Companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras pode não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, as futuras avaliações da efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que estes venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau adequação às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

A nossa administração avaliou a eficácia dos nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os critérios estabelecidos na norma *"Internal Control—Integrated Framework (2013)"*, emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Baseado nas avaliações e nos critérios aplicados, a nossa administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, os controles internos da Companhia relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras são efetivos.

AUDITORIA DA EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A efetividade dos nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, firma registrada de auditoria independente, cuja opinião não modificada consta em seu relatório aqui incluído.

MUDANÇAS NO CONTROLE INTERNO RELACIONADOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa administração não identificou nenhuma mudança em nossos controles internos relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, durante o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2025, que tenha afetado de forma relevante, ou que seja razoavelmente passível de afetar materialmente os controles internos do mencionado relatório.

Governança Corporativa

De acordo com as regras da NYSE, os emitentes privados estrangeiros ("FPIs") estão sujeitos a requisitos mais limitados de governança corporativa do que os emitentes dos Estados Unidos. Como emitente privado estrangeiro, devemos obedecer a quatro normas principais de governança corporativa da NYSE: (1) devemos satisfazer os requisitos da Norma 10A-3 da Lei de Mercado de Capitais, relativa aos comitês de auditoria; (2) nosso Diretor-Presidente deve notificar imediatamente a NYSE, por escrito, sempre que um Diretor Executivo vier a tomar conhecimento de qualquer não conformidade com as normas de governança corporativa da NYSE; (3) devemos fornecer à NYSE compromissos por escrito (written affirmations) anuais e intermediários, conforme previsto pelas normas de governança corporativa da NYSE; e (4) devemos fornecer uma descrição resumida de quaisquer divergências significativas entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas adotadas pelas companhias dos Estados Unidos sujeitas às normas de listagem da NYSE. Na tabela abaixo, comparamos nossas práticas com as práticas de emissores domésticos dos EUA, de acordo com as regras de governança corporativa da NYSE.

Desde 2018, também relatamos nossa conformidade com o Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme exigido pela legislação brasileira. O código é baseado no princípio "cumprir ou explicar", e cumprimos integralmente 100% das práticas recomendadas pelo IBGC desde 2024.

Seção	Norma de governança corporativa da NYSE para emissores dos Estados Unidos	Nossa abordagem
303A.01	Uma companhia listada deve ter uma maioria de conselheiros independentes.	Cumprimos integralmente este requisito. Nosso Estatuto Social prevê um Conselho de Administração composto de 11 a 13 membros e exige que pelo menos sete conselheiros sejam independentes.
303A.03	Os membros do Conselho de Administração, que não forem Diretores de uma companhia listada, deverão se reunir regularmente sem a presença dos Conselheiros que também são Diretores.	Não há nenhum Conselheiro que seja membro do Comitê Executivo da Companhia. Nossos conselheiros se reúnem em sessões executivas agendadas regularmente sem a administração.

Seção	Norma de governança corporativa da NYSE para emissores dos Estados Unidos	Nossa abordagem
303A.04	Uma companhia listada deve possuir um comitê de nomeação/governança corporativa composto inteiramente de conselheiros independentes, com um regimento interno que especifique determinados deveres mínimos.	Possuímos um Comitê de Nomeação e Governança, que deve ser composto em sua maioria por conselheiros independentes. De acordo com suas normas internas, o Comitê de Nomeações e Governança será composto por três a cinco diretores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração e uma maioria de membros independentes. Para a composição atual do Comitê de Nomeações e Governança, consulte *Administração e Empregados—Administração—Outros Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração*. De acordo com o seu regimento, tal comitê é responsável, entre outros assuntos, por: – recomendar políticas e normas internas relativas à indicação de membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e do nosso Presidente, observadas as exigências legais aplicáveis e as melhores práticas de governança corporativa; – avaliar a evolução e a melhoria contínua de nossas práticas de governança corporativa, inclusive quanto à estrutura, atribuições, porte e composição do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, visando o equilíbrio de experiências, conhecimentos e diversidade no perfil de seus membros; – revisar nosso sistema de governança anualmente; – recomendar o perfil adequado de candidatos a membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, e que melhor se adeque às nossas necessidades, de acordo com os critérios e diretrizes estabelecidos nas políticas e normas internas sobre o tema; – avaliar potenciais candidatos do perfil ao cargo de Conselheiro e membro dos Comitês de Assessoramento, de acordo com os critérios e diretrizes estabelecidos em nossas políticas e normas internas, para posterior análise pelo Conselho de Administração, e eventual eleição pela nossa assembleia geral de acionistas; – avaliar potenciais candidatos à substituição de quaisquer indivíduos em situação de impedimento e vacância dos cargos de Conselheiro e membro dos Comitês de Assessoramento, conforme nosso regulamento interno e políticas internas; – avaliar a independência dos Conselheiros, indicando e justificando quaisquer circunstâncias que possam alterar esta condição; – recomendar o plano de sucessão do Conselho de Administração, que deverá ser submetido à aprovação até o término do mandato, de forma a manter o equilíbrio de experiências, o conhecimento e a diversidade de perfil de seus membros; – avaliar o desempenho do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento; – recomendar a seleção, remuneração, avaliação anual de desempenho, plano de sucessão e destituição do Secretário Geral de Governança Corporativa; – recomendar a estratégia e as diretrizes de nossos documentos de governança corporativa, incluindo nossas políticas corporativas, regulamento interno, Código de Conduta e regimentos internos dos Comitês de Assessoramento e do Conselho de Administração, entre outros, sem prejuízo das análises técnicas de outros comitês de assessoramento, conforme suas competências; – recomendar o modelo de remuneração do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, e a proposta de distribuição do valor global anual referente à remuneração desses órgãos; – recomendar o orçamento anual do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, que incluirá, entre outros, os recursos para contratação de especialistas externos para auxiliar os Conselheiros no desempenho de suas funções e implementar programas de educação continuada;

Seção	Norma de governança corporativa da NYSE para emissores dos Estados Unidos	Nossa abordagem
303A.05	Uma companhia listada deve ter um comitê de remuneração composto inteiramente por diretores independentes, com um estatuto por escrito que cubra certas obrigações mínimas especificadas.	Não temos um comitê de remuneração composto inteiramente por conselheiros independentes. Temos um Comitê de Pessoas e Remuneração que, por força de seu estatuto, deve ser composto por um número de membros independentes pelo menos igual ao número de membros não independentes. O Comitê de Pessoas e Remuneração, que é um comitê consultivo do Conselho de Administração, é composto apenas por membros do Conselho de Administração. Para a composição atual do Comitê de Pessoas e Remuneração, consulte *Administração e Empregados—Administração—Outros Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração*. Este comitê é responsável, entre outras atribuições: (i) avaliar e recomendar estratégias de longo prazo relacionadas a pessoas, conforme proposto pelo Comitê Executivo ao Conselho de Administração; (ii) avaliar e recomendar a estratégia de remuneração para o Comitê Executivo e a proposta de distribuição do montante anual total para remuneração da gestão, incluindo a remuneração do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento; (iii) recomendar o estabelecimento de metas de avaliação de desempenho para o Comitê Executivo e outros Diretores que se reportam diretamente ao Presidente, e seu monitoramento .
303A.06	As companhias listadas devem ter um comitê de auditoria que cumpra os requisitos da Regra 10A-3 sob a Lei de Mercado de Capitais.	Temos um Comitê de Auditoria e Riscos que cumpre a Norma 10A-3 da Lei de Mercado de Capitais. Nosso Comitê de Auditoria e Riscos é atualmente composto por quatro conselheiros independentes.
303A.07	O comitê de auditoria deve ter no mínimo três membros, e esses membros devem atender aos requisitos de independência da Seção 303A.02 do Manual das Companhias Listadas na NYSE; o comitê de auditoria deve ter um estatuto por escrito em conformidade com os requisitos da Seção 303A.07(b) do Manual das Companhias Listadas na NYSE; e as companhias listadas devem ter uma função de auditoria interna.	Nosso Comitê de Auditoria e Riscos é atualmente composto por quatro conselheiros independentes. Também cumprimos as regras de listagem do segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regras do Novo Mercado") e as leis e regulamentos societários brasileiros. De acordo com nosso Regimento Interno e o regimento do Comitê de Auditoria e Riscos, e de acordo com as Regras do Novo Mercado, nosso Comitê de Auditoria e Riscos deverá ter de três a cinco membros, sendo: (i) todos os membros devem ser conselheiros independentes, (ii) pelo menos um membro deve ter comprovada experiência em assuntos de contabilidade societária, devendo tal membro ser nomeado "Especialista Financeiro" mediante sua indicação. As responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos estão previstas em seu regimento interno. De acordo com nosso Estatuto Social, o Regimento Interno deve atribuir ao Comitê de Auditoria e Riscos a observância das regras de listagem do Novo Mercado, bem como por: – possuir meios e estabelecer procedimentos a serem utilizados pela companhia para receber, processar e lidar com acusações, reclamações e informações sobre (a) descumprimento de disposições legais e normativas aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, (b) questões contábeis, (c) controles internos e (d) matérias de auditoria, bem como assegurar procedimentos específicos para proteção da identidade do denunciante e a confidencialidade da informação; – fornecer sua opinião e assistência ao Conselho de Administração na contratação, remuneração e destituição de serviços de auditoria independente; – supervisionar o trabalho dos auditores internos, a área de controles internos e a área responsável pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas da companhia; – supervisionar e avaliar o trabalho dos auditores externos, a fim de avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados relacionados às necessidades da companhia, e dizer à gerência da companhia a qualquer momento para reter a remuneração dos auditores externos; e – monitorar e mediar divergências entre a administração e os auditores independentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas da companhia e a aplicação dos princípios contábeis, monitorando as dificuldades encontradas pelos auditores durante o processo de auditoria, entre outros. Temos uma função de auditoria interna.

Seção	Norma de governança corporativa da NYSE para emissores dos Estados Unidos	Nossa abordagem
303A.08	Os acionistas devem ter a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração e revisões relevantes destas, com exceções limitadas estabelecidas pelas normas da NYSE.	De acordo com a legislação societária brasileira, é necessária a aprovação prévia dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração.
303A.09	Uma companhia listada deve adotar e divulgar diretrizes de governança corporativa que incluam um número mínimo de assuntos específicos.	Não publicamos diretrizes consolidadas de governança corporativa. Não obstante, nosso estatuto social, as normas internas do Conselho de Administração e dos comitês consultivos e/ou nossas políticas abordam questões relacionadas aos padrões de qualificação dos membros do Conselho de Administração e do Comitê Executivo, ao acesso dos diretores à administração e, quando necessário e apropriado, a consultores independentes, à sucessão do Diretor Executivo e da administração e ao desempenho anual do Conselho.
303A.10	Uma companhia listada deve adotar e divulgar um código de ética e conduta nos negócios para Conselheiros, Diretores e empregados e divulgar imediatamente quaisquer exceções do código para os Diretores e Conselheiros.	Adotamos um Código de Conduta, que se aplica a nossos conselheiros, diretores e funcionários, estagiários, fornecedores e a nossas subsidiárias no Brasil e no exterior, bem como a qualquer pessoa que atue em nome da Vale ou de suas subsidiárias. Anualmente, reportamos em nosso relatório anual no Formulário 20-F quaisquer exceções do código de conduta concedidas em favor de conselheiros ou diretores. Nosso código de conduta tem um objetivo que é semelhante, mas não idêntico, ao que é exigido para uma companhia dos Estados Unidos de acordo com as normas da NYSE.
303A.12	a) Cada Presidente de uma companhia listada deve certificar à NYSE anualmente que ele ou ela não tem conhecimento de qualquer violação por parte da companhia dos padrões de governança de companhias listadas da NYSE. b) Cada Presidente de uma companhia listada deve notificar imediatamente à NYSE por escrito caso algum Diretor da companhia conheça a existência de descumprimento dos dispositivos pertinentes desta Seção 303A. (c) Cada companhia listada deve enviar anualmente um *Written Affirmation* assinado à NYSE. Além disso, cada companhia listada deve apresentar um *Written Affirmation* intermediário, como e quando exigido pelo formulário de *Written Affirmation* intermediário especificado pela NYSE.	Estamos sujeitos aos itens (b) e (c) destes requisitos, mas não ao item (a).
303A.14	O emitente deve adotar e alinhar com uma Política de Recuperação por escrito, prevendo que o emitente recuperará com razoável rapidez o montante da remuneração baseada em incentivos concedida erroneamente, no caso de o emitente ser obrigado a preparar uma atualização contábil devido ao não cumprimento relevante pelo emitente de qualquer requisito de relatórios financeiros sob as leis de valores mobiliários, incluindo qualquer atualização contábil necessária para corrigir um erro nas demonstrações financeiras emitidas anteriormente que seja relevante para as demonstrações financeiras emitidas anteriormente, ou que resultaria em uma distorção relevante se o erro fosse corrigido no período atual ou deixado sem correção no período atual.	Adotamos uma Política de Recuperação de Valores que está em conformidade com os requisitos da Seção 303A.14 do Manual de Empresas Listadas na NYSE.

Política de *Insider Trading*

Adotamos uma política e procedimentos de negociação com informação privilegiada que regem a compra, venda e outras alienações de nossos títulos por diretores, alta administração e empregados, que são razoavelmente projetados para promover a conformidade com as leis, regras e regulamentos aplicáveis sobre negociação com informação privilegiada e quaisquer padrões de listagem aplicáveis a nós. Uma cópia de nossa política e procedimentos de negociação com informação privilegiada está arquivada como Anexo 11 deste relatório anual.

Segurança Cibernética

GERENCIAMENTO DE RISCOS E ESTRATÉGIA

Como uma empresa global de mineração, enfrentamos diversas ameaças cibernéticas, incluindo ataques de ransomware, roubo de informações restritas e fraudes digitais. Essas ameaças podem levar a perdas financeiras, danos à nossa reputação e prejuízos aos nossos funcionários e terceiros. Gerenciamos esses riscos cibernéticos como parte do nosso processo geral de gerenciamento de riscos.

Nosso gerenciamento de riscos corporativos (ERM) integra a avaliação, a identificação e o gerenciamento de riscos relacionados à segurança cibernética. Se o processo de ERM identificar um risco elevado relacionado à segurança cibernética, designamos responsáveis pelos riscos para desenvolver e acompanhar planos de mitigação de riscos. Utilizamos diversas ferramentas para monitorar os riscos, incluindo indicadores-chave de risco (KRIs) e avaliações independentes de controles críticos por equipes especializadas.

Em caso de incidente cibernético, seguimos nosso manual de resposta a incidentes cibernéticos, que descreve as etapas de detecção, mitigação, recuperação e notificação, incluindo procedimentos para informar os grupos internos relevantes e o Conselho de Administração, conforme necessário.

Nossa prática de Gerenciamento de Riscos de Segurança Cibernética é fundamentada em estruturas de segurança cibernética reconhecidas internacionalmente, como o NIST CSF (National Institute of Standards and Technology – Cybersecurity Framework), ISO 27001 e ISA62443. A prática inclui os processos descritos abaixo.

Identificação do que temos, do que fazemos e do que é importante:

- Entendemos o contexto de negócios e os ativos que dão suporte às funções essenciais.
- Avaliamos regularmente os riscos cibernéticos internamente e os impactos potenciais na empresa e, a cada dois anos, realizamos uma avaliação de risco por uma empresa independente e especializada, com base no NIST CSF.
- Mantemos um inventário atualizado de ativos de tecnologia, como aplicativos, dados, servidores, componentes de rede, serviços de terceiros e outros.

Proteção de ativos de tecnologia (Tecnologia da Informação e Tecnologia de Operações) para evitar ou limitar incidentes cibernéticos:

- Aplicamos um processo de identidade e acesso com autenticação multifator.
- Oferecemos treinamento e educação em segurança cibernética para funcionários e contratados, com foco em riscos cibernéticos e boas práticas de segurança cibernética, como a identificação de e-mails maliciosos e a classificação correta de informações para proteger a confidencialidade dos dados.
- Disponibilizamos canais de comunicação para que funcionários e contratados relatem incidentes, vulnerabilidades e atividades relacionadas à segurança cibernética.
- Adotamos a segmentação de rede com o posicionamento estratégico de firewalls, sistemas de prevenção de intrusões e zonas desmilitarizadas para maior segurança.

Detecção antecipada de incidentes cibernéticos:

- Nosso Centro de Operações de Segurança (SOC), que opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, monitora continuamente nosso ambiente digital, analisando bilhões de eventos de telemetria para detectar anomalias no sistema.
- Adotamos uma plataforma moderna de Detecção e Resposta de Endpoint (EDR) em nossas estações de trabalho e servidores, combinada com um serviço gerenciado de detecção e resposta pelo SOC.
- Realizamos regularmente avaliações de vulnerabilidade em diversas camadas tecnológicas, testes de penetração independentes de terceiros e práticas de gerenciamento de superfície de ataque.
- Temos uma equipe dedicada de segurança cibernética que combina o melhor dos recursos internos com a expertise de parceiros externos especializados na área.

Responder a incidentes cibernéticos de forma eficaz, a fim de conter significativamente seu impacto:

- Mantemos um plano robusto de resposta a incidentes cibernéticos por meio de:
  - Manter os procedimentos de resposta a incidentes cibernéticos atualizados, bem como os planos de recuperação de sistemas de tecnologia para continuidade dos negócios.
  - Realizar simulações de incidentes cibernéticos para públicos operacionais, táticos e executivos, a fim de educar e melhor preparar para um incidente cibernético real.
  - Integrar o plano de resposta a incidentes cibernéticos ao processo corporativo de Gestão de Crises da organização e a um Comitê Corporativo de Crise Cibernética formado por áreas como Jurídico, Privacidade, Comunicações, Controles Internos, Relações com Investidores e outras áreas de negócios.
  - Gerenciar a materialidade dos incidentes cibernéticos dentro do comitê corporativo de crise cibernética, mantendo nosso Comitê Executivo e nosso Conselho de Administração informados e divulgando ao público quando aplicável.

Recuperar e restaurar os sistemas afetados e seus recursos de volta à operação.

- Realizamos testes regulares de nossos planos de recuperação para garantir a restauração dos ativos de tecnologia em caso de necessidade.

Também contratamos empresas terceirizadas especializadas em cibersegurança para avaliar a estrutura do programa de segurança cibernética, testar a eficácia de nossos processos e fornecer treinamento direcionado à nossa força de trabalho. Nossos processos de gerenciamento de riscos de cibersegurança abrangem a supervisão e a identificação de riscos de cibersegurança decorrentes de nossa associação com provedores de serviços terceirizados. Nosso programa de gerenciamento de riscos inclui avaliações de risco de terceiros que desejam nos prestar serviços por meio de compromisso contratual de conformidade com nossos controles de segurança básicos, bem como sua classificação de cibersegurança realizada com uma plataforma independente de classificação de segurança.

Também compartilhamos e recebemos insights de inteligência cibernética e de ameaças de nossos pares da base industrial e somos membros do Metals and Mining ISAC (Centros de análise e compartilhamento de informações).

Nosso programa de segurança cibernética visa nos manter vigilantes a respeito das ameaças cibernéticas emergentes e continuamente nos adaptando com medidas de prevenção e mitigação dos riscos cibernéticos.

Nos últimos três anos, nossa estratégia de negócios, resultados operacionais e posição financeira não foram impactados materialmente por riscos de ameaças de cibersegurança atuais e passadas. No entanto, não podemos garantir que eles não serão afetados materialmente por futuras ameaças ou incidentes de segurança cibernética.

GOVERNANÇA

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é o principal responsável por supervisionar os processos de identificação e mitigação dos riscos cibernéticos. Para cumprir essa responsabilidade, o Conselho de Administração conta com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos. O Comitê de Auditoria e Riscos é responsável por assessorar o Conselho de Administração quanto à estratégia de gestão de riscos, incluindo a análise das políticas corporativas sobre o tema e as diretrizes de apetite por riscos, bem como o nosso mapa integrado de riscos. O Comitê de Auditoria e Riscos também assessora na avaliação da eficácia e suficiência dos controles a gestão de riscos, bem como recebe periodicamente relatórios sobre riscos cibernéticos da nossa Diretoria de Riscos Corporativos.

Administração

Nosso Comitê Executivo é suportado por cinco comitês de assessoramento, incluindo o Comitê Executivo de Risco focado em estratégia, finanças e riscos cibernéticos. As principais responsabilidades desses comitês são apoiar nosso Comitê Executivo no monitoramento de riscos, fazer recomendações preventivas em relação aos riscos potenciais apresentados nas reuniões dos comitês e submetê-las à aprovação do Comitê Executivo.

Nosso diretor de segurança da informação lidera nossa função de segurança cibernética, responsável por nossa estratégia geral de segurança da informação, definição de diretrizes e políticas de segurança da informação, bem como pela detecção e resposta a ameaças cibernéticas. Além de fornecer uma atualização abrangente dos riscos cibernéticos ao nosso Comitê de Auditoria e Riscos e aos nossos Comitês Executivos de Riscos. Essa atualização abrange a avaliação independente de nosso programa de segurança cibernética com base nos padrões, diretrizes e práticas do NIST CSF, bem como abrange uma avaliação de nossa postura cibernética, baseado em plataforma independente de classificação de segurança. O comitê é informado sobre incidentes cibernéticos considerados como tendo um impacto comercial moderado ou maior, mesmo que não sejam relevantes para nós.

Código de Conduta

Temos um Código de Conduta que se aplica aos membros do nosso Conselho de Administração e aos membros do nosso Comitê Executivo, incluindo o diretor-presidente e os vice-presidentes, nossos funcionários, estagiários e nossas subsidiárias no Brasil e no exterior, bem como qualquer pessoa que atue em nome da Vale ou de suas subsidiárias. Nossos fornecedores e outros terceiros que colaboram conosco devem agir de acordo com os Princípios de Conduta da Vale para Terceiros.

Nosso Código de Conduta reúne os princípios fundamentais que sustentam nossos negócios e faz parte do Programa de Ética & Compliance da Vale, que é monitorado pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Comitê de Conduta e Integridade, e está sob a responsabilidade do Departamento de Auditoria e Compliance. Nosso Código de Conduta é um documento baseado em princípios, que se conecta diretamente com o propósito e os valores da companhia.

Publicamos o Código de Conduta em nosso site, em: *https://www.vale.com/en/code-of-conduct*. Não concedemos nenhuma exceção implícita ou explícita de qualquer disposição do nosso Código de Conduta desde a sua adoção.

Canal de Denúncias

Quaisquer violações de nossas políticas e diretrizes podem ser relatadas por qualquer pessoa, incluindo empregados, contratados, fornecedores, membros das comunidades afetadas e outras partes interessadas, por meio do nosso Canal de Denúncias, que está disponível em 8 idiomas. Nosso Canal de Denúncias é gerido pela Diretoria de Auditoria e Conformidade, um departamento independente que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Nosso Canal de Denúncias está estruturado para garantir o sigilo e proteger o anonimato do denunciante e os direitos da parte investigada.

Nossos empregados e contratados no Brasil e no Canadá também têm acesso ao nosso Canal de Acolhimento, um canal operado por uma equipe especializada e independente para ouvir, compreender e orientar qualquer pessoa que denuncie assédio ou discriminação. Ao ligar para esse canal, a pessoa pode decidir por registrar ou não uma denúncia, que será, então, investigada pela equipe de nosso Canal de Denúncias.

Em 2025, nosso Canal de Denúncias recebeu 10.151 relatos e encerrou 10.079 casos, dos quais (i) 14% se referiam a consultas e relatos que não foram apurados por falta de informação ou pertinência ao escopo do Canal de Denúncias, (ii) 29% foram reclamações, que foram respondidas pelo Canal de Denúncias, mas não resultaram em investigação, e (iii) 57% foram denúncias que geraram investigações, que confirmaram violações ao Código de Conduta da Vale em 54% desses casos.

Todas as violações confirmadas geram planos de correção, que são apresentados pelos gestores e aprovados pelo Canal de Denúncias. Como regra geral, esses planos contêm medidas para promover melhorias de processos, iniciativas de treinamento e *feedback* aos empregados. Dependendo da gravidade das denúncias, os empregados envolvidos podem estar sujeitos a medidas administrativas, como advertências, suspensões ou desligamentos. Os fornecedores envolvidos em violações graves do Código de Conduta também estão sujeitos a medidas punitivas, como aplicação de multas ou rescisão de contrato.

As investigações do nosso Canal de Denúncias em 2025 resultaram em 3.968 ações corretivas e medidas disciplinares, incluindo 257 ações de desligamento.

Mais informações sobre o Canal de Denúncias estão divulgadas em nosso relatório anual de Ética & Compliance, disponível em nosso site, em *https://www.vale.com/esg/ethics-and-compliance*. As informações em nosso website não são incorporadas por referência neste relatório anual no Formulário 20-F.

Principais serviços e Honorários dos Auditores Independentes

A tabela a seguir resume os honorários de serviços profissionais e outros serviços prestados a nós por nossos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC") em 2025 e 2024.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	**2024**
	(em milhares de US$)	
Honorários de auditoria	5.664	6.241
Honorários vinculados à auditoria	841	614
Total de honorários	**6.505**	**6.855**

"Honorários de auditoria" são os honorários agregados da PwC para a auditoria de nossas demonstrações financeiras consolidadas anuais, a auditoria das demonstrações financeiras estatutárias de nossas subsidiárias e revisões de demonstrações financeiras intermediárias e serviços de certificação que são fornecidos em conexão com registros estatutários e regulamentares ou projetos. Eles também incluem os honorários sobre serviços que apenas o auditor independente pode razoavelmente prestar, incluindo as cartas de conforto e consentimento relacionadas a arquivamentos estatutários e regulatórios e a revisão de documentos arquivados com a SEC e outros mercados de capitais ou outros órgãos reguladores financeiros locais. "Honorários vinculados à auditoria" são os honorários cobrados pela PwC para a garantia e serviços relacionados que são razoavelmente relacionados à realização da auditoria ou revisão de nossas demonstrações financeiras e não são relatados em "Honorários de auditoria".

Informações Registradas junto aos Reguladores de Valores Mobiliários

Estamos sujeitos a várias exigências de informação e divulgação nos países em que nossos valores mobiliários são negociados e arquivamos demonstrações financeiras consolidadas e outros relatórios periódicos na CVM, B3 e na SEC.

Brasil. As Ações Ordinárias da Vale estão listadas na B3 em São Paulo, Brasil. Portanto, estamos sujeitos às exigências de informação e divulgação da Lei das Sociedades por Ações em vigor no Brasil, e alterações posteriores. Também estamos sujeitos às exigências de divulgação periódica previstas nas normas da CVM aplicáveis às companhias listadas em bolsa e às Exigências de Governança Corporativa "Novo Mercado" da B3. Nossos arquivamentos na CVM estão disponíveis no site da CVM em *https://www.gov.br/cvm* ou da B3 em *https://www.b3.com.br*. Além disso, eles podem ser acessados em nosso site, *https://vale.com*.

Estados Unidos. Considerando que nossas ADS estão listadas na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), estamos sujeitos às exigências de informações da *Securities Exchange Act* de 1934, e de suas alterações posteriores, segundo as quais apresentamos relatórios e outras informações à SEC. Relatórios e outras informações arquivadas por nós junto à SEC disponíveis ao público pela SEC em *https://www.sec.gov/*. Além disso, como todos os nossos arquivos de segurança, eles podem ser acessados em nosso site, *https://vale.com*. Esses arquivamentos e outras informações em nosso site não são incorporados por referência neste relatório anual no Formulário 20-F. Você também pode conferir os relatórios e outras informações da Vale nos escritórios da Bolsa de Nova York, 11 Wall Street, Nova York, Nova York 10005, nos quais as ADS da Vale estão listadas. Para mais informações sobre as cópias dos registros públicos da Vale na New York Stock Exchange, ligue para (212) 656-5060.

Anexos

Número do Anexo	
1	Estatuto Social da Vale S.A., em 28 de abril de 2023 (incorporados por referência ao Anexo 1 do relatório anual da Vale no Formulário 20-F datado de 19 de abril de 2024 (Arquivos nº 001-15030, Número de Acesso 0001292814-24-001463))
2	Descrição dos Valores Mobiliários registrados de acordo com a Seção 12 da Lei de Mercado de Capitais
4.1	Acordo de Reparação Integral datado de 4 de fevereiro de 2021 pela Vale S.A., o Governo do Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal (incorporado por referência ao Anexo 4.1 do relatório anual da Vale no Formulário 20-F datado de 23 de março de 2021 (Arquivo nº 001-15030, Adesão nº 0001047469-21-000687)).
4.2	Acordo Definitivo, datado de 25 de outubro de 2024, celebrado entre Samarco Mineração S.A., BHP Billiton Brasil Ltda., Vale S.A., o Governo Federal Brasileiro, os Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, os procuradores públicos do Estado de Minas Gerais e procuradores federais, e outras entidades públicas brasileiras (incorporado por referência como Anexo 4.2 ao relatório anual da Vale no Formulário 20-F, datado de 28 de março de 2025, Processo nº 001-15030, Accession No. 0001292814-25-001137).
8	Lista de subsidiárias
11	Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, em 25 de novembro de 2021 (incorporado por referência ao Anexo 11 do relatório anual da Vale no Formulário 20-F, datado de 28 de março de 2025 (Nº do processo 001-15030, Nº de protocolo 0001292814-25-001137))
12.1	Certificação do Presidente da Vale, nos termos das Normas 13a-14 e 15d-14 da *Securities Exchange Act* de 1934
12.2	Certificação do Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relacões com Investidores da Vale, nos termos das Normas 13a-14 e 15d-14 da *Securities Exchange Act* de 1934
13.1	Certificação do Presidente e do Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relacões com Investidores da Vale, nos termos das normas da Seção 906 da Sarbanes-Oxley Act de 2002
15.1	Consentimento da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PCAOB ID 1351)
15.2	Declarações de Consentimento dos Profissionais Qualificados para o Resumo do Relatório Técnico das Operações de Serra Norte
15.3	Declarações de Consentimento dos Profissionais Qualificados para o Resumo do Relatório Técnico das Operações de Serra Sul
15.4	Declarações de Consentimento dos Profissionais Qualificados para o Resumo do Relatório Técnico das Operações de Sudbury
15.5	Declarações de Consentimento dos Profissionais Qualificados para o Resumo do Relatório Técnico das Operações de Salobo
17.1	Fiadores e Emissores de Títulos Garantidos
96.1	Resumo do Relatório Técnico das Operações de Serra Norte
96.2	Resumo do Relatório Técnico das Operações de Serra Sul
96.3	Resumo do Relatório Técnico das Operações de Sudbury
96.4	Resumo do Relatório Técnico das Operações de Salobo
97	Política de Clawback, a partir de 30 de novembro de 2023 (incorporada por referência ao Anexo 97 do relatório anual da Vale no Formulário 20-F datado de 19 de abril de 2024 (Arquivos nº 001-15030, Número de Acesso 0001292814-24-001463))
101	Arquivo Interativo de Dados
104	Arquivo Interativo de Dados da Página de Rosto

O valor dos títulos de dívida de longo prazo da Vale ou de suas subsidiárias, nos termos de qualquer acordo individual vigente, não poderá exceder 10% do total de ativos da Vale em base consolidada. A Vale se compromete a fornecer à SEC, mediante solicitação prévia, cópia de quaisquer instrumentos que definam os direitos dos detentores do seu passivo exigível a longo prazo ou de suas subsidiárias, para os quais são exigidas demonstrações financeiras, consolidadas ou não.

Glossário

Alumina	Óxido de alumínio. É o componente principal da bauxita, extraído do minério de bauxita num processo de refino químico. É a matéria-prima principal no processo eletroquímico a partir do qual o alumínio é produzido.
Alumínio	Metal branco obtido a partir do processo eletroquímico de redução do óxido de alumínio.
B3	B3 S.A.—Brasil, Bolsa, Balcão (anteriormente BM&FBOVESPA), uma bolsa de valores localizada em São Paulo, Brasil.
Bauxita	Um mineral composto basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de alumina, matéria-prima a partir da qual é feito o alumínio.
Beneficiamento	Uma variedade de processos pelos quais o minério extraído das minas é reduzido a partículas que podem ser separadas em mineral e refugo (resíduo), sendo o primeiro adequado para novo processamento ou utilização direta.
CFR	*Cost and freight*, em português, custo e frete. Indica que todos os custos relacionados ao transporte de mercadorias até o porto de destino nomeado serão pagos pelo vendedor dos bens.
Carvão	O carvão é uma substância combustível sólida de cor preta ou marrom escura formada a partir da decomposição de material vegetal privado de oxigênio. As classes de carvão, que incluem antracito, carvão betuminoso (ambos chamados de carvão duro), carvão sub-betuminoso e lignite, se baseiam no carvão fixo, material volátil e valor calorífico.
Cobalto	O cobalto é um metal duro, brilhante e de cor cinza prateada, encontrado em minérios e usado na preparação de ligas magnéticas, resistentes ao desgaste e de alta resistência (particularmente para motores a jato e turbinas). Seus compostos também são utilizados na fabricação de tintas, vernizes, catalisadores e materiais de bateria.
Coque	Carvão que é processado em um forno de coqueificação, para ser usado como agente redutor em altos-fornos e em fundições com o propósito de transformar o minério de ferro em ferro-gusa.
Carvão de coque	O carvão de coque duro é o segmento de valor mais alto dos segmentos do mercado de carvão metalúrgico (veja o carvão metalúrgico) por causa de seus altos fatores de resistência para formar um coque forte.
Concentração	Processo físico, químico ou biológico para aumentar o teor de metal ou mineral.
Cobre	Um elemento metálico marrom-avermelhado. O cobre é altamente condutor, tanto térmico como de eletricidade. É altamente maleável e flexível, sendo facilmente laminado em folhas e esticado em fio.
Anodo de cobre	O anodo de cobre é um produto metálico da fase de conversão do processo de fundição que é moldado em blocos e, geralmente, contém 99% de teor de cobre, o que requer processamento posterior para produzir catodos de cobre refinado.
Cátodo de cobre	Placa de cobre com pureza igual ou superior a 99,9%, produzida por um processo eletrolítico.
Concentrado de cobre	Material produzido pela concentração de minerais de cobre contidos no minério de cobre. É a matéria-prima usada nas *smelters* (fundições) para produzir metal de cobre.
Teor de corte	O teor de corte é o teor (ou seja, a concentração de metal ou mineral na rocha) que determina o destino do material durante a mineração. Para fins de estabelecimento de "perspectivas de extração econômica", o teor de corte é o teor que distingue o material considerado sem valor econômico (não será lavrado em mina subterrânea ou, se lavrado em mina a céu aberto, terá como destino a pilha de estéril) de material considerado de valor econômico (seu destino final durante a mineração será uma unidade de beneficiamento). Outros termos usados de maneira semelhante como teor de corte incluem "retorno líquido da fundição", "limite de pagamento" e "relação estéril/minério."
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários do Brasil.
DWT	*Deadweight ton*, em português, tonelagem de peso morto. A unidade de medida da capacidade de um cargueiro, óleo combustível, armazenamento e tripulação, medido em toneladas métricas de 1.000 kg. O peso morto total de uma embarcação é o peso total que a embarcação pode carregar quando carregada até a linha de carga máxima permitida.

FOB	*Free on board*, em português, livre a bordo. Ela indica que o comprador paga pelo embarque, seguro e todos os outros custos associados ao transporte dos bens até o destino.
Ouro	Metal precioso às vezes encontrado isoladamente na natureza, mas geralmente encontrado em conjunto com prata, quartzo, calcita, chumbo, telúrio, zinco e cobre. É o mais maleável e flexível dos metais, bom condutor de calor e eletricidade, não sendo afetado pelo oxigênio e pela maior parte dos reagentes.
Teor	A proporção de metal ou mineral presente no minério ou outro material hospedeiro.
Minério de hematita	A hematita é um mineral óxido ferroso, mas também denota o tipo de minério de ferro de alto teor dentro das jazidas ferríferas.
Recursos minerais inferidos	É a parte de um recurso mineral cuja quantidade e teor ou qualidade são estimados com base em evidência geológica limitada e amostragem. O nível de incerteza geológica associado a um recurso mineral inferido é muito alto para aplicar fatores técnicos e econômicos relevantes que possam influenciar as perspectivas de extração econômica de maneira útil para avaliação da viabilidade econômica. Como um recurso mineral inferido tem o nível mais baixo de confiança geológica de todos os recursos minerais, o que impede a aplicação dos fatores modificadores de maneira útil para avaliação da viabilidade econômica, um recurso mineral inferido não pode ser considerado ao avaliar a viabilidade econômica de um projeto de mineração, não podendo ser convertido em reserva mineral.
Recurso Mineral Indicado	É a parte de um recurso mineral cuja quantidade e teor ou qualidade são estimados com base em evidência geológica adequada e amostragem. O nível de certeza geológica associado a um recurso mineral indicado é suficiente para permitir que uma pessoa qualificada aplique fatores de modificação com detalhes suficientes para apoiar o planejamento da mina e a avaliação da viabilidade econômica do depósito. Como um recurso mineral indicado tem um nível de confiança menor do que o nível de confiança de um recurso mineral medido, um recurso mineral indicado só pode ser convertido em uma
Pelotas	Partículas ultrafinas de minério de ferro aglomeradas, com tamanho e qualidade apropriados para processos específicos na produção do ferro. A nossa gama de pelotas de minério de ferro varia de 8 a 18 mm.
Briquetes de minério de ferro	Aglomerados de minério de ferro, em forma de almofada, produzidos por um processo proprietário de aglomeração a frio de minério de ferro juntamente com aglomerantes e aditivos.
Minério de itabirito	Itabirito é uma formação ferrífera bandada e denota o tipo de minério de ferro de baixo teor encontrado nas jazidas de ferro.
Limonita	Um horizonte rico em óxidos de ferro e alumínio formado pela decomposição de rochas pré-existentes em um ambiente de intemperismo superficial.
Minério granulado	Minério de ferro ou de manganês cujas partículas mais grossas variam de 6,35 mm a 50 mm de diâmetro, com pequenas variações entre diferentes minas e minérios.
Minério de Manganês	Um elemento metálico duro e quebradiço encontrado principalmente na pirolusita, hausmanita e manganita. O minério de manganês é essencial à produção de praticamente todos os tipos de aço, sendo importante na produção de ferro fundido.
Recursos minerais medidos	É a parte de um recurso mineral cuja quantidade e teor ou qualidade são estimados com base em evidência geológica conclusiva e amostragem. O nível de certeza geológica associado a um recurso mineral medido é suficiente para permitir que uma pessoa qualificada aplique fatores de modificação, conforme definido nesta seção, com detalhes suficientes para apoiar o planejamento da mina detalhado e a avaliação final da viabilidade econômica do depósito. Como um recurso mineral medido tem um nível de confiança mais alto do que o nível de confiança de um recurso mineral indicado ou de um recurso mineral inferido, um recurso mineral medido pode ser convertido em uma reserva mineral provada ou em uma
Carvão metalúrgico	Carvão usado na produção do aço, composto de vários segmentos, inclusive carvão de coque (veja o carvão de coque), o carvão de coque semiduro, o carvão de coque semimole, todos usados para produzir coque para alimentar um alto-forno, e carvão de PCI (injeção de carvão pulverizado) usado para fonte de combustível de injeção direta no alto-forno (veja PCI). Um carvão sólido e betuminoso com uma qualidade que permite a produção de coque. Geralmente utilizado em fornos de coqueificação para fins metalúrgicos.
Jazida(s) mineral(ais)	Corpo mineralizado cortado com número suficiente de furos de sonda com pouco espaço entre ele e/ou amostras subterrâneas ou de superfície para sustentar tonelagem e teor suficiente de metais ou minerais, para possibilitar outros trabalhos de desenvolvimento de exploração.
Reserva mineral	É uma estimativa de tonelagem e teor ou qualidade de recursos minerais indicados e medidos que, na opinião da pessoa qualificada, pode ser a base de um projeto economicamente viável. Mais especificamente, é a parte economicamente lavrável de um recurso mineral medido ou indicado, que inclui materiais diluídos e provisões para perdas que podem ocorrer quando o material é extraído ou extraído.

Recursos minerais ..... É uma concentração ou ocorrência de materiais de interesse econômico na crosta terrestre em tal forma, teor ou qualidade e quantidade que há perspectivas razoáveis de extração econômica. Um recurso mineral é uma estimativa razoável de mineralização, levando em consideração fatores relevantes como teor de corte, dimensões prováveis de mineração, localização ou continuidade, que, com as condições técnicas e econômicas assumidas e justificáveis, é provável que, no todo ou em parte, tornam-se economicamente extraíveis. Não é apenas um estoque de toda a

Mt .....

Milhões de toneladas métricas.

Mtpa .....

Milhões de toneladas métricas por ano.

Níquel ..... Metal branco prateado de alto polimento. É duro, maleável, flexível, apresentando certa característica ferromagnética e condutor de eletricidade e calor. Pertence ao grupo dos metais ferro-cobalto e é valioso principalmente pelas ligas que forma, como o aço inoxidável e outras ligas resistentes à corrosão.

Níquel laterítico ..... As jazidas são formadas por intemperismo intenso de rochas ultramáficas ricas em olivina, como dunito, peridotito e komatito.

Matte de níquel .....

Um produto intermediário da *smelter* que deve ser mais refinado, a fim de se obter metal puro.

Ferro-gusa de níquel ..... Um produto com baixo teor de níquel, feito a partir de minérios lateríticos, destinado basicamente para uso na produção de aço inoxidável. O ferro-níquel normalmente apresenta um teor de níquel de 1,5 a 6% e é produzido em altos-fornos. O ferro-gusa de níquel também pode conter cromo, manganês e impurezas como fósforo, enxofre e carbono. O ferro-níquel (FeNi) de baixo teor produzido na China através de fornos elétricos é também muitas vezes referido como ferro-

Níquel sulfetado ..... Formado por meio de processos magmáticos, onde o níquel se combina com o enxofre para formar uma fase de sulfeto. Pentlandita é o minério de sulfeto mineral de níquel mais comumente extraído e muitas vezes ocorre com calcopirita, um mineral de sulfeto de cobre comum.

Mineração a céu aberto ..... Método de extração de rochas ou minerais da terra por remoção a céu aberto. A extração de minério a céu aberto é utilizada quando depósitos de mineral ou rocha, que podem ser explorados comercialmente, são encontrados perto da superfície, isto é, quando a camada de superfície que cobre o depósito valioso é relativamente fina ou ainda quando o material de interesse tem estrutura inadequada para a mineração subterrânea.

Óxidos ..... Compostos formados por oxigênio e outro elemento. Por exemplo, a magnetita é um mineral óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.

Paládio ..... Um metal branco prateado, dúctil e maleável, usado principalmente em dispositivos de controle de emissões automotivas e em aplicações elétricas.

Material Particulado (MP) ..... Uma mistura complexa de sólidos com pequeno diâmetro, cujos componentes possuem características físicas e químicas diferentes. O material particulado é geralmente classificado de acordo com o diâmetro das partículas.

PCI ..... Injeção de carvão pulverizado. Tipo de carvão com propriedades específicas, ideal para injeção direta através das ventaneiras dos altos-fornos. Este tipo de carvão não necessita de nenhum processamento ou fabricação de coque e pode ser injetado diretamente nos altos-fornos, substituindo os coques granulados a serem colocados na parte superior

Pelletizing **(pelotização)** ..... Pelotização de minério de ferro é um processo de aglomeração de ultrafinos produzidos na exploração do minério de ferro e nas etapas de concentração. As três etapas básicas do processo são: (i) preparação do minério (para obter a espessura correta); (ii) mistura e esferamento (mistura aditiva e formação de esferas); e (iii) ignição (para obter liga

MGPs .....

Metais do grupo da platina. Composto por de platina, paládio, ródio, rutênio, ósmio e irídio.

Fosfatado ..... Um composto de fósforo, que ocorre em minérios naturais e é utilizado como matéria-prima para a produção primária de nutrientes para fertilizantes, alimentos para animais e detergentes.

Ferro-gusa .....

Produto de minério de ferro fundido em alto-forno, em geral com coque e calcário.

Platina ..... Um metal precioso de transição denso, de coloração branco-acinzentada, flexível e maleável, aparece em alguns minérios de níquel e cobre. A platina é resistente à corrosão e, sendo empregada principalmente na fabricação joias de dispositivos de controle de emissões em veículos.

Metais preciosos ..... Metais que pela cor, maleabilidade e raridade, possuem alto valor econômico, não apenas pelo uso prático na indústria, mas também como investimento. Os metais preciosos mais negociados são ouro, prata, platina e paládio.

Níquel primário	Níquel produzido diretamente de minérios.
Reservas minerais prováveis	É a parte economicamente lavrável de um recurso mineral indicado e, em alguns casos, medido.
Reservas minerais provadas	É a parte economicamente lavrável de um recurso mineral medido e só pode resultar da conversão de um recurso medido.
Reais, reais ou R$	Moeda oficial do Brasil, o real (singular) ou reais (plural).
ROM	ROM (r*un-of-mine*). Minério em seu estado natural (não processado), obtido diretamente da mina, sem sofrer nenhum tipo de beneficiamento.
Samarco	Samarco Mineração S.A., uma *joint venture*.
Saprólito	Um horizonte rico em argila pela decomposição de rochas pré-existentes em um ambiente de intemperismo superficial.
Níquel secundário ou sucata de níquel	Sucata de aço inoxidável ou outros materiais que contenham níquel.
Mercado transoceânico	Compreende o total de operações de comércio de minério entre países usando navios graneleiros.
Prata	Metal flexível e maleável, usado na fotografia, na fabricação de moedas, medalhas e em aplicações industriais.
Sinter feed (também conhecido como finos)	Finos de minérios de ferro com partículas que variam entre 0,15 e 6,35 mm de diâmetro. Adequado para sinterização.
Sinterização	Aglomeração de *sinter feed*, ligantes e outros materiais, em uma massa consistente por meio de aquecimento sem fundição, utilizado como carga metálica em alto-forno.
Aço inoxidável	Liga de aço que contém, pelo menos, 10% de cromo, com alta resistência à corrosão. Pode conter também outros elementos como níquel, manganês, nióbio, titânio, molibdênio e cobre, que aumentam as propriedades mecânicas e térmicas e também a vida útil. As classificações principais, de acordo com o teor, são: austenítico (séries 200 e 300), ferrítico (série 400), martensítico, duplex ou endurecíveis por precipitação.
Tpa	Toneladas por ano.
Onça troy	Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.
Mineração subterrânea	Exploração mineral na qual a extração é realizada sob a superfície da terra.
Dólares americanos ou US$	Dólar dos Estados Unidos.

Assinaturas

O autor do registro certifica se atende a todas as exigências para o registro do Formulário 20-F e se devidamente providenciou e autorizou os subscritores a assinarem este relatório anual em seu nome.

VALE S.A.

Por: /s/ Gustavo Duarte Pimenta

Nome: Gustavo Duarte Pimenta

Cargo: Presidente

Por: /s/ Marcelo Feriozzi Bacci

Nome: Marcelo Feriozzi Bacci

Cargo: Vice-Presidente Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

Data: 27de Março de 2026